

LUIZ FELIPE FERRARI CERQUEIRA DE FARIAS

AGRONEGÓCIO E LUTA DE CLASSES: DIFERENTES FORMAS DE SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CITRÍCOLA PAULISTA

Campinas
2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Título: Agronegócio e Luta de Classes: Diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo agroindustrial citrícola paulista

Autor: Luiz Felipe Ferrari Cerqueira de Farias

Orientador: Edmundo Fernandes Dias

Dissertação de Mestrado apresentada Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pelo aluno Luiz Felipe Ferrari Cerqueira de Farias e orientada pelo Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias.

_____

Assinatura do Presidente

Campinas

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

F225a

Farias, Luiz Felipe Ferrari Cerqueira de, 1985-
Agronegócio e luta de classes: diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo agroindustrial citrícola paulista / Luiz Felipe Ferrari Cerqueira de Farias. -- Campinas, SP : [s. n.], 2013.

Orientador: Edmundo Fernandes Dias.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Agroindústria. 2. Reforma agrária. 3. Trabalhadores rurais. 4. Conflito social. 5. Relações trabalhistas. I. Dias, Edmundo Fernandes, 1963- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Agribusiness and class struggle: different forms of labor subordination to capital within the citric agroindustrial complex of São Paulo
Palavras-chave em inglês:
Agribusiness
Agrarian reform
Agricultural workers
Class conflict
Labor relations
Área de concentração: Sociologia
Titulação: Mestre em Sociologia
Banca examinadora:
Edmundo Fernandes Dias [Orientador]
Antônio Thomaz Júnior
Francisco José da Costa Alves
Data da defesa: 12-04-2013
Programa de Pós-Graduação: Sociologia

LUIZ FELIPE FERRARI CERQUEIRA DE FARIAS

AGRONEGÓCIO E LUTA DE CLASSES:
DIFERENTES FORMAS DE SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CITRÍCOLA PAULISTA

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Sociologia defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 12/04/2013

BANCA EXAMINADORA:

TITULARES:

Prof. Dr. Sílvio César Camargo (Presidente – DS/IFCH/Unicamp)

Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior (Unesp/Presidente Prudente)

Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves (Ufscar)

SUPLENTES:

Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi (Unesp/Araraquara)

Prof. Dr. Ricardo Antunes (IFCH/Unicamp)

Abril/2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicial e especialmente à Olívia, minha companheira de vida, pela construção cotidiana de amor e carinho que adoçam nossa vida e fortalecem nossa humanidade em meio às mazelas do mundo.

Agradeço também à Terezinha, minha mãe, por ter me transmitido desde cedo o desejo de participar da transformação da atual ordem social.

Agradeço aos camaradas das organizações políticas por onde passei, em particular à Ana Elisa, ao Rodrigo e à Tatiana, com quem muito aprendi ao realizar minhas primeiras experiências de aproximação com movimentos populares e de trabalhadores.

Ao Edmundo Dias, raro educador entre os professores brasileiros, agradeço pelas muitas conversas em que soube com delicadeza e paciência apontar as fragilidades de meus argumentos teóricos e de minhas iniciativas práticas.

Aos professores Antônio Thomaz Jr., Fernando Lourenço, Francisco Alves e Maria Orlanda Pinassi, agradeço pela leitura atenta desta dissertação e pelos comentários, sejam eles informais ou em bancas de qualificação e defesa.

Aos membros da Associtrus (Associação brasileira de citricultores), MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem terra) e de sindicatos ligados à Feraesp (Federação dos empregados rurais do estado de São Paulo), Fetaesp (Federação dos trabalhadores rurais do estado de São Paulo) e Fetiaesp (Federação dos trabalhadores das indústrias de alimentação do estado de São Paulo), agradeço pela atenção com que me receberam e pela disposição com que me ajudaram a contatar trabalhadores para a realização das entrevistas que compõem este texto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), agradeço pelos 24 meses de bolsa de mestrado que permitiram a realização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste texto é investigar as diferentes frações da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial no complexo citrícola paulista: pequenos produtores familiares de laranjas, assalariados rurais e assalariados industriais. Propomo-nos analisar as continuidades e descontinuidades sociais e políticas existentes entre estas diferentes frações, com o propósito de apreender a classe trabalhadora que compõe este complexo enquanto uma totalidade concreta. Para tanto, destacaremos e analisaremos trechos de entrevistas com múltiplos sujeitos que têm seu sobretrabalho explorado pelo capital agroindustrial citrícola no estado de São Paulo: pequenos produtores de laranjas que mantêm seu modo de vida e trabalho familiares; pequenos produtores de laranjas em acentuado processo de proletarização; pequenos proprietários ou posseiros migrantes que se assalariam periodicamente em lavouras paulistas; assalariados rurais manuais com e sem registro em carteira; operadores de máquinas agrícolas e transportadores de laranjas às agroindústrias; trabalhadores de chão de fábrica terceirizados ou efetivos, safristas ou permanentes. A partir da reprodução de citações o mais próxima possível à fala destes trabalhadores entrevistados, buscaremos analisar as tendências e contra-tendências de sua consciência a respeito das contradições a que estão submetidos e as múltiplas estratégias coletivas e individuais por eles acionadas para contorná-las.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to investigate different fractions of the working class subordinated to capital within the citric agroindustrial complex in São Paulo. We intend to analyze the social and political continuities and discontinuities among family citriculturists, rural wage workers and industrial wage workers. To do so, we will transcribe and examine interviews with multiple subjects exploited by the citric agroindustrial capital: small citriculturists who maintain their family way of work and life; small citriculturists in intensive process of proletarianization; squatters who periodically migrate to become wage earners in São Paulo; rural laborers and agricultural machine operators; truck drivers who transport oranges into the industries; industrial workers hired permanently or temporarily, etc. We will analyze the tendencies and counter-tendencies of their speech regarding the contradictions to which they are submitted, as well as the collective and individual strategies which they mobilize in response.

SUMÁRIO

Apresentação.....13

Capítulo 1: Modernização conservadora e classe trabalhadora no campo brasileiro 23

Introdução.....23

Desenvolvimento desigual e combinado da articulação indústria-agricultura e os múltiplos contextos da classe trabalhadora rural..... 31

Desenvolvimento desigual e combinado das mediações de controle sobre a mão de obra e as múltiplas subjetividades da classe trabalhadora rural..... 47

Mecanização na lavoura, automação no chão de fábrica e os desafios da luta de classes..... 65

Capítulo 2: Modernização conservadora e classe trabalhadora no complexo citrícola paulista..... 83

Introdução..... 83

Ofensiva das agroindústrias citrícolas na década de 1990 e subordinação do trabalho dos pequenos produtores familiares ao capital..... 91

Metamorfoses no mercado de trabalho rural na citricultura e subordinação formal do trabalho assalariado ao capital..... 114

Reestruturações no interior da agroindústria citrícola e subordinação real do trabalho assalariado ao capital..... 140

Capítulo 3: Vozes do trabalho – Exclusão e proletarização da pequena produção familiar citrícola paulista..... 157

Introdução..... 157

Exclusão da pequena produção familiar do consenso estabelecido no interior do complexo citrícola paulista.....166

Proletarização da pequena produção familiar citrícola paulista..... 185

Capítulo 4: Vozes do trabalho – Assalariados rurais, direitos trabalhistas e luta pela terra na citricultura paulista.....205

Introdução.....205

Informalidade e formalidade na exploração-dominação sobre assalariados rurais na citricultura paulista.....214

Assalariados rurais e a luta pela terra na citricultura paulista.....246

Capítulo 5: Vozes do trabalho – Assalariados industriais, reestruturação produtiva e fechamentos de fábricas no complexo citrícola paulista.....265

Introdução.....265

Flexibilizações empregatícias, automação e transformações na hierarquia do chão de fábrica no complexo citrícola paulista.....274

Fusões, aquisições e fechamentos de fábricas no complexo citrícola paulista.....295

Considerações finais.....307

Bibliografia.....313

Apresentação

"O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações"

(Marx, 1859)

O objetivo deste texto é investigar as diferentes frações da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial no complexo citrícola paulista: pequenos produtores familiares de laranjas, assalariados rurais e assalariados industriais. Propomo-nos analisar as continuidades e descontinuidades sociais e políticas existentes entre estas diferentes frações, com o propósito de apreender a classe trabalhadora que compõe este complexo enquanto uma *totalidade concreta*.

O atual contexto político de fragmentação dos trabalhadores reflete-se na tendência, entre a intelectualidade que se propõe crítica ao assim chamado "agronegócio", de unilateralizar determinadas contradições da ordem do capital no campo em detrimento de todas as demais. Atualmente, com raras exceções, investigações acerca da espoliação de terras de diferentes populações realizada pelo capital pouco ou nada dizem a respeito da exploração do trabalho no campo brasileiro. Investigações acerca das condições de vida e trabalho da pequena produção familiar não avançam na análise da mão de obra assalariada rural e agroindustrial. Investigações acerca das contradições impostas pelo capital aos assalariados rurais manuais pouco acrescentam a respeito de operadores de máquinas agrícolas ou transportadores. Investigações acerca dos assalariados da lavoura abstêm-se via de regra das contradições impostas aos assalariados do chão de fábrica nas agroindústrias.

Ironicamente, a integração destes fenômenos tem sido hoje investigada preferencialmente pela intelectualidade a serviço do próprio capital e/ou da administração estatal. Ainda que de maneira apologética, a produção teórica-política mais próxima ao capital agroindustrial tem tido atualmente maior sucesso em apresentar uma visão de conjunto acerca do campo brasileiro, desde a produção de máquinas e insumos agrícolas até o beneficiamento agroindustrial e comercialização, desde o planejamento de utilização do território até a elaboração de mediações de controle sobre a força de trabalho. De fato,

na medida em que dirigem a sociedade a partir de uma estrutura organizativa e de um projeto político e ideológico minimamente unívocos e coerentes, as classes dominantes não podem estilhaçar sua própria leitura do mundo em uma miríade de fragmentos fragilmente inter-conectados.

Tudo se passa, portanto, como se também no plano teórico se estabelecesse uma correlação de forças favorável ao capital agroindustrial e desfavorável às classes trabalhadoras e subalternas. Enquanto as críticas à ordem no campo são apresentadas teórica e politicamente sob a forma de conflitos locais reivindicando reconhecimento de determinados direitos de determinados povos ou segmentos de trabalhadores, a hegemonia do capital agroindustrial se mostra cada vez mais incontestada *em seu conjunto*. Nesse contexto, os atuais instrumentos críticos mostram-se crescentemente insuficientes no combate à apologia do assim chamado "agronegócio", que avança sobre a academia e sobre o senso comum a partir de uma sólida ofensiva política e ideológica de deslegitimação de qualquer contraponto à expansão do mercado de terras e da produção de *commodities* agrícolas.

A contraposição a tal estado de coisas exige que assumamos o ponto de vista da totalidade. Em primeiro lugar, isso implica em *evitar um discurso universalista, porém formal*. No afã de apreender a unidade do campo brasileiro, não podemos abrir mão de suas clivagens e descontinuidades, de seus ritmos defasados e múltiplos contextos. Em segundo lugar, isso implica também em *evitar um discurso concreto, porém fragmentado*. No afã de apreender a particularidade dos sujeitos que mais sofrem com a ordem do capital e do assim chamado "agronegócio", não podemos abrir mão da pretensão hegemônica de uma nova organização societária. Apenas rejeitando leituras abstratas e homogêneas ou unilaterais e fragmentárias poderemos contribuir com a construção de novos instrumentos teóricos/políticos que nos ajudem a elucidar potencialidades de articulação entre diferentes frações das classes trabalhadoras e subalternas e colocar em xeque as barreiras que as separam.

Desde esta perspectiva política/metodológica, buscaremos aqui contribuir com a análise histórica do desenvolvimento desigual e combinado do capital no campo brasileiro

em geral e no complexo citrícola paulista em particular, com o objetivo de alcançar uma leitura multideterminada da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial. Fundando-nos em fatores econômicos, políticos e ideológicos, investigaremos a trajetória ao longo das décadas de 1990 e 2000 das contradições que pesam sobre pequenos citricultores familiares, assalariados rurais e assalariados industriais do complexo citrícola. Como veremos, por um lado, todas estas frações da classe trabalhadora viram-se neste período submetidas a um conjunto cada vez mais restrito de indústrias processadoras de suco de laranja; por outro, todas mantiveram especificidades econômicas, políticas e ideológicas que as diferenciam em maior ou menor grau umas das outras.

A investigação das continuidades e descontinuidades entre estas frações da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial citrícola exigirá a análise dos nuances que marcam a consciência de seus membros. Para tanto, destacaremos e analisaremos neste texto trechos de entrevistas com múltiplos sujeitos que têm seu sobretrabalho explorado no interior deste complexo: pequenos produtores de laranjas que mantêm seu modo de vida e trabalho familiares; pequenos produtores de laranjas em acentuado processo de proletarização; pequenos proprietários ou posseiros migrantes que se assalariam periodicamente em lavouras paulistas; assalariados rurais manuais com e sem registro em carteira; operadores de máquinas agrícolas e transportadores de laranjas às agroindústrias; trabalhadores de chão de fábrica terceirizados ou efetivos, safristas ou permanentes. A partir da reprodução de citações o mais próxima possível à fala destes trabalhadores entrevistados, buscaremos analisar as tendências e contra-tendências de sua consciência a respeito das contradições a que estão submetidos e as múltiplas estratégias coletivas e individuais por eles acionadas para contorná-las.

O texto foi construído tendo por objetivo evitar dois riscos metodológicos polares: a denúncia abstrata desconectada do real e o empirismo superficial pouco explicativo. Como veremos, a base conceitual exposta nos primeiros dois capítulos será o eixo em torno do qual selecionaremos e organizaremos o material empírico coletado em nosso trabalho de campo. Os trechos de entrevistas destacados nos três capítulos seguintes, por sua vez, serão relevantes para concretizar debates teóricos da sociologia rural e para contribuir com o esforço das classes trabalhadoras e subalternas na reflexão acerca de seus desafios e

horizontes políticos. Partindo de determinações gerais e alcançando determinações específicas, sustentaremos que a classe trabalhadora deve ser apreendida enquanto uma totalidade viva e heterogênea, portadora de um conjunto articulado e multifacetado de contradições com o capital.

No *primeiro capítulo* buscaremos recuperar algumas das determinações chave do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo brasileiro, vinculando-as às transformações da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial mais relevantes para nossa pesquisa. Acompanhando em grossos traços a luta de classes no universo rural brasileiro ao longo da segunda metade do século XX (desde a implantação da ditadura do capital sob tutela militar após 1964 até o fortalecimento do assim chamado "agronegócio" nos anos 2000), pretendemos destacar as transformações econômicas, políticas e ideológicas impostas ao campo brasileiro, assim como seu caráter conservador no que toca ao poder do capital sobre a terra e sobre a força de trabalho.

Dentre outros aspectos, investigaremos ao longo deste período a massiva expropriação de trabalhadores rurais com acesso à terra e a crescente perda de autonomia de pequenos produtores familiares no interior dos complexos agroindustriais. Apresentaremos em seguida as transformações das mediações político-ideológicas da exploração dos assalariados rurais, com destaque para as estruturais deficiências na extensão de direitos sociais e trabalhistas para esta parcela da população. Apontaremos por fim a mecanização das atividades no campo, a automação no interior das agroindústrias e os desafios daí decorrentes para a organização sindical e política da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial no Brasil.

No *segundo capítulo* buscaremos recuperar algumas das determinações chave do complexo agroindustrial citrícola paulista em particular, responsável pela geração de 400 mil empregos diretos e indiretos e por cerca de 50% da produção mundial e 85% das exportações mundiais de suco de laranja (Neves, 2007 e 2010). Acompanhando a dinâmica da luta de classes no interior deste complexo especificamente entre as décadas de 1990 e 2000, pretendemos destacar as transformações que impactaram o modo de vida e trabalho das três frações da classe trabalhadora objetos de nossa pesquisa.

Apresentaremos primeiramente o aumento do poder das agroindústrias sobre a produção e comercialização de laranjas e o conseqüente incremento da subordinação do trabalho de pequenos citricultores familiares ao capital. Destacaremos em seguida as metamorfoses no mercado de trabalho na citricultura e suas implicações para os assalariados rurais do complexo. Apontaremos por fim as reestruturações no processamento de suco de laranja e suas conseqüências para os assalariados do chão de fábrica das agroindústrias citrícolas. Em grau maior de concretude, serão recuperadas determinações sociais e políticas destas frações de classe já expostas no primeiro capítulo, enriquecendo o instrumental conceitual a partir do qual realizaremos nossa análise do material empírico.

No *terceiro capítulo* apresentaremos o modo como a contradição entre o capital agroindustrial citrícola e os pequenos produtores familiares de laranjas aparece à consciência destes. Através da seleção e análise de trechos entrevistas com membros desta fração da classe trabalhadora, serão expostas as tendências e contra-tendências que sobre eles se impõem, de maneira a compor um quadro multifacetado de sua situação econômica, política e ideológica. Com base nos instrumentos conceituais apresentados anteriormente, pretendemos demonstrar que a resultante de tais tendências e contra-tendências é um processo acentuado de *exclusão e proletarização* da pequena produção familiar citrícola.

No *quarto capítulo* apresentaremos o modo como a contradição entre o capital agroindustrial citrícola e os assalariados rurais aparece à consciência destes. Através da seleção e análise de trechos de entrevistas com membros desta fração da classe trabalhadora, será analisada a multiplicidade de vínculos empregatícios e de contextos em que se inserem colhedores e operadores de máquinas agrícolas; assalariados de pomares das agroindústrias e de seus fornecedores; migrantes e "do lugar"; com e sem registro em carteira, etc. Investigaremos em especial as ambigüidades que marcam o discurso de tais trabalhadores a respeito da *luta por direitos trabalhistas* e a respeito da *luta por terra* no cinturão citrícola paulista.

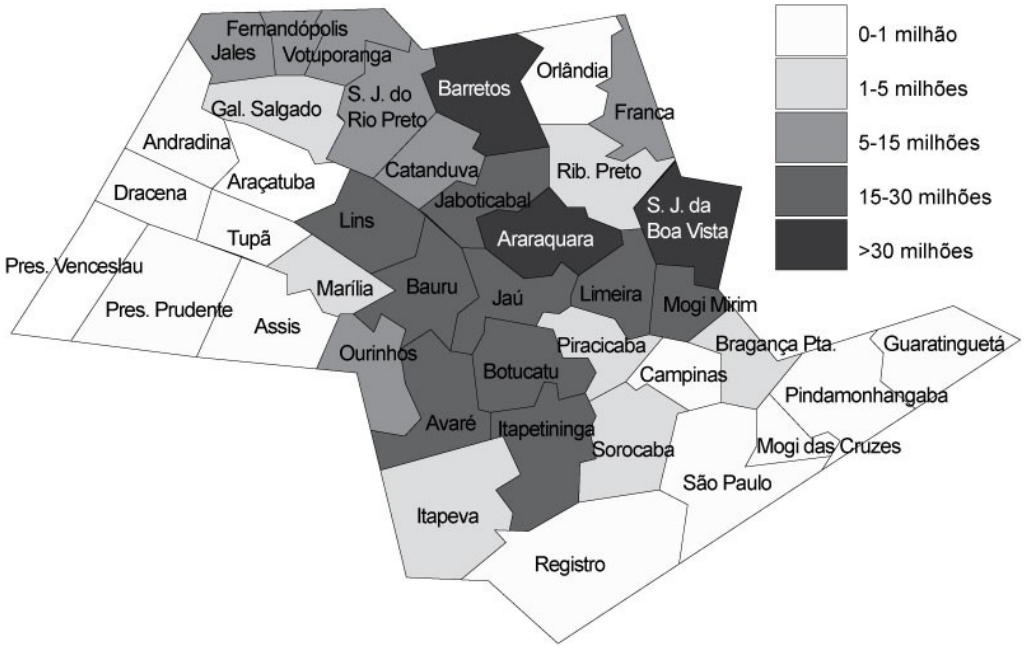
No *quinto capítulo* apresentaremos o modo como a contradição entre o capital agroindustrial citrícola e os assalariados industriais aparece à consciência destes. Mais uma vez através da seleção e análise de trechos de entrevistas com membros desta fração da classe trabalhadora, será analisada a multiplicidade de contextos em que se inserem

transportadores de laranjas da lavoura à indústria; trabalhadores terceirizados no chão da fábrica; ajudantes de serviços gerais e operadores de máquinas contratados por tempo determinado ou indeterminado, etc. Investigaremos em especial sua leitura a respeito da *reestruturação produtiva* e dos *fechamentos de fábricas* que vêm marcando o complexo citrícola paulista.

Para a elaboração destes três capítulos finais foram realizadas ao longo das safras 2011/2012 e 2012/2013 30 entrevistas semi-estruturadas com pequenos citricultores familiares, 35 com assalariados rurais citrícolas e 30 com assalariados das indústrias de suco de laranja. A seleção e análise dos trechos destas entrevistas foram realizadas a partir de instrumentos de pesquisa qualitativa, buscando salientar aspectos que usualmente passam desapercebidos a instrumentos de pesquisa quantitativa. Como veremos, a reprodução de trechos por vezes longos de entrevistas permitirá destacar nuances das leituras e das estratégias de trabalhadores submetidos a condições similares, possibilitando-nos investigar as potencialidades e os obstáculos de sua constituição enquanto sujeitos políticos coletivos no interior da luta de classes que permeia este complexo agroindustrial.

No que diz respeito aos *pequenos produtores familiares citrícolas*, as entrevistas foram realizadas com proprietários de até 50 hectares, que já forneceram ou ainda fornecem laranjas às agroindústrias e realizam parte do trabalho no sítio com mão de obra familiar. Os contatos foram realizados através de sindicatos rurais e da Associação Brasileira de Citricultores (Associtrus). As entrevistas foram conduzidas nas dependências destas instituições ou nas casas ou sítios dos entrevistados nas cidades de Monte Azul Paulista (pertencente ao Escritório de Desenvolvimento Rural de Barretos), Ibitinga e Taquaritinga (pertencentes ao Escritório de Desenvolvimento Rural de Jaboticabal). Por um lado, trata-se de regiões citrícolas tradicionais, ainda responsáveis por parcela significativa do cultivo da laranja no estado; por outro, trata-se de regiões nas quais os pomares especialmente de pequenos citricultores vêm sendo gradativamente suprimidos nas últimas décadas.

Figura 1: Distribuição da produção citrícola entre os EDRs do estado de São Paulo por milhões de caixas de laranjas produzidas na safra 2011/2012



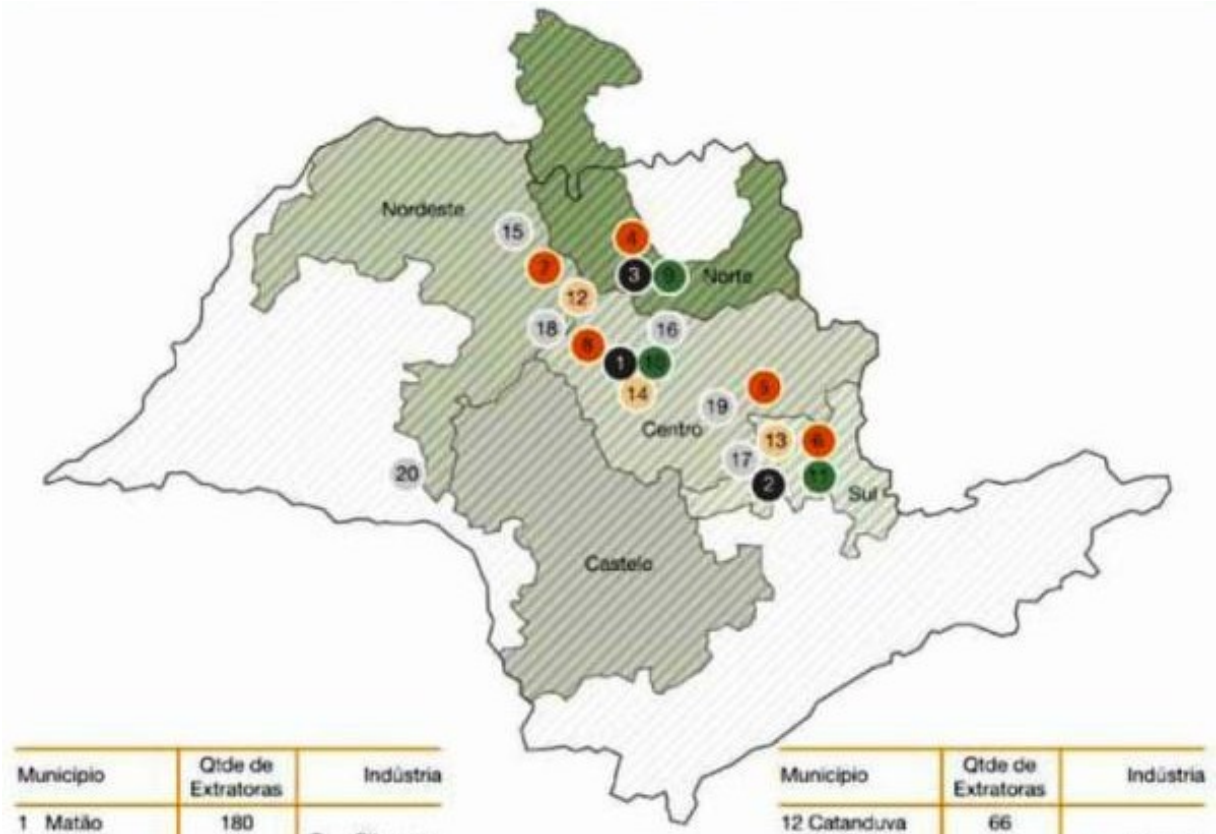
Fonte: IEA

No que diz respeito aos *assalariados rurais*, os contatos foram realizados através de sindicatos de empregados rurais, de sindicatos de trabalhadores rurais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As entrevistas foram conduzidas nas dependências destas instituições ou nas casas dos trabalhadores nos municípios de Monte Azul Paulista e Severínia (pertencentes ao EDR de Barretos), Iaras e Borebi (pertencentes respectivamente aos EDRs de Avaré e Bauru). Trata-se de regiões marcadas por diferentes contextos sociais e experiências políticas: enquanto no Centro-Norte do estado investigamos preferencialmente a informalidade e a formalidade nos vínculos empregatícios e a luta sindical por direitos sociais e trabalhistas dos colhedores de laranjas, no Centro-Sul do estado investigamos preferencialmente o conflito fundiário entre MST e Cutrale e a presença de assalariados rurais citrícolas na luta pela terra.

No que diz respeito aos *assalariados industriais*, os contatos foram realizados através dos sindicatos de trabalhadores das indústrias de alimentação. As entrevistas foram conduzidas nas dependências destas instituições ou nas casas dos trabalhadores nos municípios de Matão e Bebedouro. Por um lado, trata-se de cidades que concentram a

maior capacidade de extração de laranjas no estado de São Paulo, como mostra o mapa abaixo; por outro, trata-se também de cidades marcadas pelos maiores fechamentos recentes de fábricas de suco de laranja paulistas: a Citrosuco de Bebedouro em fevereiro de 2009 e a Citrovita de Matão em fevereiro de 2012.

Figura 2: Distribuição das indústrias de suco de laranja no estado de São Paulo



Município	Qtde de Extratoras	Indústria
1 Matão	180	Citrosuco
2 Limeira	60	
3 Bebedouro	72	
4 Colina	96	Cutrale
5 Araraquara	84	
6 Conchal	44	
7 Uchoa	42	
8 Itápolis	24	
9 Bebedouro	84	Dreyfus
10 Matão	70	
11 Eng. Coelho	60	

Município	Qtde de Extratoras	Indústria
12 Catanduva	66	Citrovita
13 Araras	66	
14 Matão	56	
15 Mirassol	24	Bascitros
16 Dobrada	12	KB
17 Rio Claro	7	Selial Citros
18 Itajobi	6	Agromex
19 São Carlos	6	Hildebrand
20 Santa Cruz do Rio Pardo	5	Guacho

Fonte: Elaborado por Markestrat a partir de CitrusBR

(Neves, 2010)

A articulação *prática* destas diversas frações de trabalhadores subordinados ao capital agroindustrial pode ser fortalecida a partir da compreensão *teórica* das continuidades e descontinuidades entre elas existentes. Partindo desse pressuposto, esperamos contribuir com o esforço de crítica e superação da fragmentação que hoje se impõe sobre estes trabalhadores a partir do mapeamento dos principais eventos da luta de classes nas últimas duas décadas no interior de toda a cadeia produtiva citrícola paulista. Queremos com isso nos inserir no esforço coletivo de construção da unidade política entre aqueles que mais sofrem com o assim chamado "agronegócio", com vistas à construção de uma nova ordem no campo brasileiro.

Capítulo 1: Modernização conservadora e classe trabalhadora no campo brasileiro

O objetivo deste primeiro capítulo é recuperar algumas das determinações chave do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo brasileiro desde 1964, vinculando-as às transformações da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial mais relevantes a nossa pesquisa. Acompanharemos em grossos traços a luta de classes no universo rural brasileiro na segunda metade do século XX, destacando suas multifacetadas implicações sobre a força de trabalho envolvida em todos os momentos do processo produtivo das agroindústrias. Ao longo do texto buscaremos a um só tempo desenhar o desenvolvimento social e político das frações de classe estudadas em nossa pesquisa e apresentar o instrumental conceitual básico que guiará a parte empírica de nossa exposição.

- *Introdução*

A exposição da assim chamada modernização conservadora do campo brasileiro nos últimos 50 anos exige um rápido prelúdio em que se retome tanto o acirramento das contradições de classe quanto os delineamentos básicos dos projetos reformistas no período que antecede o golpe de 1964. Nesta fase de forte ascenso da luta dos trabalhadores no campo brasileiro destaca-se, ainda na primeira metade da década de 1950, o significativo aumento do número de greves nas grandes plantações de cacau e cana na Bahia e em Pernambuco e de café em São Paulo. Ainda que inseridos em relações de trabalho complexas, marcadas por laços de dependência pessoal em relação aos proprietários e pela produção própria de meios de subsistência através do acesso parcial e precário à terra, os trabalhadores rurais destas culturas apresentaram significativos traços trabalhistas em suas reivindicações. Dentre as principais mobilizações deve-se mencionar não apenas as greves com objetivos salariais, mas também as ações na justiça,

reivindicando a extensão aos trabalhadores rurais dos direitos já garantidos ao operariado urbano pela Consolidação das Leis do Trabalho[1] (Medeiros, 1989).

A estas mobilizações somaram-se ainda as lutas por terra por parte dos mais diversos grupos de trabalhadores rurais por todo o Brasil. A década de 1950 foi marcada por embates de arrendatários contra altas taxas de arrendamento ou contra contratos que obrigavam o trabalhador a entregar as terras após certo período de tempo com o pasto formado[2]; por lutas de posseiros, em especial nas áreas de fronteira agrícola, opondo-os às falsificações de títulos realizadas por grileiros[3]; por enfrentamentos de foreiros e moradores contra restrições à concessão de terras para plantio próprio dos trabalhadores ou

[1] "*O que gostaríamos de sublinhar é o fato de toda essa legislação social trabalhista [da Era Vergas] excluir de seus objetivos os trabalhadores agrícolas e a sindicalização rural. O Decreto-Lei n. 1.402, de 5/8/1939, que regulou as associações em sindicato, determinava em seu artigo 58 ser inaplicável às atividades profissionais relativas à agricultura e à pecuária e, ainda que não proibisse expressamente a sindicalização rural, subordinava-a a uma regulação especial que só se realizaria efetivamente no início dos anos 60. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1/5/1943, também deixava claro em seu artigo 7, letra 'b', que seus preceitos não se aplicariam aos trabalhadores agrícolas, salvo quando houvesse em cada caso determinações em contrário*" (Coletti, 1998, p.36)

[2] Destaca-se neste conjunto o conflito de Santa Fé do Sul, em São Paulo, na fazenda de Zico Diniz. Trabalhadores arrendatários, que haviam recebido a terra com compromisso de entregá-las com o capim formado, recorreram a um advogado em 1959, solicitando a renovação de contratos. Prepostos do proprietário mandaram então plantar capim no meio das lavouras. Respaldados pelo PCB, os arrendatários responderam com uma operação "arranca capim". Com a mediação do governo estadual, foi elaborado novo contrato de arrendamento de um ano, ao fim do qual, em 1960, eclodiu novo conflito. Enquanto o proprietário soltava o gado na roça dos lavradores, a Associação dos Lavradores de Santa Fé foi processada pelo DOPS e a principal liderança dos trabalhadores, Jofre Correia Neto, foi condenado. Os trabalhadores não conseguiram permanecer na terra (Medeiros, 1989).

[3] Merece menção neste conjunto o conflito de Trombas e Formoso, ao norte de Goiás. Ocupada por posseiros, a área tornou-se na década de 1950 objeto de grilagem. Os conflitos já haviam se acirrado quando em 1954 chegaram à região militantes do PCB. Sob sua influência os posseiros organizaram-se em "conselhos e córregos" e fundaram em 1955 a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas. Em 1957 o governo estadual organizou uma ofensiva contra os posseiros e foi recebido com piquetes de resistência. Realizou-se então um acordo segundo o qual o governo estadual retiraria as tropas da região enquanto o PCB apoiaria as pretensões do governador de estender seu mandato e apresentar seu filho à sucessão. Estabeleceu-se com isso uma área liberada 10 mil quilômetros quadrados, organizada a partir de três associações e vinte e três conselhos dos trabalhadores. As ofensivas militares contra a região após o golpe militar de 1964 prenderam e torturaram vários dos principais líderes do movimento (Martins, 1981).

contra aumentos abusivos do "foro"[4]. Seja com objetivos trabalhistas, seja organizadas em torno da demanda pela terra, as lutas dos trabalhadores rurais das décadas de 1950 e 1960 colocaram crescentemente em xeque o bloco histórico agrário-industrial que dirigia o Brasil desde 1930 e tinha por traços fundamentais não apenas a intocabilidade da estrutura agrária ultra-concentrada em nosso país, mas também a aplicação extremamente restrita da legislação trabalhista ao campo.

Sobre a base deste ascenso da luta dos trabalhadores rurais construiu-se sua nova estrutura político organizativa. A partir de uma convocatória do Partido Comunista Brasileiro (PCB) realizou-se em 1954 a II Conferência Nacional de Lavradores, onde se decidiu pela criação de uma entidade de luta pela reforma agrária de âmbito nacional, a *União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).* Pouco depois, no I Congresso Camponês de Pernambuco em 1956, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, fundada no ano anterior a partir da resistência de foreiros ameaçados de expulsão por proprietários do Engenho Galiléia, adquiriu estrutura orgânica, transformando-se nas *Ligas Camponesas*. Em 1960, mais ao Sul, articulados com o Partido Trabalhista Brasileiro, agricultores expulsos de suas terras criaram em 1960 o *Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER)*, que tinha como particular forma de luta acampamentos em perímetros de latifúndios improdutivos cuja desapropriação era reivindicada. Em novembro de 1961 a luta de classes no campo ganhou novo impulso e dimensão com a realização em Belo Horizonte do I Congresso Camponês, com 1600 delegados de diversas forças políticas que atuavam no campo, com especial destaque para as mencionadas acima. A esta efervescência organizativa acresce-se ainda a implementação da estrutura sindical rural, regulamentada em lei em 1962 e unificada em

[4] Destaca-se dentre estes conflitos o surgido no Engenho Galiléia, em Vitória do Santo Antão, Pernambuco. Em 1955 organizou-se lá a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, uma associação com fins assistenciais, mas que tinha também por objetivo a defesa de foreiros ameaçados de despejo. Pouco depois, com apoio do advogado e deputado estadual pelo PSB Francisco Julião, a associação do Engenho Galiléia se transformaria em gérmen das Ligas Camponesas. O caso estendeu-se até 1959, quando a Assembléia Legislativa de Pernambuco desapropriou o engenho Galiléia, entregando-o à Companhia de Revenda e Colonização (CRC). Esta agência estatal, por meio de sua forma arbitrária e verticalizada de distribuição das terras, esforçou-se por separar e desmobilizar os trabalhadores rurais. A relativa vitória, contudo, foi suficiente para detonar a ampliação da base de organização das Ligas em Pernambuco e outros estados. (Bastos, 1984).

1964 em torno da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), sob orientações especialmente do PCB e da Igreja Católica. Todos estes fenômenos expressavam o acirramento e o novo formato das contradições agrárias no Brasil: a luta dos trabalhadores do campo tendeu a despir-se do localismo e do isolamento que a caracterizaram anteriormente, a assumir contornos nacionais e a articular-se com os demais setores organizados das classes subalternas.

Neste cenário de ascenso da luta dos trabalhadores, intelectuais e forças políticas de diferentes vertentes empenharam-se em construir projetos de transformação da sociedade brasileira nos quais a reforma agrária desempenhava importante papel. Ainda que marcados por matrizes interpretativas diversas e por distintos horizontes políticos tanto no plano tático como no plano estratégico, os diferentes projetos de reforma tendiam a certos consensos no que diz respeito aos principais obstáculos impostos pela estrutura agrária do país. Sustentava-se, em primeiro lugar, que os latifúndios brasileiros eram incapazes de incorporar desenvolvimento técnico à produção. A extrema concentração de poder e riqueza nas mãos dos latifundiários os impelia a responder aos aumentos de demanda do mercado interno ou externo seja por meio da incorporação de novas terras, seja por meio da intensificação da exploração do trabalho. Tal padrão mantinha a produtividade do trabalho do campo brasileiro em níveis extremamente rudimentares, o que tendia a se manifestar no aumento de preços de matérias primas e alimentos, como verificado com a inflação da primeira metade da década de 1960. Havia certo consenso também em torno da interpretação de que a estrutura agrária brasileira impunha obstáculos à formação de um mercado interno para produtos industriais. Tanto a não aplicação da legislação trabalhista no campo quanto a reprodução de baixos salários decorrentes da super-exploração do trabalho e da extrema concentração de terras, mantinham grande parcela da população trabalhadora brasileira na miséria, impossibilitando-a de incorporar a seu consumo os produtos que a industrialização brasileira lhes oferecia. Bielschowsky, em sua leitura acerca do pensamento econômico brasileiro entre 1930 e 1964 assim caracteriza a posição das formulações socialistas a respeito:

> "Nos textos da corrente socialista, as análises das relações entre estrutura agrária e desenvolvimento econômico acentuavam os efeitos negativos do latifúndio sobre a oferta agrícola e o mercado interno. Do lado da oferta, o latifúndio era avaliado como unidade produtiva incapaz de atender à expansão da oferta de gêneros alimentícios exigida pelo desenvolvimento econômico. As razões apontadas não eram diferentes daquelas encontradas nos textos de autores cepalinos. Primeiro considerava-se o latifúndio impenetrável, no essencial, pelo progresso técnico, e perpetuador de práticas agrícolas atrasadas e destruidoras do solo. Segundo, considerava-se que o latifúndio mantinha incultivados amplos espaços plenamente agricultáveis, como consequência da atitude não empresarial do grande proprietário rural brasileiro. (...) O latifúndio prejudicava o desenvolvimento, segundo os socialistas, também porque era um empecilho à formação de um mercado interno. O argumento essencial era que a concentração da propriedade rural é a principal causa do subemprego e desemprego urbano, pois inviabiliza a fixação do homem na terra e provoca um contínuo fluxo migratório para as cidades. A consequência seria uma forte pressão sobre o mercado de trabalho, conduzindo a baixos salários, próximos aos baixos rendimentos auferidos pelos lavradores, e obstrução à expansão do mercado interno no campo e nas cidades" (Bielschowsky, 2007, p. 205)

Apesar das afinidades interpretativas, contudo, os horizontes políticos dos projetos reformistas da época eram consideravelmente distintos. A posição hegemônica no interior do PCB sustentava que estava em curso uma etapa de desenvolvimento de forças produtivas sob via capitalista, de modo que os desafios políticos da época diziam respeito à luta contra os fatores que obstaculizavam tal marcha histórica. Tratava-se, portanto de levar a cabo uma revolução democrática que pusesse fim aos traços feudais que marcavam a estrutura agrária brasileira e aos limites que o capital imperialista impunha ao desenvolvimento industrial nacional. Em seu "Manifesto de agosto" de 1950, o PCB definia como base social de sua ação política os operários, os camponeses e as camadas médias, constituídas pelo funcionalismo pobre civil e militar e por "intelectuais honestos". Contudo, já em sua "Declaração de março" de 1958, marcada pela aproximação entre o PCB e o governo Kubitschek, propõe-se uma frente única anti-feudal e anti-imperialista composta por operários, por camponeses, pela pequena burguesia urbana e por setores da "burguesia nacional" e de latifundiários que possuíssem contradições com o imperialismo norte-americano.

Ainda nos anos 1960 fortes divergências surgiram quanto a esta interpretação no espectro socialista, dentro e fora das hostes partidárias. Impulsionadas externamente pela dinâmica das reformas agrárias no interior da revolução cubana e internamente pelos limites que se explicitavam no discurso e prática pcbistas, surgiram interpretações que contestavam, por um lado, a existência de uma "burguesia nacional" interessada em engajar-se na luta anti-imperialista e, por outro, o caráter feudal das relações de produção vigentes no campo brasileiro[5]. Decorria destas críticas uma posição minoritária no interior da corrente socialista que interpretava a luta em torno da questão agrária imediatamente como luta pela revolução socialista. Esta posição pode ser exemplificada a partir da seguinte formulação de Löwy:

> "A revolução agrária deverá ser no Brasil, como em toda América Latina, parte integrante de um vasto processo de revolução ininterrupta, no qual as massas exploradas da cidade e dos campos destruirão simultaneamente, seus três grandes opressores: o imperialismo, o capitalismo e o latifundiário. As finalidades da revolução agrária no Brasil poderão ser, basicamente, as seguintes: 1) expropriação sem indenização dos grandes latifundiários e empresas agrícolas capitalistas. 2) Formação, nas grandes propriedades, de comunas agrárias democraticamente administradas e controladas pelos seus trabalhadores. 3) Incentivo à formação de cooperativas entre os pequenos proprietários que não tenham aderido ainda às comunas" (Löwy, Rev. Brasiliense, set-out. 1960, p. 68-69 apud Bielschowsky, 2007)

[5] A mais significativa destas críticas foi a Caio Prado Jr., formulada inicialmente em seus artigos a respeito da questão agrária (Prado Jr., 1960 e 1962) e posteriormente sistematizada n'*A Revolução Brasileira* de 1966: "*O conceito de latifúndio feudal ou semi feudal é inaplicável e inteiramente descabido no que respeita ao Brasil e a sua estrutura rural. (...) A grande propriedade rural brasileira tem uma origem histórica distinta, constituída à base da exploração comercial em larga escala (isto é, não parcelária) e realizada com o braço escravo introduzido conjuntamente com ela e para ela. Não houve aí, como nas origens do agrarismo feudal, a constituição do latifúndio em superposição a uma economia camponesa preexistente, que se perpetuou explorada por senhores feudais"* (Prado Jr., 1966, p. 34). *"Ainda menos se justifica a discriminação feita na teoria consagrada da revolução brasileira entre uma burguesia 'compradora', associada ao imperialismo, e uma burguesia 'nacional', antiimperialista por força da natureza específica de seus negócios e atividades. (...) Os defensores de tal teoria explicam a oposição da burguesia 'nacional' ao imperialismo com o fato da concorrência que as empresas estrangeiras instaladas no Brasil vinham a fazer às suas atividades. Entretanto, em proporção crescente os industriais brasileiros de certa expressão, os mais 'progressistas' e próximos da imagem que se faz da burguesia 'nacional', começaram a se associar pelos mais diversos laços àquelas empresas e a interesses econômicos e financeiros internacionais em geral*" (Idem, p. 60-61).

Em contraponto a estas formulações, os intelectuais desenvolvimentistas que orbitavam em torno do setor público e da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) preconizavam a necessidade da realização de uma ampla reforma agrária que desconcentrasse a propriedade e posse da terra, concomitante à construção de um aparelho estatal eficiente e dotado de recursos, capaz de planejar politicamente as vias e horizontes do desenvolvimento nacional. Para tanto fazia-se necessário uma reforma administrativa, capaz de modernizar o setor público, e uma reforma tributária, capaz de taxar prioritariamente os setores até então mais beneficiados pelo desenvolvimento. Tais reformas tinham o objetivo de, por um lado, programar e otimizar a utilização da poupança interna brasileira, desperdiçada pelos setores privilegiados de nossa economia por seu consumo suntuário e baixa taxa de investimento; por outro lado, tinham o objetivo de combater a já apontada impermeabilidade da estrutura agrária de então ao progresso técnico, rompendo com o monopólio de poder e riqueza dos proprietários rurais. O poder público teria com isso as armas de combate às heterogeneidades estruturais da economia brasileira, redirecionando e valorizando a mão de obra rural, recurso abundante até então subutilizado pelo desenvolvimento nacional.

> "Se tivéssemos de sintetizar em poucas palavras os pontos essenciais das tendências estruturais de nossa economia no presente, diríamos que estas decorrem da limitada capacidade de resposta do setor agrário aos estímulos econômicos que se manifestam através do mecanismo dos preços e da forma anti-social como se financia o grande esforço de investimento realizado através do setor público. Assim, do ponto de vista econômico, as reformas de base somente terão eficácia se efetivamente alcançarem estes dois objetivos mínimos: dotar o país de uma agricultura capaz de responder ao estímulo de uma procura crescente pela absorção de técnicas e de capitais e não pela elevação dos preços e da remuneração relativa dos grupos parasitários, e dotar o governo de um instrumento fiscal que o capacite a financiar seus investimentos crescentes com recursos recolhidos naqueles setores que efetivamente estão sendo beneficiados pelo desenvolvimento, que é fruto do trabalho de toda a coletividade" (Furtado, 1962: 45)

O ascenso da luta dos trabalhadores e as diferentes vertentes políticas e ideológicas comprometidas com a reforma agrária foram derrotadas em 1 de abril de 1964. No período da ditadura do capital sob tutela militar que então se abriu, ocorreram algumas das transformações que estão na base do campo brasileiro tal como o conhecemos hoje. Por um

lado, multiplicaram-se os nexos entre a indústria e a agricultura, subordinando diversas culturas à dinâmica do processamento agroindustrial e ampliando significativamente a composição orgânica do capital aplicado na produção agrícola; por outro, transformaram-se as mediações políticas, jurídicas e ideológicas de controle do grande capital sobre a terra e a força de trabalho. Ambos os processos tiveram impactos profundos no modo de vida e nas relações de trabalho das classes subalternas do campo, reproduzindo, contudo, o padrão de miséria a que estiveram histórica e estruturalmente submetidas sob o capitalismo brasileiro.

No que toca aos obstáculos impostos pela estrutura agrária latifundiária à economia industrial nacional, a ditadura do capital sob tutela militar impôs ao país uma política de viés claramente concentrador de riqueza e poder, em aberto contraponto aos projetos reformistas socialistas ou cepalinos. Face as restrições impostas pela estrutura agrária à oferta adequada de bens agrícolas e à formação de um mercado interno para bens industriais, a ditadura respondeu com massivos recursos creditícios às camadas dominantes rurais, impondo uma integração técnica compulsória entre campo e indústria. Buscou com isso a um só tempo aumentar a produtividade do trabalho agrícola e dinamizar o mercado interno de meios de produção (tratores, máquinas agrícolas, fertilizantes, etc.), sem incrementar de modo significativo o mercado de bens de consumo da população trabalhadora rural, mantida em níveis miseráveis de vida[6]. A política agrícola da ditadura procurou assim compelir as classes dominantes rurais à reversão da impermeabilidade do latifúndio ao progresso técnico, sem romper com seu estrito controle sobre a terra e recursos públicos.

No que toca às novas mediações políticas, jurídicas e ideológicas de controle sobre a terra e o trabalho, pode-se dizer que as bases do anterior bloco histórico agrário-industrial que dirigira o país entre 1930 e 1964 haviam sido fortemente abaladas pela luta dos trabalhadores. Um novo bloco de interesses rurais composto pelo grande capital industrial

[6] Articulado a grandes empresas estatais e, em menor escala, ao capital nacional, o principal beneficiário deste processo foi o capital internacional. Além de ter recebido importantes incentivos econômicos estatais às atividades agropecuárias e florestais e ao processamento agroindustrial, esteve em suas mãos a parcela mais significativa do mercado de bens de produção para a agricultura dinamizado após 1964 pela ditadura do capital sob tutela militar (Sorj, 1982; Sampaio, 1980).

e por médios e grandes proprietários rurais foi por isso obrigado a incorporar, pela mediação da burocracia estatal, a extensão ao campo da legislação trabalhista (consubstanciada no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963) e um projeto de conversão da estrutura agrária latifundiária em uma estrutura agrária de caráter empresarial (consubstanciada no Estatuto da Terra de 1964). Como veremos à frente, ambos tiveram um alcance restrito na superação das precárias condições de vida e trabalho das classes subalternas rurais. Representaram, ainda assim, a necessidade de transformação das mediações políticas, jurídicas e ideológicas da dominação no campo brasileiro.

- *Desenvolvimento desigual e combinado da articulação indústria-agricultura e os múltiplos contextos da classe trabalhadora rural*

Como mencionado, o primeiro traço fundamental do projeto imposto ao campo brasileiro a partir de 1964 foi a articulação conservadora entre indústria e agricultura. Para melhor compreendê-lo procuraremos em um primeiro momento apresentar seu desenvolvimento desigual e combinado, para em seguida expor alguns traços relevantes a nossa pesquisa das transformações da classe trabalhadora rural decorrentes da modernização técnico-produtiva do campo brasileiro.

Deve-se destacar, de início, que o alto volume de crédito rural, a taxas reais negativas e vinculado a determinadas finalidades, foi o principal mecanismo de construção e articulação pelo Estado dos nexos entre indústria e agricultura no Brasil. A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, parte da reforma do sistema financeiro dos anos que se seguiram imediatamente ao golpe de 1964, garantiu que parcela dos recursos captados pelos bancos fosse direcionada ao setor agrícola. O crédito de custeio, maior parcela do crédito rural total no período, induziu a criação de fortes nexos entre a agricultura e a indústria de insumos (fertilizantes, defensivos, combustíveis, rações, sementes, mudas, etc.). Especialmente a indústria química e petroquímica, produtora de fertilizantes e defensivos, estabeleceu vínculos com a produção de matérias primas e

alimentos a partir da demanda inflada pelo crédito rural no período. Também o crédito de investimento, vinculado a demandas específicas e discriminadas, foi instrumento fundamental de ampliação ou formação do mercado interno do setor industrial a montante da agricultura, especialmente no que toca à produção de veículos, máquinas e implementos. O crédito para comercialização, por sua vez, sedimentou laços entre a agricultura e o setor industrial a jusante: as agroindústrias processadoras. Tanto a política de garantia de preços mínimos, direcionada entre 65 e 70% para as agroindústrias ao longo da década de 1970, quanto os créditos para o beneficiamento de oleaginosas, açúcar, trigo, entre outros, constituíram importante estímulo às atividades industriais e comerciais do complexo agroindustrial (Delgado, 1985).

A tal política de financiamento rural deve-se acrescentar como instrumento modernizador da ditadura do capital sob tutela militar uma política tecnológica claramente apoiada nos princípios da chamada "Revolução Verde". Especialmente com o II Plano Nacional de Desenvolvimento a partir da segunda metade da década de 1970, foram articulados em uma política explícita esforços de grandes empresas estatais, capital transnacional e capital nacional com vistas à ampliação da oferta de maquinário e insumos básicos à agricultura. Buscou-se com isso assentar as bases de uma agricultura capitalista que combinasse a criação de variedades vegetais altamente exigentes em adubação química e irrigação com inovações físico-químicas e mecânicas fundadas em uma matriz energética intensiva no uso de derivados de petróleo.

Implementou-se ainda uma política agroindustrial que estimulou a articulação da agricultura ao setor industrial a jusante por meio de incentivos financeiros e não financeiros. Como incentivos não financeiros à agroindústria no período, destacaram-se, em especial para o complexo da soja, as reduções de custos de processamento por meio de deduções fiscais e os tabelamentos de preços e cotas de fornecimento para assegurar o abastecimento interno das indústrias. Como incentivos financeiros, além do já aludido programa de garantia de preços mínimos, através do qual a indústria processadora beneficiava-se do diferencial existente entre os preços de matérias primas regulados pelo governo e os preços dos produtos finais no mercado interno e externo, destacaram-se as operações de Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimos do Governo Federal

(EGF), através dos quais as agroindústrias compunham estoques a taxas de juros vigentes no crédito rural, abaixo dos juros de mercado. (Kageyama et alli, 1987).

Como resultado deste conjunto de políticas, soldaram-se diversos complexos de segmentos agrícolas e industriais, interdependentes e com dinâmica e funcionamento próprios. Tal processo não foi fruto de movimentos espontâneos dos mecanismos da livre concorrência. Foi, em realidade, parte de um projeto de "modernização compulsória" (Kageyama et alli, 1987) da ditadura do capital sob tutela militar, em que se buscou superar os limites econômicos da estrutura agrária latifundiária anterior, sem colocar em risco o monopólio de riqueza e poder das classes dominantes rurais. Ângela Kageyama assim caracteriza o processo:

> "Neste primeiro período (1968-1979), as condições de financiamento não dizem respeito somente à taxa de juros e formas de pagamentos. A principal característica do crédito foi sua amarração direta à utilização de insumos e práticas pré-determinadas pelo Estado de acordo com procedimentos técnicos considerados modernos. Estas condicionalidades incluem desde a utilização de sementes selecionadas e insumos químicos até a adoção de planos de correção do solo. Trata-se do período da 'modernização compulsória'. Através da concessão de crédito altamente subsidiado e do subsídio direto ao consumo de alguns produtos, o Estado buscou implementar um padrão técnico econômico por cima das 'condições de mercado' e transformá-lo no padrão dominante, modificando assim as próprias condições de concorrência e funcionamento dos mercados" (Kageyama et alli, 1987, p. 162)[7]

[7] O texto citado é uma síntese da interpretação de um grupo de economistas da Universidade estadual de Campinas (Unicamp) na década de 1980 acerca das transformações principais do campo brasileiro durante a ditadura. Ângela Kageyama, Antônio Buainan, Bastiaan Reydon, José Graziano da Silva, José Maria Silveira, Maria da Graça Fonseca, Pedro Ramos, Rinaldo Fonseca e Walter Belik sistematizaram neste artigo uma revisão crítica de aportes políticos-teóricos anteriores sobre o tema. Dedicaram-se a partir de então à análise do avanço das relações capitalistas sobre o campo brasileiro, em especial no que toca às relações de trabalho assalariadas, à integração técnica entre agricultura e indústria, à integração de capitais industrial, financeiro e agrícola e à criação de novos nexos e imbricamentos entre o rural e o urbano no Brasil. Incorporaram em suas formulações traços da concepção clássica de reforma agrária, porém com uma relevância política-teórica decrescente. Ao longo da década de 1980 e 1990 ganharam maior dimensão em seus posicionamentos, em um primeiro momento, as lutas sindicais dos assalariados rurais e, em um segundo momento, as políticas públicas nas zonas rurais de geração de ocupações agrícolas e não-agrícolas e de transferência de renda para fazer frente ao desemprego e ao êxodo em direção aos grandes centros urbanos. Sem que isso implique em uma filiação política-teórica, alguns dos argumentos chave desta escola serão utilizados em nossa concepção da modernização conservadora e da classe trabalhadora no campo brasileiro em geral e paulista em particular.

Deve-se, contudo, enfatizar que o caráter conservador deste projeto modernizante impôs à integração técnica entre indústria e agricultura no Brasil fortes desequilíbrios. A este respeito, José Graziano argumenta que existem profundas diferenças históricas entre a incorporação de progresso técnico à agricultura realizada primordialmente na etapa concorrencial do capitalismo e aquela realizada em sua etapa monopolista. Enquanto em determinados países da Europa e América do Norte tal processo foi capaz de minimizar o poder das classes sociais dominantes amparadas na grande propriedade fundiária, nos países da América Latina a industrialização tardia submeteu a agricultura a uma modernização conservadora na qual os capitais nacionais e internacionais se aliaram ao latifúndio sob a égide do Estado, perpetuando relações arcaicas de dominação sobre a terra e o trabalho. No Brasil, em particular, tal caráter desigual e combinado do progresso técnico na agricultura foi maximizado. A excepcional abundância de terras livres e mão de obra, submetidas a um estrito controle político e social por parte das classes dominantes rurais, sempre possibilitou a expansão da fronteira agrícola e da margem de exploração da força de trabalho como alternativas ao aumento da produtividade por meio do progresso técnico. Além disso, o mercado fundiário no Brasil garantiu no século XX que bens imobiliários rurais fossem utilizados como reserva de valor e/ou fonte de lucros, por meio da apropriação parasitária de renda decorrente de incrementos do preço da terra. Daí que a simples propriedade da terra tenha permanecido substrato fundamental de riqueza em meio ao progresso técnico no campo brasileiro. Graziano assim aponta as distorções daí decorrentes no estado de São Paulo:

> "É interessante destacar que a porcentagem de imóveis inexplorados em relação ao total de imóveis é, em média, maior no estado de São Paulo do que no Brasil. Esta constatação, até certo ponto não condizente com a voz corrente da 'pujança' da agricultura paulista, confirma a utilização de parte das melhores terras do estado, especialmente em termos de localização, como meio de especulação imobiliária, se aceitarmos que esses imóveis totalmente inexplorados representem apenas uma reserva de valor para seus proprietários. Ressalta-se que não se está referindo a áreas inaproveitadas dentro de imóveis explorados, mas a imóveis que são literalmente abandonados, sem qualquer tipo de exploração ou atividade [...] É, portanto, difícil estabelecer 'a priori' uma relação unívoca entre avanço da tecnologia e aproveitamento das terras. Mas no sentido genérico, dado que o desenvolvimento do capitalismo no campo implica uma intensificação da produção agropecuária, pode-se admitir que há uma tendência à redução das áreas não exploradas. Entretanto, não é isso que

vem ocorrendo no estado de São Paulo: as áreas inexploradas passaram de 3,8 milhões de hectares em 1965 para 4,4 milhões em 1972 e atingiram quase 5,5 milhões em 1976 " (Graziano, 1981, p. 78-79)

Delgado corrobora esta análise para o país como um todo ao destacar a permanência do significado político da propriedade ultra-concentrada da terra especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste em meio à modernização conservadora de nossa agricultura. De acordo com sua exposição, a imbricação do projeto modernizante da ditadura do capital sob tutela militar com a defesa do monopólio das camadas dominantes sobre riqueza e poder tendeu a reproduzir pelo país relações sociais e contextos sócio-econômicos pouco dinâmicos, dando origem a múltiplas expressões regionais distintas:

"Parece-me relevante enfatizar que ao lado de processos modernizantes, patrocinados pelo Estado para a chamada agricultura capitalista, há também uma organização de interesses oligárquicos rurais, não necessariamente modernizantes, mas que dão uma base política de sustentação ao projeto de modernização conservadora. Assim entendemos, por exemplo, a generosa assistência fiscal e financeira à grande propriedade e ao capital comercial, principalmente na região Nordeste e na 'Fronteira Agrícola', ainda que tal apoio financeiro não esteja necessariamente articulado à mudança na base técnica de produção rural. Nesses casos, grandemente associados à distribuição de crédito de comercialização rural no Nordeste e aos projetos agropecuários na Amazônia e Centro-Oeste, a articulação financeira com a indústria a montante e a jusante é muito fraca ou inexistente. Nesse sentido, a mediação estatal não conduz a uma lógica compulsiva no sentido de generalizar a modernização. Ao contrário, há uma aliança política onde o elemento conservador agrário, expresso pela grande propriedade e pelo capital comercial das regiões mais atrasadas, associa-se à política financeira e fiscal do Estado, sem que necessariamente realize a reprodução do capital passando pelo aprofundamento de relações inter-industriais do complexo agroindustrial. Ainda é pelo monopólio das grandes propriedades territoriais nessas regiões que se dá a reprodução do capital, com todas as relações peculiares de processo de produção e de valorização do capital vinculadas a esse monopólio" (Delgado, 1985: 60)

Kageyama ecoa este diagnóstico também destacando em sua formulação a permanência regional tanto do latifúndio como da dominação do capital mercantil sobre as atividades agrícolas. Segundo esta autora, ainda que os dados apontem aproximações quanto à forma de produzir por todo o Brasil no período posterior a 1964, reproduziram-se

diferenças quanto ao conteúdo devido à perpetuação de relações sociais e políticas pouco dinâmicas. De fato, o avanço do capital sobre o campo brasileiro durante o regime militar não apenas impôs a intensificação do uso da terra e o aumento da produtividade, subordinando a renda da terra ao capital, mas também propiciou através do sistema de créditos e subsídios novas oportunidades e fronteiras à valorização e à especulação fundiárias, em especial (mas não somente) na região Centro-Oeste[8]. No mesmo sentido, a estrutura de financiamento estatal à agricultura não apenas estimulou novos nexos entre o capital industrial e agrário, mas também reforçou estruturas de poder local, perpetuando relações de subordinação e exploração fundadas no capital comercial e na concentração fundiária, em especial (mas não somente) na região Nordeste[9]. Neste sentido, tanto a reprodução do latifúndio como da dominação do capital mercantil em escala regional podem ser vistos como expressões concretas da dinâmica global desigual e combinada da luta de classes e da acumulação do capital no Brasil.

> "A análise precedente deixou claro que a modernização da agricultura nesta década [1970] acelerou a transformação da base técnica, estreitou os laços de dependência inter-setoriais e propiciou a elevação da produtividade, ainda que mantendo, quando não alargando, as desigualdades regionais. A heterogeneidade estrutural, própria das economias atrasadas, manifestou-se com toda clareza neste processo; a diferenciação espacial das formas de dominação do capital na agricultura, conformada historicamente ao longo da industrialização, atuou como sua expressão concreta, a determinar as possibilidades de avanço e os obstáculos à modernização; e o Estado, por meio de políticas agrícolas e de desenvolvimento regional, tendeu a reforçar as características contraditórias do processo" (Kageyama, 1986, p. 254)

[8] "*Dos 53 milhões de hectares incorporados aos estabelecimentos entre 1960 e 1980, apenas 5 milhões foram destinados a novas áreas de lavouras, enquanto quase 26 milhões de hectares foram destinados a novas pastagens. Paralelamente, a região Centro-Oeste detinha, em 1980, cerca de um quarto dos quase 25 milhões de terras produtivas não utilizadas do país"* (Kageyama, 1986, p. 107)

[9] "*A estrutura de financiamento, na razão inversa da relação com a produção (usineiro primeiro, proprietário depois e produtor direto por último) é um dos pilares da reprodução de relações de produção e formas tradicionais de exploração agrícola no sertão algodoeiro. O capital social entra ai via crédito bancário, reproduzindo formas não capitalistas de produção. Esta relação de dominação indireta do capital determina contradições específicas com as relações pré-capitalistas de produção. A baixa produtividade é apenas um dos preços que se paga pela manutenção dessa estrutura arcaica de produção*" (Kageyama, 1986, p. 58).

Uma expressão concreta da mencionada permanência da heterogeneidade estrutural de nossa economia e de nossa agricultura no período da ditadura do capital sob tutela militar diz respeito ao caráter desigual e combinado dos aumentos de produtividade das culturas alimentares e de exportação no Brasil. O projeto de abertura à economia mundial levado a frente pelo regime militar combinou a opção por reproduzir em escala ampliada os padrões de miséria rural e urbana à opção pela captação massiva de poupança externa. Isso impôs importantes desequilíbrios à modernização da agricultura brasileira. Na medida em que a demanda por fontes de calorias e proteínas no mercado interno manteve-se baixa e na medida em que se fez necessário um volume crescente de recursos em moeda estrangeira para sustentar o modelo econômico vigente, privilegiou-se a produção agrícola de bens exportáveis, processados ou *in natura* (algodão, cana de açúcar, fumo, laranja, soja)[10]. Como resultado, as taxas de rendimento físico por hectare das culturas de exportação e/ou mais diretamente vinculadas à agroindústria tiveram durante o período um desempenho consideravelmente maior que as culturas de alimentos básicos[11].

[10] "*É verdade que caíram as exportações de produtos agrícolas in natura passando de 69,1% em 1968 para 47,8% em 1976. Mas cresceram razoavelmente as exportações de produtos industrializados de base agrícola. Estes passaram de 16,2% em 1968 para 19,7% em 1976, depois de ter alcançado um índice de 24,6% em 1974. Em 1978 o aparelho estatal e a economia do país continuam prisioneiros do capital estrangeiro. O governo continua empenhado em favorecer as exportações para pagar as dívidas para importar capital estrangeiro para produzir mercadorias para exportar para pagar as dívidas e assim por diante. Nesse círculo vicioso, cresce a exportação brasileira de mais valia. (...) A rigor, o modelo de 'economia aberta' ou dependente adotado desde 1964 reativou a economia primário exportadora constituída histórica e estruturalmente com a formação social brasileira. É verdade que o país passou a exportar cada vez mais produtos industriais de base não agrícola. Inclusive ocorreu uma diversificação da estrutura industrial, com influência na pauta de exportações. Nem por isso, no entanto, a economia brasileira deixou de ser, inclusive, uma economia primária exportadora. A ressalva que cabe aqui é que esta economia primária exportadora está articulada com um setor industrial instalado no país*" (Ianni, 1979, p. 51-52).

[11] "*As únicas culturas que mostraram taxas positivas ou relativamente altas de rendimento físico por hectare foram soja, cana e milho, mas somente a cana teve aceleração significativa no rendimento na década de 1970 em comparação com a década anterior. Feijão, mandioca e trigo, ao contrário, tiveram redução significativa de rendimento na década de 1970, o qual passou a exibir taxas negativas nesse período*" (Kageyama, 1986, p. 180).

É, contudo, no avanço do controle do capital sobre a terra e nas transformações das relações de trabalho na agricultura do período posterior a 1964 que os desequilíbrios da modernização técnico-produtiva no campo brasileiro melhor se expressam. Ao longo da ditadura do capital sob tutela militar, as classes subalternas rurais com acesso parcial e precário à terra carregaram a maior parcela do ônus das transformações técnico-produtivas apontadas. Converteram-se em trabalhadores rurais ou urbanos plenamente expropriados de todos os meios de produção ou mantiveram-se com acesso à terra, mas submetidos a novas e mais complexas relações de subordinação ao capital. Algumas das marcas deste processo estão na raiz da atual configuração das diferentes frações da classe trabalhadora rural e são, portanto, de extrema relevância a nossa pesquisa.

Destaca-se, de início, o violento processo de expropriação sofrido por pequenos produtores em todo o Brasil. Na década de 1970, enquanto cerca de 75 milhões de hectares eram incorporados à fronteira agrícola, quase 16 milhões de pessoas foram expulsas do campo à cidade em todo o país (Graziano, 1996). Apenas em São Paulo foram expulsas entre as décadas de 1960 e 1980 cerca de 2,5 milhões de pessoas dos campos, em uma drástica redução das pequenas explorações agrícolas no estado (Moraes Silva, 1999). Um amplo conjunto de fatores tornou crescentemente desinteressante aos proprietários de terras paulistas a manutenção das anteriores relações de trabalho, em que parceiros, meeiros ou arrendatários residiam nas terras de seus empregadores e lá produziam parte dos meios de sua subsistência. As já mencionadas políticas da ditadura do capital sob tutela militar para o campo brasileiro tiveram especial impacto neste processo. Em primeiro lugar, os créditos subsidiados inscritos nos programas de financiamento rural alteraram os preços relativos dos fatores de produção. A política de financiamento rural tornou os baixos salários dos trabalhadores rurais "altos demais" em comparação com os preços subsidiados de seus substitutos técnicos, como máquinas e defensivos químicos (Graziano, 1981). A mecanização e quimificação daí decorrentes entre as décadas de 1960 a 1980 provocaram fortes alterações na demanda de mão de obra rural. Na medida em que a maioria das culturas havia neste período incorporado maquinário, fertilizantes e defensivos à produção, mas não havia ainda por diversas razões estendido a mecanização à colheita, ocorreu nestas décadas uma queda da exigência de força de trabalho durante a entressafra acompanhada

de um forte aumento periódico da demanda de mão de obra durante a safra. Em tal conjuntura tornou-se incômoda aos proprietários rurais a presença de trabalhadores permanentes submetidos a laços de dependência pessoal a seus empregadores e vinculados à propriedade. Estes e outros fatores fizeram com que parceiros, meeiros, arrendatários perdessem o precário acesso que tinham à terra e se convertessem em típicos trabalhadores assalariados.

> "Antes o proprietário assalariava temporariamente pessoas para fazer frente às maiores exigências de trabalho no plantio e, especialmente, na colheita; e procurava manter residindo na propriedade sua exigência média de braços, representada pelo patamar dos tratos culturais. Agora [início da década de 1980], mais braços são necessários na colheita e menos nas outras atividades; em certos meses as atividades agrícolas são praticamente paralisadas. Ou seja, reduzido tempo trabalho e introduzida a descontinuidade no ciclo de produção de bens agrícolas, é mais barato para o empregador pagar um salário mais elevado por um trabalhador adicional – mas pagar somente os dias de trabalho efetivo – do que mantê-lo durante o ano todo na propriedade. Em outras palavras, a mudança da base técnica da produção agrícola, ao acentuar a sazonalidade de ocupação da mão de obra no campo, possibilitou que uma relação de emprego intermitente se tornasse economicamente vantajosa, do ponto de vista do proprietário rural, em relação ao emprego permanente. Especialmente no caso do trabalhador residente que combinava o assalariamento com a produção de parte da sua alimentação, a elevação do preço das terras – que também é um reflexo da modernização da agricultura paulista – contribuiu decididamente para acelerar essa transformação na relação de trabalho, ao valorizar as áreas destinadas à produção de sua subsistência" (Graziano, 1981, p. 112)

Em Pernambuco, por sua vez, o processo de expropriação de moradores e foreiros teve outra dinâmica. O aumento da produtividade do trabalho agrícola por meio da incorporação de progresso técnico em determinados pontos do Centro Sul foi lá acompanhado a distância em boa medida por meio de estratégias tradicionais: expansão horizontal das culturas sobre novas terras e expansão da margem de exploração sobre a força de trabalho. Diminuíram-se com isso entre as décadas de 1960 e 1980 as áreas de cultivo próprio dos trabalhadores permanentes (os sítios) e perturbaram-se as relações de dominação tradicional até então vigentes. Lygia Sigaud expõe com precisão a dinâmica da expropriação daí decorrente. Ilustra-se com isso o fato de que as transformações do campo

brasileiro sob a ditadura concentrou, em todos os seus aspectos desiguais e combinados, a parcela maior de seu ônus sobre as classes subalternas rurais:

> "A conjuntura favorável à produção de cana de açúcar teria levado os antigos senhores de engenho que, com a implantação da usina, haviam se deslocado para as cidades e lá viviam do arrendamento de suas terras, a quererem recuperá-las quer para explorá-las diretamente, assumindo assim as condições de fornecedores de cana, quer para arrendá-las em condições mais vantajosas às usinas ou aos próprios foreiros que as vinham explorando. (...) Do lado das usinas a conjuntura favorável teria favorecido um aumento da produção através da 'forma costumeira de simples incorporação de novas terras aos canaviais' (Furtado, 1964: 144) e não através de inovações tecnológicas que assegurassem um aumento de produtividade. Nessas condições o aumento da produção teria elevado a demanda por força de trabalho que só poderia ser atendida pela força de trabalho já disponível e imobilizada dentro das diferentes unidades produtivas. Colocava-se então a necessidade de que o morador despendesse mais força de trabalho do que tradicionalmente estava habituado num sistema que favorecia a drenagem da força de trabalho do morador e de sua família para o trabalho para si nas terras cedidas para lavoura de subsistência. O modo de obter isso teria sido a alteração das formas de remuneração da força de trabalho e a diminuição das áreas cedidas para produção de alimentos, de tal forma que o morador fosse 'naturalmente' impelido a trabalhar mais" (Sigaud, 1979, p. 37)

Alguns dos traços fundamentais da morfologia da classe trabalhadora rural hoje remetem a esta ofensiva do capital. Em primeiro lugar, houve no período um declínio relativo do emprego de mão de obra familiar e um forte avanço das relações tipicamente capitalistas sobre o campo brasileiro em geral e paulista em particular. Ainda que tenha permanecido majoritária na maioria das regiões, a mão de obra familiar cresceu nestes anos a taxas significativamente mais baixas que a dos empregados assalariados. Em especial em São Paulo, já em 1975 a proporção de empregos assalariados superou a de familiares, chegando a 60% do emprego total em 1980 (Kageyama, 1986, p. 277). Não se deve, contudo, apreender esta tendência de modo unilateral: o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo sobre a agricultura no Brasil gerou importantes contra-tendências de manutenção e reprodução da produção familiar subordinada ao capital, seja ele comercial ou agroindustrial. Daí que, a classe trabalhadora rural subordinada ao capital

deva ser apreendida em sua concretude, a partir das continuidades e descontinuidades que vinculam a reprodução da pequena produção familiar e a expansão do assalariamento[12].

No que toca às relações de produção assalariadas, o avanço do capital sobre o campo brasileiro a partir de 1964 impôs aos trabalhadores rurais plenamente expropriados fenômenos aparentemente contraditórios: desde então o trabalhador rural tem visto seu modo de vida cada vez mais premido a um só tempo pelo excesso e pela escassez de trabalho. Por um lado, a incorporação desigual e combinada de insumos modernos à produção agrícola pode maximizar os mecanismos de extração de mais valia absoluta. Na medida em que a produção agrícola é parcialmente mecanizada e quimificada e tem de responder às exigências e à dinâmica da linha de processamento agroindustrial, é comum o incremento da extensão e da intensidade do processo de trabalho:

> "É importante destacar que o tempo de trabalho necessário para executar determinada atividade diminui não apenas pela maior eficiência das técnicas introduzidas. Também contribui o fato de que a intensidade do trabalho daqueles indivíduos que permanecem aumenta extraordinariamente. Isso pode ser bem observado nas atividades do plantio de certas culturas não mecanizadas, como a cana de açúcar, por exemplo. Aí o ritmo do trabalho é comandado pela velocidade das máquinas, não sendo mais necessário efetuar o pagamento por tarefa como forma de aumentar a intensificação da jornada" (Graziano, 1981, p. 109)

Por outro lado, tem havido um evidente decréscimo no dinamismo da geração de ocupações na agricultura moderna. O efeito combinado da expropriação massiva de pequenas explorações familiares e da substituição de trabalhadores por insumos modernos a partir de 1964 tem feito com que o crescimento de área explorada e produto não seja

[12] As leituras a respeito da pequena produção familiar polarizam-se via de regra entre aquelas inspiradas na matriz leninista e aquelas inspiradas na matriz chayanovista (Lenin, 1982; Chayanov, 1985). Segundo a primeira destas interpretações, a pequena produção familiar em interação com o mercado capitalista tenderia a se diferenciar econômica e politicamente entre burguesia e proletariado; segundo a segunda destas interpretações, a pequena produção familiar possuiria particularidades que lhe permitiriam reproduzir-se no interior do modo de produção capitalista. Em nossa pesquisa acionaremos argumentos de ambas as matrizes teóricas. Buscaremos sustentar teórica e empiricamente que os pequenos produtores familiares de laranjas compõem uma *fração da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial*. Argumentaremos que esta fração de classe possui particularidades em sua interação contraditória com as indústrias citrícolas que a distinguem tanto dos assalariados quanto da pequena burguesia no campo; argumentaremos também, contudo, que sua reprodução se dá em um contexto ampliado e multifacetado de exclusão e proletarização e de acirramento da subordinação de seu trabalho ao capital.

acompanhado de incrementos suficientes no emprego agrícola. O êxodo de importante parcela da mão de obra rural para as cidades em todo o país e a lumpenização de sua força de trabalho foram as mais significativas transformações na morfologia da classe trabalhadora impostas pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo sobre o campo brasileiro posterior a 1964. Inclusive as áreas de fronteira agrícola, que ao longo da história tradicionalmente absorveram parcela da mão de obra não incorporada às regiões já consolidadas, transformaram-se em ritmo cada vez mais acelerado de pólos de atração em pólos de repulsão populacional, conhecendo rapidamente o fenômeno de inchaço urbano de suas cidades[13].

No que toca aos pequenos produtores familiares, por sua vez, parte do multi-determinado complexo da classe trabalhadora rural como já apontado, a desigual e combinada integração técnica entre indústria e agricultura posterior a 1964 renovou antigos e acrescentou novos laços de sua subordinação ao capital. De início deve-se lembrar a já mencionada permanência da dominação do latifúndio e do capital comercial sobre determinadas áreas agrícolas. Seringueiros, posseiros, pequenos proprietários e outros trabalhadores com acesso precário à terra mantêm-se aí subordinados ao grande proprietário fundiário e/ou a grandes comerciantes, eventualmente personificados em uma só figura. Dentre outros mecanismos de extração de excedentes nestas situações, destacam-se o repasse de crédito aos produtores por juros mais altos que o sistema financeiro normal, a compra antecipada da produção a preços inferiores aos do mercado, a cobrança de rendas pela utilização da terra ou a ameaça de expropriação pelo avanço do domínio direto do capital e do latifúndio sobre o espaço.

[13] Esta geração insuficiente de ocupações agrícolas no campo brasileiro tem por consequência a construção de novos nexos entre o rural e o urbano. Não apenas o trabalhador rural expropriado tende a migrar à cidade, tendo seu custo de reprodução determinado pelo universo urbano, como também intercala "trabalhos de roça" e "trabalhos de cidade". Nos períodos de entressafra é comum que o trabalhador migre em busca de ocupações agrícolas em outras regiões, busque ocupações urbanas, em especial na área da construção civil: "*A característica singular do trabalhador volante é que, apesar de ser um assalariado rural, tem seu custo de reprodução determinado ao nível do setor urbano. Não se trata de querer privilegiar o local de residência, mas sim as implicações que decorrem do processo de proletarização que dá origem ao volante. Ele personifica a união entre o proletário rural e o urbano na medida em que força a convergência dos custos de reprodução da mão de obra entre a agricultura e a indústria. Ou seja, a disseminação do trabalho volante na agricultura implica na unificação do mercado de trabalho não qualificado urbano e rural*" (Graziano, 1981, p. 139).

Dentre estes pequenos produtores, interessa-nos nesta pesquisa principalmente aqueles que migram e vendem periodicamente parte de sua força de trabalho devido à insuficiência de seus meios de produção, compondo parcela significativa dos assalariados rurais brasileiros. A seu respeito deve-se a princípio destacar que não podem ser equiparados mecanicamente aos demais trabalhadores assalariados plenamente expropriados. Dentre as suas particularidades, destacam-se as profundas implicações que a migração periódica acarreta em seu universo cultural e econômico. Por um lado, as pressões que o levam a migrar o distanciam de seu determinado modo de vida e de sua concepção original de tempo, espaço e trabalho; por outro lado, as cidades e os locais de trabalho para onde se dirigem oferecem-lhes explícita ou velada hostilidade. Tornado errante, o migrante enreda-se em profundas ambigüidades, cuja resolução não é unívoca para todos e depende de inúmeras determinações. Muitos permanecem profundamente vinculados ao complexo de relações de seus locais de origem, aspirando a acumular com o trabalho assalariado periódico apenas o necessário para reproduzir em novas condições a pequena propriedade e o trabalho familiar. Outros, especialmente mais jovens, orbitam crescentemente em torno do universo urbano, seja em seu local de origem, seja nas cidades dormitório de assalariados rurais. Oscilando entre estas posições polares, os trabalhadores migrantes compõem um caleidoscópio de estratégias que os diferenciam dos demais trabalhadores assalariados plenamente expropriados. Tais particularidades, contudo, não impedem sua caracterização como trabalhadores subordinados ao capital.

Simultaneamente a estes, a integração técnico-produtiva entre indústria e agricultura gerou um segmento de pequenos produtores familiares subordinados a agroindústrias processadoras e 'cooperativas capitalistas'. Referimo-nos aqui a pequenos fornecedores de matérias primas para as indústrias, detentores de uma pequena parcela de terra tocada predominantemente com trabalho familiar. Este pequeno produtor familiar pode ser dito um trabalhador para o capital na medida em que, em primeiro lugar, ele perde a autonomia no interior do processo produtivo ao submeter-se à tecnificação imposta indiretamente pelo mecanismo de mercado e diretamente pelo grande comprador de matérias-primas. A adoção do novo padrão técnico é aqui mediação fundamental das relações de exploração e dominação a que se submete. Multiplicam-se os canais de

extração de seu trabalho excedente: por meio do custo crescente de insumos e maquinário, por meio do endividamento bancário para custeá-los, por meio da venda a baixo preço às agroindústrias, que possuem controle oligopsônico sobre o mercado de sua matéria prima (Neves, 1981; Coradini e Fredericq, 1982). Preso em uma tesoura de custos crescentes de produção e baixos preços de seu produto final, não é incomum que também o pequeno produtor familiar fornecedor das agroindústrias venda periódica ou permanentemente parte de sua força de trabalho, seja para garantir a manutenção da pequena unidade doméstica através de uma fonte paralela e temporária de recursos, seja como um passo na trajetória de perda completa de seu meio de produção e conversão em um assalariado típico. Em qualquer dos casos, justifica-se a inclusão deste segmento no complexo multi-determinado da classe trabalhadora rural[14].

Contudo, uma vez mais devemos destacar que ao caracterizarmos tais pequenos produtores familiares como trabalhadores subordinados ao capital não queremos dissolver as especificidades de seu grupo social em uma categoria abstrata que nos leve a reduções simplistas dos nexos do real. A utilização predominante de mão de obra familiar, complementada eventual ou permanentemente por mão de obra assalariada, determina modos de vida e trabalho particulares desta fração de classe. Em primeiro lugar, como veremos mais a frente, o trabalho na pequena propriedade familiar possui uma dinâmica

[14] Sorj, Pompermayer e Coradini nos oferecem claro exemplo da subordinação do trabalho de pequenos produtores camponeses à agroindústria avícola: "*Quanto ao tempo de trabalho na propriedade, numa amostragem de 185 produtores integrados contratualmente e 12 sem contrato, 12,2% trabalhavam de 1 a 8 horas por dia; 33% de 9 a 12 horas e 54,8% de 13 a 16 horas diárias em 1978. Na produção de aves em Santa Catarina em 1978, 85% dos custos eram constituídos por pintos, rações, concentrados, adquiridos das empresas integradoras. Tendo em vista que o valor das vendas é menor que os custos médios, a pesquisa estima que cerca de 90% do valor da produção dessa atividade vão para o frigorífico na forma de diversos pagamentos. Somando as despesas financeiras decorrentes de empréstimos nos bancos, energia elétrica e gás, verifica-se que somente 5,5% dos custos têm origem na propriedade do agricultor, ou seja: mão de obra e depreciação. (...) Com base nos cálculos dos custos de produção e dos preços recebidos, o estudo conclui que a atividade avícola não tem apresentado lucratividade. Não há casos de saldo positivo, tomando-se a soma deles por frigoríficos. Mesmo não incluindo nos custos a mão de obra e a depreciação, o resultado geral não é favorável. Como o produtor direto não inclui nos seus cálculos os custos acima e mais energia elétrica, despesas financeiras e gás, sua suposição é que a atividade é lucrativa. Os produtores recebem do frigorífico um 'excedente' dado pela diferença entre o valor das vendas do lote de frango e os custos com pintos, ração, previdência social, medicamentos e outras despesas que realiza junto ao frigorífico. Esse 'excedente' é considerado pelo produtor como lucro líquido*" (Sorj, Pompermayer e Coradini, 1982, p. 39 e 40).

própria, marcada por conflitos e consensos típicos do universo moral doméstico. Decorre daí que pequenos produtores consigam manter-se em condições de mercado desfavoráveis, acionando em maior ou menor escala a mão de obra da própria família. Em segundo lugar, a pequena propriedade familiar é gerida de um modo específico, pautado fundamentalmente pela manutenção ou melhoria das condições de vida e trabalho da unidade doméstica e não pela taxa média de lucro do capital investido. Decorre daí que pequenos produtores familiares consigam manter-se em condições econômicas adversas, dispondo-se a realizar atividades que seriam economicamente insustentáveis aos olhos do empresário capitalista típico. Para esta fração da classe trabalhadora, portanto, as pressões decorrentes de sua inserção no mercado e da subordinação de seu trabalho ao capital agroindustrial são parcialmente neutralizadas através de uma particular fusão entre família e unidade produtiva. Devido a estes fatores, ao caracterizar o pequeno produtor familiar vinculado às agroindústrias como parte da classe trabalhadora rural, não queremos dizer que ele necessária e tendencialmente se diferencia em uma das duas classes fundamentais da sociedade capitalista, mas sim que seu processo de trabalho reproduz-se de modo subordinado ao capital.

Todas as frações da classe trabalhadora rural destacadas até aqui fizeram parte do ascenso de lutas que co-determinou a crise do regime militar na passagem dos anos 1970 a 1980. Tendo carregado em suas costas o ônus da modernização conservadora do campo brasileiro, os trabalhadores rurais em seus diversos segmentos levantaram-se por todo o país em um conjunto multifacetado de reivindicações e organizações. No que toca aos assalariados rurais, como veremos mais a frente, destacam-se as greves de trabalhadores da cana de açúcar na Zona da Mata em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba entre 1980 e 1984 e da cana de açúcar e da laranja em diversas cidades do interior de São Paulo (Guariba, Leme, Bebedouro) entre 1984 e 1989.

No que toca aos pequenos produtores subordinados ao capital comercial e aos grandes proprietários fundiários, destacam-se múltiplas lutas de trabalhadores expropriados ou ameaçados de expropriação. Neste conjunto podemos mencionar as lutas dos seringueiros na região norte desde o fim da década de 1970 contra o avanço das pastagens e da exploração da madeira; as lutas de trabalhadores rurais expropriados especialmente

das regiões Sul e Sudeste, organizados a partir de 1984 em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); as lutas de lavradores contra a desapropriação de suas terras para a construção das hidrelétricas de Motoxó, Sobradinho, Itaipú, Tucuruí (Medeiros, 1989; Fernandes, 2001).

No que toca aos pequenos produtores fornecedores de matéria prima às agroindústrias, destacam-se suas mobilizações em diversos complexos (fumo, vinho, laranja, soja, porcos, etc.) contra medidas coercitivas das indústrias e por modificações na política agrícola. Neste último conjunto, podemos mencionar a mobilização de pequenos vinicultores do Rio Grande do Sul em outubro de 1980 contra o baixo preço pago pelas agroindústrias a suas uvas; as greves e o bloqueio aos frigoríficos em novembro de 1980 nos 3 estados da região sul por parte de suinocultores, em sua maioria pequenos produtores, contra o preço pago pelos frigoríficos abaixo dos custos de produção; as greves e bloqueios às empresas de tabaco em 1986 e 1989 no Rio Grande do Sul por parte de pequenos fumicultores contra os baixos preços pagos pelas agroindústrias a suas folhas de fumo; as lutas dos citricultores, a serem detalhadas no próximo capítulo, contra as agroindústrias processadoras de suco de laranja por toda a década de 1980 (CONTAG, 1980; Grzybowski, 1987; Caderno Cedi, 1990).

Ao longo de todo este processo, estreitou-se em diferentes escalas por todo o país a margem de autonomia na reprodução do trabalho no campo. Multiplicaram-se os canais de subordinação da terra e do trabalho ao capital, impondo a diversos segmentos da população rural um processo amplo de proletarização. O desenvolvimento desigual e combinado da articulação entre indústria e agricultura no campo brasileiro tornou, em escala crescente e de diferentes formas, a multifacetada classe trabalhadora rural absoluta ou relativamente despossuída dos meios de produção fundamentais à reprodução de suas atividades: seja através da perda parcial ou completa do acesso à terra, seja através de sua manutenção, mas sob crescente controle agroindustrial sobre seu trabalho.

> "É fundamental, portanto, entender a proletarização, a nosso ver, de uma forma bastante ampla: como subordinação do trabalho ao capital e não apenas como a expropriação completa dos meios de produção do camponês. Em outras palavras, o fato de o capitalismo reproduzir a pequena produção em uma determinada fase histórica de sua evolução não invalida a questão teórica mais geral da

> necessidade de um trabalhador 'despossuído' para o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista na agricultura. Na verdade, a recriação desses novos camponeses não é a reprodução de produtores mercantis independentes, mas sim a reprodução do próprio capital. Vale dizer, essa recriação se dá com a crescente perda da autonomia anterior do campesinato no próprio processo de produção que passa a ser agora prescrito – inclusive do ponto de vista técnico – pelo capital que o subordina e que se lhe apresenta como uma relação social hegemônica. Agora, a condição de sobrevivência do camponês como produtor direto é a reprodução do próprio capital, materializado na forma de máquinas, adubos, sementes melhoradas, etc." (Graziano, 1980, p. 134)

A base conceitual rapidamente apresentada nesta primeira parte do capítulo guiou-nos desde a apresentação do caráter desigual e combinado da integração técnica entre indústria e agricultura na ditadura brasileira a uma concepção ampliada da proletarização a que foi submetida a classe trabalhadora rural no período posterior a 1964. No que diz respeito a este último aspecto em particular, buscamos em nossa exposição indicar continuidades e descontinuidades existentes entre diferentes segmentos de trabalhadores rurais: submetidos a distintos mecanismos de dominação e extração de trabalho excedente, trabalhadores volantes, pequenos proprietários migrantes, pequenos produtores de matérias primas às agroindústrias podem todos ser considerados de forma multifacetada trabalhadores subordinados ao capital. A partir de tal concepção ampla e dúctil de proletarização procuraremos em nossa pesquisa evitar unilateralizações no tratamento das contradições no campo posterior a 1964, que isolem e super-dimensionem determinadas clivagens sociais sem integrá-las ao movimento global da acumulação de capital e da luta de classes.

- *Desenvolvimento desigual e combinado das mediações de controle sobre a mão de obra e as múltiplas subjetividades da classe trabalhadora rural*

As contribuições teóricas destacadas até o momento permanecem, contudo, ainda insuficientes à apreensão da metamorfose dos mecanismos políticos, jurídicos e ideológicos de controle sobre a terra e sobre a força de trabalho rural posteriores a 1964,

um aspecto fundamental da modernização conservadora do campo como já destacado mais acima. Para melhor compreendê-lo, apresentaremos algumas de suas transformações chave durante a ditadura e após sua queda, vinculando-as a lutas dos trabalhadores rurais relevantes a nossa pesquisa.

Moraes Silva destaca-se na literatura por seu esforço em apresentar de forma articulada o processo de extração de mais valor e as múltiplas mediações concretas de dominação do capital sobre a subjetividade dos trabalhadores rurais (Moraes Silva, 1999). Uma de tais mediações destacada pela autora é o *direito positivo*. Segundo a autora, os processos de expropriação e destruição de parte do campesinato brasileiro assim como de exploração-dominação sobre o conjunto de trabalhadores assalariados volantes foram conformados por violências legalmente escamoteadas, a partir do conjunto de leis que acompanharam os projetos de modernização conservadora do campo brasileiro. Isso não deve ser compreendido, contudo, em sentido mecânico. Inspirada nas formulações de Thompson, Moraes Silva nos adverte a interpretar o direito não apenas como instrumento de ação das classes dominantes, mas também como expressão ideológica legitimadora de correlações de força em momentos determinados. Nesse sentido, os instrumentos jurídicos que co-determinam a formação da atual classe trabalhadora rural brasileira devem ser compreendidos enquanto expressões dinâmicas da luta de classes, tanto no momento de sua promulgação quanto no momento de sua aplicação.

O Estatuto da Terra (promulgado em 1964) e o Estatuto do Trabalhador Rural (promulgado em 1963) ilustram tal proposta interpretativa. Por um lado, ambos decorreram de certa forma do ascenso de lutas da classe trabalhadora rural e do debate intelectual e político acerca dos limites da estrutura agrária latifundiária brasileira. Foram, portanto, expressões do abalamento do bloco histórico agrário industrial que dirigira o país entre 1930 e 1964 face ao embate político das classes subalternas. Por outro lado, como veremos a seguir, ambos estabeleceram fortes travas ao horizonte de organização e lutas no campo brasileiro, limitando e deformando a expressão política possível dos trabalhadores rurais.

No que diz respeito ao Estatuto da Terra (Lei n.4.504 de 30/11/1964), ele surpreendentemente incorporou uma das mais importantes demandas da luta pela Reforma Agrária anterior ao golpe de 1964: a introdução da possibilidade legal do pagamento das desapropriações da propriedade territorial rural mediante o pagamento em títulos da dívida pública. Parte significativa da pressão das forças de esquerda contra o latifúndio concentrara-se na modificação do artigo 141 da Constituição de 1946, que exigia pagar as desapropriações mediante prévia indenização aos proprietários, pelo justo preço e em dinheiro. Poucos meses após o início da ditadura do capital, tal alteração constitucional foi introduzida por mãos militares[15].

Ao mesmo tempo, contudo, a ditadura recuperou a iniciativa no embate hegemônico, indispensável mesmo no cenário de ampliação dos mecanismos de coerção do período: com o ET as classes dominantes impuseram à mobilização política das classes subalternas rurais o campo de disputa e o horizonte estratégico de suas lutas pela terra. De fato, a Contag dirigiu parte significativa de sua ação política à cobrança às autoridades, em especial ao presidente da República, do cumprimento do previsto no ET (Medeiros, 1989, p. 94). Com isso, o movimento sindical rural assimilou a estratégia de superação do latifúndio pela via da construção de uma estrutura fundiária de perfil empresarial. Mais de vinte anos passariam antes que tais parâmetros fossem relativamente colocados em questão pelo movimento dos trabalhadores rurais.

Acresce-se a isto o fato de que os traços reformistas do ET permaneceram letra morta. A redistribuição de terras foi quase nula: durante o período de 1965 a 1981 foram realizados em média oito decretos de desapropriação por ano, enquanto eclodiam cerca de 70 conflitos fundiários anualmente (Martins, 1984). Os instrumentos de arrecadação e alienação de terras públicas, desapropriações por interesse social, utilização do imposto territorial rural e projetos públicos de colonização foram aplicados de maneira tímida,

[15] José Gomes da Silva, que participou da elaboração do Estatuto da Terra, expressa com o seguinte questionamento o complexo ambiente político em torno da questão: "*Qual o personagem, o elemento ou as circunstâncias que levaram homens da primeira hora a vociferar, apenas dois meses depois da tomada do poder, que 'não tinham feito a revolução para isso', que 'aquilo, inclusive a linguagem, era coisa do Jango', que 'haviam traído o 31 de março' e que 'se continuarem com essa história de Reforma Agrária teremos que começar a conspirar de novo'?*" (Gomes da Silva, 1971, p. 118).

divorciados de qualquer finalidade de alteração da estrutura agrária. Por outro lado, o princípio da intocabilidade da empresa e os incentivos ao "desenvolvimento rural", também previstos no ET, assumiram todo o espaço da política agrária. Apoios à colonização privada, incentivos fiscais setoriais (como dedução de imposto de renda para aplicação em pesca e reflorestamento) e investimentos em infra-estrutura para determinadas regiões ou projetos rurais serviram de base à reprodução ampliada do monopólio das classes dominantes sobre a terra e os recursos públicos.

Ancorada em tal política, ampliou-se entre as décadas de 1960 e 1970 a integração inter-setorial de capitais no campo brasileiro. Este fenômeno diz respeito ao investimento crescente de capitais por parte de conglomerados industriais e/ou financeiros no mercado de terras. O processo teve múltiplas motivações econômicas. Por um lado, a integração de capitais em determinados segmentos agrícolas correspondeu a uma integração vertical de agroindústrias que incorporavam gradativamente a produção de matérias primas de origem agrícola com que operavam[16]. Buscavam com isso seja reduzir custos de produção, seja ampliar seu poder de negociação sobre a cadeia agroindustrial como um todo.

Por outro lado, muitos foram os casos de investimentos no mercado de terras por parte de indústrias e bancos, com vistas seja à valorização especulativa dos bens imobiliários rurais, seja a sua incorporação ao comércio imobiliário em projetos de colonização. A política fundiária extremamente conservadora da ditadura do capital sob tutela militar somada ao fato de que a propriedade fundiária possibilitava acesso ao crédito rural a juros negativos aumentaram em muito o interesse especulativo do grande capital

[16] "*No âmbito da integração de capitais a jusante da agricultura, destacam-se a indústria alimentar (açúcar, frigoríficos, moinhos e óleos vegetais, etc.) ligada principalmente aos ramos agrícolas de Avicultura e Usinas e destilarias, e o ramo agrícola florestal, relacionado ao ramo de papel, celulose e siderurgia. Na indústria alimentar, destacam-se como principais os grupos Ometto, Sadia, Moinhos Cruzeiro do Sul, Biagi, Resende-Barbosa e Perdigão. Nas indústrias de papel e celulose, mineração e siderurgia, destaca-se a integração da agricultura florestal com os grupos mais expressivos desse complexo, representados aqui pelos grupos Klabin, Aracruz, Vale do Rio Doce, Belgo Mineira e Acesita. O uso da produção florestal em larga escala como matéria prima – produção de celulose – ou como combustível, são os principais argumentos para a diversificação destes grupos*" (Delgado, 1985, p. 157).

pelo mercado de terras. Nesse contexto a criação e negociação de títulos patrimoniais rurais consolidaram-se como uma segura reserva de valor e/ou fonte de lucros[17].

Maria Aparecida Moraes Silva destaca a relação entre tal integração de capitais na agricultura e a destruição de parte do campesinato brasileiro, com especial ênfase sobre o papel do direito formal como mediação do processo de expropriação. A autora centrou parte de sua pesquisa no impacto das políticas de estímulo à expansão de empresas de papel e celulose em Minas Gerais entre as décadas de 1960 e 1980. Segundo Moraes Silva, 500.000 hectares de terra do estado foram destinados ao reflorestamento por intermédio de incentivos fiscais entre 1966 e 1983. O resultado deste processo para a população local pode ser apresentado através do depoimento de um dos trabalhadores rurais expropriado das terras comuns do estado de Minas Gerais:

> "A gente soltava o gado que comia o canto da chapada. A chapada não tinha cerca. Eu cheguei de São Paulo, comprei arame novo para cercar o terreno, mas a *Acesita* não respeitou. Quando eu estava furando os buracos para colocar os postes para colocar o arame, 'Ela' chegou com as correntes, colocou o trator com as correntes, quebrou tudo e ficou tudo por isso mesmo. A resposta era esta: 'se tiver documentos, a Acesita paga vocês'. Mas ninguém tinha documentos de chapada. A gente tem documento só de grota. Eu moro aqui, então tenho um pedacinho de terra comum ali na chapada. 'Ela' comprava um pedacinho de um, dos mais espertos, e anexava os dos outros, na virada, e dizia que aqui tudo foi comprado. 'Ela' comprava um pedacinho e falava que tinha comprado toda a chapada do Estado. Era mentira, mas fazer o quê?" (in Moraes Silva, 1999, p. 54)

A autora destaca aqui o fato de que a silenciosa compulsão dos mecanismos econômicos aliou-se à violência extra-econômica político-jurídica no processo de expropriação. O modo como o direito pode atuar como mediação à dominação de classe é

[17] "*Além das linhas de diversificação a montante e a jusante, destacam-se outras formas de integração de capitais com o setor rural que extrapolam essa classificação, sobressaindo aí os grupos Bueno Vidigal, Bezerra de Melo, Guatapará-Silva Gordo e Hering, onde as características da integração vertical produtiva insumo-matéria prima ou matéria prima-produto final não estão presentes de maneira predominante. Ademais, nos três primeiros grupos aparecem empresas classificadas como Imobiliárias Rurais ou Colonizadoras Rurais, bastante expressivas no grupo Bueno Vidigal, e que apontam para uma outra forma significativa de integração de capitais no âmbito da criação e negociação de títulos patrimoniais rurais. Essa atividade não gera o que se denomina 'faturamento da produção rural', sendo sua renda proveniente das transações de compra e venda de imóveis. Essas transações inscrevem-se com maior adequação no movimento da circulação financeira do mercado de terras, um campo peculiar de penetração do grande capital no negócio rural*" (Delgado, 1985, p. 158)

claramente exemplificado no depoimento deste trabalhador. A população tradicional local, inserida em um universo pouco monetizado e distante do Estado, possuía documentação legal (quando possuía) apenas das terras de uso privado, as "grotas". As "terras comuns" da chapada, apesar de legitimadas pelo direito não formal e pelos costumes da região, não eram reconhecidas pelo direito positivo. A "ausência de documentos" de áreas imensas possibilitava que a compra de qualquer porção de "terra comum" fosse fraudulentamente estendida. Daí que no depoimento conste que *"'Ela' [a Acesita] comprava um pedacinho e falava que tinha comprado toda a chapada do Estado"*. Em sua obra Maria Aparecida Moraes Silva oferece evidências empíricas destas "retificações de área" que funcionavam como ardil jurídico para disfarçar o roubo de terras dos trabalhadores da região. Na medida em que o direito positivo não reconhecia o estado de coisas vigente nos costumes locais, a fraude assumia as vestes de legitimidade inquestionável. O direito formal cumpriu neste e em outros casos semelhantes o papel de aríete contra um distinto modo de vida, encobrindo a violência da tomada de terras sob o manto da formalidade jurídica.

> "A duplicidade de escrituras sobre cessão de direitos hereditários, por meio da burla da área, consta dos registros de propriedade. As cópias das escrituras da mesma terra descritas, em seguida, revelam a natureza da violência deste processo. Tornar públicas estas escrituras não seria somente exemplificar a violência contida na 'legalidade' da tomada de terras. Seria, sobretudo, denunciar o direito formal, positivo, reduzido à lei, que ignora os fatos reais e legaliza a violência" (Moraes Silva, 1999, p. 50)

No que diz respeito ao Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214 de 2/3/1963), por sua vez, também ele incorporou uma série de demandas presentes nas lutas dos trabalhadores rurais. Como já mencionado ao início do texto, a legislação social-trabalhista da Era Vargas havia excluído de seus objetivos os trabalhadores agrícolas. Muitas das greves na cana em Pernambuco e no café em São Paulo contrapuseram-se a tal estado de coisas, reivindicando o reconhecimento de direitos aos trabalhadores rurais. O Estatuto do Trabalhador Rural respondeu a estas demandas instituindo a carteira profissional, o contrato de trabalho, os direitos e deveres das partes contratantes quanto a salários, descanso remunerado, férias, trabalho do menor, da mulher e outros aspectos das relações de produção. Tornou-se, com isso, parâmetro de lutas que reivindicaram sua aplicação,

dentre as quais destacam-se as greves gerais dos trabalhadores da cana de Pernambuco nos anos de 1963 e 1964. Lygia Sigaud assim descreve a relação entre o ETR e as lutas dos trabalhadores rurais pernambucanos:

> "A luta que uniu por diferentes vias moradores, foreiros, pequenos proprietários e arrendatários contra os proprietários de terra, num momento em que o campo brasileiro era palco de intensa mobilização camponesa, certamente teve seu peso na promulgação, em 1963, pelo Congresso Nacional, do Estatuto do Trabalhador Rural, e, em 1964, já no governo Castello Branco, do Estatuto da Terra. Mas, no caso do Estatuto do Trabalhador Rural, foi sobretudo o fato de que a lei encontrou não uma massa uniforme mas organizada e combativa que permitiu que 'aquilo que para muitos se afigurava uma aspiração longínqua, em tempo surpreendentemente curto transformou-se em um objetivo de luta a ser conseguido imediatamente. Desta forma, no correr de um ano, os trabalhadores agrícolas do açúcar conseguiram transformar em realidade objetivos que, por vários decênios, continuam letra morta no papel para importante fração do operariado urbano que alcançou esses benefícios por outorga paternalista' (Furtado, 1964: 149). Os direitos – termo que os moradores utilizam para designar o salário mínimo, o repouso remunerado, as férias e décimo terceiro e o Sindicato – adquiridos ou obtidos através de um dom do Governador Miguel Arraes, como preferem crer os moradores que a ele atribuem a origem dos direitos, passaram a funcionar como um novo parâmetro para pensar as relações sociais nas quais estavam inseridos e que a sua própria luta havia contribuído para abalar. Mais do que isso os direitos se transformaram no próprio instrumento de uma luta que se iniciara sem eles. De posse de uma definição do que deveriam ser as relações contratuais entre proprietários e trabalhadores, definição esta que se originara fora dos domínios estritos e estreitos das propriedades e cuja legitimidade repousava na legitimidade da instância que, aos olhos dos trabalhadores, a concedera – o governo de Arraes –, passaram a reivindicar aumentos salariais e cumprimentos dos direitos através de movimentos coletivos que chegaram a envolver toda a região, como foram os casos das greves gerais de 1963 e 1964. Dessa forma, opuseram uma resistência organizada às tentativas dos proprietários de acumularem através da superexploração de sua força de trabalho (Sigaud, 1979, p. 39)

Entretanto, neste contexto de radicalização política do campo, o ETR representou apenas uma concessão moderada de um Congresso nitidamente conservador (Stolke, 1986). Impôs à classe trabalhadora, nesse sentido, uma série de limites, especialmente no que toca à regulamentação da sindicalização rural na mesma linha corporativa tradicional que moldou e conteve os sindicatos urbanos desde a Era Vargas. Dentre os principais limites da estrutura sindical impostos ao campo com o ETR, destaca-se primeiramente a

exigência da "carta de reconhecimento" assinada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (art. 119), estendendo ao campo o poder do Estado de outorgar aos sindicatos representatividade e poder de negociação com o capital. Em segundo lugar, destaca-se a criação da "contribuição sindical" (art. 135), impondo aos sindicatos de trabalhadores rurais da mesma forma que aos urbanos a dependência em última instância do Estado e não dos trabalhadores no que toca a seus recursos materiais. Em terceiro lugar, destaca-se a criação do Funrural e a exigência de colaboração das entidades sindicais com os poderes públicos nos serviços previdenciários para seus associados (art. 116), abrindo caminho para que o assistencialismo se convertesse no principal papel desempenhado pela estrutura sindical no campo (Coletti, 1998).

O caráter conservador da sindicalização rural imposta pelo ETR verifica-se no fato de que foi mantida em seus principais traços após o golpe de 1964, acrescida de transformações pontuais. Além de intervir nas direções sindicais mais combativas (especialmente as ligadas ao PCB), a ditadura do capital sob tutela militar alterou em um primeiro momento o enquadramento sindical rural. Com a Portaria n. 71, de 2/2/1965, estabeleceu-se um único "sindicato de trabalhadores rurais" para representar pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros e assalariados rurais em cada base territorial, facilitando ainda mais o controle governamental sobre a organização sindical no campo brasileiro. Em um segundo momento, a ditadura do capital sob tutela militar regulamentou a relação entre a estrutura sindical rural e os serviços sociais e previdenciários. Com o Programa de Assistência do Trabalhador Rural (Prorural), criado com a Lei Complementar n. 11 de 25/5/1971 e regulamentado com o Decreto n. 69.919 de 11/1/1972, estabeleceu-se que as entidades sindicais rurais seriam utilizadas na implantação, divulgação e execução dos serviços de assistência médica e odontológica, assistência jurídica e encaminhamento de aposentadorias e pensões, etc. Com todas estas imposições, as classes dominantes tiveram sucesso na imposição do arcabouço institucional que daria forma à mobilização dos trabalhadores rurais, limitando e

burocratizando a efervescência e a dinâmica político-organizativa autônoma precedente[18] (Coletti, 1998).

Acresce-se a isso, em segundo lugar, o fato de que desdobramentos do ETR durante a ditadura do capital sob tutela militar tiveram importante impacto sobre o já descrito processo de expulsão de trabalhadores permanentes das grandes fazendas, acelerando sua conversão em trabalhadores volantes. Duas diferentes determinações da modernização conservadora do campo brasileiro – o aprofundamento da integração técnica entre indústria e agricultura e o avanço da formalização jurídica das relações produtivas – confluíram na transformação da morfologia da classe trabalhadora rural: os lavradores converteram-se crescentemente em trabalhadores assalariados plenamente expropriados:

> "Dessa sorte, o empregador é obrigado a pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais. Eis um ponto que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isso, são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isto, é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo este raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão destes trabalhadores das fazendas. Este estatuto não deve ser considerado um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores; ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho" (Moraes Silva, 1999, p. 64)

Para que se compreenda plenamente este juízo de Moraes Silva, é necessário destacar o caráter desigual e combinado do avanço da legislação trabalhista estabelecido pelo ETR. De fato, o Estatuto e a legislação que o complementou ao longo da década de 1970 definiram o empregado rural como aquele que trabalhava diretamente para um empregador rural *em bases não eventuais* (Lei n.5.889 de 1973) ou definiram o trabalhador eventual como aquele que não ultrapassasse 90 dias, *excluindo-se da legislação trabalhista*

[18] "*A sindicalização rural foi o último acontecimento político importante no processo de conversão do lavrador em proletário. Entretanto, depois da fase excepcional das ligas, quando camponeses e operários rurais pareciam empenhados em definir um projeto político mais próximo dos seus interesses, a sindicalização rural teve o caráter de uma reação moderadora. Com ela se inicia a fase de burocratização da vida política do proletariado rural, ao vincular o trabalhador rural, o sindicato e o aparelho estatal, com ou sem a mediação de partidos políticos*" (Ianni, 1984, p. 128)

aqueles contratados por intermediários (Lei n.6.019 de 1978). Desse modo, a formalização jurídica das relações capitalistas no campo ao proteger os trabalhadores permanentes, deixou a descoberto os eventuais. É nesse sentido que se pode afirmar que a expulsão em massa de trabalhadores permanentes e sua substituição por volantes se mostraram economicamente vantajosas aos empregadores. Moraes Silva conclui que o ETR e seus desdobramentos durante a ditadura do capital sob tutela militar impuseram aos trabalhadores rurais uma dupla negação: foram negados enquanto trabalhadores permanentes, tendo-se estimulado a ruptura de seu anterior acesso precário à terra, e foram negados enquanto trabalhadores volantes, tendo-se levantado obstáculos a seu acesso aos direitos trabalhistas.

A análise de Moraes Silva acerca das múltiplas mediações de controle sobre a subjetividade do trabalhador rural não se restringe, contudo, ao direito positivo. Segundo a autora, o caráter desigual e combinado da formalização jurídica das relações capitalistas de produção no campo brasileiro implicou no desenvolvimento de todo um conjunto de *mediações privadas do processo de exploração-dominação*, cujo primeiro momento é o *gato.* De fato, como decorrência direta do processo acima descrito de dupla negação dos trabalhadores rurais pela legislação trabalhista estendida ao campo ao longo da ditadura, surgiu tal agenciador de mão-de-obra, intermediário na arregimentação e contratação de trabalhadores expulsos das fazendas e concentrados nas periferias urbanas.

> "O surgimento do 'gato' deve ser entendido nos contextos da circulação da força de trabalho, da eficácia da lei como instrumento de negação do trabalhador e do mascaramento das relações entre patrões e empregados" (Moraes Silva, 1999, p. 114).

As contradições e ambigüidades na formulação e/ou aplicação dos direitos trabalhistas no campo deixaram espaço aberto para que o capital ordenasse ele próprio o mercado de trabalho rural. Instituíram-se assim intermediários que, no momento de seu surgimento, não possuíam qualquer acesso a meios de produção e vida que os diferenciasse dos demais trabalhadores rurais. O papel dos *gatos* foi duplo: por um lado, serviram de instrumento de dominação da mão de obra, encobrindo a relação empregador/empregado e assumindo até certo ponto o impacto direto da tensa e cotidiana luta de classes no eito; por

outro lado, na medida em que rebaixavam de modo geral ou o preço da força de trabalho ou seus direitos trabalhistas, ampliavam a apropriação do trabalho excedente pelos patrões.

O significado do *gato* enquanto instrumento de dominação da mão-de-obra rural não se esgota, contudo, nesta sua dupla função. Em interação com o caráter desigual e combinado da formalização jurídica das relações de produção no campo brasileiro, o *gato* tornou-se base de um construto ideológico de grande eficácia: a responsabilização do assalariado rural pela estrutural não universalização dos direitos trabalhistas no campo brasileiro. Para compreender tal construto, é necessário inicialmente apontar que o trabalhador rural brasileiro sempre teve de enfrentar um "cobertor permanentemente curto", que se lhe cobre a cabeça desprotege os pés, ou se lhe cobre os pés não chega à cabeça. Ou seja, ao longo da história recente do campo brasileiro, o trabalhador rural dificilmente conseguiu encontrar ocupações que reunissem boas condições de remuneração aliadas a respeito a direitos trabalhistas. Devido a isso sempre foi relativamente comum que, dada a opção, o próprio assalariado rural escolhesse não ser registrado em carteira, pois desse modo receberia imediatamente um salário superior, que incorporaria no todo ou em parte os gastos sociais que o empregador teria de pagar em caso de registro. Lygia Sigaud assinalou tal fenômeno na década de 1970 em Pernambuco. A autora apresenta do seguinte modo os dilemas dos trabalhadores fichados (registrados em carteira) e clandestinos (arregimentados por empreiteiros e sem direitos trabalhistas):

> "Já tendo tido a experiência da *ficha*, quer no engenho ou na rua, o trabalhador geralmente afirma que prefere ser *clandestino* a ser *fichado* e justifica isso em termos de que 'a *ficha* é o *cativeiro*'. Mesmo reconhecendo e lamentando que por ser *clandestino* encontra-se privado dos *direitos*, o trabalhador confirma sua opção por trabalhar com empreiteiro. Às vantagens da *ficha* (os *direitos* fundamentalmente), os *clandestinos* opõem a *sujeição* de ser *obrigado* a trabalhar nas piores áreas, ganhando menos do que como *clandestino*. E, na medida em que vêem os *fichados* serem privados de seus *direitos* ou terem de brigar por eles na justiça, em função de atraso no pagamento do décimo terceiro, não pagamento de férias, perda do repouso remunerado e feriado em virtude das pressões exercidas pelos proprietários, acabam concluindo que nem mesmo pelos *direitos* valeria a pena se *fichar*. A estabilidade de emprego do *fichado* seria a única coisa que poderia prendê-los à *ficha*, como segurança nos períodos de *tranca* do inverno, mas desde que a expansão da cana na região centro-sul de Pernambuco e em Alagoas tem implicado a utilização da força de trabalho dos *clandestinos* também no inverno, nem isso mesmo se coloca mais" (Sigaud, 1979, p.235)

Estes traços da base material da exploração-dominação sobre a mão-de-obra rural no Brasil sustentam um particular discurso no plano ideológico, de acordo com o qual a informalidade reproduz-se por desejo dos próprios assalariados. Dissemina-se assim uma inversão ideológica segundo a qual a "ganância" do assalariado rural seria a real causa das deficiências na extensão e aplicação da legislação trabalhista. O *gato* é o principal artífice e transmissor de tal discurso. Como veremos mais a frente, é até hoje bastante comum que ele legitime sua existência afirmando ser interessante aos trabalhadores a possibilidade de alcançar um maior salário líquido imediato, desqualificando o significado de direitos arduamente conquistados pela classe ao longo de sua história. Segue-se daí que a caracterização do *gato* enquanto mediação da dominação sobre a subjetividade dos trabalhadores rurais tenha de destacá-lo também como um poderoso instrumento de dominação ideológica, capaz de atribuir à vítima a responsabilidade por sua opressão.

O *gato* foi, contudo, apenas o primeiro momento do complexo de mediações privadas da exploração-dominação construído pelo capital no campo ao longo dos últimos 40 anos com vistas ao disciplinamento e (super) exploração da força de trabalho assalariada rural. Com o fim da ditadura do capital sob tutela militar complexificaram-se e diversificaram-se tais mediações. O ponto de partida para tal foi o ascenso de lutas da classe trabalhadora rural, em especial o ascenso de lutas de assalariados rurais que por diversas vezes questionaram ao longo de toda a década de 1980 as mediações privadas e jurídicas de dominação de que viemos tratando.

As greves na região da Zona da Mata pernambucana e de outros estados do Nordeste entre 1980 e 1984 são um dos muitos pontos de partida das lutas de trabalhadores no campo ao longo da década. Desde o início sob direção sindical e totalmente dentro dos parâmetros da lei de greve, estas greves centraram-se especialmente nos trabalhadores *fichados*, com registro em carteira, principal base dos sindicatos da região. Ainda assim, foram envolvidos também os chamados *clandestinos* (trabalhadores sem vínculo empregatício e sem acesso a direitos) e pequenos produtores do agreste que sazonalmente se assalariavam no corte da cana. A greve de 1979 mobilizou diretamente 20 mil trabalhadores de 23 sindicatos. No ano seguinte, a greve se repetiu mobilizando 42 sindicatos e cerca de 240 mil trabalhadores. Dentre as principais reivindicações

articulavam-se demandas de acesso à terra, demandas salariais e de extensão e cumprimento de direitos trabalhistas. Leonilde Medeiros assim descreve a efervescência das mediações de controle sobre a força de trabalho no período posterior às mobilizações:

> "Em geral, no interior dos engenhos e usinas, às greves se seguiu com maior ou menor intensidade, dependendo de uma série de variáveis locais, um conjunto de estratégias patronais visando a desmobilização dos trabalhadores. Entre elas destacavam-se as medidas de repressão, com a ação de milícias armadas, ameaças a dirigentes sindicais, advogados, delegados de engenho; formação de 'listas negras', com os nomes dos trabalhadores mais ativos, que passavam a ter dificuldade de encontrar trabalho; dispensa de trabalhadores; introdução de máquinas no processo produtivo, gerando ameaça de desemprego; tentativas de cooptação de lideranças, etc. Por esses mecanismos, os patrões buscavam recompor seu poder junto aos trabalhadores e seu controle sobre o mercado de trabalho" (Medeiros, 1989, p. 131)

As greves nas lavouras de cana de açúcar e de laranja nas cidades do interior do estado de São Paulo entre 1984 e 1989 também devem ser mencionadas. Como já apontado mais acima, neste estado o ritmo de conversão dos trabalhadores rurais em volantes foi superior ao do restante do país. Ainda que setores do sindicalismo e de organizações pastorais tenham buscado aproximar-se deste conjunto de trabalhadores no início dos anos 1980, suas mobilizações na região de Ribeirão Preto iniciaram-se sem direção sindical e fora dos parâmetros da lei de greve. Em maio de 1984 eclodiu uma greve de cortadores de cana da cidade de Guariba que, em meio à repressão policial, estendeu-se por toda a região canavieira e citrícola do estado. Iniciava-se assim um ciclo de greves que se desdobraria por toda a segunda metade da década de 1980, com importantes conseqüências na consciência e na organização sindical dos assalariados rurais paulistas.

Diferentemente do que acontecera na zona da mata nordestina, onde as demandas trabalhistas e por terra de pequenos produtores e assalariados encontraram encaminhamento conjunto sob o movimento sindical de trabalhadores rurais, no estado de São Paulo consolidou-se uma identidade própria dos cortadores de cana e colhedores de laranja, distinta dos demais trabalhadores rurais. Este processo culminaria na formação em 1989 da Federação dos Empregados Rurais de São Paulo (Feraesp), em oposição à Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (Fetaesp). Como veremos, em primeiro lugar, a Feraesp propôs-se representar especificamente os assalariados rurais,

argumentando que o enquadramento sindical único de pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros e assalariados rurais imposto pela ditadura ao sindicalismo no campo brasileiro e paulista encobria contradições e limitava o ascenso grevista que então se verificava. Em segundo lugar, a Feraesp assumiu uma prática relativamente mais combativa em sua relação com o poder público e com o capital, contrapondo-se ao conservadorismo, ao atrelamento ao aparelho do Estado e ao pouco contato efetivo com o cotidiano dos trabalhadores rurais que marcavam a estrutura sindical no campo brasileiro e paulista[19].

Moraes Silva destaca que todas estas lutas dos assalariados rurais ao longo da década de 1980 impuseram uma metamorfose sobre as mediações jurídicas e privadas da exploração-dominação: o arcabouço jurídico disposto na Constituição de 1988 incorporou uma série de conquistas desta fração de classe, ao mesmo tempo que o *gato* tornou-se mediação privada insuficiente no controle da mão de obra. A partir da década de 1990 tornou-se mais significativo o número de trabalhadores volantes com registro em carteira e algumas agroindústrias assumiram a responsabilidade de contratação sazonal da força de trabalho ou atribuíram-na a empresas agenciadoras de mão de obra com uma estrutura consideravelmente mais complexa e sofisticada que aquela oferecida anteriormente pelos *gatos*. Surgiram novas mediações, como escritórios de contratação e fiscais de campo,

[19] Segundo Alves e Graziano, as pautas destas greves apontavam uma nova centralidade de luta: o controle sobre o processo de trabalho. Isso se verifica não apenas na contraposição às mediações jurídicas e privadas de domínio sobre a mão de obra até então mobilizadas pelo capital (evidente nas exigências de contrato direto sem intermediação de gatos, registro em carteira, pagamento do décimo terceiro e férias, garantia de direitos trabalhistas nas rescisões sem justa causa, etc.), mas principalmente pela contraposição a alterações impostas por proprietários e usineiros no corte da cana. Neste conjunto destaca-se, em primeiro lugar, *a exigência da volta do corte em cinco ruas*. Um dos estopins da greve de 1984 foi a introdução do sistema de sete ruas de corte de cana: se antes cada trabalhador recebia cinco fileiras de cana para cortar, o novo sistema distribuía sete ruas para cada trabalhador, reduzindo o número de montes de cana e diminuindo os gastos com combustível das carregadeiras, mas impondo aos cortadores maiores deslocamentos e desgaste físico e menores produtividade e rendimento. Em segundo lugar, destaca-se a *exigência de pagamento da cana cortada por metro linear e não por tonelada*, uma das principais demandas das greves de 1985, 1986 e 1987. Na medida em que apenas as usinas dispunham da balança, o pagamento por tonelada dava à patronal total controle sobre o resultado do trabalho, sujeitando os trabalhadores a roubos e ludibriações. Em resposta, os cortadores de cana reivindicavam um sistema de pagamento que lhes garantisse controle sobre sua remuneração. Para Alves e Graziano, essas duas demandas dos assalariados rurais sinalizavam a centralidade da luta pelo controle de aspectos chave de seu processo de trabalho (Alves, 1991; Graziano, 1997)

estabelecendo uma nova organização das atividades de controle sobre o contingente de trabalhadores:

> "A grande explosão aconteceria em 1984 e 1985. A negação dos direitos foi gerando, em contrapartida, as bases para o seu cumprimento, em virtude do acirramento das contradições entre a lei, a ação dos empreiteiros, o rebaixamento do preço da força de trabalho e os altos padrões de acumulação. O papel do Estado, por intermédio do aparelho jurídico, deve ser entendido no bojo desta contradição. De um lado, fica visível a ação da Junta Trabalhista em fazer cumprir a lei. De outro, a existência dos acordos era uma forma de amainar os conflitos. Em geral, os trabalhadores que faziam reclamações ficavam marcados pelo empreiteiro. Isso foi engrossando ainda mais os descontentamentos até a eclosão dos movimentos grevistas surgidos a partir de 1984. O 'gato', neste momento, torna-se um elemento degenerado, desnecessário, logo, passível de ser extinto. As empresas foram, cada vez mais, assumindo os direitos dos trabalhadores mediante o registro em carteira, contrato de trabalho, pagamento de direitos: férias, décimo terceiro, etc. (...) A anarquia dos primeiros momentos vai sendo substituída pela racionalidade crescente. Opera-se um processo de gestão da força de trabalho, amparado nas regras legais do direito e na racionalidade empresarial" (Moraes Silva, 1999, p. 118)

No que toca às mediações jurídicas da exploração-dominação, a Constituição de 1988 finalmente tratou em seu artigo sétimo de forma igualitária em seus direitos trabalhadores urbanos e rurais. Destaca-se neste conjunto a legislação previdenciária, que equiparou pela primeira vez benefícios e contribuições do trabalhador urbano e rural junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e elevou o piso da aposentadoria rural de meio para um salário mínimo. Estabeleceu-se ademais em legislação específica que os trabalhadores rurais teriam como direitos: intervalo para refeição e descanso após 6 horas de trabalho conforme usos e costumes da região em que o trabalho for prestado; cômputo dos horários efetivamente trabalhados para efeito do cálculo da jornada em serviços intermitentes; adicional noturno de 25% sobre a hora normal; aviso prévio, com possibilidade do empregado não trabalhar um dia por semana para procurar outro trabalho; indenização ao safrista equivalente a 1/12 do salário mensal por mês de serviço ou fração superior a 14 dias quando expirado o contrato na forma prevista; impossibilidade de se efetuarem descontos no salário a não ser a título de moradia (até o limite de 20%), alimentação (até o limite de 25%) e adiantamentos em dinheiro (Souto Maior, 2005).

Não se quer com isso dizer, contudo, que o caráter desigual e combinado da extensão da legislação trabalhista ao campo brasileiro foi superado. Pelo contrário, entre as décadas de 1990 e 2000 houve significativas flexibilizações no mercado de trabalho rural que atuaram como contra-tendências ao cenário acima descrito. Como veremos, a cultura da laranja é particularmente ilustrativa de tais flexibilizações, em que o *gato* manteve-se muito próximo de sua forma original como evidência da confluência da ação estatal (cristalizada nas ambigüidades e contradições de seu aparelho jurídico) e do poder privado do capital.

No que toca às mediações privadas da exploração-dominação, em paralelo à relativa permanência do *gato* como fator estrutural do multifacetado ordenamento do mercado de trabalho rural, estabeleceram-se instrumentos mais complexos e sofisticados de dominação sobre a mão de obra contratada. As múltiplas funções do *gato* tenderam aqui a dividir-se em diferentes agentes especializados, em uma nova divisão hierárquica de atividades. Sua articulação busca, por um lado, exercer vigilância minuciosa sobre "cada gesto, cada ritmo, cada conduta" no local de trabalho (Moraes Silva, 1999, p. 152); por outro, busca neutralizar do modo mais eficiente possível o poder de pressão dos trabalhadores reunidos no eito. Para tanto, tornou-se necessário uma divisão clara de espaço e agentes entre aqueles responsáveis pela arregimentação, transporte e organização dos volantes no local de trabalho e aqueles responsáveis pelas decisões vitais de remuneração, contratação, demissão, etc. Articula-se, nesse sentido, uma cadeia de mediações entre o empreiteiro e o motorista, o fiscal de campo e o escritório de administração da empresa responsável pela contratação. Enquanto os primeiros permanecem no contato direto e imediato com o conjunto de trabalhadores, o último delibera acerca das decisões de maior interesse e o segundo realiza a comunicação entre ambos. Como teremos oportunidade de ver em nossa exposição empírica, esta cadeia de mediações é bastante eficaz na desmobilização e desorganização do coletivo de trabalhadores reunidos no eito. Através dela neutralizam-se parte das lutas no local de trabalho, individualizam-se os protestos e enredam-se as reivindicações em um emaranhado de "instâncias responsáveis".

Moraes Silva destaca que tais novas mediações privadas da exploração-dominação acionam tanto mecanismos coercitivos como ideológicos com vistas a converter os empregados rurais em "trabalhadores de empresa", criando determinados modos de viver, pensar e trabalhar. Esforçam-se por criar um trabalhador impregnado de um conjunto de valores, capazes de fazer com que sua conduta e seu ritmo de trabalho sigam as determinações da empresa a partir de um comando interno, como que surgido de si próprio. A autora destaca um rol de disposições morais utilizadas como critérios, seja na contratação dos trabalhadores, seja em sua posterior formatação: a necessidade de fazer as coisas bem feitas, com capricho e persistência; a motivação para assumir responsabilidades; o gosto pela ação, pelo exercício físico e pelo trabalho; afabilidade e lealdade; capacidade de sacrificar um pequeno benefício imediato em prol de uma maior recompensa futura, etc. (Moraes Silva, 1999, p. 204). Além de cursos periódicos de treinamento e socialização dos trabalhadores no ambiente da empresa, há mecanismos cotidianos de estímulo a tal perfil. Em diferentes culturas como na cana, no café e na laranja, vigora o salário por peças, comumente chamado de salário por produção. Trata-se de uma forma de remuneração que torna o trabalhador co-interessado na máxima intensificação do dispêndio de sua força de trabalho, pois isso lhe garante um maior pagamento ao final da quinzena, além de exigir menor necessidade de controle explícito e direto sobre o processo de trabalho, dada a maior internalização dos pré-requisitos deste pelo trabalhador. A esta forma de remuneração alia-se ainda enquanto meio de interiorização da dominação e da disciplina a perspectiva de gratificações periódicas, atribuídas àqueles que tiveram melhor produtividade e encarnaram da melhor forma os valores considerados indispensáveis à empresa.

Em paralelo a tal esforço criativo de um novo *ethos* dentre os trabalhadores rurais, empresas e intermediários na contratação da mão de obra reproduzem e reforçam determinados conteúdos simbólicos já presentes no arcabouço moral da classe, utilizando-os em seu proveito e integrando-os ao seu eixo de exploração-dominação. Trata-se de construtos ideológicos com vistas não apenas à internalização do controle e da dominação e ao aumento no nível de exploração da força de trabalho, mas também à criação de segregações no interior da classe trabalhadora. Por meio da distribuição diferenciada de

tarefas, níveis de remuneração, acesso a carteira assinada e a direitos trabalhistas, as empresas e empreiteiras fazem uso de preconceitos étnicos ou de gênero arraigados entre os trabalhadores, reforçando clivagens e contribuindo à construção de auto-imagens de determinados grupos diferenciadas do coletivo. A título de exemplo, pode-se mencionar a formação de turmas de migrantes. É comum que os "de fora" apresentem um nível de produtividade excepcional, aliado a uma maior disposição a trabalhar sem registro em carteira. Como veremos em nossa exposição empírica, isso corresponde a seu interesse de acumular o maior volume de recursos no menor tempo possível, de modo a poder retornar a seu local de origem, pagar eventuais dívidas e garantir a reprodução de sua unidade familiar e sua pequena produção. Empresas e empreiteiras utilizam-se de tais características com vistas a fixar a imagem de um "bom trabalhador", bom cortador de cana ou bom colhedor de laranja, particularmente adestrado para o maior dispêndio possível de força de trabalho com o mínimo de reivindicações trabalhistas. Reforçam-se assim auto-imagens e representações dos "outros" que ampliam a taxa média de exploração, estimulam a internalização de critérios de trabalho e conduta e criam clivagens e ressentimentos entre diferentes segmentos da classe trabalhadora. Moraes Silva assim apresenta estes fatores na cultura da cana:

> "É interessante observar que a divisão étnico-racial está presente tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo. No eito [da cana], os trabalhadores 'de fora' não são misturados aos 'do lugar'. Os eitos são diferentes. Quanto ao espaço reprodutivo, há várias formas de divisão: os barracões, os alojamentos, as pensões e os bairros ou vilas de barro. Os três primeiros referem-se aos 'de fora', que só ficam durante a safra. Os bairros e vilas de barro são habitadas pelos 'do lugar', mas que vieram de outros lugares. Portanto não são do lugar. Trazem em seus corpos a marca da cor, o jeito de falar, os costumes que não são os dos paulistas. São "mineiros" e "baianos" como os outros. No entanto, não se reconhecem como tais. Quem os define como 'baianada', 'mineirada' são os outros, ou seja, os antigos, sobretudo os descendentes de italianos, brancos portanto, moradores destas cidades. No nível das representações dos trabalhadores, há imbricações de vários atributos: ser negro, mulato, moreno e habitante do "lugar" é diferente de ser negro, mulato, moreno e vindo do nordeste ou do Vale do Jequitinhonha. Para os moradores brancos, trata-se do conjunto da baianada, mineirada. Daí, conclui-se que a divisão étnico-racial do trabalho se reproduz mediante outras divisões, o que confere **caráter múltiplo aos sujeitos**" (Moraes Silva, 1999, p. 230, grifo nosso)

Tendo atingido essa concepção de "*caráter múltiplo dos sujeitos*" que integram a classe trabalhadora rural subordinada às agroindústrias, podemos sintetizar a contribuição a nossa pesquisa empírica dos instrumentos teórico-conceituais até aqui expostos. Partimos da apresentação do desenvolvimento desigual e combinado das mediações políticas, jurídicas e ideológicas de controle e dominação sobre a força de trabalho para alcançar uma nova concepção ampliada da proletarização a que foi submetida a classe trabalhadora rural nas últimas décadas. No trecho anterior de nosso texto buscamos destacar as continuidades e descontinuidades existentes entre trabalhadores volantes plenamente expropriados, pequenos proprietários migrantes, pequenos produtores de matérias primas às agroindústrias, apresentando-os como formas múltiplas de subordinação do trabalho ao capital. Neste trecho, por sua vez, buscamos mostrar que não apenas fatores técnicos e econômicos, mas também fatores políticos, jurídicos e ideológicos criam descontinuidades no interior do corpo da classe trabalhadora subordinada às agroindústrias. Concebê-la como uma totalidade concreta e não como uma vazia abstração, exige que se apreendam em sua especificidade trabalhadores com e sem registro em carteira, com maior ou menor internalização do discurso patronal, "de fora" (mineiros, baianos, sergipanos, maranhenses) ou "do lugar", homens e mulheres, etc. Enriquece-se a partir desta contribuição conceitual a concepção ampla e dúctil de proletarização que tentaremos ter por guia em nossa pesquisa e exposição empíricas.

- *Mecanização na lavoura, automação no chão de fábrica e os desafios da luta de classes*

Em paralelo às mencionadas transformações nas mediações políticas, jurídicas e ideológicas de controle sobre a força de trabalho, entre os anos 1990 e 2000 ocorreu uma nova onda de articulação conservadora entre indústria e agricultura no campo brasileiro, que manteve alguns dos traços fundamentais já descritos anteriormente e introduziu novos dilemas à luta dos trabalhadores. Para melhor compreender tal processo, procuraremos expor momentos básicos de sua dinâmica para em seguida apresentar as transformações daí decorrentes na morfologia da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial.

Os anos 1990 foram marcados por uma crise no campo brasileiro em geral e em muitos de seus principais complexos agroindustriais em específico. Os efeitos conjugados do desmanche dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, crédito agropecuário, etc.), a significativa queda dos recursos públicos destinados à agricultura (infra-estrutura, pesquisa agropecuária, assistência técnica, etc.), a abrupta abertura comercial, a taxa de câmbio sobrevalorizada pós Plano Real, a elevada taxa de juros, a queda dos preços dos produtos agrícolas e o aumento significativo dos custos de produção no período tiveram por consequência uma queda média de 40% da rentabilidade bruta das atividades agrícolas em comparação com a primeira metade dos anos 1980 (Graziano, 1999). Paralelamente, impasses políticos decorrentes do ascenso da luta dos trabalhadores na década de 1980 mantiveram-se presentes. Por um lado, apesar dos obstáculos à reforma agrária estabelecidos na Constituição de 1988, a luta pela terra mostrou fôlego em especial com a relevância política alcançada nos anos 1990 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por outro, as greves de trabalhadores assalariados rurais em diversos complexos agroindustriais demonstraram sua capacidade de impactar as atividades industriais ao paralisar a lavoura, disputando potencialmente com o capital a direção sobre o conjunto do empreendimento agroindustrial.

Em resposta a esta crise, o capital adotou estratégias de redução de custos e "racionalização da produção". O traço fundamental deste processo foi o fortalecimento da unificação orgânica entre lavoura e planta fabril, que transformou esta última em escala crescente no centro nervoso de controle e planejamento do empreendimento agroindustrial como um todo. Multiplicaram-se os nexos entre a produção agrícola, a indústria de maquinário e insumos e as agroindústrias processadoras. Mudanças técnico-organizacionais das lavouras passaram a ser planejadas em sincronia com as decisões globais das unidades de processamento industrial. Estas, por sua vez, se tornaram crescentemente adaptadas a mudanças ocorridas na parte agrícola, capazes de beneficiar os múltiplos recursos oferecidos pelas lavouras. Ainda que em ritmos distintos em diferentes locais e culturas, mecanizaram-se novos momentos do processo de trabalho e automatizaram-se as linhas de processamento agroindustrial, implantando-se também no

chão de fábrica novas formas de organização da produção. Thomaz Júnior assim caracteriza este processo:

> "O elevado grau de integração agroindustrial, ou ainda o fortalecimento da unificação orgânica entre a lavoura e a fábrica processadora – considerando a diferencialidade expressa entre as empresas na sua internalização –, é o apontamento que está sendo dado. É na esfera fabril que estão traçadas as estratégias e o planejamento da empresa agroindustrial como um todo, sob a referência dos ganhos de produtividade e do fortalecimento do controle sobre o processo de trabalho. (...) Sob este referencial, a lavoura passa a ser considerada como um momento da produção industrial" (Thomaz Jr., 2002, p. 139)

Em todos os seus traços, tal avanço na incorporação de progresso técnico à agricultura teve por objetivo não apenas a redução de custos, mas também a criação de novos nexos de subordinação da terra e do trabalho em todas as etapas da produção agroindustrial ao capital. Ao reduzir em escala crescente a lavoura a um momento da produção industrial, o capital tornou-se capaz de impor novos desenhos e novas dinâmicas aos territórios agrícolas e de submeter os trabalhadores rurais a novos ritmos e novos disciplinamentos que têm por parâmetro a dinâmica fabril. Ao mecanizar a lavoura e automatizar a agroindústria, o capital agroindustrial criou novas segmentações e clivagens entre diferentes frações da classe trabalhadora a ele subordinada, colocando em xeque a força política expressa no ascenso de lutas na década anterior.

Em termos políticos e econômicos, os anos 2000 foram significativamente mais favoráveis ao capital agroindustrial no Brasil em comparação com os anos 1990. As transformações acima mencionadas ocasionaram não apenas um forte crescimento da produtividade na agropecuária, como também uma nova correlação de forças na luta de classes. Contribuiu para tal nesta primeira década do século XXI a desvalorização do Real em 1999, aliada à elevação geral do preço das *commodities* agrícolas no mercado mundial e à emergência dos "biocombustíveis" ou "combustíveis verdes" enquanto pauta global do capital. A elevação da demanda de países como China e Índia, somada a investimentos especulativos internacionais em preços agrícolas, abriu um cenário internacional favorável no mercado mundial à burguesia agroindustrial de países como o Brasil. Paralelamente, a perspectiva de escassez de combustíveis fósseis, somada à instabilidade de seu mercado,

estimulou a busca de fontes de energia a partir de cana de açúcar, milho, soja, óleos vegetais, mamona, etc., com fortes impactos sobre a distribuição de lavouras e sobre as correlações de forças no campo brasileiro. Neste contexto, entre 2001 e 2008 o Brasil saltou de sexto para terceiro maior exportador mundial de *commodities* agrícolas, atrás apenas de Estados Unidos e União Européia. (*Estado de São Paulo*, "Brasil supera Canadá e se torna o terceiro maior exportador agrícola", 7/3/2010) [20]

Este desempenho econômico permitiu à burguesia agroindustrial reforçar sua posição dentre as frações da classe dominante que compõem o bloco no poder no Brasil. Após passar por um vasto processo de concentração e centralização do capital em escala transnacional, a burguesia agroindustrial construiu um "moderno" arco de relações que se estende desde conglomerados financeiros até instituições políticas e acadêmicas, responsáveis por construir o discurso que apresenta o assim chamado "agronegócio" como a melhor oportunidade de articulação do país com a economia global hoje. Esta fração da classe dominante tornou-se com isso capaz de dirigir um sólido e sofisticado bloco político e ideológico que tem por objetivo remover quaisquer obstáculos à expansão do mercado fundiário e do cultivo de *commodities* agrícolas e multiplicar seus canais de pressão e barganha no interior do Estado, articulando em seu favor diversas modalidades de políticas públicas no campo brasileiro (distribuição desigual de crédito rural favorável a grandes produções, renegociação periódica das dívidas agrícolas, incentivos fiscais à conformação de distritos agroindustriais, construção de eixos modais de escoamento de produtos agropecuários destinados à exportação, etc.) (Heredia, Palmeira e Leite, 2010; Castilho, 2012). Chesnais assim nos apresenta este quadro, pontuando as frações da burguesia que mais se fortaleceram nas últimas décadas no Brasil e sua relação com o contexto de mundialização do capital:

[20] Seguem controversas no debate político e acadêmico brasileiro a definição e a quantificação do assim chamado "agronegócio". Dentre diversas medições possíveis de sua dimensão na economia brasileira atual, podemos destacar um estudo de dezembro de 2004 da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP). Utilizando como metodologia a soma do PIB de 4 agregados (insumos para a agricultura e pecuária; agricultura e pecuária; indústrias de base agrícola e distribuição final), tal estudo apontou que a participação total do PIB do agronegócio no PIB brasileiro foi de 30,6% em 2003. No mesmo ano, a participação total do PIB da agricultura no PIB brasileiro foi de 9,3%, sendo 3,6% referente à agropecuária familiar e 5,7% à agropecuária patronal (Guilhoto, Silveira e Azzoni, 2004)

> "O regime internacional da mundialização do capital reforçou em todos os lugares os direitos de propriedade e os mecanismo de apropriação fundados na exploração do trabalho e as retiradas rentistas. Setores específicos do 'Sul' – os bancos e os serviços financeiros, a agroindústria, as mineradoras – sofreram uma acentuação na centralização e concentração do capital. Um vasto movimento de fusões e aquisições interno e transnacional aconteceu. As estruturas oligárquicas e os oligopólios do período antigo estão 'modernizados'. Onde fortes processos endógenos financeirizados de acumulação ocorreram juntos com a posse de 'vantagens comparativas ' de acordo com as necessidades das economias centrais – vantagens naturais para produtos primários e/ou intensivos em mão de obra industrial barata – oligopólios de 'nova geração' foram integrados ao funcionamento do regime internacional da mundialização. Esse foi o caso do Brasil" (Chesnais, 2010, p. 12)

De fato, a despeito do que possam afirmar seus apologetas, o assim chamado "agronegócio" segue marcado pelas contradições inerentes à ordem do capital no campo brasileiro. Em primeiro lugar, paralelamente ao avanço de culturas com alto grau de modernização técnica-produtiva segue havendo terras com baixíssima produtividade[21] e investimentos fundiários com caráter estritamente especulativo[22]. Permanece, portanto, o

---

[21] "*Dois terços dos 18% do bioma amazônico já desmatados foram transformados em pasto, hoje ocupados por uma pecuária de baixa produtividade. É o que mostra mapeamento do uso das terras abertas na Amazônia, realizado em parceria pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com apoio do Ministério do Meio Ambiente. As análises foram feitas com base em dados reunidos até 2008 e mostram como está sendo usada a terra após a derrubada da floresta, uma área de 720 mil km² desmatados, do tamanho do Uruguai. Desse total, 62,1% foram transformados em pastagem, dos quais 46,7% são pasto limpo, com capim plantado; 8,7% de pasto sujo, onde o capim divide espaço com uma vegetação arbustiva; 6,7% de área de pasto em regeneração, onde há predomínio de vegetação arbustiva sobre o capim; e 0,1% de pasto com solo exposto. Esse quadro confirma a existência de uma pecuária extensiva de baixa produtividade, com menos de uma cabeça de gado por hectare. Por outro lado, o mapeamento revela que a produção agrícola ocupa menos de 5% da área total desmatada na Amazônia.*" (Agência Senado, "Estudo mostra a utilização de terras desmatadas na Amazônia", 06/09/2011)

[22] "*Puxados pela disparada das cotações de grãos, especialmente da soja, e pela queda dos juros, os preços médios das terras para o agronegócio no país subiram 50% em três anos, com aceleração maior nos últimos 12 meses.A tendência é as cotações continuarem em níveis elevados, apesar da desaceleração da agricultura [...] Entre março de 2011 e abril de 2012 a valorização média da terra no país foi de 16,5%. A alta dos preços é mais que o triplo da inflação acumulada no período, de 5,1% medida pelo IPCA. Em abril de 2012 o preço médio do hectare chegou a R$13.572 no Sul, R$11.298 no Sudeste, R$5.285 no Centro Oeste, R$2.983 no Nordeste, R$1.995 no Norte e R$6.700 no Brasil como um todo. [...] A terra acaba sendo um porto seguro para o investidor: '*A desaceleração da economia não afetou o mercado de terras*' afirma o corretor imobiliário de Ribeirão Preto Atílio Benedini. Ele observa que quando a taxa de juros cai, o preço da terra sobe*" (O Estado de São Paulo, "Preço das terras agrícolas disparam", 01/07/2012)

caráter ultra-concentrado da estrutura agrária brasileira e agravam-se os conflitos decorrentes da expropriação do campesinato e de populações tradicionais[23]. Em segundo lugar, em paralelo ao maior controle bio-químico sobre o processo produtivo e à maior mecanização de atividades agrícolas, seguem tragicamente recorrentes as mortes por excesso de trabalho em canaviais paulistas, destacadas por diversos autores (Alves, 2006, 2007; Moraes Silva, 2008). Permanece, nesse sentido, vigente a super-exploração da força de trabalho rural manual mesmo nas culturas e regiões mais "modernas" do campo brasileiro, como ecoado diversas vezes pela imprensa:

> "O novo ciclo da cana de açúcar está impondo uma rotina aos cortadores de cana que, para alguns estudiosos, equipara sua vida útil de trabalho à dos escravos. É o lado perverso de um setor que, além de gerar novos empregos e ser um dos principais responsáveis pela movimentação interna da economia, deve exportar 7 bilhões de dólares neste ano. Ao menos 19 mortes já ocorreram nos canaviais de São Paulo desde meados de 2004, supostamente por excesso de trabalho. (...) A pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva, professora livre docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), diz que a busca por maior produtividade obriga os cortadores de cana a colher até 15 toneladas por dia. Esse esforço físico encurta o ciclo de trabalho na atividade. 'Nas atuais condições, passaram a ter uma vida útil de trabalho inferior à do período da escravidão', diz. Nas décadas de 1980 e 1990, o tempo em que o trabalhador do setor ficava na atividade era de 15 anos. A partir de 2000, 'já deve estar por volta de 12 anos', diz Moraes Silva. Devido à ação repetitiva e ao esforço físico, 'ele começa a ter problemas seriíssimos de coluna, nos pés, câimbras e tendinite',

[23] "*Fatores étnicos, laços de parentesco e práticas costumeiras de terras de herdeiros sem formalização de partilha, livre acesso aos campos naturais (no golfão maranhense, no cerrado, nas campinaramas de regiões amazônicas e nos campos da ilha de Marajó) e inúmeras outras situações de uso comum dos recursos naturais, que se encontram formalmente abrigadas sob a designação de terras tradicionalmente ocupadas, são vistas como obstáculos às transações de compra e venda de terras. Terras indígenas, terras de quilombos, faxinais, fundos de pasto, áreas de extrativismo das quebradeiras de coco babaçu e de castanheiros, segundo interesses ruralistas, vêm dificultando a reestruturação formal do mercado de terras deixando imensas extensões fora dos circuitos mercantis de troca. As agroestratégias visam remover tais obstáculos e incentivar as possibilidades de compra e venda, ampliando as terras disponíveis aos empreendimentos vinculados aos agronegócios*" (Almeida, 2010, p. 111)

afirma." (Folha de São Paulo, *Cortadores de cana têm vida útil de escravo em São Paulo*, 29/04/07) [24]

Em paralelo a estas contradições, a nova onda de incorporação do progresso técnico à agricultura nas décadas de 1990 e 2000 co-determinou uma redução significativa das ocupações agrícolas em geral e dos empregos agrícolas temporários em particular. No que diz respeito à agricultura paulista, onde estes fenômenos foram mais acentuados, a população trabalhadora total caiu de 1.517.941 em 1990 para 1.171.495 em 1999 (queda de 23%), enquanto a mão de obra assalariada volante caiu de 343.758 em 1990 para 223.188 em 1999 (queda de 36%). Na década de 2000 a queda nas ocupações agrícolas no estado de São Paulo tornou-se menos acentuada: a população trabalhadora total caiu de 1.310.441 em novembro de 2000 para 1.051.979 em novembro de 2005 (queda de 20%), enquanto a mão de obra assalariada volante caiu de 268.473 em novembro de 2000 para 242.859 em novembro de 2005 (queda de 10%) (Camargo, 2007). Maria Aparecida Moraes Silva assim comenta este processo, destacando a relação entre mecanização de novas etapas da atividades agrícola e o desemprego no interior do estado:

> "Apesar dos diferentes enfoques e preocupações, o cerne da questão gira em torno do binômio mecanização-exclusão social. Qual será o destino dos milhares de migrantes sazonais que, todos os anos, permanecem nesta região durante 8 meses ou mais? Qual será o destino dos trabalhadores rurais residentes nas cidades dormitórios. (...) O desemprego manifesto, por meio da exclusão de milhares de trabalhadores, já vem ocorrendo desde o início da década de 1990. A presença de peões-

[24] "*Em Jaboticabal, a agrônoma Ana Terra Reis, em seu trabalho de conclusão do curso na FCAV [Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias], sob a orientação do geógrafo José Gilberto de Souza, constata que o aumento da produtividade obtida pelas usinas teve como origem a redução dos custos de produção, com a menor transferência de ganhos aos cortadores. Ana ressalta que, na década de 1980, a indústria chegou a pagar até R$ 9,00 por tonelada de cana cortada. Hoje, o valor não passa de R$ 2,5. "Ao cruzar os dados dos salários dos cortadores e os preços dos produtos, de 1985 a 2004, verificamos uma redução nos salários reais em torno de 60%", destaca. Em 1985, o trabalhador cortava em média 5 toneladas de cana por dia, volume que, hoje, atinge entre 12 a 16 toneladas diárias. O estudo conclui que, se o salário de um cortador de cana acompanhasse a produtividade das indústrias, seria superior a R$ 2 mil. No, entanto, atualmente, ele não chega a R$ 1 mil mensais, durante os seis meses de safra"* (Jornal Unesp, N.228, Nov/2007)

> do-trecho, andarilhos, tem sido bastante freqüente em várias cidades da região. Estes, na verdade, são trabalhadores excluídos em busca de trabalho" (Moraes Silva, 1999, p. 310) [25]

Simultaneamente, a nova onda de incorporação de progresso técnico à agricultura nas últimas duas décadas também consolidou novas formas de subordinação do trabalho agrícola ao capital. Dito de modo geral, o novo avanço da mecanização da lavoura tendeu a tornar novas etapas do trabalho agrícola menos subordinadas ao saber fazer específico e ao dispêndio de energia física do trabalhador manual. Com a mecanização crescente da colheita da cana, do café, do algodão, do milho, da soja, etc., uma parcela de assalariados do campo vem atuando como apêndices de máquinas agrícolas, redefinindo-se e recriando-se enquanto sujeitos a partir de novas atividades e exigências. Nesse sentido, na medida em que a onda de incorporação de progresso técnico à agricultura nas décadas de 1990 e 2000 aponta para o aprofundamento no campo da subordinação real do trabalho ao capital, ela também aponta para a transformação da morfologia da classe trabalhadora rural, com as figuras dos motoristas, tratoristas e operadores de colheitadeiras assumindo novas dimensões econômicas e políticas. Alves assim nos apresenta esta questão, a partir de sua particular caracterização do progresso técnico na agricultura:

> "Caracterizo o progresso técnico não apenas como as técnicas aplicadas à produção de cana, mas também como o trabalho se organiza. O objetivo principal deste processo não é apenas aumentar a produtividade do trabalho, através da parafernália tecnológica posta à disposição da produção, mas é também a subordinação real do trabalho ao capital. Neste processo não estão descartadas, mas, pelo contrário, supervalorizadas, as formas de controle e subordinação dos trabalhadores ao ritmo e à disciplina do trabalho fabril" (Alves, 1991, p. VIII)

Impõe-se com isso uma polarização do mercado de trabalho na agricultura, entre um núcleo de trabalhadores permanentes, com maior acesso a direitos trabalhistas e a

[25] Deve-se reafirmar de passagem que esse processo de exclusão acentua o estreitamento de laços entre o universo urbano e rural, uma vez que a massa de trabalhadores excluídos ou continua a migrar às cidades, ou incorpora-se crescentemente a atividades não agrícolas na zona rural. Graziano destaca que, na primeira metade da década de 1990, enquanto a população economicamente ativa (PEA) rural ocupada em atividades agrícolas decresceu em 2,5% no estado de São Paulo, a PEA rural ocupada em atividades não agrícolas cresceu cerca de 10% no mesmo estado. Destacam-se neste quadro ocupações vinculadas ao emprego doméstico, à construção civil, à indústria de transformação, ao comércio ambulante, etc. (Graziano, 1999, p. 41).

previdência social, com maior rendimento e com maior formação e uma massa de trabalhadores temporários, com taxas mais baixas de formalização do emprego, com menores salários e com menor nível educacional (Balsadi, 2008). A partir de dados da PNAD de 2004, Balsadi aponta que neste ano tinham registro em carteira 50% dos empregados agrícolas permanentes com residência urbana e 49,6% dos empregados agrícolas permanentes com residência rural no Brasil. No mesmo ano, tinham registro em carteira apenas 14,2% dos empregados agrícolas temporários com residência urbana e 4,8% dos empregados agrícolas temporários com residência rural em todo o país. A mais alta clivagem no grau de formalização destas diferentes categorias dava-se na região Centro Oeste, onde 49,2% dos permanentes urbanos e 56,8% dos permanentes rurais eram registrados, contra 10,7% dentre os temporários urbanos e 0,6% dentre os temporários rurais. A menor clivagem dava-se na região Sudeste, onde 66,5% dos permanentes urbanos e 52% dos permanentes rurais eram registrados, contra 44% dos temporários urbanos e 9% dos temporários rurais (Idem, p.176). Basaldi também destaca que em 2004 recebiam mais que um salário mínimo 62,4% dos empregados agrícolas permanentes com residência urbana e 56,1% dos empregados agrícolas permanentes com residência rural no Brasil. No mesmo ano tinham salário acima do mínimo 38,2% dos empregados agrícolas temporários com residência urbana e 27,7% dos empregados agrícolas temporários com residência rural em todo o país. A mais alta clivagem no grau de remuneração dava-se na região Sul, onde 70,9% dos permanentes urbanos e 69,6% dos permanentes rurais recebiam acima do salário mínimo, contra 32,1% dos temporários urbanos e 30,7% dos temporários rurais. Mais uma vez, a menor clivagem dava-se na região Sudeste, onde 67,4% dos permanentes urbanos e 49,4% dos permanentes rurais recebiam acima do salário mínimo, contra 51,2% dos temporários urbanos e 21,8% dos temporários rurais (Idem, p. 181)[26]. Esta clivagem sócio-econômica entre a mão de obra permanente (parcela significativa da qual opera máquinas agrícolas) e a mão de obra temporária (parcela significativa da qual ainda realiza trabalhos manuais) nos indica o modo como a modernização conservadora na agricultura

[26] Basaldi argumenta que a maior proximidade entre empregados agrícolas permanentes e temporários na região Sudeste é evidência da importância das lutas históricas dos trabalhadores especialmente da cana de açúcar no estado de São Paulo (Idem, p. 139)

reproduz e aprofunda a heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho assalariado no campo.

Ao já apontado acrescentam-se ainda outras segmentações, de caráter simbólico e político/sindical. Por um lado, como veremos, operadores de máquinas agrícolas desenvolvem trajetórias e padrões de sociabilidade que os diferenciam do contingente de trabalhadores manuais. Especialmente o maior tempo de formação e a maior responsabilidade deles exigida para com o maquinário permitem-lhes forjar uma auto-imagem que os diferencia dos demais assalariados imersos em atividades de extremo desgaste físico. Por outro lado, a estrutura sindical no campo reforça estas descontinuidades ao invés de colocá-las em xeque, subdividindo os trabalhadores do campo em categorias e bases territoriais estanques. Disputas entre sindicatos de empregados rurais, sindicatos de motoristas e sindicatos de trabalhadores da alimentação pela representação (e especialmente pela contribuição sindical) de tratoristas e demais operadores de máquinas agrícolas são um exemplo de como o Estado brasileiro reforça a segmentação da classe trabalhadora no campo.

Atualmente, a superação de todas estas separações tornou-se um desafio central dos trabalhadores assalariados na agricultura. A luta de classes no complexo agroindustrial canavieiro paulista tornou-se nesse sentido paradigmática: na medida em que o poder de barganha dos cortadores de cana reduziu-se drasticamente com os novos avanços da mecanização, a mobilização dos demais trabalhadores assalariados da lavoura tornou-se imprescindível na luta de classes cotidiana no canavial. Face o padrão de funcionamento das usinas que vem se generalizando nas últimas duas décadas, apenas a unificação com motoristas, tratoristas e outras categorias permitirá aos trabalhadores manuais recuperar sua força sindical e política. Alves assim apresenta esta questão:

> "A mecanização do corte de cana representou para os usineiros, de um lado, o aumento de seu poder de barganha frente à sempre presente possibilidade de greve dos trabalhadores assalariados rurais, cortadores de cana, e, de outro, a liberação do processo de trabalho, no corte, da destreza e habilidade do trabalhador, transformando a subordinação formal do trabalho ao capital desses trabalhadores em subordinação real. Para os trabalhadores, a mecanização do corte reduziu o contingente de trabalhadores empregados no período da safra, reduziu o poder de pressão dos

> cortadores, reduziu o salário médio dos cortadores e avançou no processo de subordinação real do trabalho ao capital. Mas, de outro lado, possibilitou a tomada de consciência de que os tratoristas e operadores de máquina são também assalariados rurais e, nesta fase da modernização da agricultura, passam a ser o contingente de trabalhadores com maior poder de barganha no processo de produção. Os trabalhadores perceberam que paralisando os cortadores de cana, os trabalhadores braçais, as usinas continuam operando, devido à forte mecanização, mas paralisando os tratoristas e operadores de máquinas, não há como produzir" (Alves, 1991, p. 84 e 94)

Dilemas similares se dão no interior das indústrias de beneficiamento de matérias primas agrícolas, onde o mundo do trabalho também sofreu importantes alterações nas últimas décadas. O fortalecimento da unificação orgânica entre lavoura e indústria foi acompanhado de uma ampla reestruturação produtiva no espaço fabril, em que se destacam a automação da linha de processamento e as reorganizações da força de trabalho no chão da fábrica.

Em sua análise da agroindústria canavieira, Thomaz Jr. mostra-nos a tendência nos anos 1980 e 1990 para o processamento contínuo da matéria prima através de sistemas automáticos integrados, em que resta ao trabalhador o papel de intervir rapidamente sobre os instrumentos em caso de qualquer anormalidade, interrupções ou problemas de alimentação dos equipamentos. Grandes usinas foram equipadas com sistemas digitais que permitem um controle centralizado, porém flexível, da produção como um todo, possibilitando ajustar em tempo real as variáveis do processo, como operação das máquinas, fluxo e qualidade do produto.

Aos olhos dos trabalhadores, tal avanço da automatização expressou-se na diminuição de postos de trabalho e na intensificação de suas atividades. Ocorreu não apenas uma redução absoluta de postos, mas também a substituição de trabalhadores experientes e com maior remuneração da linha industrial por trabalhadores mais jovens com menores salários. Simultaneamente, a automatização estabeleceu novos parâmetros de produtividade que se impuseram por todo o setor, apesar de sua instalação sobre o parque agroindustrial ter sido parcial e heterogênea. Neste sentido, unidades ou segmentos de unidades não automatizados foram obrigados a intensificar seu ritmo de trabalho para acompanhar as unidades ou segmentos de unidades mais modernos, tendo por

consequência estafantes jornadas de trabalho, maiores problemas de saúde entre os trabalhadores e um aumento do número de acidentes de trabalho. Thomaz Jr. assim descreve este desenvolvimento desigual e combinado da automação na linha de processamento agroindustrial e seus impactos sobre os trabalhadores:

> "De modo geral os níveis de eficiência, segurança e produtividade alcançados nos postos de trabalho interligados pela malha da automatização servem de referência para os demais, sendo que isto está sendo alcançado por processos simultâneos e não excludentes. Isto é: 1) A *diminuição dos postos de trabalho* está ligada diretamente à ampliação e aumento de eficiência dos equipamentos de controle de processo, principalmente nas grandes empresas. 2) Ao mesmo tempo estas empresas estão colocando em prática o que denominam de reorganização qualitativa interna, que significa, na prática, *substituir os trabalhadores mais antigos*, em muitos casos com alta qualificação, por outros com menos tempo de trabalho ou recém-contratados – na proporção de 2 para 1, ou seja, dois são demitidos e 1 é contratado – com o intuito de reduzir os custos, no limite que o sistema de controle de processo permite. 3) Todavia, ao incorporarem este referencial – o que se atestou na maioria das empresas que estão semi-automatizadas – o fizeram balizando-se na *intensificação do trabalho*, até o limite da performance da máquina/equipamento não automatizado. Depreende-se disso que a diminuição de postos de trabalho não se dá, essencialmente, na razão direta da implantação dos controladores microprocessados, mas, com maior freqüência e monta, com a referência que estes sistemas imprimem quanto aos ganhos de produtividade e eficiência em alguns setores do processo de produção. Em outras palavras, o capital está se valendo da referência do patamar tecnológico (parcial) para racionalizar o trabalho na planta fabril como um todo, materializando a mais valia absoluta a partir da redefinição do processo de trabalho no tocante à intensificação do ritmo e das tarefas a serem realizadas" (Thomaz Jr., 2002, p. 162)

Este processo de automação deu-se em paralelo a transformações na organização do trabalho no chão da fábrica que reforçaram segmentações entre os assalariados industriais. Por um lado, as agroindústrias acompanharam a tendência geral de redução de custos através da flexibilização de vínculos empregatícios. Nesse sentido, aumentou a contratação por meio de empresas terceirizadas de trabalhadores responsáveis por restaurantes, segurança, almoxarifado, limpeza, manutenção mecânica e elétrica, etc. Aumentou também a contratação própria pela empresa, mas por prazo determinado, dos trabalhadores necessários apenas no período da safra. Por outro lado, ocorreu uma eliminação de determinados cargos de gerência e supervisão paralela a programas de aproximação dos operários efetivos à empresa. Tais programas tiveram por objetivo não apenas conformar a

subjetividade do assalariado às demandas do capital, mas também explorar o componente intelectual de sua força de trabalho, repassando-lhe novas responsabilidades: acompanhamento e controle contínuos da qualidade, mútua fiscalização no interior das turmas quanto ao cumprimento de tarefas, análise de falhas no processo produtivo, sugestão de inovações em segurança e na rotina de trabalho, etc. Reforçaram-se assim as segmentações no chão da fábrica entre um núcleo de operários com maiores salários, maior nível de formalização e maior nível de qualificação e os demais trabalhadores terceirizados e safristas submetidos a vínculos empregatícios precários e acesso diferenciado a direitos trabalhistas. Mazzali assim descreve algumas destas transformações na organização do trabalho no interior das agroindústrias brasileiras entre as décadas de 1980 e 1990:

> "No âmbito da gestão interna das agroindústrias, as principais mudanças estiveram associadas a alterações na estrutura administrativa, na organização da produção e dos processos de trabalho e nas condições e relações de trabalho. Quanto à revisão da estrutura administrativa, as medidas abrangeram, inicialmente, o 'achatamento' da hierarquia, por meio da redução do número de níveis hierárquicos e da eliminação de alguns cargos de gerência e supervisão, tanto na produção, quanto na administração. Verificou-se, ademais, a divisão dos setores administrativos e de comercialização em unidades com maior autonomia e responsabilidade (células administrativas), funcionando como se fossem 'empresas', que compram e vendem para as demais 'empresas'. Na esfera da organização da produção e dos processos de trabalho, a ênfase recaiu, de um lado, na organização do processo produtivo em células, substituindo a organização em linha, conjugada à revisão, redução ou eliminação da função de 'supervisor de produção'; e, de outro, no acompanhamento e controle contínuos da qualidade, a cada operação, pelo próprio operário, em substituição à inspeção pelo 'pessoal do controle de qualidade', ao final do processo. Quanto às condições e relações de trabalho, de um lado, o papel de realce foi atribuído ao maior envolvimento dos funcionários nas decisões relativas à organização e às condições de trabalho e, de outro, à exigência de funcionários mais generalistas e polivalentes" (Mazzali, 2000, p. 45)

Atualmente, a superação destas segmentações tornou-se um desafio central dos trabalhadores assalariados do chão de fábrica nas agroindústrias. Como veremos, a redução no número de postos de trabalho e a ameaça do desemprego, a presença de trabalhadores safristas e a presença de trabalhadores terceirizados são alguns dos fatores levantados por dirigentes sindicais do setor para justificar suas crescentes concessões aos interesses patronais, enfraquecendo ainda mais a já pouco combativa organização sindical dos

trabalhadores das indústrias de alimentação. É justamente o cenário de fragmentação pouco questionado por estas organizações que possibilita às empresas criar diferentes faixas salariais para atividades similares, estender jornadas de trabalho de acordo com sua conveniência, realizar fusões seguidas de fechamentos de fábricas e demissões em massa sem enfrentamentos, além de estabelecer um nível de remuneração significativamente mais baixo que em outros setores industriais com maior histórico de organização e combatividade.

Compreendida em seu conjunto, as transformações recentes dos empreendimentos agroindustriais impõem não apenas o desafio de superar as clivagens entre os trabalhadores no interior da fábrica e no interior da lavoura, mas também o desafio de superar a própria clivagem entre fábrica e lavoura. Desde o momento em que o capital realizou a articulação entre indústria e agricultura, as organizações da classe trabalhadora submetida ao capital agroindustrial foram obrigadas a buscar fazer o mesmo se quisessem alcançar primazia na luta de classes. Se a planta fabril converte-se de modo cada vez mais claro em centro nervoso do empreendimento como um todo, apenas a mobilização conjunta dos trabalhadores rurais e industriais é suficiente para colocar em xeque a direção do capital agroindustrial sobre toda a cadeia produtiva. É significativo que parte do movimento sindical dos trabalhadores rurais tenha alcançado dimensão deste fato logo em seqüência às grandes greves dos cortadores de cana e colhedores de laranjas paulistas na segunda metade da década de 1980. Este trecho do I Congresso da Federação dos Empregados Rurais do estado de São Paulo assim o demonstra:

> "Os assalariados rurais consideram que a reforma agrária não é um problema exclusivo dos trabalhadores rurais, porque reforma agrária significa a reforma das relações de produção no campo, reformar o papel de cada agente social, que é de interesse do conjunto da classe trabalhadora brasileira. Os assalariados rurais, sobretudo nos complexos agroindustriais, exercem as mais variadas funções, desde o plantio, tratos culturais e colheita, até a transformação industrial dos produtos agrícolas. A grande parte dos trabalhadores destes setores vive nas cidades, exerce funções específicas e depende do emprego para viver. Para estes trabalhadores não interessa acabar com os complexos agroindustriais, mas sim iniciar um processo que os capacite [aos trabalhadores] entender todo o processo de produção, tendo em vista exercer o seu controle" (Feraesp, Anais do I Congresso

dos Empregados Rurais do estado de São Paulo, Jaboticabal, 7 a 8 de abril de 1990, p. 15 *apud* Alves, 1991, p. 305) [27]

Tendo atingido este ponto, podemos sintetizar esta última contribuição teórico-conceitual a nossa pesquisa. Neste trecho partimos da apresentação de uma nova ofensiva da integração técnica entre indústria e agricultura nos últimos vinte anos até mais uma concepção ampliada da classe trabalhadora subordinada às agroindústrias. Os referenciais conceituais acionados anteriormente debruçaram-se em especial sobre o trabalho rural formalmente subordinado ao capital, seja no que diz respeito ao trabalho de pequenos produtores familiares, seja no que diz respeito ao de assalariados rurais manuais. Contudo, o mundo do trabalho nos empreendimentos agroindustriais brasileiros hoje apenas pode ser apreendido em sua totalidade se se levar em conta o avanço da subordinação real do trabalho ao capital, tanto na lavoura quanto na indústria de processamento das matérias primas agrícolas. Daí que uma leitura concreta e multideterminada da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial deva incluir operadores de máquinas agrícolas e trabalhadores do chão de fábrica, contribuindo assim para uma compreensão melhor articulada das contradições dos universos rural e urbano-industrial no Brasil[28].

[27] Não se deve, contudo, exagerar o alcance dentro do movimento sindical desta consciência da necessidade estratégica de aproximação dos segmentos rurais e industriais dos complexos agroindustriais. Trata-se antes de algo restrito a determinados círculos dirigentes, como aponta Thomaz Jr.: "*Pode-se afirmar que a fragmentação dos trabalhadores em rurícolas e industriários está generalizada no mundo canavieiro e, mesmo sendo alvo de preocupação de alguns dirigentes, não ecoa para o conjunto do operariado a necessidade de unificação orgânica, bem como ações articuladas regionalmente*" (Thomaz Jr, 2002, p. 43)

[28] Em 2010 os produtos alimentícios ganharam liderança no ranking de setores industriais mais importantes do país, segundo a Pesquisa Industrial Anual do IBGE. Acompanhando o fortalecimento do mercado interno e o aumento do preço das *commodities* no mercado externo, a fabricação de produtos alimentícios foi responsável naquele ano por 12,1% do valor adicionado da indústria geral. Ficou com isso à frente do setor de fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (responsável por 11,3% do valor adicionado), do setor de veículos automotores (responsável por 9,9% do valor adicionado) e do setor de extração de minerais metálicos (responsável por 7,3% do valor adicionado). (O Estado de São Paulo, "Alimentos ocupam a liderança no setor industrial", 29/07/2012). Vale lembrar que o parque agroindustrial em particular tem se expandido em diversas regiões do Brasil, atraído pelo mais baixo valor da terra e por benefícios concedidos pelo poder público: *"A valorização da terra no Sul e no Sudeste do país criou fronteiras agrícolas e transformou estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia nos novos pólos de investimento das agroindústrias [...] Para atrair empresas, o governo do Maranhão também montou um programa de incentivo à agroindústria e investe na conclusão do Terminal de Grãos do Maranhão em São Luís, para escoamento marítimo da produção. No Tocantins, os investimentos de processadoras de soja,*

Do modo como as apresentamos, todas as referências conceituais sintetizadas neste capítulo apontam por diferentes vias em uma mesma direção. Primeiramente, partem todas de uma análise do desenvolvimento desigual e combinado do avanço e metamorfose das relações capitalistas de produção sobre o campo brasileiro na segunda metade do século XX e início do XXI, descartando leituras lineares e mecânicas a respeito da dinâmica deste processo. Oferecem, com isso, subsídios teóricos fundamentais ao embate contra a apologia do assim chamado "agronegócio", que crescentemente tem avançado sobre o senso comum a partir de uma sólida ofensiva política e ideológica daqueles que querem deslegitimar qualquer contraponto à expansão do mercado de terras e da exploração de *commodities*.

Em segundo lugar, chegam todas a uma leitura multideterminada da classe trabalhadora subordinada ao capital nos complexos agroindustriais brasileiros, rejeitando concepções abstratas e homogêneas acerca do mundo do trabalho neles envolvidos. Fundando-se tanto em fatores imediatamente econômicos como em fatores políticos, ideológicos e jurídicos, os diferentes autores acionados neste capítulo nos indicam a multiplicidade de segmentos desta classe: pequenos e médios produtores de matérias primas às agroindústrias, pequenos proprietários migrantes, assalariados rurais manuais, operadores de máquinas agrícolas, trabalhadores de chão de fábrica, com e sem registro em carteira, com maior ou menor internalização do discurso patronal, "de fora" (mineiros, baianos, sergipanos, maranhenses) ou "do lugar", homens e mulheres, etc. Todos estes segmentos são unidos pelo fato de que têm seu sobretrabalho extraído pelo capital agroindustrial, por uma única empresa ou por um conjunto muito restrito delas; todos possuem, por outro lado, especificidades econômicas e políticas que os diferenciam em maior ou menor grau uns dos outros. Conceber a classe trabalhadora em sua concretude

---

*usinas de álcool, silvicultores, aliados aos aportes do governo em irrigação, somam R$5 bilhões. No caso da Bahia, a diversidade agrícola tem atraído agroindústrias e R$10 bilhões em investimentos. No estado as empresas produzem vinhos e espumantes, sucos, snacks de banana e produtos extraídos da soja e do coco. Entre os investimentos, o de maior destaque é do grupo chinês Chong Qing Grain, que prevê injetar R$4 bilhões na construção de um complexo industrial no município de Barreiras, região oeste do estado, para processamento e escoamento de soja. '*O investimento da agroindústria é prioridade para nosso estado porque passamos muitos anos sem ter uma indústria de suco, enquanto éramos o segundo maior produtor de laranjas do país*', disse o secretário estadual de agricultura, Eduardo Salles.* (Folha de São Paulo, "Fronteira agrícola recebe R$50 bilhões", 30/10/2011)

exige que se a apreenda enquanto um complexo de continuidades e descontinuidades, uma totalidade viva e heterogênea, portadora de um conjunto articulado e multifacetado de contradições com o capital.

Nesta pesquisa, buscaremos contribuir com este esforço teórico a partir da análise de três segmentos da classe trabalhadora submetidos de formas distintas ao capital agroindustrial citrícola: pequenos produtores de matérias primas às indústrias processadoras, assalariados rurais e assalariados do chão de fábrica. Ainda que restrito ao processo de exploração-dominação a que cada um destes segmentos está submetido, buscaremos nos capítulos dedicados a eles destacar seus vínculos dinâmicos com os demais, assim como suas especificidades. Teremos como objetivo compor ao final do texto um retrato uno em sua diversidade ou múltiplo em sua unidade da classe trabalhadora investigada. A seguinte síntese de Thomaz Jr. expressa claramente o esforço teórico a que buscamos nos incorporar:

> "É, pois, para a totalidade viva do trabalho que estamos direcionando nossas atenções. Seja camponês, seja operário, trata-se de diferentes formas de expressão do labor humano, da plasticidade laborativa e profissional, encimada nas múltiplas determinações das relações de trabalho e de produção. Essas relações são, pois, expressão do metabolismo do capital e atingem também o universo simbólico da vida dentro e fora do trabalho, as subjetividades expressas nas compreensões de mundo, as formas de organização e resistência e as lutas que, em conjunto, enriquecem e redefinem os conteúdos e os rumos dos movimentos sociais, especialmente aqueles que estão envolvidos na temática da terra. Haveremos, então, de enxergar a plasticidade do trabalho expressa nesse processo e as especificidades simbólicas de cada uma das formas de expressão, para que possamos entender a riqueza dos conteúdos sociais da classe trabalhadora, tanto do campesinato que se mantém enraizado ao modo de vida e de trabalho da família camponesa, quanto do trabalhador egresso de experiências proletárias (operário urbano e rural) ou dos operários que não se desnudaram integralmente dos valores da campesinidade, mas que foram subsumidos pelo modo de vida e pelas determinações fetichizadas do mundo operário/proletário vinculado ao núcleo central da produção de mercadorias e extração de mais valia" (Thomaz Jr., 2008, p. 277)

Capítulo 2: Modernização conservadora e classe trabalhadora no complexo citrícola paulista

O objetivo deste segundo capítulo é recuperar algumas das determinações chave do complexo agroindustrial citrícola paulista, com foco especial em transformações que impactaram o modo de vida e trabalho dos diferentes segmentos da classe trabalhadora subordinada às indústrias produtoras de suco de laranja concentrado e congelado. A partir da bibliografia já acumulada sobre o assunto, acompanharemos a dinâmica da luta de classes no interior deste complexo, destacando suas implicações para a pequena produção familiar de laranja, para os trabalhadores assalariados rurais e para os trabalhadores assalariados industriais. Tal como no primeiro capítulo, buscaremos a um só tempo expor o desenvolvimento social e político das frações de classe estudadas em nossa pesquisa e apresentar o instrumental conceitual básico a partir do qual realizaremos nossa análise.

- *Introdução*

A cultura da laranja estabeleceu-se no estado de São Paulo a partir das primeiras décadas do século XX. Voltada inicialmente para o mercado consumidor dos centros urbanos e para exportação *in natura*, expandiu-se com a crise do café. Entre 1930 e 1960, o desmembramento de algumas grandes fazendas e a decadência e erradicação dos cafezais abriram espaço a que a cultura da laranja, dentre outras, se estabelecesse em pequenas e médias unidades produtivas no centro-norte do estado, em especial nas regiões de Limeira, Araraquara e Bebedouro (Bray, 1974).

No início da década de 1960 teve início a construção do complexo agroindustrial citrícola paulista, com a instalação das primeiras fábricas de suco de laranja concentrado e congelado nas cidades de Bebedouro e Araraquara. Dois fatores foram fundamentais à consolidação e expansão de tal complexo no período subseqüente. Desde um ponto de vista internacional, as fortes geadas a partir de 1962 na Flórida causaram enormes prejuízos aos laranjais da região, levando a uma violenta elevação dos preços do suco nos mercados norte-americano e europeu. A citricultura paulista pautou-se desde então quase exclusivamente pela demanda e pelos preços do suco concentrado congelado no mercado internacional, expandindo pomares e plantando variedades mais adequadas ao

processamento industrial. Desde um ponto de vista interno, como já descrito em nosso primeiro capítulo, a ditadura do capital sob tutela militar estimulou uma articulação conservadora entre agricultura e indústria, especialmente para o processamento de bens exportáveis. Neste quadro, a lavoura citrícola beneficiou-se do já mencionado crédito rural a juros subsidiados durante as décadas de 1960 e 1970. As agroindústrias foram, contudo, as maiores favorecidas no interior do complexo pelas políticas públicas de incentivo à modernização conservadora do campo brasileiro no período:

> "A usufruição dessas oportunidades por parte das empresas de maior porte do setor ocorreu sob vários aspectos: (1) obtenção de financiamento para produção de SLCC [suco de laranja congelado e concentrado] e de facilidades para desconto de contratos de câmbio; (2) obtenção de financiamento de até cinco anos para expansão industrial, capital de giro e sustentação de estoques de produtos exportáveis; (3) isenção de impostos sobre produtos industrializados (IPI) e de circulação (ICM) sobre o valor das mercadorias exportadas; (4) subsídios fiscais à exportação equivalentes ao IPI e ao ICM (no limite total de até 28%); (5) exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda do lucro auferido em exportações; e (6) inclusão de citros nas espécies a serem beneficiadas com incentivos fiscais ao reflorestamento" (Neves, 2005, p. 45)

É nesse contexto que nasce e se consolida o complexo agroindustrial citrícola paulista. Em 1964, fruto da associação entre a Pasco Packing Company (grande produtora de sucos na Flórida) e a brasileira Fischer S. A. (com experiência na produção e comércio citrícolas) nasceu em Matão a *Citrosuco Paulista S. A.*. A Suconasa S. A., instalada pelo grupo Toddy do Brasil em Araraquara em 1963, entrou em concordata e foi adquirida em 1967 por José Cutrale Jr., dando origem à *Sucocítrico Cutrale Ltda*.. A Companhia Mineira de Conservas, responsável pela instalação pioneira de uma pequena unidade processadora de laranja em Bebedouro em 1962, foi comprada em 1970 pelo grupo italiano Sanderson. Em 1974 ocorreu a falência e fechamento da fábrica deste grupo, desapropriada pelo governo do estado de São Paulo em 1975 e transferida para a Cooperativa dos cafeicultores e citricultores de São Paulo (Coopercitrus) em 1979 sob a denominação de *Frutesp S. A*. A Citrobrasil, instalada por Edmond Von Parys em Bebedouro, foi vendida em 1976 para o grupo americano *Cargill* (Neves, 2005 e 2007). Apesar de contar com empresas de menor porte, o complexo agroindustrial citrícola paulista teve desde o seu nascimento um desenho oligopólico. As quatro maiores empresas detinham, em 1970,

86,93% da capacidade instalada do setor e em 1980, 89,64%. As duas maiores (Cutrale e Citrosuco) detinham, em 1970, 63,15% da capacidade instalada e em 1980, 59,96% (Paulillo, 1994; Maia, 1996).

Como apontamos em nosso primeiro capítulo, a modernização conservadora do campo brasileiro dirigida pela ditadura do capital sob tutela militar logo recebeu resposta por parte de diferentes segmentos da classe trabalhadora subordinada aos complexos agroindustriais. Conforme já mencionado, no final da década de 1970 e início de 1980 ocorreram manifestações de pequenos produtores familiares subordinados a diferentes complexos (soja, fumo, uva, suínos, etc.) contra medidas coercitivas das indústrias e por modificações na política agrícola e eclodiram greves de trabalhadores assalariados de diversas culturas especialmente em Pernambuco e em São Paulo. Inserem-se neste contexto as tensões e lutas no interior do complexo citrícola paulista posteriores à consolidação do oligopólio das indústrias processadoras de suco de laranja.

No que toca aos *pequenos produtores familiares*[29], a compreensão da dinâmica de sua organização e luta remonta a tensões entre *todos* os segmentos da citricultura (pequenos, médios e grandes produtores) e as indústrias processadoras já na segunda metade da década de 1970. Entre 1974 e 1976 as exportações de suco de laranja brasileiras encontraram sérias dificuldades na esteira da crise econômica mundial. Neste contexto, o Estado formalizou um mecanismo de negociações entre produtores e indústrias, mediado pelo comitê de exportações de sucos cítricos junto à CACEX (Câmara de Comércio Exterior). Estimulou também a organização dos setores envolvidos em associações: em acréscimo a sua federação de sindicatos patronais rurais (Federação da agricultura do estado de São Paulo – Faesp), os citricultores seriam representados pela Associtrus (Associação paulista de citricultores), enquanto as indústrias seriam representadas pela Abrassucos (Associação brasileira das indústrias de sucos cítricos). Já em 1978 as

[29] O PRONAF (programa de agricultura familiar) estabelece quatro módulos como limite para a exploração da agricultura familiar, totalizando em média em São Paulo 50 hectares. A Cooperativa de cafeicultores e citricultores de São Paulo (Coopercitrus), por sua vez, considera pequenas as propriedades citrícolas que possuem de 2 a 50 hectares, correspondente a uma área mínima para a produção de 500 plantas e máxima para a de 12.000 plantas. No mesmo sentido, o Instituto de Economia Agrícola considera pequenos os produtores ou unidades de produção com número de plantas entre 500 e 12.000 plantas.

contradições entre produtores e indústrias eclodiram de forma clara nesta arena de negociações. Pela primeira vez foi colocada em discussão a responsabilidade pelos custos de colheita e transporte da laranja, as empresas foram acusadas de formação de cartel na definição dos preços pagos às caixas de laranja e os citricultores expressaram receios quanto à possibilidade de que os incentivos fiscais oferecidos às indústrias fossem direcionados à formação de pomares próprios pelas mesmas (Rodrigues, 1995).

O início da década de 1980 foi marcado por um acirramento destas tensões. Os preços oferecidos por caixa de laranja aos produtores nas safras de 81/82 e 82/83 foram motivo de insatisfação geral para os citricultores. Tendo por pano de fundo novas geadas na Flórida nos anos de 1977, 1981, 1982, 1983, 1985 e 1986, que garantiram contínuo e crescente acesso do suco de laranja congelado brasileiro ao mercado norte-americano, os citricultores mobilizaram-se para que a excepcional riqueza auferida com o aumento de preços no mercado internacional fosse distribuída no interior do complexo.

> "O início da década de 1980 foi bastante tumultuado, com muitos protestos dos citricultores reivindicando mudanças no contrato. Os produtores se manifestaram de várias formas: organizaram passeatas; realizaram um manifesto em Brasília, onde pediram a intermediação do governo e fizeram um movimento de protesto às indústrias de suco, impedindo seu funcionamento por vários dias" (Alves e Vieira, 1997, p.9 e Graziano, 2000, p. 6)

Com base nestas mobilizações os produtores conquistaram a alteração dos termos do contrato de venda das caixas de laranja para a indústria[30]. Até 1986 vigorara o "contrato a preço fixo", segundo o qual o preço da caixa da laranja era fixado antecipadamente em tensas negociações entre citricultores e indústrias mediadas pela CACEX com base numa projeção futura da produção. Este contrato excluía os citricultores de qualquer elevação

[30] O aumento dos preços do suco no mercado internacional não foi repassado automaticamente por mecanismos de mercado aos produtores agrícolas. Os preços médios pagos a estes por caixa de laranja apenas subiram após as mobilizações políticas que marcaram o setor na década de 1980. De fato, os preços internacionais de suco (medidos em dólares por caixa processada) subiram acentuadamente de US$3,24 em 1980 para US$6,01 em 1984. Por sua vez, os preços médios por caixa de laranja pagos aos produtores subiram muito menos, de US$1,65 em 1980 a US$2,10 em 1984. Apenas após as fortes mobilizações políticas dos produtores os preços médios por caixa de laranja subiram significativamente para US$3,50 em 1985 e US$3,54 em 1989, enquanto os preços internacionais de suco (medidos em dólares por caixa processada) mantiveram-se na mesma faixa, entre US$5,41 em 1985 e US$5,36 em 1989 (Paulillo, Almeida e Salomão, 2002, p. 66).

posterior do preço do suco de laranja no mercado internacional. Com o "contrato padrão" a partir de 1986 o preço da caixa da laranja passou a ser definido apenas quando se encerravam as vendas do suco no final da safra, com base em uma fórmula cujos itens eram as cotações do suco no mercado internacional (expresso pela Bolsa de Nova York), a taxa de rendimento da fruta (número de caixas de laranja necessárias para a produção de uma tonelada de suco) e a remuneração da produção industrial e de comercialização (formada pelas despesas internas e externas das indústrias, como colheita, frete, tarifas portuárias, etc.). O pagamento da safra passou a ser feito uma parte antes da colheita, calculada a partir da estimativa do pomar, e outra após as vendas do suco no mercado internacional. Caso o preço final da caixa superasse o que já havia sido pago, os citricultores receberiam a diferença; caso ocorresse o contrário, os citricultores sanariam seu saldo negativo com a indústria em dinheiro corrigido ou em laranjas na próxima safra (Maia, 1996).

Desde uma perspectiva econômica, o efeito imediato do estabelecimento do "contrato padrão" foi uma elevação do preço pago pela caixa da laranja para os produtores nas safras de 86/87, 87/88, 88/89. Desde uma perspectiva político-organizativa, seu efeito foi uma maior solidez e protagonismo do associativismo na citricultura, uma vez que as negociações seriam conduzidas diretamente pelas associações dos dois setores, com mediação estatal decrescente[31] (Paulillo, 2000).

Tais conquistas, contudo, estenderam-se de forma assimétrica dentre os citricultores. Ao longo da segunda metade da década de 1980, enquanto médios e grandes proprietários beneficiavam-se dos contratos em novos termos com as indústrias, os pequenos produtores familiares com baixa oferta de laranja encontraram dificuldades em realizá-los. Daí que entre os anos de 1985 e 1990 o número de imóveis rurais produtores de

[31] É significativo na análise da correlação de forças no complexo apontar que na segunda metade da década de 1980 o conflito de interesses entre as indústrias processadoras provocou a ruptura de sua associação original. Em 1985 surgiu a Anic (Associação nacional da indústria cítrica), que reunia as empresas Citrosuco, Cargill, Bascitrus e Citropectina, e em 1988 a Abecitrus (Associação brasileira dos exportadores de citrus), que reunia as empresas do grupo Cutrale. As divergências entre elas decorriam não apenas de uma disputa pela hegemonia industrial no oligopólio, mas também de divergências quanto ao grau de intervenção a ser assumido pelo Estado e quanto à forma do contrato nas negociações no complexo citrícola (Paulillo, 2000).

citros com menos de 50 hectares tenha diminuído de 18.215 para 14.728, enquanto os imóveis entre 50 e 200 hectares aumentaram de 4.168 para 5.373 e os acima de 200 hectares, de 1.917 para 2.137 (Vieira, 1998). Tendo por pano de fundo tais transformações, as tensões políticas no interior do complexo voltaram a se acirrar na safra 1988/89. Neste ano, ocorreu a ruptura de um setor da Associtrus que se propunha mais próximo aos pequenos e médios citricultores e a fundação de uma nova associação (Associação dos citricultores do estado de São Paulo – Aciesp), sob a justificativa de que tanto a Associtrus quanto as estruturas do sindicalismo patronal haviam se mostrado insuficientes para dar o combate necessário às agroindústrias processadoras de suco[32]. Os lemas da Aciesp – "Entidade que luta em defesa do citricultor" e "Unidos para não sermos esmagados" – deixavam evidente o esforço de construção de um discurso consideravelmente mais agressivo face às indústrias. Nessas movimentações entre as décadas de 1980 e 1990 já se tornava claro o desafio colocado para os segmentos menos privilegiados dentre os citricultores: ou aumentavam seu baixo grau de envolvimento associativo ou veriam diminuir suas condições mínimas de sobrevivência no setor.

Em paralelo a este processo de organização dos citricultores em geral e de seus segmentos menos privilegiados em particular, a década de 1980 foi também marcada por significativo ascenso de luta dos *assalariados rurais da cultura da laranja*. Em 16 de maio de 1984, dia seguinte à eclosão da greve dos cortadores de cana de Guariba, iniciou-se uma greve de grandes proporções de colhedores de laranja de Barretos e Bebedouro. Enquanto a greve na cana tinha por motivação imediata como já vimos o fim do corte em sete ruas, a greve na laranja tinha por demanda central o aumento do preço pago por caixa colhida. Ambas questionavam o quadro de violenta exploração a que estavam submetidos os trabalhadores em complexos agroindustriais marcados por forte crescimento no período imediatamente anterior. Desencadearam com isso um conjunto excepcionalmente amplo de

[32] O caráter diferenciado da Aciesp pode ser exemplificado a partir da primeira negociação em que participou, na safra de 1989/90, quando manteve as lideranças regionais reunidas enquanto a diretoria participava das reuniões em São Paulo. O objetivo era que a base organizada pudesse analisar imediatamente as propostas colocadas em discussão e participar através de voto das decisões a serem tomadas, possibilitando uma real representatividade e uma postura mais agressiva (Rodrigues, 1995).

lutas de trabalhadores assalariados rurais paulistas. Alves assim sintetiza o alcance deste ascenso grevista:

> "No dia seguinte, 16 de maio, explode a greve dos apanhadores de laranja de Bebedouro e Barretos; em seguida atinge Sertãozinho, Barrinha, Pontal, Santa Rosa, Cajuru, Serrânea, Cravinhos, Araraquara (localizada em algumas fazendas e usinas); depois atinge Jaú, Bocaina, Matão, Limeira, etc., além do norte do Paraná, sul de Minas e norte do Rio de Janeiro. Só na região de Ribeirão Preto, cerca de 150.000 trabalhadores pararam num espaço de uma semana, sendo cerca de 110.000 da cana e 40.000 da laranja" (Alves, 1991, p. 143)

A greve de maio dos colhedores reivindicava um aumento salarial de 233%, totalizando Cr$210,00 por caixa colhida em valores da época. Nas negociações estabelecidas pelas direções sindicais conquistou-se aparentemente o reajuste demandado. Na assembléia em que tal acordo foi referendado, contudo, não se explicou que dos Cr$210,00 por caixa conquistados, apenas Cr$144,00 seriam recebidos imediatamente pelos trabalhadores, enquanto os restantes Cr$66,00 corresponderiam a direitos trabalhistas a serem pagos apenas ao final da safra (Cr$24,00 por descanso semanal remunerado para quem não faltasse ao serviço e Cr$42,00 a título de indenização pela rescisão de contrato, décimo terceiro e férias) (Graziano, 1997). Apenas depois de voltarem ao trabalho, os colhedores se deram conta de que haviam sido ludibriados. Sua frustração levou-os a preparar a retomada da greve em 2 de agosto de 1984, reivindicando um reajuste líquido de Cr$450,00 por caixa, mais Cr$75,00 por caixa para o descanso semanal remunerado, mais Cr$44,00 por caixa para o pagamento das férias proporcionais e mais Cr$44,00 por caixa para o pagamento do décimo terceiro e indenização do fim de safra. Iniciada em Bebedouro, esta nova greve estendeu-se na semana da deflagração para Terra Roxa, Monte Azul e Viradouro e, em seguida, para Pitangueiras, Taquaral, Itaiaçu e Barretos (Alves, 1991).

Realizada a revelia das direções sindicais, vistas com extrema desconfiança pelos colhedores devido à traição recente, esta segunda greve encontrou sua direção em representantes dos trabalhadores eleitos em seus bairros de moradia. Por meio desta direção, os colhedores exigiram negociar diretamente com as indústrias processadoras. Isso implicava não apenas em um questionamento direto da representação sindical, mas

também em um reconhecimento de que seus reais empregadores não eram os *gatos* ou empreiteiros que os agenciavam, mas as agroindústrias que por trás deles atuavam. Se em um primeiro momento estas afirmaram que as reivindicações dos colhedores deveriam ser encaminhadas por meio de seus dirigentes sindicais às firmas empreiteiras de mão-de-obra, tiveram em seguida sua inflexibilidade quebrada por piquetes de trabalhadores nas portas das fábricas que paralisaram diretamente a linha de processamento do suco. Depois de dura repressão policial contra os piquetes, a greve encerrou-se em 13 de outubro de 1984 com a conquista de um reajuste de 71%, considerado insatisfatório pelos trabalhadores grevistas. Permanecia, contudo, como importante saldo da greve o avanço na organização e conscientização dos colhedores. A respeito da conquista da negociação direta com as agroindústrias, Alves assim o coloca:

> "Na greve da cana de 1984 em Guariba, e nas que se seguiram a ela, quanto na greve dos apanhadores de laranja, os trabalhadores ameaçam e enfrentam mais diretamente os usineiros e as empresas citricultoras e não aos pequenos produtores que eventualmente utilizam trabalhadores assalariados. Nesta medida, as reivindicações têm endereço certo, não são dirigidas diretamente aos produtores de cana e laranja. É claro que tais movimentos atingem os fornecedores de cana e os produtores de laranja, assim como, na esteira de Guariba, atingirão também os cafeicultores, os produtores das chamadas lavouras brancas, etc., em suma, atingirão diretamente ou indiretamente a todos os produtores que utilizem trabalhadores assalariados. Isso porque tornar-se-á cada vez mais difícil a manutenção de salários muito diferenciados para atividades iguais: princípio da isonomia salarial. Porém, os alvos eram as agroindústrias da cana e da laranja" (Alves, 1991, p. 157)

Como destaca Alves, havia certamente contradições entre os trabalhadores assalariados e os citricultores que eventual ou periodicamente os contratavam. Mas isso não os impediu de alterarem a correlação de forças no interior do complexo citrícola na segunda metade da década de 1980 com mobilizações paralelas e concomitantes, colocando em xeque a hegemonia que a agroindústria citrícola até então lhes impusera.

A década de 1990 traria, contudo, nova alteração na correlação de forças no interior do complexo citrícola. Visando recuperar seu controle posto em xeque pela mobilização simultânea e paralela destes diferentes segmentos, as agroindústrias iniciaram uma ofensiva em várias frentes. Como veremos adiante, a reestruturação agroindustrial daí

decorrente teve profundos impactos sobre pequenos produtores familiares, sobre assalariados rurais e sobre assalariados industriais.

- *Ofensiva das agroindústrias citrícolas na década de 1990 e subordinação do trabalho dos pequenos produtores familiares ao capital*

A primeira transformação imposta pelas indústrias processadoras de suco de laranja ao complexo como um todo foi o estabelecimento e expansão de seus pomares próprios. Dentre as agroindústrias citrícolas mais significativas, apenas a Cutrale e a Citrosuco já produziam anteriormente parte da laranja que esmagavam. As demais as seguiram nesta estratégia especialmente a partir do final da década de 1980, com múltiplas motivações. Em primeiro lugar, no que diz respeito às tensões no interior do oligopólio agroindustrial citrícola, a formação de pomares próprios teve por objetivo reforçar as barreiras à entrada de novos competidores. Sob esta perspectiva, a tendência à verticalização para trás das indústrias impôs a potenciais entrantes no setor duas possibilidades: ou não produziriam em pomares próprios e estariam sujeitos a incertezas maiores para obtenção da fruta no mercado, ou teriam de elevar o custo do capital inicial aplicado para o plantio (Kalatzis, 1998). Em segundo lugar, no que diz respeito às lutas de classes abordadas mais acima, a formação de pomares próprios teve por objetivo elevar o poder de barganha das indústrias na negociação com os citricultores. Neste sentido, em acréscimo a seus estoques de suco já acumulados, a disponibilidade de frutas de seus pomares próprios garantiu às agroindústrias cítricolas não apenas maior poder para rebaixar o preço da caixa de laranja pago aos produtores, mas também maior capacidade de planejamento para a safra seguinte, no sentido de escolher de quem comprar, quanto comprar e que tipo de contrato fechar (Azevedo, 1996). Em ambos os sentidos, a integração vertical das agroindústrias processadoras de suco de laranja na virada da década de 1980 para 1990 representou uma maior unidade orgânica entre lavoura e indústria em que esta conquistou novos e maiores

recursos de poder para atuar como centro nervoso de controle e de planejamento de todas as atividades realizadas no complexo[33].

Citricultores de *todas* as dimensões sofreram o impacto dos avanços da há muito temida e combatida formação de pomares próprios pelas indústrias. A *pequena produção familiar de laranjas* sofreu, contudo, as maiores perdas. Como destaca a seguinte citação de Paulillo, entre os anos de 1985 e 1995 o excepcional aumento da participação de imóveis com mais de 1.000 hectares na produção citrícola paulista foi paralelo a um aumento relativo da participação de propriedades médias de 50 a 200 hectares e a uma acentuada perda de participação de imóveis pequenos com até 50 hectares:

> "A queda da pequena produção é mais significativa quando se adota o critério da participação porcentual das categorias de propriedade citrícola na produção estadual paulista. (...) Nota-se que a representação das pequenas propriedades é reduzida continuamente ao longo do período 1985/1995. Em 1985/86 os pequenos ainda representavam 33,4% da produção. Em 1995/96, tal participação já havia caído para 21,8%. A situação é inversa quando se verifica a evolução dos citricultores médios que apresentaram crescimento considerável (de 23,4% em 1985/86, para 30,8% em 1995/96), assim como para os muito grandes, que apresentaram crescimento vertiginoso (de 8,2% em 1985/86, para 19,3% em 1995/96). Nessa categoria estão os pomares próprios das empresas processadoras de suco, o que comprova o crescimento do processo de verticalização industrial para trás na fase de vigência do contrato padrão" (Paulillo, Almeida e Salomão, 2002, p.72)

É sobre este pano de fundo que ocorre na primeira metade da década de 1990 a crise e a ruptura do "contrato padrão". Como já destacado mais acima, a vigência deste contrato a partir de 1986 não fora suficiente para sanar as contradições de todos os segmentos da citricultura com a indústria. Tais contradições assumiram dimensão

[33] Vieira sustenta ainda a hipótese de que a formação de pomares próprios por parte das indústrias processadoras baseou-se também no interesse pela terra enquanto reserva de valor ou alvo de especulação: "*A partir da ação estratégica em torno da compra de terras as processadoras adquiriram vantagens dentro da rede de poder, uma vez que a formação de pomares próprios e mesmo a posse das terras garantiu ganhos a esses atores. Primeiramente a terra proporciona a seus proprietários vantagens financeiras, provenientes tanto de sua expressão como ativo líquido quanto ativo de capital. Naquele momento da economia brasileira [segunda metade da década de 1980 e primeira de 1990], a terra foi uma alternativa de investimento seguro para quem a estava adquirindo. Diante da instabilidade financeira, a terra funcionou como reserva de valor, mais do que muitos outros tipos de investimento na área financeira ou mesmo diretamente ligados à atividade das empresas. A situação econômica do Brasil a partir de 1985, com os vários planos monetários, fez com que a terra reforçasse seu caráter de reserva de valor e de garantia inviolável para investimentos*" (Vieira, 2003, p. 158)

crescente com o passar dos anos. Já a partir da safra 1991/92 algumas indústrias processadoras passaram a desconsiderar o "contrato-padrão" nas negociações especialmente com pequenos produtores, adquirindo caixas de laranja abaixo do preço referencial do contrato (Paulillo, Almeida e Salomão, 2002). A redução dos preços pagos aos produtores foi superior à queda sofrida pelo preço internacional do suco de laranja desde o início dos anos 1990, ocorrida devido à recuperação dos pomares da Flórida e à diminuição relativa da importação norte-americana da *commodity*. Aproveitando-se de seus novos recursos de poder, as indústrias processadoras esforçaram-se para transferir mais que proporcionalmente aos citricultores o impacto depressivo de seu produto no mercado internacional (Bocaiúva et al., 1991)[34].

A partir de então multiplicaram-se as discordâncias em torno do "contrato padrão". Dentre as principais críticas levantadas pelas associações dos citricultores estavam: 1) o fato de a fórmula do contrato considerar as despesas de alíquotas e fretes com referência apenas aos EUA (onde as taxas são mais elevadas) e a cotação apenas da Bolsa de Nova York (mesmo tendo os EUA deixado nos anos 1990 à União Européia o posto de principal comprador do suco brasileiro); 2) o fato de a taxa de rendimento das caixas da laranja e os custos de produção do processamento e venda do suco serem variáveis da fórmula do contrato sob controle unilateral das agroindústrias, a partir das quais elas poderiam sem qualquer controle repassar aos produtores a parcela que lhes interessasse do ônus do complexo no mercado internacional.

Em julho de 1994 a Associtrus e a Aciesp entraram com uma ação da Secretaria do Direito Econômico (SDE) contra 12 indústrias processadoras de suco, acusando-as de infringir as regras de comércio e concorrência através de práticas de cartel na negociação com os produtores de laranjas e através da formação de pomares próprios. A SDE julgou a denúncia procedente e passou-a ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica

[34] Mais uma vez, o repasse da queda dos preços do suco no mercado internacional para os preços pagos aos produtores não foi determinado apenas por mecanismos de mercado, mas principalmente pela correlação de forças no interior do complexo. O preço de exportação do suco (medido em dólares por caixa processada) foi de US$5,92 em 1990 para US$4,48 em 1995, oscilando abaixo dos valores alcançados na década anterior. O preço médio por caixa de laranja pago aos produtores, por sua vez, caiu de modo muito mais brusco e para um patamar muito mais baixo, entre US$1,11 em 1990 e US$1,50 em 1995 (Paulillo, Almeida e Salomão, 2002, p.66).

(CADE), que aprovou em 1995 um termo de compromisso com as indústrias. O Conselho proibiu a promoção de quaisquer reuniões por quaisquer associações, órgãos ou entidades públicas que visassem a uniformização de conduta comercial. Absteve-se, contudo, seja de considerar a prática da verticalização por parte das indústrias abusiva para a concorrência, seja de determinar uma nova política de preços para o setor. Nestas condições, o fim do "contrato padrão" colocou os citricultores em posição ainda mais frágil: a partir de então a negociação do preço da caixa de laranja dar-se-ia de maneira fragmentada, em uma relação estruturalmente assimétrica entre poucas indústrias e milhares de produtores agrícolas.

A safra 1995/96, negociada caso a caso entre indústrias e os produtores (eventualmente organizados em *pools* de venda), deixou clara a nova correlação de forças no interior do complexo citrícola. A média de preços pagos pela caixa de laranja não foi suficiente para cobrir os custos de produção agora acrescidos das despesas com a contratação de mão de obra para a colheita e transporte, que voltaram a ser responsabilidade dos citricultores. O resultado imediato foi uma grande insatisfação de todos os segmentos da citricultura, especialmente dentre os menos privilegiados, ameaçados imediatamente em sua sobrevivência no setor. Organizando-se por fora da Associtrus e da Aciesp, vistas como co-responsáveis pelas dificuldades que então enfrentavam, alguns produtores mobilizaram-se em 1996 para pressionar o poder público e as agroindústrias:

> "Frente a não manifestação das indústrias sobre as condições de compra da safra que se iniciava, os produtores agiram mais radicalmente, fechando as fábricas de suco concentrado. Desvinculados de qualquer órgão representativo e sem uma liderança visível, em julho de 1996 os produtores se reuniram em vários grupos, impedindo que entrasse matéria prima ou que saísse suco concentrado das empresas, a exemplo do que foi realizado no início dos anos 1980, quando reivindicavam um novo contrato. Protestavam agora contra os preços arrasadores pagos pela indústria na safra 1995/96, insuficiente na maioria dos casos para cobrir os custos de produção, somados aos custos de colheita e transporte. E reivindicavam ainda uma negociação para a safra 1996/97, de forma que o preço não assolasse ainda mais os citricultores, impossibilitando sua permanência no setor. O protesto durou quatro dias, num clima tenso, em várias cidades onde se localizam algumas das principais indústrias de suco (Araraquara, Matão, Bebedouro, Colina, Itápolis, Taquaritinga, Mirassol, Catanduva e Monte Azul). Durante esse período os produtores estiveram irredutíveis na

luta por um 'preço justo', ao passo que as empresas se mantiveram caladas, indispostas a negociação com seus fornecedores" (Alves e Vieira, 1997, p. 16)

Destas mobilizações surgiu em 1996 uma nova associação (Associação brasileira de citricultores – Abracitrus), próxima a pequenos e médios produtores. Se, por um lado, esta associação representava certa efervescência organizativa de setores menos privilegiados da citricultura, por outro foi expressão de uma crescente fragilidade política dos produtores, uma vez que à perda do papel das associações nas negociações com as indústrias a partir do fim do "contrato padrão", acrescia-se agora uma nova fragmentação organizativa. Em contraponto ao ascenso das lutas da década de 1980, o novo cenário do complexo citrícola inaugurado nos anos 1990 foi marcado por crescente fragilidade econômica e política dos citricultores.

Em contraposição, a partir de então as indústrias fortaleceram-se política e economicamente. Primeiramente, fundiram-se as associações industriais desde 1994 sob representação única da Abecitrus (Associação Brasileira dos Exportadores de Citros), proporcionando às agroindústrias citrícolas uma renovada capacidade de aglutinação e imposição de seus interesses aos citricultores (Paulillo, 2000). Em segundo lugar, houve ao longo dos anos 1990 e 2000 um acirramento da concentração no interior do oligopólio citrícola. A primeira metade da década de 1990 foi marcada pela entrada e crescimento de novas empresas no setor: em 1991 o Grupo Votorantim ingressou no complexo citrícola instalando em Catanduva a primeira fábrica da *Citrovita Agroindustrial Ltda.*; em 1992 a *Cambuhy Citrus*, empresa do Grupo Moreira Sales voltada originalmente para a produção de laranjas, pôs em funcionamento sua própria fábrica de suco concentrado congelado em Matão; em 1993 a Frutesp S. A. de Bebedouro foi vendida ao grupo francês Louis Dreyfus, que ingressara no setor em 1988, vindo a chamar-se Coimbra-Frutesp e, posteriormente, apenas *Coimbra S. A.* (Neves, 2007)[35]. A partir da segunda metade de década de 1990,

[35] Enquanto uma cooperativa, a Frutesp estabelecera até 1993 parâmetros para a compra das caixas de laranja mais favoráveis aos produtores (Paulillo e Almeida, 2006c). Sua venda expressa uma determinação fundamental da alteração na correlação de forças no interior do complexo citrícola: enquanto os citricultores foram incapazes de bloquear a expansão de pomares próprios por parte das principais agroindústrias, estas foram capazes de bloquear a permanência ou o ingresso de segmentos de citricultores no processamento industrial, seja através de compra direta das novas fábricas, seja através de barreiras indiretas.

contudo, ocorreu uma forte reconcentração industrial no setor, marcada por inúmeras aquisições e fechamentos de unidades de menor porte e pela diminuição do rol de empresas de maior porte: em 1998 a unidade de processamento da Cambuhy Citrus foi vendida para a Citrovita; em 2004 os ativos do setor de citros da Cargill foram vendidos para a Citrosuco e para a Cutrale; em maio 2011 foram anunciados os planos de fusão de Citrovita e Citrosuco, aprovados pelo CADE em dezembro do mesmo ano. O resultado de tal processo foi a concentração de 95% da atual capacidade de extração nas mãos de apenas três empresas, as 3Cs: Coimbra, Cutrale e Citrovita/Citrosuco[36].

Como já destacamos, se é inegável que citricultores de *todas* as dimensões sofreram o impacto desta alteração na correlação de forças no interior do complexo a partir de meados dos anos 1990, tampouco se pode negar que o maior impacto recaiu sobre a *pequena produção familiar de laranjas*. Para compreender tal impacto, devemos inicialmente precisar nossa caracterização desta fração da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial. Por um lado, a pequena produção familiar de laranjas mantém traços típicos do modo de vida e trabalho camponeses, especialmente no que toca ao predomínio do trabalho familiar sobre o assalariado na unidade de produção. Como mostraremos, é justamente esta prioridade que torna particular a reprodução econômica do empreendimento familiar em comparação com os demais empreendimentos privados que interagem no mercado. Por outro lado, a reprodução dos modos de vida e trabalho que caracterizam esta fração de classe se dá em um contexto amplo e multifacetado de exclusão e proletarização. Como mostraremos, o crescente controle das agroindústrias citrícolas sobre sua atividade impõe aos produtores familiares de laranjas um acirramento da subordinação de seu trabalho familiar ao capital.

---

[36] É significativo destacar que o processo de crescente concentração e oligopolização das agroindústrias no período não foi restrito às empresas processadoras de suco de laranja: "*Estudo divulgado pela Gazeta Mercantil revelou que o índice de concentração das quatro maiores empresas dos principais setores do agronegócio apresentou os seguintes números nas exportações brasileiras durante o período de 1999 a 2004: aves, 60%; bovinos, 73%; café solúvel, 75%; fumo, 88%; soja, 80% e suco de laranja com 89% das exportações realizadas pelas quatro maiores empresas*" (Neves, 2007, p. 65).

Em uma primeira aproximação, podemos dizer que a pequena produção familiar citrícola segue marcada pela fusão tipicamente camponesa entre a família e a unidade de produção. Isso implica em uma participação co-responsável de todos os membros da família na organização da unidade doméstica, mesclando relações de trabalho e relações de solidariedade e conflito do universo moral familiar. Segue-se daí uma particular racionalidade, caracterizada pela não especialização e divisão formal entre atividade administrativa e executiva e, conseqüentemente, por uma relativa informalidade no processo de planejamento, coordenação, direção e controle da produção e demais atividades (Romeiro, 2002). Mais importante que estas características, contudo, é o particular padrão de reprodução econômica que daí decorre: enquanto os demais empreendimentos privados do mercado pautam-se fundamentalmente pela taxa de lucro, abrindo mão de atividades que se situam abaixo da lucratividade média, a pequena produção familiar pauta-se fundamentalmente pela manutenção ou melhoria das condições de vida e trabalho da unidade doméstica, dispondo-se a realizar atividades que para o empresário capitalista seriam economicamente insustentáveis. Isso porque não são necessariamente equivalentes os objetivos de, por um lado, alcançar a melhor remuneração do capital investido e, por outro, garantir a segurança alimentar da família, melhorar e ampliar suas condições de trabalho e produção, minimizar seus riscos e maximizar suas perspectivas de permanência no campo, dentre outros. Sob esta perspectiva, o pequeno produtor familiar pode ser visto como um *proprietário* cujo interesse central é a reprodução da força de trabalho dos membros da unidade doméstica, ou como um *trabalhador* cuja especificidade reside na propriedade do meio de produção terra.

Esta caracterização não equivale, contudo, a afirmar que a pequena produção familiar citrícola reproduz seu processo produtivo autonomamente. Pelo contrário, partimos da perspectiva de que sua subordinação à hegemonia agroindustrial tende a reduzir em escala crescente a margem de autonomia de seu processo de trabalho familiar. Para compreender tal fenômeno, Tavares dos Santos propôs o conceito de *subordinação formal do trabalho camponês ao capital* em seu estudo a respeito do campesinato vinicultor sul-riograndense no final dos anos 1970 (Tavares dos Santos, 1978). Em sua argumentação retomou a formulação de Marx no livro III d'*O Capital* a respeito da

repartição via mercado do sobretrabalho global gerado em todos os ramos produtivos da sociedade. Segundo Marx, uma dada empresa pode não se apropriar apenas do trabalho excedente gerado pelos trabalhadores assalariados que diretamente contrata. Na medida em que possua uma relativamente maior composição orgânica do capital e que sua produtividade seja por isso superior à média social, dada empresa é capaz de apropriar-se do trabalho excedente gerado em outras unidades produtivas pela mediação do mercado. Segundo Tavares dos Santos, no mesmo sentido, uma dada agroindústria pode não se apropriar apenas do trabalho excedente gerado pela mão de obra que diretamente assalaria. Na medida em que sua composição orgânica do capital seja superior à dos empreendimentos agrícolas do complexo (ou seja, na medida em que as unidades agrícolas utilizem-se relativamente mais de força de trabalho que o setor agroindustrial onde predomina a maquinaria), a agroindústria apropria-se via mercado de uma parte do valor gerado pelo trabalho nas fazendas que lhe vendem matéria prima. Para médios e grandes produtores agrícolas, isso significa que uma parte do trabalho excedente gerado pelos trabalhadores assalariados que empregam será transferida via preços de mercado às agroindústrias. Para a pequena produção familiar, contudo, a parte transferida ao setor agroindustrial corresponde a seu próprio trabalho familiar excedente.

A subordinação do trabalho familiar ao capital agroindustrial que assim se estabelece possui suas particularidades. Em primeiro lugar, trata-se de uma subordinação apenas formal. Ainda que a extração de trabalho excedente por parte das agroindústrias imponha indiretamente à pequena produção familiar transformações na extensão e intensidade de suas atividades, o processo de trabalho segue exercido do mesmo modo, a partir de relações familiares e sob controle direto do camponês proprietário do meio de produção terra. Em segundo lugar, trata-se da subordinação de um trabalhador não plenamente expropriado de seus meios de produção. Diferentemente de todos os demais trabalhadores explorados pelas agroindústrias, o produtor familiar segue um (pequeno) proprietário de terras. O crescente controle industrial, contudo, torna tal trabalhador

familiar *relativamente despossuído* dos meios de produção fundamentais à reprodução de suas atividades[37].

José de Souza Martins opõe-se diretamente a tal formulação. Propõe em contraponto o conceito de *sujeição da renda da terra ao capital* (Martins, 1980). Também retoma para tanto a argumentação de Marx no livro III de sua principal obra. Segundo Marx, na Inglaterra a burguesia industrial encontrou um obstáculo a sua acumulação nos grandes proprietários fundiários, na medida em que estes exigiam apropriar-se de uma parte da mais valia social em troca da utilização da terra de que tinham monopólio. Neste contexto, o desenvolvimento técnico industrial na agricultura foi uma importante arma da burguesia contra os proprietários de terra: uma vez que se tornou crescentemente possível produzir mais com menos terras, o poder decorrente do controle fundiário subordinou-se ao poder decorrente do controle sobre os meios de produção industriais. Segundo Martins, o desenvolvimento histórico brasileiro é distinto. Aqui a burguesia encontrou nos grandes latifundiários um fundamento de sua acumulação, na medida em que a apropriação da renda da terra foi historicamente a base da formação do capital urbano industrial no Brasil. Neste contexto, o desenvolvimento técnico industrial da agricultura teve alcance restrito na transformação das relações econômicas, políticas e sociais no campo brasileiro: fundou-se sobre o monopólio de classe sobre a terra, que permaneceu a mais importante arma da burguesia industrial e dos grandes proprietários fundiários contra as classes subalternas rurais. Em seu esforço por fazer valer seu monopólio fundiário e apropriar-se da renda da terra decorrente, as classes dominantes encontraram um obstáculo em todos os grupos camponeses que nela buscavam sua reprodução mais ou menos autônoma. Daí os

[37] Compreende-se por isso o camponês como *fração da classe trabalhadora*, em consonância com o conceito ampliado de proletarização rural já apresentado em nosso primeiro capítulo. A decrescente margem de autonomia na reprodução da produção familiar abre espaço a que seu horizonte social e político se articule às demais frações da classe trabalhadora em oposição aos proprietários dos meios de produção agroindustriais. Assim se coloca Tavares dos Santos a respeito: *"Descarta-se, desde logo, a caracterização do camponês como uma classe social. (...) Conduzindo a análise nessa perspectiva, proponho-me assinalar as relações entre o camponês e a burguesia industrial, relações nucleadas na apropriação do trabalho excedente daquele por esta. Na reconstrução destas relações contraditórias, e tomando como referência privilegiada o ponto de vista do camponês, parece-me possível considerar o camponês – personificação de um específico processo de trabalho – como componente das classes subalternas da sociedade capitalista, unidas pela vivência comum da dominação pelo capital"* (Tavares dos Santos, 1978, p.14)

confrontos entre, por um lado, o capital e o latifúndio, e, por outro, populações indígenas e quilombolas, posseiros, moradores, foreiros, arrendatários, etc. Daí também os confrontos, segundo Martins, entre as agroindústrias e os camponeses a elas subordinados. Em todos estes casos estaria em jogo não a subordinação do trabalho ao capital, mas o esforço das classes dominantes em fazer valer seu monopólio sobre a terra e, conseqüentemente, sobre a renda da terra em diferentes formas[38].

Em nossa leitura, os dois conceitos que se esforçam por compreender o lugar social e político do trabalhador familiar no universo agrário atual não são excludentes e expressam relações sociais distintas no interior do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo brasileiro. O conceito de *subordinação formal do trabalho camponês ao capital* localiza a clivagem fundamental que explica a dinâmica sócio-política desta fração de classe no monopólio das classes dominantes sobre a propriedade dos meios de produção (agro)industriais. O conceito de *sujeição da renda da terra ao capital* localiza esta clivagem no monopólio das classes dominantes sobre a propriedade do meio de produção terra. Ambas as clivagens são verdadeiras, dado o caráter conservador da articulação entre agricultura e indústria no Brasil. Nos espaços e relações em que a indústria se impôs direta ou indiretamente enquanto centro nervoso de controle e planejamento das atividades agrícolas, verifica-se uma decrescente margem de autonomia na reprodução das unidades produtivas familiares; nos espaços e relações em que tais transformações tiveram alcance mais restrito, verifica-se uma maior margem de autonomia na afirmação da terra enquanto fundamento do particular modo de vida e trabalho familiar.

[38] Esta formulação tende a interpretar o campesinato não como fração da classe trabalhadora, mas como uma classe em si e para si. Os autores que sustentam esta posição destacam, em primeiro lugar, uma maior margem de autonomia na reprodução do trabalho familiar camponês, capaz de esquivar-se da subordinação às agroindústrias e produzir para seu próprio sustento. Com base nisso, destacam também o horizonte social e político próprio do camponês, baseado na *terra de trabalho* em contraposição à *terra de negócio* como fundamento possível do campo brasileiro. Virgínia Etges em seu estudo sobre os camponeses produtores de fumo subordinados à indústria de cigarros no sul do Brasil no final dos anos 1980 assim se coloca a respeito: "*Ora, a partir da luta dos camponeses pequenos produtores que acabamos de descrever, parece-nos mais do que evidente que não só o caráter de 'classe em si', mas também o caráter de 'classe para si' está expresso. Ou seja, os camponeses, a partir da exploração a que estão submetidos, principalmente pelas indústrias fumageiras se organizam e lutam na tentativa de melhorar as suas condições de vida. E mais, na medida em que julgam inviável continuar produzindo fumo simplesmente abandonam este cultivo, voltando-se novamente para a produção de sua subsistência, vendendo os excedentes*" (Etges, 1989, p. 239)

Estas relações não são idênticas e não podemos de modo algum caracterizá-las a partir de um único conceito, sob pena de ignorar os nuances do real. De fato, há relações econômicas, sociais e políticas qualitativamente distintas quando pequenos produtores familiares proletarizados ou em processo de proletarização buscam afirmar-se ocupando terras e resistindo às investidas fundiárias do capital ou obstruindo o acesso e paralisando o processamento da matéria prima nas agroindústrias. No primeiro caso, afirmam-se pondo em xeque o controle do capital sobre a terra e, conseqüentemente, sobre a renda da terra; no último caso, afirmam-se pondo em xeque o controle do capital sobre o conjunto dos meios de produção e, conseqüentemente, sobre o trabalho excedente de que se apropria[39].

No que toca aos pequenos produtores familiares de laranjas, acreditamos que as transformações das últimas décadas no complexo citrícola nos autorizam a afirmar que têm seu trabalho formalmente subordinado ao capital agroindustrial. As colocações de Fernandes e Welch ilustram este diagnóstico:

[39] Pode-se argumentar que ambos os fenômenos são visíveis no complexo agroindustrial citrícola paulista. No que toca ao questionamento da *sujeição da renda da terra ao capital*, os confrontos entre o MST e a Cutrale são significativos. Como veremos mais a frente, a partir de denúncias de que a Cutrale estaria ocupando ilegalmente terras públicas na região de Iaras, famílias sem terra realizaram a seguinte ação: "*Motivados pela expectativa que significaria o assentamento de mais de 400 famílias caso a Cutrale desocupasse as terras públicas que explora ilegalmente na região centro-oeste do Estado de São Paulo, centenas de trabalhadores e trabalhadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a Fazenda Capim no dia 28 de setembro de 2009 e por lá ficaram durante dez dias. Após a ação, cerca de 35 trabalhadores da empresa foram demitidos de suas atividades por terem ligações com o Movimento. Naquela ocasião, imagens de Sem Terra derrubando pés de laranja com tratores foram gravadas por um helicóptero da Polícia Militar. Segundo estatísticas da própria corporação, foram derrubados cerca de sete mil pés de laranja, o que corresponderia a 0,7% do 1 milhão de pés de laranja existentes na fazenda. Na ação, os trabalhadores plantaram feijão no lugar de parte da monocultura. Além da imediata desapropriação, um dos objetivos da ação, ligado diretamente à este, era garantir uma reunião com o superintendente do Incra para tratar da situação jurídica da fazenda, consideradas terras públicas. No entanto, uma decisão da Justiça de Lençóis Paulista determinou que as famílias deixassem a área, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 500 por pessoa. No dia 7 de outubro de 2009, as famílias desocuparam a área e voltaram de caminhão ao acampamento, após ameaças de prisão e uso de força policial*" (Dossiê Cutrale – MST e Tribunal Popular, julho de 2011).

> "A família Jangrossi está sendo empobrecida pelo aumento do controle político e econômico das processadoras, que estão investindo na verticalização da produção. Eles informaram que não possuem controle algum sobre o processo produtivo. A lógica do agronegócio é controlar todas as formas de conhecimento, desde as tecnologias às formas de negociação. (...) Os Jangrossi afirmaram que a qualidade de vida da família é determinada por essa política. E essa qualidade vem declinando, mesmo que eles tenham intensificado o trabalho na laranja por causa da diminuição do preço e da produtividade. (...) Os Jangrossi são uma família camponesa em processo de descapitalização, resultado das mudanças na correlação de forças entre as processadoras e os citricultores que aconteceu a partir da primeira metade da década de 1990. Os Jangrossi, como a maior parte dos citricultores, caíram na trama das relações de poder maquinadas pelas processadoras" (Fernandes e Welch, 2008, p. 60-61)

Como indica a citação, o crescente *controle das indústrias sobre a tecnologia utilizada na citricultura* é uma mediação fundamental da atual subordinação da produção citrícola ao capital agroindustrial. Na década de 1970 tal controle estabeleceu-se em diversos complexos pela mediação de bancos estatais, cujos créditos vinculavam obrigatoriamente os recursos à compra de determinados insumos. Em especial a partir da década de 1990, as agroindústrias citrícolas puderam prescindir de mediações estatais de controle sobre a tecnologia utilizada nos empreendimentos agrícolas a elas subordinados. Através de seus crescentes pomares próprios e, conseqüentemente, através de sua crescente capacidade de planejamento e controle sobre a dinâmica da citricultura paulista como um todo, as agroindústrias impuseram ao complexo um novo padrão tecnológico e organizativo. A assim chamada "nova citricultura" tem sido marcada pela adoção de novas tecnologias como o adensamento de pomares (de 250 árvores/ha na década de 1980, passando para 357 árvores/ha na década de 1990 e 476 árvores/ha no início da década de 2000, chegando hoje a pomares com até 833 árvores/ha), o plantio de mudas oriundas de viveiros telados com utilização de material genético melhorado e selecionado, o emprego de irrigação e fertirrigação, etc. (Neves, 2005, 2007 e 2010). A produção teórica/política mais alinhada às agroindústrias qualifica estas transformações como evidências positivas da modernização da citricultura paulista:

> "Com a presença cada vez maior de indústrias se suco de laranja produzindo matéria prima própria e a entrada de novos empreendedores no ramo, observa-se que estas propriedades agrícolas estão sendo dirigidas com características semelhantes à administração de outros segmentos da economia. Assim o nível gerencial é exercido por engenheiros e administradores; o uso da informática para fins de controle e administração é crescente; há uma preocupação permanente na busca de índices de eficiência, por vezes implantando um sistema de premiação a elementos que tenham criatividade e eficiência. De outra parte, existe uma preocupação com a mão de obra menos qualificada para treinamento em diferentes níveis, necessários na medida em que avanços e inovações tecnológicas são introduzidos no processo produtivo. Essas empresas também se valem muitas vezes de consultorias em diversas especialidades, além de busca de conhecimento junto às instituições de pesquisa e assistência técnica" (Neves, 2007, p. 54)

A partir de seus novos recursos de poder no complexo citrícola, contudo, as agroindústrias exacerbaram extremos tecnológicos no setor. Enquanto investem na "nova citricultura" em seus pomares próprios, intensificam-se nas últimas décadas os maus tratos culturais especialmente em pequenos e médios pomares, premidos pelo baixo preço pago aos citricultores e pela elevação dos custos de produção, acrescidos dos custos da colheita e do transporte desde o fim do "contrato padrão". Aos produtores familiares de laranjas em particular impõe-se crescentemente o dilema: por um lado muitas das novas tecnologias lhes são inviáveis pelo porte do investimento necessário; por outro tem se mostrado impossível ser um citricultor competitivo sem estas tecnologias (Romeiro, 2002) [40].

[40] Devido a este constrangimento estrutural a que estão submetidos os pomares dos fornecedores de laranjas às agroindústrias, doenças como o amarelinho, o cancro cítrico e principalmente o greening têm se propagado em alta velocidade por todo o território citrícola paulista. As agroindústrias têm respondido a este dilema expandindo nos últimos anos seus pomares nas regiões sul e sudoeste do estado ou mesmo por outros estados brasileiros. Aos demais produtores, por outro lado, o alastramento dessas doenças tornou-se mais uma determinação no sentido de sua subordinação e exploração pelo capital. Neste contexto têm se acirrado as condições de transferências de renda da citricultura não apenas às agroindústrias, mas também às indústrias produtoras de insumos para a agricultura. Apenas a título de exemplo, pode-se mencionar que em 2009 a citricultura se tornou a segunda cultura mais intensiva em uso de "defensivos" (17,5 kg/ha de ingrediente ativo), atrás apenas do algodão (27,1 kg/ha de ingrediente ativo), firmando-se no Brasil como um mercado significativo ao oligopólio produtor de agrotóxicos, marcado desde o início da década de 2000 pela concentração de mais de 80% das vendas nas mãos de quatro grandes empresas (Neves, 2005 e 2010).

Acresce-se a isto o crescente *controle das agroindústrias sobre as formas de comercialização das caixas de laranja*. Atualmente as indústrias têm acesso à matéria prima por múltiplos meios. O principal deles é a integração vertical, através da qual as empresas cultivam diretamente em pomares de sua propriedade parcela crescente da laranja que esmagarão[41]. As demais laranjas são adquiridas em múltiplas formas de contrato com fornecedores, dentre as quais se destacam: contratos gatilho (de 2 a 5 anos especialmente com grandes produtores baseados no pagamento de uma parcela fixa e de uma parcela variável de acordo com o preço do suco no mercado internacional), contratos fixos (de 2 a 5 anos especialmente com grandes e médios produtores baseados em um preço fixo), contratos-safra (válidos para uma safra em especial com médios e pequenos produtores com preço fixo) e mercado *spot* (venda da fruta a preço de mercado em momento próximo à colheita) (Neves, 2007).

O controle das indústrias sobre a comercialização mediada por tais contratos é extremamente elevado por vários motivos[42]. Em primeiro lugar, porque as indústrias são atualmente o destino de cerca de 80% da laranja plantada no estado de São Paulo e o único mercado alternativo – o mercado interno de laranja *in natura* – não opera de forma independente, mas sim relativamente interligada ao mercado de venda da fruta para processamento. Fruteiros e intermediários se misturam na compra e transporte de laranja

[41] A produção teórica/política mais alinhada às agroindústrias afirma que a participação percentual da integração vertical em relação à produção total de laranjas processadas foi de 18 a 22% em 2007 (Neves, 2007) e 35% em 2010 (Neves, 2010), mas declarações recentes apontam que tal participação já se situa acima de 40%: "*Segundo o presidente da CitrusBR (Associação nacional dos exportadores de sucos cítricos) Christian Lohbauer a indústria detém um amplo pomar, mas não tem condições de ampliar o plantio a ponto de chegar à autossuficiência: 'Embora 40% da laranja processada seja da indústria, o custo da terra torna inviável a ampliação de plantios', diz*" (*Pequenos desistem e saem da citricultura*, Estado de São Paulo, caderno agrícola, 16 de novembro de 2011, p. 5)

[42] A título de ilustração do poder diretivo exercido pelas indústrias processadoras, por meio do contrato de compra e venda de laranjas, sobre os pomares e sobre o trabalho de seus fornecedores, pode-se fazer a seguinte citação: "*Todas as cláusulas evidenciam que o fornecedor, nesse caso o Sr. FRANCISCO LUCIANO ZANETTI, não possui qualquer autonomia para administrar, gerir e exercer a atividade econômica de cultivo de laranja. A livre iniciativa do fornecedor, neste caso, encerrou-se no momento em que aderiu ao contrato. A partir deste momento, quem de fato exerceu a atividade foi a comprador, a empresa Fischer S/A. Na verdade, quem dirige a produção de frutos, quem detém todo o controle sobre o pomar, quem realmente exerce a atividade econômica de cultivo da laranja é a empresa Fischer, ainda que sob o manto do contrato de compra e venda. A realidade apurada por esta fiscalização é de que a empresa Fischer exerce verdadeiro poder diretivo sobre o vendedor e sobre quem quer que seja contratado por este para ajudá-lo a cumprir o contrato*" (Auto de infração n. 01532806-6, 30/8/2007)

no estado, ora destinando o produto diretamente para o consumo, ora destinando-o para as indústrias. Seguem-se daí o rebaixamento do preço pago pela fruta no mercado interno *in natura* e limites à "liberdade" do produtor de negociar a partir do controle que ainda detém sobre o destino de sua produção (Graziano, 2000). Em segundo lugar, o controle das indústrias sobre os contratos de comercialização de laranjas é extremamente elevado devido à elevada assimetria de informações no complexo. Enquanto os diversos *pools* de venda de laranja organizados pelos produtores são marcados pela fragmentação e pelo sigilo, as indústrias possuem recursos para alcançar informações globais sobre a citricultura:

> "As empresas detêm um aparato tecnológico e financeiro grandioso na obtenção de levantamento de safra e das especificidades de qualidade das frutas que desejam comprar junto aos produtores. Somadas a outras estratégias tradicionais, as utilizações destes recursos propiciam a realização de contratos menos incompletos de compra da fruta. As grandes empresas de suco sabem quanto os pomares produzirão, , onde se encontram a qualidade da fruta que desejam, de acordo com a época do ano para produzir o tipo de suco que desejam, assim como a florada do pomar. É por isso que a assimetria de informações revela-se um grande entrave institucional para o produtor de laranjas brasileiro" (Paulillo, Almeida e Vieira, 2006a, p. 58)

O *controle das indústrias sobre o preço pago pelas caixas de laranja* é, contudo, a mediação fundamental de subordinação da citricultura ao capital agroindustrial. Como vimos mais acima, a partir da safra 1991/1992, esforços para repassar mais que proporcionalmente aos citricultores a queda sofrida pelo preço do suco de laranja no mercado internacional culminaram na denúncia de formação do cartel de indústrias processadoras. Como já destacado, tal denúncia levou à ruptura definitiva do "contrato padrão" a partir da safra 1995/96. As crescentes tensões daí decorrentes levaram a que na safra 1999/2000 citricultores entrassem novamente com denúncia junto à Secretaria de Defesa Econômica (SDE) contra a atuação cartelizada por parte das indústrias

processadoras de suco[43]. Desde então iniciou-se uma ação que culminou em janeiro de 2006 na Operação Fanta, com a apreensão pela Polícia Federal de documentos em seis mandados de busca em empresas do setor. Nesse mesmo ano as empresas de suco buscaram encerrar as investigações propondo-se pagar uma multa de R$ 100 milhões e assinar um Termo de Cessação de Conduta (TCC). A proposta foi rejeitada com base no parágrafo 5º do art. 53 da lei que regulamenta o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) que proibia que empresas investigadas por cartel fossem beneficiadas com TCC. Em 2007, através da pressão política das agroindústrias, tal dispositivo foi revogado com a medida provisória nº 344, conhecida como "emenda do suco", proposta pelo Deputado do Jilmar Tatto (PT-SP). Uma pressão conjunta da Associtrus e da Feraesp evitou à época que se assinasse o acordo e se encerrassem as investigações. Atualmente o cenário mantém-se em aberto, uma vez que, enquanto as empresas mantêm o esforço para encerrar as investigações, a SDE obteve em 2010 autorização da Justiça para deslacrar o último malote de documentos apreendidos na Operação Fanta.

Em resposta a tais constantes denúncias, ganharam importância nos últimos dez anos os esforços de legitimação por parte das agroindústrias da dinâmica de formação de preços no interior do complexo. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao custo de

[43] Recentemente um ex-industrial que fizera parte da formação deste cartel detalhou em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* seu funcionamento: ***"FOLHA - Quem teve a ideia de formar e quando começou o cartel na indústria de suco de laranja? DINO TOFINI*** *- A ideia foi do José Luis Cutrale [sócio-proprietário da Cutrale] no início da década de 90. Ele chamou as indústrias do setor para fazer uma composição, com o objetivo de comprar a laranja por um preço mais acessível para a indústria. Era um negócio cruel.* ***FOLHA - Qual era o objetivo? TOFINI*** *- Era jogar todo o ônus possível do negócio para o agricultor, permitir a compra da matéria-prima em condições que o cartel determinasse. O problema foi tão sério que matou a citricultura paulista.* ***FOLHA - Quem participava das reuniões para tratar do cartel? TOFINI*** *- Só os donos das empresas ou os executivos mais importantes, os seniores.* ***FOLHA - Onde eram as reuniões? TOFINI*** *- Na Abecitrus, que era a associação do setor, e comandada por Ademerval Garcia. A capacidade de moagem dessas indústrias era três a quatro vezes maior do que a capacidade da safra brasileira. A Citrosuco sozinha era capaz de moer um terço da safra brasileira, de 300 milhões de caixas por ano. Era e ainda é um negócio gigante, de bilhões de dólares.* ***FOLHA - Como foi feito o acerto? TOFINI*** *- Nós nos reuníamos todas as quartas-feiras e aí decidíamos quem ia comprar de quem, de qual produtor. Cada indústria tinha o seu quintal. Dividimos o Estado de São Paulo em vários quintais e ninguém podia se meter no quintal do outro. O quintal da Cutrale era praticamente todo o Estado. A Citrovita ficava mais com a região de Matão. Nós, com a região de Limeira. O meu quintal tinha cerca de 250 a 300 citricultores. O combinado, na época, era pagar US$ 3,20 pela caixa de laranja (40,8 quilos).* ***FOLHA - Esse acerto de divisão de produtores era colocado no papel? TOFINI*** *- Não, era verbal. E quem não respeitava o quintal do vizinho sofria represálias*." (FOLHA de SÃO PAULO, *Ex-fabricante de suco de laranja revela ação de cartel*, caderno dinheiro, página B1, 15/03/2010)

produção da caixa de laranja, as formulações teóricas-políticas mais alinhadas às agroindústrias possuem notáveis particularidades. Além de suas estimativas do custo operacional (que inclui produção na árvore, colheita, transporte e imposto territorial rural) serem admitidamente menores que as divulgadas por outras entidades e revistas especializadas[44], sua metodologia tende a não incluir e/ou a subavaliar, em comparação com outras medições, variáveis como custo de capital de giro, custo de oportunidade da terra e custo anual de reposição do patrimônio (Neves, 2010)[45]. Segundo dirigentes de sindicatos e associações do setor entrevistados, a produção teórica-política mais próxima às agroindústrias chega com isso a custos totais de produção menores que aqueles concretamente enfrentados, especialmente por pequenos e médios citricultores. Legitimam-se dessa forma as relações de transferência de renda entre a lavoura e a indústria e o conseqüente contexto geral de exclusão que vêm marcando o setor[46]

[44] A Revista Hortifruti/Cepea estimou na safra 2009/2010 em estudos de caso em Araraquara e Araras, em pomares de 128 hectares com densidade de 434 árvores/hectare e de 214 hectares com densidade de 324 árvores/hectare, custos operacionais por caixa de laranja respectivamente de R$10,40 e R$10,33. A AGRIANUAL/AGRAFNP estimou na mesma safra em estudo na região de Araraquara, em pomar de 100 hectares e densidade de 408 árvores/hectare, o custo operacional por caixa de R$10,21. As indústrias e a produção teórica/política a elas mais alinhada estimaram em seus pomares próprios o custo operacional por caixa de R$7,26. Segundo estes últimos, as divergências decorrem de diferenças em produtividade dos pomares (Neves, 2010).

[45] Para se compreender o significado destas variáveis no custo total de produção, podemos mencionar estudos de caso na safra 2010/11 publicados na revista Hortifruti/Cepea nas regiões central, sul e norte do estado de São Paulo, em propriedades de 126 hectares e 68.341 caixas colhidas a propriedades de 382 hectares e 167.032 caixas colhidas. Nas diferentes propriedades estudadas, os custos de capital de giro acrescentaram de R$0,52 a R$0,96 por caixa de laranja; os custos de oportunidade da terra acrescentaram de R$0,85 a R$1,67 por caixa de laranja e os custos anuais de reposição do patrimônio acrescentaram de R$1,47 a R$3,51 por caixa de laranja (Revista Hortifruti, ano 10, número 101, maio de 2011)

[46] Na medida em que os custos de produção citrícola publicados por diferentes autores e entidades e calculados com base em diferentes unidades produtivas no estado de São Paulo variam enormemente, a escolha de um destes dados como base em negociações de preços no complexo não é apenas *técnica*, mas também *política*. De fato, na safra 2010/2011 representantes da Associtrus afirmaram que o custo total de produção da caixa da laranja foi de R$16,00 (www.associtrus.com.br/noticias.htm, "Produtores de laranja recebem 50% menos que em 2010", 23/11/2011). A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), por sua vez, afirmou que o custo total de produção da caixa da laranja na mesma safra foi de R$13,90 (http://www.conab.gov.br). As indústrias, por fim, afirmaram que o custo total de produção da caixa de laranja naquela safra foi de R$10,00 (www.associtrus.com.br/noticias.htm, "Preço mínimo, ainda ele", 27/06/2011).

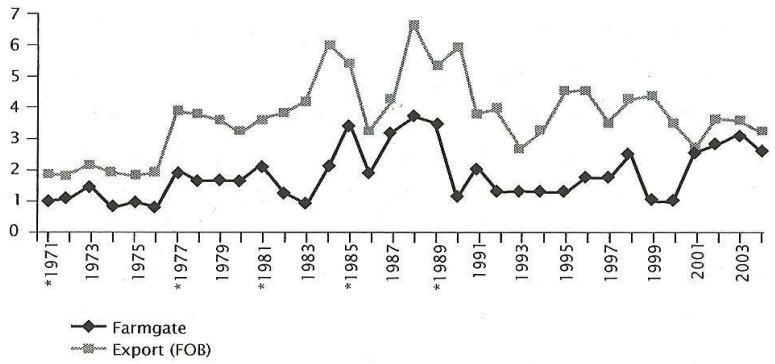
No que diz respeito aos preços pagos aos produtores pelas caixas de laranja, a produção teórica/política mais alinhada às agroindústrias argumenta que eles decorrem não de uma correlação de forças no interior do complexo, mas sim de fatores naturais e da dinâmica do mercado internacional do suco de laranja. As relações no interior do complexo não são interpretadas como relações de poder, mas como meras correias de transmissão de pressões decorrentes, por um lado, da dimensão das safras na Flórida e São Paulo e, por outro, do crescimento do consumo internacional do suco. Nesta interpretação, o contexto desfavorável vivido pela citricultura paulista na década de 1990 decorreu tão somente da relativamente neutra e "invisível" correlação entre oferta e procura: a retomada dos pomares da Flórida e o crescimento dos pomares paulistas, somados a modestas taxas de crescimento no consumo de suco, resultaram em um excedente internacional do produto e em um rebaixamento do preço da laranja especialmente entre as safras de 1992/93 e 2003/04. Curiosamente, correlações de força apenas são tematizadas nesta argumentação ao se apontar que a indústria brasileira de suco de laranja concentrado e congelado é pressionada por barreiras internacionais de países compradores e por um oligopsônio internacional de empresas envasadoras e de supermercados, capazes de impor ao complexo como um todo rebaixamentos nos preços da *commodity*. Minimiza-se em todo o raciocínio a clivagem política e econômica entre citricultores e indústria e maximiza-se a clivagem entre a produção nacional de suco de laranja e os intermediários e barreiras internacionais, em um claro esforço ideológico de colocar a insatisfação dos produtores agrícolas sob hegemonia dos interesses agroindustriais (Neves, 2010).

A dinâmica do complexo citrícola segue, contudo, incompreensível se não se aponta as relações de mercado como relações de poder em que as indústrias têm sob seu controle a dinâmica de preços pagos por caixa de laranja aos produtores. De fato, ainda que os preços no mercado internacional apresentem parâmetros únicos a todo o complexo, a socialização das perdas e a privatização dos ganhos por eles possibilitados decorrem da correlação de forças entre citricultura e agroindústria. Os últimos dez anos oferecem ilustrativos exemplos polares. A safra 1999/2000 foi marcada por uma significativa queda do preço do suco de laranja na bolsa de Nova York. A distribuição de tal ônus no interior do complexo foi determinada pelos diferentes recursos de poder em jogo: a partir de seus

pomares próprios e especialmente de seus estoques de suco, as indústrias impuseram aos citricultores uma socialização mais que proporcional das perdas internacionais no mercado de suco de laranja. Os resultados foram catastróficos ao setor. Produtores alegaram que as empresas romperam os contratos existentes e, em muitos casos, sequer colheram as laranjas para processamento. De fato, a queda de mais de 20% no volume de laranja processada em comparação com os anos anteriores levou a que se perdessem cerca de 40 milhões de caixas de laranja. Isso provocou a saída de inúmeros citricultores do setor, especialmente médios e pequenos. Provocou também uma brutal retração da área dedicada à laranja no estado, de 776.690 hectares em 1999 para 581.487 hectares em 2001 (Graziano, 2000; Paulillo, Almeida e Salomão, 2002). A safra 2005/06, por outro lado, foi marcada por uma excepcional elevação do preço internacional do suco de laranja. Os rearranjos no interior do oligopólio industrial citrícola e o impacto de furacões sobre os pomares da Flórida em 2004 e 2005 refletiram-se na bolsa de Nova York com um aumento de U$917,00 a US$2.884,00 por tonelada de suco entre janeiro de 2004 e dezembro de 2006. Mais uma vez a distribuição de tais lucros extraordinários no interior do complexo foi determinada pelos recursos de poder em jogo: alegando limites decorrentes da "rigidez contratual" e da valorização do real em relação ao dólar, as indústrias bloquearam a valorização das caixas de laranja proporcional aos ganhos internacionais do complexo. Daí que o preço médio pago aos produtores tenha passado de R$9,87 para R$14,26 por caixa de laranja entre janeiro de 2004 e dezembro de 2006 (Neves, 2007). O gráfico a seguir apresenta a comparação entre os preços médios anuais da caixa de laranja (em dólares) e os preços médios anuais de exportação de suco concentrado brasileiro (em dólares por caixa processada), demonstrando que principalmente a partir dos anos 1990 há um maior descompasso entre a oscilação dos preços pagos aos produtores e dos preços de exportação.

Gráfico 1 - Preço pago ao Produtor e preço de exportação FOB-Santos

(Preço de exportação por tonelada transformado em caixa US$/caixa 40,8 kg – 1971 a 2004)



(Fonte: Paulillo, Almeida e Vieira, 2006a, p. 39)

A safra 2011/12 introduziu novas mediações neste quadro, avaliadas de modo oposto por diferentes dirigentes do setor citrícola. Segundo representantes hoje hegemônicos no sindicalismo patronal da agricultura paulista, as perspectivas de uma "super-safra" de cerca de 375 milhões de caixas apenas para São Paulo (26,3% maior que a safra 2010/2011) tenderiam a rebaixar drasticamente o preço pago pelas indústrias aos produtores. Em resposta a isto, segundo esta interpretação, realizou-se uma negociação conjunta entre indústria e representantes dos citricultores, mediada pelo poder público, em que se determinou um preço mínimo a ser pago pela caixa de laranja (R$10,50) em troca de uma linha especial de crédito (LEC) no valor de R$300 milhões a juros de 6,75% ao ano para a recomposição de estoques da indústria. De acordo com os representantes responsáveis por essa negociação, ainda que não se tenha alcançado em tal acordo o preço mínimo ideal ao setor, foram garantidas condições de venda das caixas de laranja mais favoráveis dado o excesso de oferta da fruta.

Por outro lado, segundo a Associtrus e alguns dirigentes sindicais patronais, apesar da perspectivas de safra recorde, o alto valor do suco de laranja no mercado internacional e o excepcionalmente baixo nível de estoques de suco das indústrias poderiam refletir-se em abalos no poder de barganha da indústria face os citricultores. De acordo com levantamento da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), que desde 2009 aglutina as principais empresas do setor, o volume armazenado em 30 de junho

era de 214,3 mil toneladas, o suficiente para apenas sete dias de consumo, enquanto há três anos os estoques da *commodity* somavam 456 mil toneladas. Segundo esta interpretação, a negociação do preço mínimo e da LEC foram uma manobra política/ideológica das agroindústrias processadoras: o *preço mínimo* acordado com o Estado foi então apresentado nas negociações com os citricultores como *preço máximo* e os estoques puderam ser recompostos em condições favoráveis às agroindústrias[47] (www.associtrus.com.br/noticias.htm, *Estoques de suco do Brasil são os menores em 20 anos*, 19/07/2011; *Não se produz laranja a R$10,00 por caixa!*, 14/09/2011). Como veremos no próximo capítulo, esta divergência quanto à negociação na safra 2011/2012 relaciona-se com linhas políticas distintas de diferentes dirigentes do setor no relacionamento com a indústria.

O controle das agroindústrias sobre o preço pago pelas caixas de laranja tem como consequência a nítida diferenciação do preço pago a diferentes estratos de produtores, mostrando que a pequena produção familiar de laranjas é a que maior impacto sofre. Diversas reportagens do jornal *Folha de São Paulo* no ano de 2009 ilustram as conseqüências desta diferenciação de preços. Segundo dirigente da Associtrus entrevistado pelo jornal, as indústrias planejam em conjunto as faixas de preços das caixas de laranja determinando condições distintas de permanência no setor a grandes, médios e pequenos citricultores:

[47] Esta recomposição de estoques por parte das indústrias, somada à queda no consumo europeu e a sanções comerciais impostas pelos EUA devido à presença no suco de laranja brasileiro do agrotóxico Carbendazim, proibido naquele país, provocaram na safra 2012/13 uma crise de grandes proporções no cinturão citrícola paulista. O repasse do ônus da crise internacional aos trabalhadores do setor refletiu-se em cerca de 40 milhões de caixas de frutas perdidas nos pomares, deixando 40 mil colhedores desempregados e milhares de produtores em condições ainda mais adversas. "*Citricultores distribuíram nesta quinta-feira (26) 12 toneladas de laranja e cerca de 200 litros de suco para moradores de Taquaritinga (SP). Parte da bebida também foi despejada pelas ruas. O protesto contra a crise no setor parou a cidade [...] Agricultores da região querem que o governo estadual compre a safra excedente para evitar o agravamento da crise. 'A* solução é um programa emergencial do governo para escoar, em forma de suco concentrado, distribuir em programas sociais e na merenda escolar'*, afirma Marco Antônio dos Santos, presidente do Sindicato Rural de Taquaritinga*" (www.ecofinancas.com.br "Produtores de laranjas distribuem 12 toneladas de laranjas em protesto", 27/07/2012)

"'*Os produtores de laranja ainda não conseguem comercializar a produção a preços remuneradores, pois é a indústria que define os preços pagos aos citricultores, e não adianta mudar de empresa para vender a fruta. Os fabricantes de suco também combinam a data de moagem da laranja para uniformizar os preços pagos aos produtores. Com essa prática das empresas, milhares de produtores foram expulsos do setor, que hoje reúne entre 8.000 e 10 mil produtores'*, afirma Flávio de Carvalho Pinto Viegas, presidente da Associtrus. Para descaracterizar prática de cartel, segundo Viegas, os fabricantes de suco trabalham com faixas de preços. *'Em 2008, eles pagavam entre R$ 15 e R$ 16 pela caixa de laranja [com 40,8 quilos] aos produtores que eles queriam que ficassem no setor; R$ 12 àqueles que deveriam permanecer por algum tempo; e entre R$ 7 e R$ 8 àqueles que deveriam sair do mercado.'* " (FOLHA de SÃO PAULO, *Promotoria investiga cartel na laranja*, caderno dinheiro, página B1, 26/04/2009)

Nesse sentido, o coroamento de todas as determinações destacadas é o crescente *controle das agroindústrias sobre a permanência dos citricultores no setor*. Seu controle sobre os extremos tecnológicos que se estabeleceram na citricultura paulista, sobre as formas de comercialização das caixas de laranja e sobre os preços pagos aos produtores têm como resultado concreto a exclusão dos segmentos menos privilegiados da citricultura. Segundo os levantamentos de safra de laranja 2011/2012 da Conab, apenas na safra 2010/11 a erradicação de pomares ocorreu em 69% dos casos em propriedades com até 48 hectares, em 17% em pomares de 48 a 120 hectares, em 8% em unidades de 120 a 300 hectares e em 6% em pomares acima de 300 hectares. Aos pequenos produtores familiares de laranjas expulsos do setor, resta o arrendamento ou venda de suas terras a usinas de cana de açúcar e o assalariamento parcial ou integral em cidades próximas.

De fato, a área dos pomares erradicados tem sido usualmente direcionada para a plantação de cana de açúcar. Segundo a Associtrus, entre 2006 e 2011 a laranja perdeu cerca de 350 mil hectares para a cana de açúcar no estado (*Laranja perde 350 mil hectares de área para a cana* in http://www.associtrus.com.br/notícias.htm, 29/11/2011). As tabelas a seguir dão a medida deste processo nos seis Escritórios de Desenvolvimento Rural que compõem a região mais tradicional da citricultura paulista:

Tabela 1: Variação do número de pés de laranja em produção e de caixas colhidas (2000-2011)

EDRs	2000		2011		2011 vs 2000 (%)	
	Pés em produção	Caixas Colhidas	Pés em produção	Caixas Colhidas	Pés em produção	Caixas Colhidas
Limeira	19.080.189	35.230.378	16.481.512	25.573.101	-14%	-27%
Araraquara	23.629.933	41.980.899	19.475.329	31.460.077	-18%	-25%
Jaboticabal	22.931.800	39.718.200	16.465.842	28.586.673	-28%	-28%
Catanduva	15.072.800	22.705.340	5.797.692	10.939.611	-62%	-52%
Barretos	36.634.475	55.763.132	25.144.472	41.535.546	-31%	-26%
S. J. Rio Preto	12.068.765	21.812.530	8.453.391	14.703.588	-30%	-33%
Total	**129.417.962**	**217.210.479**	**91.818.238**	**152.798.596**	**-29%**	**-30%**

Tabela 2: Variação da área para corte de cana para indústria (2000-2011)

EDRs	2000	2011	2011 vs 2000
	área para corte de cana para indústria (em ha)		%
Limeira	118.847	152.066	28%
Araraquara	191.115	248.240	30%
Jaboticabal	142.126	247.542	74%
Catanduva	104.533	223.935	114%
Barretos	176.144	416.097	136%
S. J. Rio Preto	32.921	237.731	622%
Total	**765.686**	**1.525.611**	**99%**

Neste sentido, podemos afirmar que a correlação de forças imposta pelas indústrias processadoras de laranjas a partir da década de 1990 co-determina o processo de crescente homogeneização do espaço em São Paulo, caracterizado pela contínua e crescente proletarização de pequenos proprietários rurais e pelo aumento da concentração de terras nas mãos de capitais agroindustriais. Como veremos mais a frente, a dramática perda de população de tradicionais bairros rurais citrícolas no interior paulista e a conseqüente atrofia do universo social e cultural dos pequenos citricultores e de suas famílias são algumas das múltiplas conseqüências do aumento de poder das agroindústrias citrícolas e do avanço das usinas de cana de açúcar sobre as terras do estado. Moraes Silva pinta o seguinte retrato deste multifacetado processo:

> "O aumento da área plantada em cana faz-se mediante o arrendamento ou a venda forçada de propriedades que se dedicam a outras atividades, dentre elas a pecuária e a cafeicultura. Os métodos utilizados escondem o verdadeiro processo de acumulação primitiva: destruição de cercas, porteiras, estradas, em razão do trânsito de máquinas e tratores, cujas imensas dimensões não cabem nos limites das áreas normalmente transitáveis; a distribuição de venenos por aviões matam as plantações e as pastagens circunvizinhas, obrigando seus proprietários ao arrendamento ou à venda de terra à usina; contínua persistência dos 'homens do escritório', os quais, a partir de cálculos feitos, mostram aos proprietários as vantagens com o arrendamento de suas terras; arrendamento ou compra de uma propriedade eqüidistante como forma de pressão sobre as intermediárias. Este é o método mais utilizado. Após algum tempo, em virtude das destruições mencionadas acima, acrescidas ao prejuízo das queimadas, não resta outra alternativa senão a entrega das terras. Aos poucos, a homogeneização do espaço vai definindo a paisagem natural e social da usina" (Moraes Silva, 1999, p. 320)

- *Metamorfoses no mercado de trabalho rural na citricultura paulista e subordinação formal do trabalho assalariado ao capital*

Em paralelo à descrita ofensiva das agroindústrias sobre seus fornecedores de matéria prima, com especial impacto sobre os pequenos produtores familiares de laranjas, ocorreram nas últimas duas décadas importantes transformações na compra e venda da força de trabalho rural no complexo citrícola. Como veremos a frente, tais transformações tiveram grande significado econômico e político para os assalariados rurais do setor.

O já descrito ascenso da luta dos trabalhadores deste complexo na década de 1980 teve como importante conquista o registro da mão de obra na colheita da laranja por parte das indústrias processadoras. Garantiu-se, dessa forma, especialmente aos colhedores, maior estabilidade de serviços, pagamentos regulares, décimo terceiro salário, possibilidade de obter seguro desemprego, etc. Concomitante a tais conquistas trabalhistas, introduziram-se novas e mais sofisticadas mediações privadas da exploração-dominação do trabalho rural. Construíram-se mecanismos ideológicos com vistas a impor de modo mais eficaz sobre a mão de obra a interiorização da dominação e da disciplina e formaram-se,

em determinados casos, turmas de trabalho com maior permanência, em paralelo à introdução de novos mecanismos de seleção e treinamento. As indústrias buscavam assegurar-se desse modo de uma oferta de mão de obra mais regular e mais conformada ideologicamente às suas demandas. Em seu estudo acerca dos colhedores de laranja, Baptistella assim o coloca:

> "Até 1994 o setor industrial citrícola possuía uma estrutura organizacional para arregimentar mão de obra. Embora existissem diferenças entre as indústrias na forma e na filosofia de contratação da força de trabalho, todos os colhedores e empreiteiros eram registrados em carteira, o que lhes garantia os benefícios da CLT. Do mesmo modo, as turmas de trabalho eram, em sua maioria, fixas, o que garantia trabalho todos os dias e remuneração. O contrato direto com as indústrias e não mais com o empreiteiro, a seleção dos trabalhadores, menor rotatividade durante a safra, ou em alguns casos, anual de mão de obra, o baixo absenteísmo, maior produtividade e maior disciplina entre os trabalhadores, são fatores que condicionam o trabalhador fixo a ser menos reivindicativo" (Baptistella, 1998, p.120)

Mecanismos coercitivos foram também aprimorados neste período pelas agroindústrias com vistas a gerir politicamente a força de trabalho. Dentre estes mecanismos destacam-se as chamadas "listas negras": arquivos de trabalhadores a serem bloqueados em contratações futuras por um determinado período devido a um comportamento distinto daquele exigido pela indústria. Segundo pesquisa de campo de Baptistella, os colhedores colocados nas "listas negras" seriam aqueles que, apesar de registrados pela indústria, tivessem alto número de faltas, supostamente por dedicarem-se a pequenos trabalhos avulsos rurais e urbanos que complementassem sua remuneração (Baptistella, 1998, p. 41). Segundo pesquisa de campo de Moraes Silva, por outro lado, os trabalhadores das indústrias de cana e laranja enquadrados pelas "listas negras" seriam aqueles que fizessem "sujeira", ou seja, perturbassem o eito e/ou o escritório com demandas, reclamassem seus direitos na Junta Trabalhista ou participassem de greves. De acordo com esta autora, o funcionamento das "listas negras" ilustra a articulação entre diferentes empresas de diferentes setores na gestão política conjunta da força de trabalho e o imbricamento da conquista de direitos trabalhistas com uma sofisticação dos mecanismos privados de exploração-dominação da mão de obra:

> "Por intermédio da ficha do prontuário, estruturam-se, paulatinamente, a gestão política da força de trabalho e a interiorização da dominação e da disciplina. Da mesma forma que o escritório da usina se preocupa com a socialização dos trabalhadores mediante mecanismos tais como curso, arte, ofícios, etc., há também um escritório da indústria de citros, que possui ligação com outros escritórios da usina, adotando métodos que levam à exclusão dos trabalhadores, ou seja, impedindo-lhes o direito ao trabalho. As listas negras são os antídotos mais eficazes na correção das condutas, dos comportamentos dos trabalhadores. Elas são produzidas pelo escritório, mediante a centralização do controle e distribuídas aos empreiteiros. Acompanhando as listas, há advertência aos empreiteiros: não levar, sob hipótese alguma, aqueles marcados para não trabalharem. O meio para a efetivação dessa ordem é a imposição do registro. Cria-se aqui o paradoxo no qual os direitos existentes para os favorecerem, impingem-lhes a marca da exclusão. Pelo controle do registro, eles são impedidos de trabalhar. Esta penalidade tem a duração de três anos. O trabalhador condenado pelos juízes do escritório (os moços), o foi em virtude de ter cometido o crime máximo: ter feito 'sujeira'. A 'sujeira' significa ter reclamado seus direitos na Junta Trabalhista, ter liderado ou participado de greves, ter feito 'encrencas' no caminhão, no talhão, ter reclamado seus direitos no escritório" (Moraes Silva, 1999, p. 141)

Apesar de tais mecanismos ideológicos e coercitivos de controle sobre a força de trabalho rural, as insatisfações dos colhedores de laranja não foram neutralizadas. Dentre os principais descontentamentos no início da década de 1990 estavam a adoção do sistema contabilização das laranjas colhidas com sacolões que lesavam os trabalhadores[48]; o não pagamento em dias de chuva não trabalhados; a exigência da firma em trabalhar aos domingos; o uso de agrotóxicos nos laranjais durante a colheita da fruta; as jornadas de trabalho muito extensas (12 a 14 horas) sem que fosse pago o valor por horas extras; o não pagamento de faltas justificadas com atestado médico; os descontos na folha de pagamento sobre os quais os colhedores não tinham qualquer controle; o baixo valor dos salários (Relatório do encontro regional de apanhadores de laranja, agosto de 1992, Arquivo Feraesp). A partir de 1992 a sistematização de tais insatisfações ganhou maior solidez, em especial nos sindicatos vinculados à Feraesp. A campanha salarial por eles conduzida neste ano teve como principais demandas o reajuste mensal dos salários de acordo com a

[48] Um panfleto esclarece este ponto: "***Indústria quer laranja na sacola e passa o pé no apanhador*** – *Hoje há indústrias que contam o serviço por sacolão equivalente a 20 caixas, ou sacolão plástico equivalente a uma caixa. Nos dois casos o trabalhador é roubado. O primeiro sacolão pode conter até 29 caixas, causando uma perda enorme ao apanhador, o segundo cede no peso e por ter formato moldável ao conteúdo, chega a caber nele uma caixa e meia. Para piorar, às vezes, não se dá o pirulito (registro da quantidade de caixas colhidas no dia) ao apanhador*" (Arquivo Feraesp)

inflação; pagamento de horas extras equivalente a 100% sobre o valor da diária; fornecimento gratuito de escada, sacola, alicate em quantidade suficiente; proibição da dedetização de sacolas, escadas e outros instrumentos utilizados no trabalho; jornada de 40 horas semanais com sábado livre e remunerado; contrato de trabalho com duração mínima de um ano.

Em 1993 eclodiu uma das maiores greves já realizadas até então por colhedores de laranja no estado de São Paulo. Deflagrada no dia 18 de outubro inicialmente nas cidades de Araraquara, Rincão, Taquaritinga, Matão, Américo Brasiliense, Itápolis, Tabatinga, Boa Esperança do Sul e Dobrada, a paralisação estendeu-se nos dias seguintes para Bebedouro, Barretos, Borborema, Colina, Curupá, Ibitinga, Jaborandi, Monte Azul Paulista, Nova Europa e Gavião Peixoto e atingiu até 30.000 colhedores. Estes recebiam então uma parcela fixa do salário de CR$12.000 e uma parcela variável de CR$9,87 por caixa de laranja colhida. Sua principal demanda era o estabelecimento de um piso salarial mensal de CR$21.000 e o aumento para CR$20,00 no valor pago por caixa de laranja. A contraproposta das indústrias, rejeitada em um primeiro momento pelos grevistas, foi o aumento da parcela fixa do salário para CR$15.700,00 e um aumento por caixa colhida para CR$15,00 e, posteriormente, para CR$18,00. A mobilização foi marcada pela divergência entre as federações sindicais representantes dos trabalhadores rurais: dirigiram a greve os sindicatos vinculados à Feraesp (não reconhecida pelas indústrias), em contraposição àqueles vinculados à Fetaesp (reconhecida pelas indústrias e responsável pelo acordo salarial realizado meses antes, colocado em xeque pela mobilização). Ocorreram confrontos entre policiais militares e colhedores quando estes se concentraram em frente às indústrias da Coimbra-Frutesp em Bebedouro, da Cutrale em Colina e da Branco Perez em Itápolis, paralisando-as. A greve terminou após dez dias em 28 de outubro com a aceitação da contraproposta feita pelas indústrias. Determinante para tal foi a oferta por parte destas de um adiantamento de CR$27.000,00 para quem retornasse

imediatamente ao trabalho[49] (*Folha de São Paulo*, "Apanhadores de laranja de Araraquara iniciam greve", 19/10/1993; "Termina a greve dos laranjeiros na região", 29/10/1993)

Em 1994 eclodiu nova greve de proporções ainda maiores. Iniciada no dia 29 de agosto na cidade de Matão, estendeu-se por todo o estado e paralisou cerca de 40 mil colhedores. O acordo salarial realizado em julho entre Fetaesp e indústrias, que não previa aumentos, somado ao descompasso entre o acréscimo dos preços de mercadorias e serviços por um lado e salários por outro às vésperas do plano Real, reduziram o ganho mensal dos colhedores a um valor inferior a uma cesta básica. Neste quadro, as principais demandas do movimento grevista foram o aumento de R$0,07 para R$0,15 por caixa colhida e a garantia de um piso salarial de R$6,00 por dia e R$180,00 por mês. A indústria manteve-se irredutível e não ofereceu nenhuma contraproposta aos trabalhadores. Mais uma vez a mobilização foi marcada por divergências entre a Feraesp e a Fetaesp. Contudo, pressionada pelas dimensões da greve e pela ruptura em meio à mobilização de seis presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais que se aproximaram da federação adversária, a Fetaesp aderiu ao movimento em 5 de setembro.

A principal particularidade desta greve foi sua proximidade e articulação à paralisação de outras frações da classe trabalhadora subordinadas ao capital agroindustrial citrícola. Como veremos mais a frente, o segundo semestre de 1994 foi marcado por greves de transportadores de laranjas e de trabalhadores de chão de fábrica na região de Araraquara. Em algumas destas paralisações houve confronto entre trabalhadores industriais, a empresa e a polícia. A articulação das mobilizações de diferentes categorias do complexo citrícola no segundo semestre de 1994 é assim comentada por Thomaz Jr.:

[49] No dia 27/10 foram distribuídos panfletos não assinados com os seguintes dizeres: "***Colhedor!*** *Seus companheiros estão voltando ao trabalho.* ***Pense em você e na sua família!*** *No próximo sábado, dia 30 de outubro, quem estiver trabalhando hoje vai receber* ***além*** *do pagamento* ***normal*** *dos dias trabalhados na semana passada,* ***um adiantamento expontâneo [sic] de CR$2,700, 00. Você também pode receber este adiantamento. Volte já ao trabalho.*** *Não caia em conversa mole de gente que não é colhedor e nem seu companheiro.* ***Quem trabalha recebe!***" (Arquivo Feraesp)

> "A Feraesp inaugurou, na greve da laranja de 1994, na região de Araraquara-Matão, a unificação das reivindicações dos apanhadores de laranja com os motoristas de caminhões, ou agenciadores de mão de obra, também conhecidos como gatos, e dos operários da planta fabril, conseguindo assim que todo o sistema montado para a consecução da safra fosse minado. Daí os índices de paralisação terem alcançado 95%, o que alavancou os mecanismos de pressão (com a interrupção do processamento industrial), passando por cima da convenção coletiva assinada pela Fetaesp" (Thomaz Jr., 2002, p. 326)

Apesar do maior potencial de pressão dos trabalhadores, a greve dos colhedores foi encerrada no dia 16 de setembro, após dezenove dias de paralisação, sem nenhum aumento salarial. As indústrias uma vez mais ofereceram um adiantamento no valor de R$30,00 para trabalhadores que retornassem imediatamente ao trabalho (*Folha de São Paulo*, "Colhedores de laranja fazem greve por aumento de 114% em Matão", 30/08/1994; "Colhedores de laranja encerram paralisação", 17/09/1994)[50].

Estas greves co-determinaram as transformações impostas a seguir na dinâmica da compra e venda da força de trabalho rural na citricultura. No contexto de aumento do poder das processadoras de suco sobre o complexo como um todo no início da década de 1990, o desgaste decorrente do enfrentamento direto da luta de classes com os assalariados rurais contribuiu para que as indústrias se empenhassem nas manobras político-jurídicas que a partir da safra seguinte (1995/96) repassaram os custos de colheita e frete da laranja aos produtores rurais. Para estes, por sua vez, tal transferência de ônus político e econômico revelou-se, como já apontado, um grande obstáculo a sua reprodução. Aos diferentes setores patronais tornou-se, portanto, imperativo a construção de novos mecanismos de arregimentação e controle sobre a força de trabalho que permitissem ao mesmo tempo reduzir os custos de mão de obra, repassando aos trabalhadores assalariados parte do novo

[50] Segundo comunicado da Feraesp, indústrias e Fetaesp distribuíram panfletos com os seguintes dizeres: "***Comunicado aos apanhadores de laranja*** *– A Fetaesp e as indústrias resolveram que o colhedor que estiver no trabalho a partir de hoje e que trabalhar durante a próxima semana, sem faltar, receberá no sábado dia 24/09/94 um* ***adiantamento*** *de R$30,00 a ser descontado do pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário. A maioria dos seus colegas já retornaram [sic] ao trabalho. Não falte! Receba você também este* ***adiantamento****!!!*" (Arquivo Feraesp)

fardo que pesava sobre os citricultores, e conter o ascenso grevista que se verificara nos anos anteriores[51].

Ironicamente o instrumento jurídico para tal foi arquitetado por organizações políticas que se propõem representantes dos trabalhadores. Por interesse do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no dia 9 de dezembro de 1994 o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu aprovar o projeto de lei número 8.949 que introduzia um parágrafo único ao artigo 442 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Tal parágrafo autorizava a constituição de cooperativas pelos trabalhadores de qualquer ramo de atividade para prestação de serviços nos seguintes termos: "*Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela*". Pensadas inicialmente como um instrumento para organizar relações de trabalho no interior de assentamentos de reforma agrária, as cooperativas de trabalho tornaram-se rapidamente o mais significativo exemplo de flexibilização dos direitos trabalhistas no campo brasileiro nos anos 1990, com especial impacto na citricultura (Alves, Paulillo e Silva, 1996). A partir da safra 1995/1996, para trabalhar em pomares de pequenos, médios e grandes produtores ou em pomares das agroindústrias, os colhedores de laranja foram em escala crescente impelidos a "associar-se" a "cooperativas". Para tanto, pagavam uma cota de ingresso (no valor de R$5,00 em 1996) e assinavam a proposta de "sócio", segundo a qual estavam de acordo com os estatutos. Com isso o colhedor assegurava-se um maior pagamento líquido imediato por caixa colhida (na medida em que não era paga a maior parte dos encargos sociais e trabalhistas) e uma participação nos "lucros" da "cooperativa". Abria mão, por outro lado, de direitos arduamente conquistados ao longo das lutas na década de 1980: fim de semana remunerado, décimo terceiro salário, férias, direito de sindicalização, direito de

[51] A maior participação dos produtores de laranjas na negociação com a força de trabalho havia sido uma demanda levantada pelos próprios sindicatos rurais patronais face os custos enfrentados pelos citricultores nas greves de 1993 e 1994. "*O salário dos colhedores é pago pela indústria, assim como a negociação dos salários dos colhedores é feita apenas entre a Fetaesp (Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo) e a Abecitrus (Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos). 'Está na hora de o produtor participar das negociações que tratam dos salários que são pagos, já que o prejuízo no caso de greve é dele', diz Marco Antônio dos Santos, presidente do sindicato rural [patronal] de Taquaritinga*" (Folha de S. Paulo, "Greve em laranjais traz prejuízo de R$9 mi", 14/07/1994).

greve, fundo de garantia por tempo de serviço, pagamento de dias parados por motivo de doenças e acerto dos direitos para os trabalhadores safristas (Alves e Paulillo, 1997).

Em um primeiro momento o estabelecimento desta nova mediação de controle sobre a força de trabalho dos colhedores foi organizada pelas próprias indústrias. Empresas próprias através das quais elas arregimentavam anteriormente a mão de obra foram então transformadas em "cooperativas" e outras surgiram sob direção e orientação de sua administração e departamento jurídico. Posteriormente, intermediários buscando maior autonomia constituíram "cooperativas" fora do controle direto das indústrias. Proliferaram então *gatos* em formato em tudo similar àquele que marcara o mercado de trabalho rural especialmente entre as décadas de 1960, 1970 e 1980 (Baptistella, Pino e Francisco, 1999).

> "A forma com que as cooperativas de mão de obra rural se organizaram no cinturão citrícola brasileiro revela que a direção de sua implantação e o conseqüente fortalecimento foram únicos: da indústria e dos produtores de laranja para os gatos. A expansão desse modelo de contratação afetou a quantidade e a distribuição das cooperativas nos municípios citrícolas do cinturão, já que, a partir de setembro de 1995, ocorreu uma proliferação de cooperativas que fugiram do controle industrial. Por exemplo, em Bebedouro, as empresas de processamento estimularam o processo de implantação controlando três cooperativas, mas no verão de 1996 verificou-se a presença de dez cooperativas fora do controle das firmas processadoras. Em Matão ocorreu o mesmo processo envolvendo duas processadoras e uma dezena de cooperativas" (Paulillo, Almeida e Salomão, 2002, p. 96)

Os sindicatos dos produtores rurais, através da Federação da agricultura do estado de São Paulo, manifestaram seu apoio à formação das "cooperativas" de colhedores na circular 042 de 1995. Nela citavam-se as seguintes vantagens para os produtores rurais da "nova" forma de contratação: 1) não existência de problemas trabalhistas nas épocas de safra; 2) supressão de vínculo empregatício com o tomador da mão de obra; 3) inexistência de fiscalização trabalhista; 4) desobrigação das responsabilidades trabalhistas e sociais; 5) maior tranqüilidade na execução de trabalhos agrícolas (Baptistella, 1998). Adotada inicialmente e em maior escala nos pomares das próprias agroindústrias e de grandes e médios produtores, a contratação por meio de "cooperativas" estendeu-se também aos milhares de pequenos produtores como uma estratégia para escapar à exclusão completa do setor e à conseqüente proletarização. As cooperativas foram, neste sentido, o embrião de um a princípio aparentemente possível (ainda que precário) consenso entre agroindústria e

os diferentes segmentos de produtores de matéria prima, capaz de repassar aos assalariados rurais parcela do ônus e da tensão que marcaram o fim do contrato padrão.

No esforço de incorporar os próprios colhedores neste consenso, argumentou-se que as "cooperativas" de trabalho proporcionariam aos associados uma substancial melhoria da renda, na medida em que os encargos sociais perdidos seriam mais que recompensados pela melhor remuneração. Reeditou-se com este argumento um traço chave já destacado do *gato* enquanto mediação da dominação sobre a força de trabalho: a legitimação de sua existência a partir do interesse dos trabalhadores em alcançar um maior salário líquido imediato, desqualificando o significado de direitos arduamente conquistados pela classe ao longo de sua história. Se esta ofensiva foi capaz de incorporar ideologicamente às metamorfoses do mercado de trabalho rural um significativo contingente de trabalhadores assalariados do setor, a outros parecia que o adicional por caixa colhida, somado ao "lucro" distribuído ao final da safra, era inferior ao que receberiam com todos os direitos provenientes do registro em carteira, não apenas no que toca aos salários indiretos (como décimo terceiro e férias proporcionais no acerto de final de safra), mas também ao acesso ao seguro desemprego na entressafra[52].

É, contudo, em seu aspecto político que se tornou excepcionalmente claro o caráter restrito do novo consenso imposto pelas indústrias processadoras ao complexo como um todo a partir da segunda metade da década de 1990. A proliferação das "cooperativas" destruiu boa parte do acúmulo organizativo realizado pelos assalariados rurais do setor nos dez anos anteriores. A fragmentação dos assalariados rurais na citricultura em uma miríade de *gatoperativas* diminuiu drasticamente o número de trabalhadores sindicalizados e

[52] *"Em relação às diferentes formas de relação de trabalho utilizadas na safra 2000/2001, verificou-se que a remuneração dos trabalhadores cooperados pela caixa de 27 kg é nominalmente pouco superior às demais, em torno de 10%. Ou seja, à primeira vista o salário de um colhedor de laranjas seria tanto mais elevado quanto menores forem seus direitos. Logo seria mais vantajoso para o bóia fria, acredita o patronato, trocar seus direitos sociais por um salário direto maior. Mas isso não é realmente uma vantagem para o bóia fria cooperado. [...] Em um panfleto distribuído aos colhedores de laranja em 1997, a Feraesp denuncia as perdas decorrentes da contratação mediante as cooperativas de mão de obra. Sem o registro formal de emprego através do contrato de safra, o trabalhador perde ao menos 63,19% com o não recebimento de salários indiretos. Mas as perdas dos trabalhadores contratados por cooperativas são potencialmente ainda maiores, uma vez que também ficam sem receber ordenados nos dias em que não podem trabalhar por motivos alheios a sua vontade (tais como no período das chuvas, quando quebra o veículo de transportes ou quando o trabalhador estiver convalescendo)"* (Paulillo e Almeida, 2006b, p. 198)

impediu a realização de qualquer greve de vulto na segunda metade da década de 1990. Alcançou-se com isso o objetivo central de neutralizar o ascenso de mobilizações que marcara os anos 1993 e 1994.

> "Alguns dos problemas constatados para os trabalhadores cooperados foram: 1) Grande rotatividade de trabalhadores na colheita, o que resulta em ganhos menores para os trabalhadores pois ficam muito tempo inativos. A Coperba (Cooperativa de trabalho dos trabalhadores rurais de Barretos e região) tem 2.500 trabalhadores ativos na região de Barretos, 80% deles na colheita de laranja e outros 4.500 inativos, proporcionando assim uma rotatividade grande entre os trabalhadores. 2) Grandes descontos nos pagamentos. Segundo um trabalhador entrevistado pela Folha de São Paulo: '*ele esperava receber R$80,00 num final de semana depois de pegar em média 70 caixas por dia e recebeu apenas R$18,00 devido aos elevados descontos'*. 3) Proibição dos trabalhadores de qualquer registro de ocorrência contra a cooperativa, tendo como pena a proibição de trabalhar" (Alves e Almeida, 1999)

Isso, contudo, não significou a definitiva neutralização da luta de classes no setor citrícola. Apontou antes para uma sua mudança de forma. A partir da segunda metade da década de 1990 ocorreu aqui o que podemos chamar de uma *judicialização da luta de classes*. Ou seja, enquanto a década de 1980 e primeira metade de 1990 foram marcadas por uma *guerra de movimento* entre as classes do complexo, com amplos movimentos grevistas e efervescência organizativa decorrente da mobilização coletiva de vários segmentos, a segunda metade da década de 1990 e a década de 2000 vêm sendo marcadas por uma *guerra de posição*[53], com disputas teóricas-políticas em torno de diferentes propostas de consenso no setor, vinculadas a lutas coletivas ou individuais encaminhadas através de canais institucionais da ordem jurídica. A correlação de forças até meados da década de 1990 entre as classes que compõem o complexo abriu espaço a uma luta por parte dos trabalhadores capaz, por um lado, de por em xeque o ordenamento institucional jurídico e privado orquestrado pelo Estado e pela burguesia agroindustrial e, por outro, de atuar como laboratório de novos ordenamentos orquestrados pela própria massa de trabalhadores em movimento. A correlação de forças estabelecida a partir de 1995, por sua

[53] Fundados em um referencial teórico gramsciano, os conceitos "guerra de movimento" e "guerra de posição" expressam momentos e faces complementares da luta de classes, necessários em configurações distintas da correlação de forças. Em termos teóricos e práticos, a unilateralização de qualquer dos dois momentos nos leva a uma compreensão limitada da criatividade política da luta dos trabalhadores (Gramsci, 2002).

vez, impôs aos trabalhadores um formato de luta distinto, em que o questionamento do consenso restritivo organizado pelas agroindústrias tem se dado especialmente nas trincheiras das ações civis públicas do Ministério Público do Trabalho (MPT) e das ações trabalhistas individuais, reforçadas para ambos os lados em luta por instrumentos teóricos-políticos produzidos na academia e ecoados na imprensa (Paulillo e Almeida, 2009). Analisando o complexo agroindustrial sucroalcooleiro, Moraes Silva e Ribeiro chegam a conclusões similares:

> "No que tange às informações trazidas pelas fontes jurídicas, verifica-se por um lado o grande número de processos trabalhistas movidos contra as empresas, visando ao respeito do cumprimento das normas trabalhistas. Por outro lado, observa-se também o alargamento do conflito de classes, na medida em que se os atores do campo jurídico não se situam num campo neutro, tampouco tomam posições predeterminadas em favor dos donos das empresas. Ao incorporarem os pareceres, advindos de pesquisas em diversas áreas do conhecimento, suas decisões revelam que, tal como afirmara Bourdieu, os discursos e as práticas do campo jurídico são duplamente determinados, por um lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas e, por outro, pelas relações de força específicas que lhe conferem sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência" (Moraes Silva e Ribeiro, 2010, p. 24)

O significado das ações judiciais para a luta de classes neste período pode ser exemplificado com o seguinte panfleto da Feraesp, a respeito do qual alguns pontos merecem ser mencionados. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que o encaminhamento jurídico de denúncias contra as "cooperativas" foi uma tática sindical explícita na segunda metade dos anos 1990, evidente não apenas no discurso, mas também na centralidade da simbologia jurídica no documento. Em segundo lugar, destaca-se a frente de ação entre sindicatos (responsáveis por denúncias ao poder público e pelo encaminhamento e aconselhamento de processos individuais de seus filiados) e procuradores do Ministério Público do Trabalho (responsáveis pelas investigações e ações civis públicas). Em terceiro lugar, destacam-se as dificuldades de mobilização coletiva, evidentes no chamado à participação coletiva dos trabalhadores não em greves, mas em abaixo assinados contra as "cooperativas":

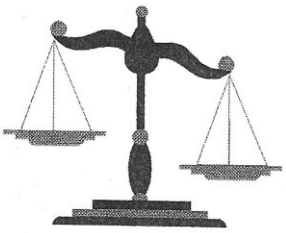
FERAESP **CUT**

Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

Central Única dos Trabalhadores

TRABALHADORES RESISTEM ÀS COOPERGATOS

PATRÕES E GATOS CRIARAM FALSAS COOPERATIVAS PARA MASSACRAR OS TRABALHADORES.
MUITOS COMPANHEIROS NÃO ABAIXARAM A CABEÇA E FORAM À LUTA. MILHARES DE TRABALHADORES ENTRARAM NA JUSTIÇA COM DEMANDA CONTRA AS COOPERGATOS.



OS TRABALHADORES ESTÃO TENDO VITÓRIAS A JUSTIÇA DEMORA MAS QUEM É FIRME ESTÁ VENCENDO. OS PROCURADORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO TAMBÉM ENTRARAM COM DEMANDA PARA FECHAR AS COOPERGATOS. EM ITÁPOLIS, CATANDUVA, BEBEDOURO E FERNANDÓPOLIS A JUSTIÇA MANDOU FECHAR AS COOPERGATOS E REGISTRAR OS TRABALHADORES

NOSSO SINDICATO ESTÁ FAZENDO ABAIXO-ASSINADO E ASSEMBLÉIA DOS TRABALHADORES CONTRA AS "COOPERGATOS"
ESTAMOS EXIGINDO REGISTRO EM CARTEIRA E DIREITOS GARANTIDOS.

PARTICIPE DA ASSEMBLÉIA - DÊ SUA ASSINATURA EXIJA CARTEIRA ASSINADA.

(Fonte: Arquivo Feraesp)

A elaboração conjunta de sindicatos, Ministério Público do Trabalho e intelectuais com perspectivas afins às dos trabalhadores cristalizou-se em alguns argumentos fundamentais, que municiaram e garantiram importantes vitórias políticas-jurídicas contra o "novo" formato de contratação da mão de obra: 1) As "cooperativas" de mão de obra no

setor citrícola ferem a legislação brasileira na medida em que esta proíbe a terceirização da atividade-fim em qualquer ramo de negócio. Dado que a atividade citrícola tem três fases tecnicamente determinadas e indissociáveis (plantio, tratos culturais e colheita), a terceirização de qualquer uma delas é ilegal. 2) As "cooperativas" de mão de obra no meio rural são incompatíveis com a lei n. 5.764/71, que regula as sociedades cooperativas e determina que o proveito de suas atividades deve voltar-se aos associados. Na medida em que as "cooperativas" de colhedores não foram estabelecidas por iniciativa destes, mas pela indústria e por terceiros; na medida em que o ingresso dos trabalhadores nas "cooperativas" foi, portanto, uma imposição externa; na medida em que o processo de trabalho seguiu reproduzindo-se de forma subordinada e hierarquizada, as "cooperativas" puderam ser apresentadas como um escamoteamento ilegal de relações de assalariamento. 3) As "cooperativas" de mão de obra foram estabelecidas com vistas à redução de custos através do não pagamento de direitos assegurados constitucionalmente. Ao demonstrar-se este fato através da diferença entre o que era efetivamente pago pelas "cooperativas" e o que os trabalhadores receberiam com o antigo contrato de safra, esta forma de contratação da mão de obra pôde ser apresentada como uma burla ilegal de encargos trabalhistas (Scarabelim e Scarabelim, 2005) [54]. As vitórias jurídicas das ações assim respaldadas colocaram em xeque a aceitação daquele formato de contratação tanto pelos citricultores, dado que sobre eles recaiu parcela significativa do ônus trabalhista, quanto pelos próprios assalariados rurais, à medida que se explicitavam as conseqüências do retrocesso que as "cooperativas" representavam em suas conquistas legais básicas.

[54] A título de exemplo da posição da Justiça do Trabalho com relação às cooperativas de colhedores, pode-se citar a seguinte liminar, concedida nos autos de uma ação pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 15. Região: "*[...] Posto isto, concedo a liminar pleiteada a fim de que cesse em 24 horas a afronta diária, ostensiva e, se perdurasse, irreversível, aos princípios e normas constitucionais, atinentes ao trabalhador. Destarte, determino: Que a reclamada Sucocítrico Cutrale Ltda. Se abstenha de utilizar em terras próprias de seu grupo econômico ou de terceiros, cuja produção lhe seja destinada, o serviço de cooperativa de mão de obra rural ou de qualquer outra pessoa física ou jurídica; A imediata suspensão das atividades da reclamada Cooperba – cooperativa dos trabalhadores rurais de Barretos e região, abstendo-se, portanto, de fornecer mão de obra a qualquer empresa rural ou não; Fixo a multa diária de R$5.000,00 em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), se descumprida a presente determinação [...] Barretos, 20 de maio de 1998, ADRIENE SIDNEI DE MOURA DAVID, Juíza do Trabalho*". Em resposta, a Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (Abecitrus) enviou uma carta ao Coordenador-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Almir Pazzianotto, solicitando a adoção de providências contra a referida juíza e contra o MPT da 15. Região pelo que qualificou como "abuso de poder" e "injustificável perseguição institucional" (Scarabelim e Scarabelim, 2005).

Após a derrocada das "cooperativas", duas propostas alternativas para a organização do mercado de trabalho rural tiveram especial relevância política no setor citrícola em diferentes momentos dos anos 2000. A primeira delas foi o consórcio ou condomínio de empregadores rurais, introduzido no direito do trabalho brasileiro com a portaria n. 1.964 de 1º de dezembro de 1999 do Ministério do Trabalho e do Emprego e regulamentado com a lei n. 10.256 de 9 de julho de 2001. Segundo esta, o consórcio simplificado de produtores rurais é *"formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorga a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para a prestação de serviços, exclusivamente a seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos*" (Rüdiger, 2005). Com base em tal arcabouço jurídico, para formar um consórcio ou condomínio os produtores rurais realizam um cadastro coletivo no INSS, a partir do qual contratam a mão de obra utilizada em suas propriedades. Firmam em seguida um Pacto de Solidariedade, registrado em cartório, reconhecendo sua responsabilidade coletiva pelos direitos e obrigações trabalhistas e previdenciárias. Constituem por fim um procurador comum que será o gerente responsável por organizar e distribuir as diversas tarefas em cada propriedade rural de acordo com as demandas de cada integrante do consórcio, por registrar, admitir e demitir a mão de obra, por elaborar a folha de pagamento, por centralizar documentos para fiscalização, por ratear custos sociais e trabalhistas de acordo com o tempo em que cada trabalhador ficou à disposição de cada produtor rural e por representar os consorciados junto ao poder público (Alves e Almeida, 2000).

Segundo interpretação e prognóstico do MPT e de alguns intelectuais com perspectivas afins às dos trabalhadores, os consórcios ou condomínios de empregadores rurais trariam duas vantagens ao setor citrícola em particular: 1) aumentariam o grau de organização dos citricultores, reforçando seus recursos de aglutinação e representação; 2) criariam condições de respeito às conquistas trabalhistas dos assalariados rurais, uma vez que suas atividades em diversas e fragmentadas propriedades rurais poderiam ser formalizadas em um único contrato de trabalho de maior duração. Segundo esta perspectiva, portanto, os consórcios ou condomínios poderiam estabelecer as bases de um novo consenso no complexo citrícola, menos restritivo que aquele imposto pelas

agroindústrias a partir de meados da década de 1990 (Almeida, 2002). Por outro lado, segundo interpretação e prognóstico especialmente de sindicatos ligados à Feraesp, os consórcios ou condomínios de empregadores rurais poderiam tornar-se apenas mais uma fachada para a reprodução das péssimas condições de vida e trabalho dos assalariados rurais citrícolas e da burla de encargos sociais e trabalhistas. Segundo esta perspectiva, os *gatosórcios* ou *gatomínios* poderiam tornar-se regra, apenas cobrindo de verniz a continuidade da super-exploração dos trabalhadores rurais do complexo citrícola.

Na medida em que a disseminação de consórcios ou condomínios de empregadores rurais não foi homogênea, ambas as interpretações tiveram evidências ao longo dos anos 2000 que as corroboraram. Em uma primeira aproximação, destaca-se o fato de que os valores pagos em salário, encargos compulsórios e medidas de adequação às normas referentes a equipamentos e estruturas no local de trabalho aumentaram aproximadamente 160% entre 2002 e 2009, de R$0,84 para R$2,19 por caixa em média (Neves, 2010). Um aumento desta magnitude não pode ser explicado somente por fatores gerais do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000 e aponta para uma maior efetividade de direitos trabalhistas básicos na citricultura, decorrente do novo ordenamento jurídico da contratação de mão de obra no setor. Soma-se a isso a verificação, em casos determinados, de formação de *pools* de venda às indústrias, com melhores preços por caixa de laranja, a partir de relações estabelecidas em condomínios de empregadores rurais, demonstrando a possibilidade de novos recursos de organização e aglutinação de citricultores se converterem pontualmente em maior poder de barganha (Almeida, Botta Ferrante, Paulillo, Bergamasco, 2007).

Em contraponto, verifica-se também a existência de consórcios com práticas espúrias, organizados por antigos *gatos* já atuantes desde as "cooperativas". Em tais casos os consórcios contribuem em pouco ou nada com a organização de citricultores, na medida em que são formados e dirigidos como qualquer empresa terceirizada de arregimentação de

mão de obra[55]. Investigações promovidas pelo Ministério Público do Trabalho no âmbito de um Expediente Administrativo instaurado em 2007 verificaram a permanência ou mesmo deterioração de relações de trabalho precárias na citricultura posterior à disseminação de consórcios e condomínios de empregadores rurais com tal formato. De acordo com o sindicato dos empregados rurais de Bebedouro, só no ano de 2006 foram movidas mais de 600 ações trabalhistas contra consórcios, baseadas em reclamações quanto a descontos no pagamento referentes ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, descontos no pagamento referentes a encargos sociais e trabalhistas de responsabilidade do empregador, não recebimento de horas in itinere, não recebimento de horas extras, etc. (Barbosa, 2007). Inserem-se neste contexto as contínuas evidências de péssimas condições de vida e trabalho no setor, ecoadas em reportagens recentes:

> "Cerca de 3.000 trabalhadores na lavoura de laranja estão ganhando menos que o salário mínimo (R$ 380), não têm equipamentos de segurança e são transportados em veículos precários. Essas foram as principais irregularidades encontradas por uma força-tarefa que fiscalizou nesta semana as lavouras de laranja da região de Araraquara e São Carlos (interior paulista), responsável pela produção de 30% da laranja do país ou 100 milhões de caixas. No total, foram visitadas 50 propriedades em 40 cidades. "*A situação do trabalhador na lavoura da laranja está pior que a do trabalhador da cana*", disse o subdelegado do Trabalho de São Carlos, Antonio Valério Morilas Junior. O presidente da Associtrus (Associação Brasileira de Citricultores), Flávio Viegas, diz que o baixo preço pago pela indústria aos produtores de laranja é o grande responsável pelas irregularidades nos laranjais. A Abecitrus (Associação Brasileira dos Exportadores de Citros) disse que não tem nenhuma responsabilidade nas irregularidades. Segundo Morilas Júnior, 95% dos funcionários aceitaram trabalhar ganhando menos que o salário mínimo. Eles recebem de R$ 240 a R$ 360. (Folha de São Paulo, "Setor de laranja paga menos que 1 mínimo", 21/09/2007)

Importante destacar que tais precárias condições de vida e trabalho dos assalariados rurais seguem ocorrendo não apenas em propriedades de pequenos, médio e grendes

[55] A título de exemplo deste fato, pode-se apontar a seguinte citação: *"Em 18/09/2007 foi iniciada uma fiscalização do Grupo Estadual Rural, acompanhada pela Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, no Sítio de Santa Tereza, zona rural de Matão-SP. No local foram identificados 32 trabalhadores que informaram estar registrados em um Condomínio de Empregadores Rurais, conhecido como 'Laranja Lima'. Identificado, o proprietário da terra, Sr. Luiz Carlos Scopelli, afirmou que tinha 'contratado' o Condomínio, porém não era associado ao mesmo"* (Relatório de Fiscalização, AFTs Consuelo de Lima e Carlos José Correa, 20/9/2007)

produtores de laranjas fornecedores da matéria prima, mas também em pomares próprios das indústrias processadoras de suco. A seguinte reportagem assim o destaca:

> "A maior produtora de suco de laranja do mundo, a empresa Sucocítrico Cutrale, mantinha 32 funcionários em condições precárias de trabalho em sua unidade do município de Itatinga (SP), interior do estado de São Paulo. Os próprios trabalhadores, que atuavam na colheita de laranja denunciaram a situação ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Na manhã desta quarta-feira (14), ao chegar no local, a fiscalização constatou que os 32 habitavam uma única residência. Ela estava em péssimas condições de higiene e conforto, sem existência de vestiários, cozinha, ventilação e iluminação adequada. Além disso, pagavam R$ 24 por dia pela alimentação e recebiam salários de apenas R$ 620. Os trabalhadores, que vieram dos estados de Sergipe e Maranhão, chegaram em setembro na região, já endividados pelas despesas de transporte e alimentação. De acordo com o procurador da Justiça do Trabalho, Luis Henrique Rafael, a Cutrale é responsável por toda a situação. '*Quando ela faz a contração de trabalhadores de outros estados, existe uma instrução normativa do Ministério do Trabalho obrigando que o registro da carteira seja feito no estado de origem do funcionário. Isso garante que os trabalhadores, durante a viagem, sejam protegidos pelo contrato de trabalho e tenham benefícios se acontecer algum acidente. Porém, ela aceitou essa situação e não fiscalizou. Por isso, é responsável pelas condições degradantes do alojamento'*. Após o flagrante, a empresa se comprometeu a indenizar os trabalhadores. Eles retornarão aos seus estados e receberão as verbas decorrentes da rescisão do contrato de trabalho" (TV Tem, "Ministério do Trabalho encontra irregularidades em alojamentos de trabalhadores rurais", 13/09/2011).

Neste contexto, ganhou força política a partir do final da década de 2000 no interior do MPT e de sindicatos dos empregados rurais uma segunda alternativa de organização do mercado de trabalho na citricultura: o retorno à contratação direta, por parte das indústrias, da mão de obra utilizada na colheita tanto em seus pomares próprios, quanto nos de seus fornecedores. Neste sentido, um conjunto crescente de processos passou a responsabilizar as agroindústrias citrícolas por irregularidades trabalhistas encontradas em propriedades de seus fornecedores de matérias primas, com base nos seguintes argumentos jurídicos: 1) Todas as formas de contratação da mão de obra assalariada rural na citricultura posterior ao fim do contrato padrão (sejam elas cooperativas, condomínios, etc.) correspondem a terceirizações de atividade fim por parte das indústrias de suco de laranja, o que é vedado pela legislação brasileira como já mencionado acima. Na medida em que a produção de

sucos cítricos é indissociável da colheita da fruta (uma atividade não periférica, mas essencial ao processamento agroindustrial), o vínculo empregatício estabelece-se com o beneficiário final dos serviços e não pode ser interposto por terceiros[56]; 2) Todas as transformações no mercado de trabalho posteriores ao fim do contrato padrão não alteraram a subordinação das atividades rurais citrícolas às diretrizes estabelecidas pelas agroindústrias. Na medida em que o regular funcionamento da indústria processadora exige que o fornecimento da matéria prima se realize em todos os aspectos fundamentais sob seu poder diretivo, o vínculo de subordinação estende-se a quem realmente determina o modo e ritmo da execução dos serviços[57]; 3) Paralisações na compra da fruta determinadas

[56] A título de ilustração das noções jurídicas de atividade-fim e atividade-meio e de sua aplicação no complexo citrícola, pode-se fazer a seguinte citação: *"Os serviços de colheita de laranja, prestados em propriedades rurais da reclamada [Sucocítrico Cutrale Ltda.] ou não, integram a atividade fim da empresa que tem por objeto a industrialização de suco, formando-se vínculo empregatício. (...) '*Atividades fim podem ser conceituadas como as funções e tarefas empresariais e laborais que se ajustam ao núcleo da dinâmica empresarial do tomador de serviços, compondo a essência dessa dinâmica e contribuindo inclusive para a definição de seu posicionamento e classificação no contexto econômico. Por outro lado, atividades meio são aquelas funções e tarefas empresariais e laborais que não se ajustam ao núcleo da dinâmica empresarial do tomador dos serviços, nem compõem a essência dessa dinâmica ou contribuem para a definição do seu posicionamento no contexto econômico e empresarial mais amplo. São, ilustrativamente, as atividades referidas pela Lei. 5.645/70: transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras assemelhadas' *(Maurício Godinho Delgado, Curso de Direito do Trabalho, Ed Saraiva, pags. 436-437). No caso em tela, a recorrida tem por objeto a indústria, comércio, importação e exportação de produtos e sucos hortifrutícolas em geral, seus derivados, sub-produtos e resíduos. Dessa forma a colheita da laranja não pode ser considerada atividade 'periférica' ou 'instrumental' da empresa, mas 'nuclear' à dinâmica da reclamada, que não pode prescindir do acompanhamento e da coordenação do processo de colheita, sob pena de comprometer a qualidade final de seus produtos"* (Decisão 034446/2004, TRT 15ª R., 10/9/2004, proc. 0809-2003-027).

[57] A título de exemplo do poder das agroindústrias sobre os produtores da matéria prima e sobre os assalariados rurais do setor, pode-se fazer a seguinte citação: *"O contrato de compra e venda está permeado por diversas normas que não são próprias do ajuste de vontades, ao contrário, são incompatíveis com ele. São normas pertinentes à determinação do sistema de produção, regras de procedimento baixadas unilateralmente pelo empreendedor para serem cumpridas pelos seus empregados. Trata-se de inequívoco exercício de poder diretivo, próprio da relação empregatícia. A realidade apurada por esta fiscalização é a de que a CITROVITA exerce verdadeiro poder diretivo sobre o 'vendedor' e sobre quem quer que seja contratado por este para ajudá-lo a cumprir o contrato. Não importa se o 'vendedor' contrata diretamente trabalhadores ou utiliza novamente intermediação de mão de obra com empreiteiros, condomínios ou terceiros, pois as regras laborais já estão pré-estabelecidas no próprio contrato de compra e venda dos frutos. Inequívoco poder diretivo próprios das relações de emprego, pois controla o cotidiano do labor, determinando quando, onde e de que modo as laranjas devem ser colhidas. Tudo estipulado em contrato que, todavia, assume o nome fantasioso de compra e venda. (...) A CITROVITA, como real detentora dos meios de produção e do sistema produtivo, é a empregadora de fato dos colhedores encontrados no local. Como empregadora tinha o dever de registrar os mesmos. Entretanto não o fez, conforme as alegações e os contratos apresentados"* (Auto de infração n. 01361117-8, AFT Guilherme C. de Oliveira, 29/8/2007)

unilateralmente pelas indústrias processadoras têm impacto direto sobre o emprego de milhares de colhedores. Na medida em que a continuidade e a descontinuidade do processo de trabalho são por elas impostas, o real vínculo de subordinação do empregado rural é para com as agroindústrias[58]; 4) Ainda que a conclusão da venda das frutas só se realize no momento em que são entregues às indústrias processadoras, estas asseguram-se, através do contrato de compra e venda, da propriedade de todas as laranjas nos pomares de seus fornecedores, impedindo-os terminantemente de vendê-las a outros. É, portanto, patente o descompasso entre a exigência agroindustrial de direitos sobre o produto final da atividade assalariada rural e seu esforço por abster-se dos direitos sociais e trabalhistas nela envolvidos[59].

Esta ofensiva política-jurídica culminou em uma ação civil pública endossada em fevereiro de 2010 por sete procuradores do MPT de diferentes regiões do estado, exigindo a contratação direta, por parte das indústrias, de toda a mão de obra utilizada na colheita da

[58] A título de exemplo, pode-se destacar a esse respeito um processo de 2008 contra Cutrale, Louis Dreyfus, Citrovita e Citrosuco. No caso em questão os representantes dos empregados rurais alegaram que as indústrias haviam determinado a paralisação parcial ou total de colheitas de laranja dos produtores contratados, deixando colhedores sem trabalho e sem salário. Os representantes dos citricultores confirmaram que as paralisações parciais ou totais das colheitas haviam sido determinadas pelas indústrias, sem qualquer informação prévia ou negociação. As indústrias, por sua vez, afirmaram inexistirem paralisações ou diminuições de recebimento da fruta e alegaram não ter qualquer responsabilidade trabalhista para com os colhedores contratados por seus fornecedores de matéria prima. O juiz da Vara do Trabalho de Taquaritinga assim se colocou a respeito: "*A conduta das requeridas é abusiva. Provocam de forma direta a iniciativa dos produtores de plantar os frutos, manter os pomares segundo as especificações da indústria e contratar colhedores para safra, mediante pagamento por produção, e decidem, unilateralmente, tomar posição que retira dos empregados a possibilidade de trabalhar e auferir renda mensal. A conduta é ilícita, pois excede manifestamente os limites impostos pelo fim social do direito de propriedade e pela boa-fé, transferindo o risco do empreendimento aos trabalhadores, e reduz o trabalho de modo a afetar sensivelmente a importância dos salários*" (Decisão 090008/2008, TRT 15ª R., 22/8/2008)

[59] A título de exemplo do modo como este descompasso figura como argumento em decisões judiciais recentes, pode-se citar o seguinte trecho: "*Para fins ilustrativos, este relator destaca o contrato no qual a reclamada COIMBRA-FRUTESP, em abril de 2001, comprometeu-se a adquirir 100% das laranjas produzidas pelo senhor Valmi Blanco Machado durante as safras de 2002/2003, 2003/2004 e 2004/2005. A venda efetiva, porém, só se realizou no momento em que a produção foi entregue a uma das unidades da reclamada, localizada em Matão e Bebedouro. Esse é o chamado truck system ou 'posto sobre rodas na origem', enquanto que, com relação ao trabalho na colheita, referido pacto estipula que o vendedor (produtor rural) será o único responsável pelos trabalhadores e eventuais prepostos que vier a contratar. Ou seja, é patente aí uma grande contradição, pois, à medida que a indústria de suco vai arrendando e fiscalizando as terras e pomares para sua produção de suco concentrado e congelado, suas responsabilidades sociais – e porque não financeiras também? – vão sendo jogadas à própria sorte dos pequenos produtores*" (Decisão 042594/2004, TRT 15ª R., 9/1/2004, proc. N. 0309-2003-027)

laranja em São Paulo e o pagamento de indenização no valor de R$400 milhões em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Até o momento, a pressão sobre as agroindústrias conseguiu que ao menos em seus pomares próprios a contratação de mão de obra se realize diretamente, sem mediação de condomínios ou quaisquer outras formas de intermediação. O julgamento da exigência desta contratação também nos pomares de pequenos, médios e grandes produtores de laranja fornecedores de matéria prima, contudo, encontra-se atualmente em suspenso devido a alegação por parte das indústrias processadoras de suco de laranja de que a juíza responsável estaria sendo parcial na condução do processo. A análise de tal alegação em instâncias superiores impede por ora a conclusão da ação.

É provável que neste momento tornem-se mais uma vez evidentes os limites da *judicialização da luta de classes* que, como mencionado acima, vem marcando o complexo citrícola (dentre outros) desde meados da década de 1990. A referida ação civil pública, assim como o mencionado processo no CADE contra a formação do cartel agroindustrial citrícola, esbarram na grande capacidade de pressão das indústrias processadoras sobre os canais institucionais da ordem política e jurídica vigente. Ainda que alguns destes canais possibilitem acúmulos significativos à luta dos trabalhadores, o poder sobre o Estado como um todo segue nas mãos do capital. Em tal contexto, a conquista das demandas que estão na ordem do dia neste e em outros complexos depende da recuperação da capacidade de questionamento, através da mobilização coletiva das massas de trabalhadores, do ordenamento institucional orquestrado pelo Estado e pela burguesia agroindustrial[60].

[60] Uma amostra da capacidade de pressão da burguesia agroindustrial sobre o Estado é oferecida pelos recursos doados apenas pela Sucocitrico Cutrale Ltda. para campanhas eleitorais. Em 2006, ano das apreensões da Polícia Federal na Operação Fanta, a Cutrale foi responsável pela maior doação de uma só empresa à campanha de Lula à presidência, no valor de R$4 milhões (http://www1.folha.uol.com.br, "Setor bancário deu maior doação à campanha de Lula", 29/11/2006). Em 2010 realizou a décima segunda maior contribuição entre empresas para a campanha de Dilma Rousseff, no valor de R$ 1.788.693,36. (http://blogs.estadao.com.br/vox-publica, "Metade do financiamento da campanha de Dilma vem de apenas 27 empresas", 01/12/2010). No que toca às demais candidaturas, em 2006 as doações oficialmente registradas pela empresa à campanha de 42 candidatos somaram R$1.933.500,00 (Revista Fórum, "Deputados favoráveis à CPI do MST receberam doações da Cutrale", 27/10/2009). Em 2010, as doações oficiais da empresa para 10 candidatos somaram R$1.890.000,00 (Castilho, 2012, p.148)

De qualquer modo, os trinta anos de guerras de movimento e guerras de posição entre as classes que compõem o complexo citrícola deixam claro que *permanecem ali abertos os dilemas decorrentes da subordinação formal do trabalho assalariado ao capital*. Para Marx, em sentido geral tal subordinação ocorre quando as condições objetivas e subjetivas do trabalho (respectivamente, meios de produção e meios de subsistência) estão plenamente separadas do trabalhador e se lhe opõem enquanto propriedade privada do capitalista, de modo a se estabelecer uma relação de dependência essencialmente econômica entre aquele que vende sua força de trabalho e aquele que a compra. Em sentido restrito, a subordinação formal do trabalho assalariado ocorre quando, no interior desta relação de dependência econômica geral, o capital ainda não domina toda a forma social da produção. Ou seja, quando o processo de trabalho segue uma função somente do dispêndio de energia física e do saber-fazer do trabalhador e ainda não foi transformado tecnicamente pela aplicação sistemática e consciente das ciências naturais físicas, químicas e biológicas (Marx, 1971). Por um lado, a subordinação formal do trabalho assalariado ao capital permite a este alterar a continuidade, a escala e a intensidade do processo produtivo, aumentando o excedente econômico a sua disposição pelo prolongamento do tempo de trabalho ou pela redução da remuneração oferecida. Por outro lado, a mesma relação permite ao trabalhador manter relativo controle sobre o andamento de sua atividade, aumentando seu poder face ao capital a partir da centralidade que seu saber-fazer e seu dispêndio de energia física possuem sobre o processo produtivo como um todo. Estabelece-se, assim, um dilema ao capital: a exploração do trabalho formalmente subordinado é significativamente mais transparente à consciência do trabalhador e, ao mesmo tempo, é grande a capacidade deste de impactar ou paralisar todo o processo produtivo.

Historicamente, a resposta do capital a este dilema foi a transformação técnica do processo de trabalho. Ao tornar o aumento de produtividade uma função de inovações mecânicas, químicas e biológicas aplicadas à produção e não mais uma função do saber-fazer e do dispêndio de energia física dos trabalhadores, o capital foi capaz de aumentar o excedente econômico a sua disposição sem se basear unicamente no prolongamento do tempo de trabalho e na redução da remuneração paga aos assalariados. Ou seja, ao assumir

maior controle técnico sobre o processo produtivo como um todo, o capital foi capaz de diminuir sua vulnerabilidade econômica e política imediata às massas de trabalhadores a ele subordinadas.

Na citricultura, transformações técnicas significativas ocorreram nas últimas décadas no plantio e nos tratos culturais. Até o início da década de 1990 estas atividades eram conduzidas em São Paulo de modo parcialmente quimificado e motomecanizado: o preparo do terreno (aração e gradagem) era realizado quase totalmente com trator, enquanto o plantio propriamente dito era realizado manualmente e os tratos culturais (capina, adubação, tratamentos fitossanitários) tanto manualmente, quanto com tratores, implementos e herbicidas. As transformações técnicas ocorridas até então fizeram com que a participação relativa da mão de obra envolvida nestas fases do processo produtivo caísse de 44% em 1974/75, para 26% da força de trabalho total empregada na citricultura paulista em 1991/92 (Baptistella, Vicente, Nogueira, Gatti, 1994). Ao longo da década de 1990 novas transformações técnicas significativas foram introduzidas: o plantio passou a ser realizado com auxílio de equipamentos (sulcadores de cana), enquanto os trabalhos de controle do mato nas ruas, linhas e em torno das plantas foram realizados em escala crescente com trator e implementos ou com herbicidas e o tratamento fitossanitário com novos equipamentos mais eficientes, como o pulverizador atomizador (Baptistella, Vicente e Amaro, 2001). Somadas a um maior descaso relativo na realização dos tratos culturais por parte dos fornecedores de matéria prima devido a suas precárias condições econômicas posteriores ao fim do contrato padrão, estas alterações técnicas causaram quedas significativas no volume de mão de obra exigido nestas fases ao longo da década de 1990: no preparo do terreno e plantio houve entre 1989/90 e 1999/2000 uma queda de 40% na demanda de mão de obra comum, enquanto nos pomares em formação (segundo a quarto ano pós-plantio) a redução foi de 80% para a mão de obra comum e 40% para tratoristas (Camargo, 2007). Na década de 2000 mantiveram-se as tendências anteriores, com destaque para o fato de que 97,5% dos pés capinados na safra 2004/05 o foram com trator e implementos ou com herbicidas. Como resultado das transformações nas últimas duas décadas, a participação relativa da mão de obra envolvida na preparação do terreno, no plantio e nos tratos culturais caiu de 26% em 1991/92, para 15,8% da força de trabalho

total empregada na citricultura paulista em 2004/05 (Baptistella, Fredo, Olivette, Vicente, Francisco, 2008).

As atividades de colheita seguiram, contudo, totalmente manuais, ocupando atualmente por volta de 80% da força de trabalho total empregada na citricultura paulista. Apenas na fase de transporte das laranjas já colhidas houve a implantação de veículos dotados de equipamentos capazes de suspender até a carroceria dos caminhões *bags* de 500 kg, prescindindo da mão de obra de carregadores manuais. Apesar de já existirem soluções técnicas para a mecanização da retirada do fruto dos laranjais nos Estados Unidos, sua transposição para a citricultura brasileira mostrou-se até o momento inviável. Em primeiro lugar, porque em nosso parque citrícola convivem diversas variedades de laranja com ritmos diferenciados de florada e maturação, o que cria dificuldades técnicas específicas. Em segundo lugar, porque os altos custos da maquinaria hoje disponível no mercado são incompatíveis com as condições econômicas da quase totalidade dos fornecedores de laranjas às agroindústrias. Devido a isto, o capital agroindustrial citrícola foi incapaz de seguir a tendência de outros complexos (canavieiro, algodoeiro, cafeeiro, etc.) no início da década de 1990 de superar por meio da mecanização completa do processo produtivo os dilemas políticos e econômicos impostos pela massa de trabalhadores rurais manuais exigida na cadeia produtiva[61]. De fato, como já destacado, neste período o capital agroindustrial canavieiro superou os dilemas impostos pela subordinação formal do trabalho assalariado rural especialmente por meio da mecanização crescente de sua colheita. Para os cortadores de cana, isto limitou de forma irreversível seu controle sobre o processo de trabalho. Para o capital, por outro lado, isto lhe possibilitou diminuir sua vulnerabilidade face as mobilizações de trabalhadores rurais manuais a ele subordinados e aumentar sua capacidade de determinar a intensidade do trabalho sem aumento de custos, a partir dos ritmos e parâmetros impostos pelo maquinário na lavoura e na planta fabril.

[61] A título de ilustração da expectativa quanto a isto no início da década de 1990, pode-se destacar a seguinte citação: *"Recentemente, nos Estados Unidos os robôs entraram de forma intensiva na colheita da laranja e com ganhos enormes de qualidade. Através das células foto-elétricas os mesmos só colhem as laranjas maduras. Muito provavelmente, em breve, chegarão ao Brasil como freio às reivindicações dos trabalhadores, a exemplo do que ocorre no caso das máquinas colhedeiras de cana, apesar das perspectivas de queda de venda ao produto no mercado americano"* (Rossini, 1993, p. 4).

Seguindo uma via distinta, as agroindústrias citrícolas buscaram minimizar sua vulnerabilidade face ao enorme contingente de trabalhadores rurais manuais necessários à colheita através de contínuas metamorfoses nas formas de contratação da mão de obra. A pluralidade e concomitância de vários formatos de intermediação irregular (*gatos*), de consórcios ou condomínios de empregadores rurais e de vínculos empregatícios diretos entre colhedores e agroindústrias vêm colocando a serviço destas uma força de trabalho fragmentada e enfraquecida.

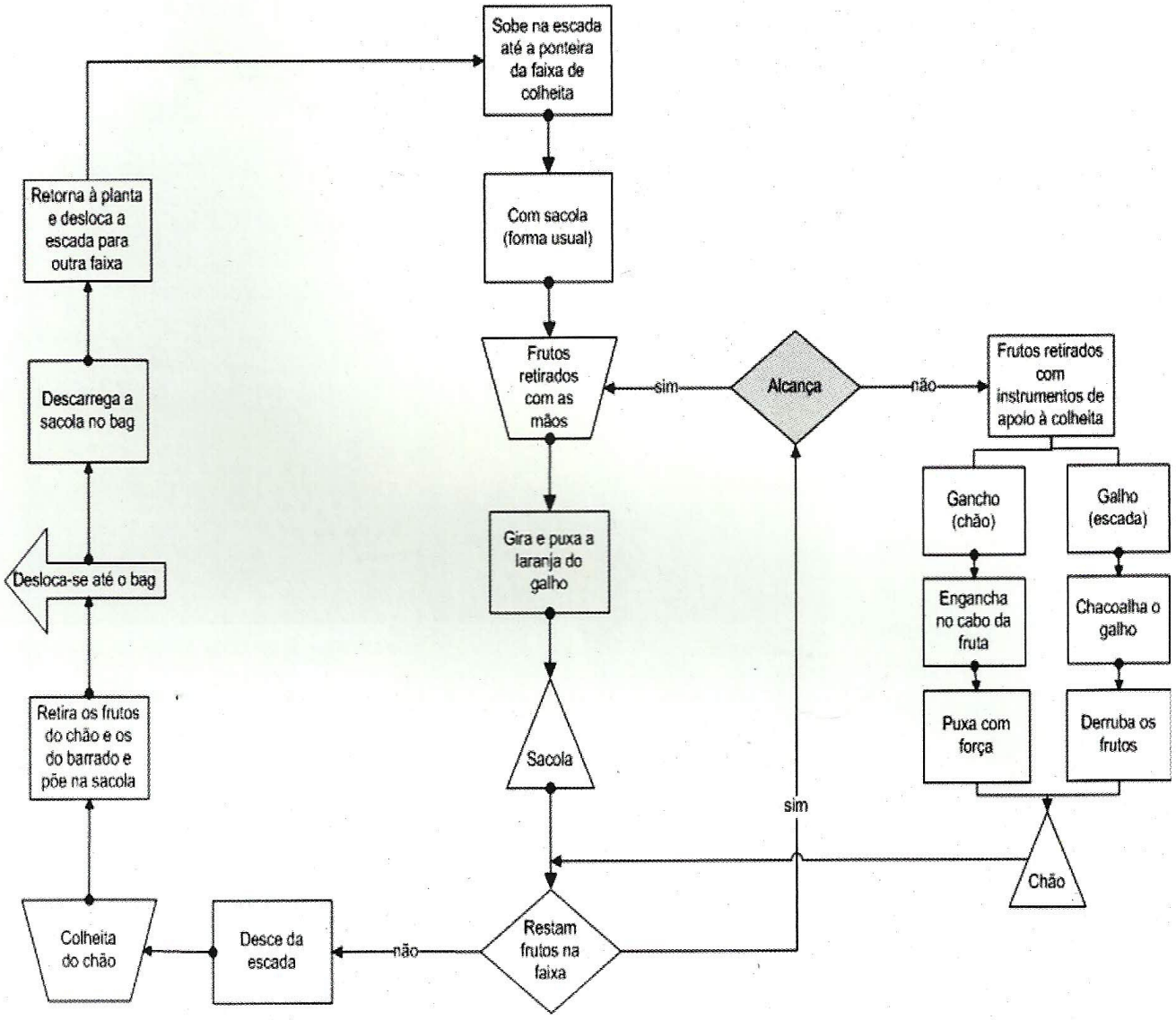
A estas múltiplas mediações de domínio sobre os colhedores, acresce-se a perspectiva de sofisticação dos instrumentos de controle sobre os ritmos e movimentos do trabalho no eito. Em primeiro lugar, novas tecnologias de seleção e organização da mão de obra volante implicaram em um crescimento da produtividade física e em uma intensificação da jornada de trabalho dos colhedores de laranja ao longo da década de 1990. Graziano assim descreve tais novas tecnologias e suas conseqüências para o cotidiano de trabalho na citricultura:

> "Antes os trabalhadores eram contratados e avaliados conjuntamente, em grupos (turmas). Hoje, com a introdução do computador, os colhedores são controlados individualmente, possibilitando aos patrões selecionarem aqueles que são mais produtivos ao final da semana, quando normalmente ocorre o pagamento, dispensando os que se situam abaixo da média. Com isso, consegue-se empurrar continuamente a média para cima, intensificando-se a jornada de trabalho de todo o grupo sem a necessidade de se lançar mão das tradicionais formas de estimular a competitividade através da premiação dos melhores" (Graziano, 1999a, p. 252)

Ademais, se atualmente as técnica do trabalho seguem de modo geral transmitidas aos colhedores informalmente por meio do empreiteiro ou de colegas de trabalho (Lopes et al., 2000), há indícios de esforços por parte das agroindústrias de sistematização deste saber-fazer, com vistas a "racionalizar" o desgaste físico do trabalhador e "educá-lo" no sentido de uma maior produtividade. A citação e o fluxograma a seguir assim o apontam:

> "A colheita manual é ainda a técnica mais utilizada nas propriedades citrícolas nacionais, embora já existam iniciativas para a colheita mecanizada e semi mecanizada. O processo manual exige grande quantidade de mão de obra e representa 44% do custo total de produção de citros, logo existe um grande potencial de redução de custos para esta tarefa com o desenvolvimento de métodos que aumentem a eficiência do trabalho de colheita e proporcionem maior segurança para sua execução" (Costa e Camarotto, 2010a)

Fluxograma da atividade: colheita manual de laranja



(Fonte: Costa e Camarotto, 2010b)

Tais iniciativas não foram até o momento, contudo, capazes de superar os dilemas decorrentes da subordinação formal do trabalho assalariado rural na citricultura. As agroindústrias seguem dependentes de uma enorme quantidade de trabalhadores manuais para a colheita e, portanto, seguem vulneráveis a sua pressão social e política. Ainda que a fragmentação nas formas de contratação tenha sido capaz de diminuir drasticamente o número de trabalhadores sindicalizados e de paralisações no trabalho, aumentando o poder agroindustrial sobre a lavoura, as processadoras de suco de laranja concentrado e congelado permanecem insatisfeitas com o poder de barganha alcançado pelas massas de assalariados rurais através de canais políticos-jurídicos[62]. Continua, portanto, uma demanda em aberto do capital agroindustrial citrícola a mecanização da colheita (Ribeiro, 2011). Assim o ilustra a seguinte descrição dos mais recentes avanços técnicos neste sentido apresentados aos citricultores paulistas:

> "Recentemente [na Agrishow 2008] foi disponibilizada para os citricultores uma colhedora de laranjas específica para as características das lavouras das lavouras nacionais. Essa colhedora foi totalmente desenvolvida no Brasil e é fruto de um grande investimento em pesquisa e desenvolvimento ao longo dos últimos dez anos. O sistema de colheita movimenta a copa da planta em sentido vertical permitindo a retirada dos frutos com facilidade e todas as funções são comandadas por um operador através de um display de LCD na cabine. Em testes, a máquina chegou a colher 800 caixas peso (40,8kg) de laranja por hora e pode reduzir em 30% os custos de colheita da laranja para suco. Com base na estimativa de que um homem colhe em média 39,8 caixas de 40,8 kg por dia, uma máquina pode realizar, em média, o trabalho de 161 homens" (Baptistella, Fredo, Olivette, Vicente, Francisco, 2008)

[62] A produção teórica-política mais alinhada às agroindústrias assim o coloca: "*Outro desafio na gestão citrícola reside na transformação do perfil do quadro funcional, tanto na educação quanto nos aspectos comportamentais e conceituais. A legislação trabalhista, conservadora e paternalista, contribui para a inibição da criatividade, em que relações inovadoras e vantajosas na relação capital X trabalho poderiam estar sendo praticadas com ganhos para ambos: empregador e empregado*" (Neves, 2005, p. 108). "*A citricultura ainda utiliza intensamente mão de obra, principalmente na etapa de colheita. Por isso, os aumentos concedidos ao salário mínimo tendem a onerar os custos de produção, reduzindo as margens da atividade. Em outubro de 1994, pouco tempo após o início do plano real, o salário mínimo era de R$70,00 e a caixa de laranja destinada à indústria era cotada a R$2,92. O último aumento de salário mínimo, em janeiro de 2010, levou o mesmo a R$510, uma elevação de 628% no período, enquanto o preço médio da caixa de laranja entregue para a indústria era cotado a R$7,70, valorizando 253%.*" (Neves, 2010, p. 65).

- *Reestruturações no interior da agroindústria citrícola e subordinação real do trabalho assalariado ao capital*

Em paralelo às transformações na relação entre os fornecedores de matéria prima e os trabalhadores assalariados rurais com as agroindústrias citrícolas, mudanças significativas ocorreram também no espaço fabril onde se dá o processamento do suco de laranja. Como veremos, estas mudanças tiveram grande impacto sobre assalariados industriais do complexo.

Como já destacado no capítulo anterior, os anos 1990 foram marcados por uma crise no campo brasileiro em geral e em muitos de seus principais complexos agroindustriais em específico. No complexo citrícola em particular, tal crise esteve relacionada com um novo cenário de decrescente acesso do produto brasileiro ao mercado norte americano, de ascensão de novos concorrentes e de queda no preço do suco de laranja concentrado congelado (SLCC) no mercado internacional de *commodities*. Como já mencionado, a resposta política e econômica a esta crise por parte dos capitais agroindustriais em geral foi uma ampla reestruturação do processo e das relações produtivas, com vistas à forte diminuição de custos e à recuperação de seu poder colocado em xeque pela mobilização dos trabalhadores. No complexo citrícola em específico, tal reestruturação envolveu o repasse mais que proporcional aos produtores de laranja do ônus da queda do SLCC no mercado internacional e as metamorfoses do mercado de trabalho assalariado rural. Envolveu também, no chão da fábrica, o aumento da terceirização, o aumento da automação, alterações na hierarquia administrativa e transformações nos mecanismos políticos-ideológicos de seleção e treinamento dos operários. Alves e Almeida assim apontam o vínculo entre a crise dos anos 1990 e as transformações no chão da fábrica no interior do complexo citrícola:

> "Já a partir da década de 90 a citricultura não acompanhou as expectativas positivas das décadas anteriores. Pode-se apontar as causas principais: o aumento de produção dos pomares da Flórida; queda dos preços internacionais da *commodity*; crescimento produtivo de nações concorrentes potenciais como Israel, Espanha, Marrocos, México; criação do NAFTA (Acordo Geral de Livre

> Comércio da América do Norte), com conseqüentes facilidades à produção mexicana e sobretaxação ao nosso produto; estagnação do mercado europeu. A consequência foi a intensificação do processo de terceirização nas empresas processadoras de suco concentrado de laranja, objetivando principalmente a redução de custos, estimulado pelo processo de racionalização empresarial num contexto de globalização econômica neste final de século e pelas transformações na organização da produção a nível mundial" (Alves e Almeida, 1999)

Em paralelo a este cenário econômico, o início da década de 1990 foi também pontuado por paralisações no interior das agroindústrias citrícolas paulistas. Dentre estas destacam-se primeiramente as greves dos trabalhadores das indústrias de suco de Matão em 1990. Neste ano constituiu-se o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Matão e a primeira greve por ele dirigida iniciou-se em 11/07/1990, quando os trabalhadores do processamento de laranjas e os motoristas que transportavam as frutas paralisaram parcialmente a unidade da Frutropic no município. Os trabalhadores rejeitaram o reajuste de 22% proposto pela indústria, argumentando que até aquele mês a inflação já ultrapassara 180%. Foram, contudo, obrigados a aceitar a proposta após três dias de paralisação, quando os motoristas de caminhões, orientados por seu próprio sindicato, retornaram ao trabalho (Jornal A Comarca, "Greve na Frutropic", 14/07/1990; "Greve relâmpago da Frutropic", 21/07/1990). Em 21/09/1990 iniciou-se uma nova greve, deflagrada pelos motoristas que transportavam as frutas à Citrosuco de Matão. À época contratados diretamente pela empresa, os condutores reivindicavam aumento salarial de 106%, enquanto a empresa propunha 22%. Em 28/09/1990 todos os trabalhadores da linha de processamento da empresa aderiram em solidariedade à paralisação, ficando somente o setor administrativo da fábrica em funcionamento. Após duas semanas de greve, esta perdeu força quando uma vez mais os motoristas decidiram retomar o transporte de frutas (Jornal A Comarca, "Greve paralisa parcialmente a Citrosuco", 29/09/1990). Um dirigente sindical à época assim descreve o desenrolar dos acontecimentos:

> "Em 1990 ocorreu aqui uma greve deflagrada pelos trabalhadores que pertencem ao sindicato dos condutores de veículos aqui de Matão. Na Citrosuco paulista existia na época o setor de transporte, tinha frota de caminhão da empresa e por questões salariais e outras reivindicações internas não atendidas pela empresa, foi deflagrada a greve. Foram duas semanas de paralisação. Na primeira semana, os trabalhadores do segmento da alimentação foram solidários aos trabalhadores do setor de

transporte, porque se trata da mesma empresa. Após a realização duma assembléia, foi decidido que nós apoiaríamos a greve dos motoristas. [...] Nós acampamos, todo mundo dormindo na porta da fábrica. A empresa usou na época de todos os meios pra registrar esse evento, pra depois tomar uma posição em relação a possíveis demissões, isso a gente já esperava. Além disso, eu me lembro muito bem, a empresa contratou uma aparelhagem de som muito pesada, caixa de som em cima de caixa de som, dizendo pro pessoal retornar a empresa, que não havia razão de continuar a greve, que a empresa tava de portas abertas, que a empresa estava disposta a dialogar como sempre esteve, que não haveria nenhum tipo de punição, nem nada. Mas o nosso maior problema ainda foi outro: apesar de todos parados na alimentação, o foco eram as demandas dos motoristas. Quando se pensou que nós iríamos avançar greve afora e buscar reivindicações, nós percebemos que começou a esvaziar o interesse dos motoristas, a participação dos motoristas. No dia que eles resolveram acabar com a greve mesmo, eles vieram escoltado pela polícia. Vinha bastante ônibus de Araraquara, cerca de oito ônibus ou mais. Estacionaram os ônibus do lado da empresa, um por um com escolta policial, e o pessoal foi descendo do ônibus. Aí nesse momento, a gente da alimentação não tinha o que fazer, né? No comando eu disse pro pessoal que insistia em ficar: '*Companheiros, agora não tem mais o que fazer. Os donos da greve, os motoristas, já entraram. Por que nós vamos ficar aqui? Nós fomos solidários e agora ficamos solitários. Não tem como, vamos entrar todo mundo e seja o que Deus quise*r'. Já no decorrer do primeiro dia de retorno ao trabalho foram feitas as primeiras demissões, não foram poucas pessoas. Isso amedrontou, atrapalhou o movimento sindical" (Dirigente sindical dos trabalhadores da indústria de alimentação, Matão, 07/2012) [63]

[63] Embora tenham sido derrotadas, estas greves contribuíram para a construção de articulações entre diferentes frações da classe trabalhadora na região. Um dirigente sindical assim o explicita, comentando o posterior apoio do sindicato dos trabalhadores da indústria da alimentação de Matão à já mencionada greve dos colhedores de laranja em 1993: "*Embora a gente tenha levado o balão dos motoristas, o fato de ter acontecido essa greve aqui nos ajudou a compor em Matão no começo dos anos 1990 uma intersindical, uma comissão dos sindicatos independentemente da categoria representada. A gente se organizou pra que na hora que eu precisasse do apoio aqui, todos viriam pra alimentação. Na hora que o rural precisasse, todos nós iríamos lá pro rural apoiar. Inclusive nós já participamos de greve dos trabalhadores rurais. No começo dos anos 1990 houve trabalhadores rurais da citricultura revoltados com o tratamento e o preço da diária, o pessoal se rebelou e fizeram greve. A gente foi lá em solidariedade, teve diretor nosso aqui que apanhou da polícia, levou borrachada, foi levado pra delegacia. Nós paramos ali na estrada da fazenda Cambuhí, naquele tempo nós tínhamos um caminhão de som que nós emprestamos pra eles. Periodicamente nós fazíamos reuniões pra tratar dos assuntos correlatos, pra entender a cadeia produtiva até chegar aqui no produto já industrializado. Foi uma experiência boa, em que a gente partilhava. A gente sabia como tava o andamento lá no rural, nós sabíamos como tava o andamento das negociações e outras reivindicações no metalúrgico e eles ficavam sabendo da gente aqui*" (Dirigente sindical dos trabalhadores das indústrias de alimentação, Matão, 07/2012)

Em 1994 ocorreu a maior greve de trabalhadores industriais do complexo citrícola paulista, na Cutrale de Araraquara. O início da safra 1994/95 já fora marcado por pequenas paralisações na unidade. Em 02/08/1994 os motoristas autônomos que transportavam laranja à empresa recusaram-se a descarregar a fruta em protesto contra a defasagem do frete (Folha de São Paulo, "Greve pára 600 motoristas, 04/08/1994; "Carregadores de laranja retornam ao trabalho", 05/08/1994). Em 09/08/1994 e novamente em 30/08/1994, em meio à greve dos colhedores já relatada, assalariados industriais realizaram paralisações-relâmpago, forçando a Cutrale a antecipar as negociações salariais (Folha de São Paulo, "Funcionários da Cutrale fazem greve em Araraquara", 09/08/1994; "Greve atinge 8.000 colhedores de laranja na região de Ribeirão Preto", 31/08/1994). Após 4 negociações fracassadas, os assalariados industriais paralisaram suas atividades por tempo indeterminado em 28/09/1994, reivindicando um reajuste de 137%, enquanto a empresa oferecia 12,66%. Houve confrontos com a polícia e depredações de ônibus em meio a piquetes na porta da fábrica. Após treze dias de greve, manteve-se o impasse e a pauta foi enviada a dissídio no Tribunal Regional do Trabalho de Campinas. A vitória alcançada pelos trabalhadores no TRT foi contrabalançada pela demissão ao final de 1994 de 73 dos 400 funcionários da indústria por participação na mobilização (Folha de São Paulo, "Funcionários param na Cutrale", 29/09/1994; "Polícia de Araraquara entra em choque com trabalhadores em greve", 01/10/1994; "Cutrale demite 73 por paralisação há 3 meses", 21/12/1994). As fotos a seguir mostram momentos de tensão entre os trabalhadores e a polícia em frente à fábrica durante esta greve:





(Fonte: Sindicato dos trabalhadores das indústrias de alimentação de Araraquara)

Neste contexto, ocorreram transformações no interior das agroindústrias citrícolas paulistas que tiveram por objetivo não apenas reduzir custos, mas também aumentar o controle sobre a força de trabalho no chão de fábrica. A partir do final da década de 1980 e em toda a década de 1990, novas segmentações entre os assalariados industriais foram criadas a partir de ***flexibilizações nas relações empregatícias***. Empresas terceiras foram utilizadas na contratação de trabalhadores responsáveis por restaurantes, segurança,

serviços jurídicos, contabilidade, informática, transporte e limpeza, manutenção mecânica e elétrica (Almeida, 2002, p. 76). Paralelamente, parte dos trabalhadores empregados durante os aproximadamente oito meses de processamento de suco (de maio a janeiro) foi submetida ao contrato de trabalho por tempo determinado, estabelecido pela Lei 9.601, de 21/01/1998. Esta nova modalidade de vínculo permitiu às indústrias citrícolas empregar por prazo certo os ajudantes de serviços gerais necessários na safra, esquivando-se de encargos como o pagamento ao trabalhador de multa de 40% do FGTS ao término do contrato (Sant'Anna, 2005). Desde uma perspectiva político-ideológica, estas flexibilizações foram apresentadas como fundamentais à adequação do capital agroindustrial citrícola ao padrão de relação capital-trabalho e à concepção de "racionalidade" administrativa que se impunham globalmente. Paulillo assim caracteriza os aspectos econômicos e políticos destas transformações:

> "Pode-se verificar que a maioria das empresas de processamento alcançaram bons resultados com o sistema de terceirização como barateamento dos serviços e qualidade do produto final; flexibilidade e maior agilidade nas decisões administrativas; modernização dos fornecedores de equipamentos e maquinaria de processamento (por exemplo, aluguel de extratoras ou centrífugas por tempo determinado); desburocratização administrativa e do processo produtivo; maior agilidade com custos fixos menores; manutenção da economia de escala (em algumas empresas se elevou); redução do número de empregados diretos na estrutura produtiva; redução no pagamento de alguns impostos e de encargos sociais de salário; combate às organizações sindicais com a desmobilização dos trabalhadores que anteriormente pertenciam a categorias mais mobilizadas e conseqüente redução do número de trabalhadores sindicalizados" (Paulillo, 1992, p. 16)

Na medida em que o objetivo fundamental da terceirização no chão de fábrica foi a redução de custos, não foi incomum que trabalhadores dispensados pela indústria fossem depois recontratados por empresas terceirizadas com um salário significativamente mais baixo. Trabalhadores sofreram com isso redução drástica em sua remuneração e deterioração de seu vínculo com a empresa para realizar uma atividade similar ou idêntica à que realizavam antes. Multiplicaram-se neste cenário problemas no chão de fábrica: queda da qualidade da mão de obra, aumento do número de acidentes decorrentes de falhas humanas, processos trabalhistas envolvendo não recolhimento de encargos por empresas

terceiras, etc.[64] Em função destas questões ocorreu uma reversão relativa na política de terceirização das indústrias de suco, através da contratação direta de ajudantes de serviços gerais via de regra como safristas. A seguinte citação de um gerente industrial, cuja vida profissional desenvolveu-se integralmente no interior das fábricas de suco de laranja, assim o pontua:

> *"O custo do trabalhador terceirizado caiu?*
>
> Caiu. A estratégia da indústria qual foi? Baixar custo. Então ela pegou um operador que tava trabalhando no mais alto nível, por exemplo, e dispensou esse funcionário. Desvinculou ele da empresa, pagou os direitos que tinha para receber e disponibilizou ele no mercado de trabalho. Depois pegou essa empresa de terceiros, deu o nome do cara e falou: 'essa pessoa é uma pessoa boa para trabalhar nesse posto de trabalho'. Aí contratou o funcionário novamente. Só que ao invés de contratar o funcionário por dois mil reais por mês, ele foi contratado por mil e cem reais por mês. E a pessoa não tinha outra opção, ela foi trabalhar por mil e cem. Só que acontece o seguinte: esse operador já não tinha mais o mesmo empenho que ele tinha quando ele era direto da empresa. E dentro da empresa de terceiros, ele não tem a perspectiva de galgar uma promoção, por exemplo, ele sabe que vai trabalhar os oito meses de safra e quando terminou, terminou. Então tanto o envolvimento pessoal do cara quanto a motivação para ele desenvolver a função acabou. Aí começou a ter problema do outro lado. Você economizou, mas você não tem o mesmo rendimento. Não tem o mesmo tipo de comprometimento com a função. Um operador destes faz alguma coisa de errado, tudo bem no próximo dia você substitui e põe outro, mas quanto custou esse erro para a empresa? Custou muito dinheiro, dava para ter pagado esse trabalhador pelos quatro meses que ele foi dispensado [durante a entressafra]. Depois de alguns anos de experiência com essa terceirização, alguém começou a fazer essa conta: 'Nós estamos fazendo economia porca aqui, as peças chave tem que ser da indústria, funcionário de confiança'. Ajudante geral, segurança, esse pessoal não influencia diretamente na produção. Então esse pessoal pode ser terceirizado, os outros não. Reverteu-se a terceirização em especial dos operadores de máquinas, que entraram no programa de crescimento dentro da empresa novamente. Teve empresas que colocaram participação nos lucros nesse sistema. Então mudou o envolvimento do funcionário em relação à empresa. E ele tem a

[64] Paulillo e Almeida assim descrevem as dificuldades encontradas pelas agroindústrias citrícolas em sua política de terceirização de atividades no chão da fábrica: "*As principais dificuldades encontradas pelas empresas para a implantação dos programas de terceirização foram: resistência de funcionários (quebradas após explanações claras), capacitação técnica (desqualificação da mão de obra), dificuldade em encontrar empresas que ofertam serviços específicos num primeiro momento e dificuldade de relacionamento com os sindicatos de trabalhadores locais*" (Paulillo e Almeida, 2006a, p. 157)

perspectiva de galgar novamente a escada, ele sabe vai conseguir, porque ele já fez uma vez." (Gerente industrial, Monte Azul, 07/2011)

Em paralelo a isto, ocorreu em algumas das maiores agroindústrias citrícolas a ***automação da linha de processamento***. Ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, sistemas automáticos integrados permitiram que cada etapa do processo fosse organizada em um controlador lógico programável (CLP), capaz de operar automaticamente a partir de informações nele inseridas a respeito da rotina das atividades e do tipo de suco, óleo, ração, etc. a ser produzido. Operações manuais dos operadores em campo foram crescentemente substituídas pela supervisão do funcionamento das máquinas em uma tela de computador. No que diz respeito à produção de suco, por exemplo, em fábricas automatizadas informações a respeito do nível dos produtos no restante da linha automaticamente determinam a velocidade da correia de alimentação de frutas para as *máquinas extratoras* (que moem a laranja), assim como o número de máquinas necessárias para a continuidade do processamento. Da mesma forma, a alimentação, o controle de vazão e a limpeza dos *filtros e centrífugas* (que ajustam o teor de polpa do suco após a extração) são controlados através de medidores automáticos, de modo que um contador de tempo determina o fechamento da válvula de entrada de suco, realiza sua limpeza com água e soda, reabre a válvula e reinicia a filtragem sem interferência manual do operador. Também nos *evaporadores* (onde o suco já filtrado é concentrado) a abertura e fechamento de válvulas, a troca de tanque, o controle do nível de concentração do suco e da entrada e saída do produto são controlados pelo operador através de um CLP. Enfim nos *blenders* (onde sucos de diferentes frutas são misturados e homogeneizados) o operador controla em uma tela de computador a abertura e fechamento de válvulas de suco concentrado para as linhas de tanques e determina a quantidade de açúcares do produto final, de acordo com as ordens de blendagem recebidas. Nas fábricas mais automatizadas o adequado andamento do conjunto destas atividades no setor de produção do suco é supervisionado por um operador em uma "sala de controle", de onde são monitoradas de forma articulada e flexível todas as etapas da produção.

Aos olhos dos trabalhadores, esta automação não apenas reduziu drasticamente o número de empregos industriais no complexo citrícola, como também promoveu uma intensificação do trabalho na linha de processamento. Por um lado, na medida em que a automação não se realizou de modo uniforme e homogêneo em todo o parque agroindustrial citrícola, pequenas unidades produtivas não automatizadas ou grandes unidades produtivas semi-automatizadas foram fechadas ou induzidas a acelerar significativamente o ritmo do trabalho para acompanhar os níveis de produtividade impostos pelas unidades mais modernas. Por outro lado, a diminuição de postos de trabalho e o conseqüente aumento do número de máquinas supervisionadas por cada operador nas fábricas integralmente automatizadas incrementaram a responsabilidade e a cobrança sobre cada trabalhador individual, de maneira a diminuir seu esforço físico, mas aumentar sua pressão e seu stress cotidianos na linha agroindustrial de processamento. O já citado gerente industrial assim o coloca:

> *"Quais foram as principais transformações nos últimos vinte anos na linha de produção no que diz respeito à automação?*
>
> Nisso houve um avanço gigantesco. O principal impacto do ponto de vista do ser humano foi que os postos de trabalho foram diminuídos em quatro vezes aproximadamente. Uma indústria que tinha 500 funcionários, hoje trabalha com 100. Por que estão todinhas automatizadas as linhas. Tudo, não precisa mais de mão de obra como antigamente. Vou dar um exemplo típico: uma indústria que tinha 4 evaporadores, quatro máquinas para concentrar... cada uma dessas máquinas tinha um operador, hoje não tem nenhum operador. As máquinas trabalham todinhas automatizadas e têm um cara sentado na frente de um supervisório [tela de um CLP] que controla todas estas máquinas. Aumentou-se a eficiência, por questão de recuperação e menos erro humano envolvido, por outro lado, um problema social monstro. Eu sou de uma cidade [Matão] que vive basicamente de dois tipos de segmento industrial (suco de laranja e implementos agrícolas) e que teve nos anos 80 sua ascensão áurea. Tem a ver com a questão de que as indústrias de suco estavam crescendo muito. A Citrosuco de Matão tinha em 84, 85 cerca de 4 mil funcionários, hoje tem 700. E produz mais do que produzia nos anos 80. Essa foi a grande mudança na área industrial." (Gerente industrial, Monte Azul, 07/2011)

A terceirização e a automação rapidamente descritas foram também acompanhadas de uma ampla ***transformações na hierarquia das indústrias citrícolas***, com significativa redução de escalões administrativos intermediários (Kinouchi, 1993). Tais transformações tiveram forte impacto tanto na relação entre a gerência e o chão de fábrica, quanto na relação dos assalariados industriais entre si. Por um lado, o achatamento na estrutura levou a uma maior aproximação entre os escalões administrativos superiores e os operadores de máquinas, de modo que estes passaram a ser direta e cotidianamente demandados quanto a sugestões de transformações no processo produtivo e quanto a análises de suas falhas. Por outro lado, diminuíram ruídos e interferências na comunicação entre as turmas de trabalho e entre os operadores no interior de uma mesma turma, estimulando uma mútua fiscalização e supervisão no cumprimento de tarefas no chão de fábrica. A título de exemplo, Mazzali assim descreve a implantação desta reestruturação na hierarquia fabril na Citrosuco na virada dos anos 1980 para 1990:

> "No fim dos anos 80 a Citrosuco implementou um programa de ajustamento e otimização de suas operações industriais rotineiras, denominado Programa de Racionalização de Operações (PRO), reforçando seu objetivo principal de redução de custos e melhoria do processo. Nesse programa, o engajamento de todos os níveis de funcionários se fazia necessário, especialmente nos dois extremos da pirâmide (chão de fábrica e diretoria). A busca do maior envolvimento dos trabalhadores do chão de fábrica assentava-se na premissa de que estes são os usuários do dia-a-dia, estando em contato direto com o equipamento e com os problemas da produção, mais aptos, portanto, a fornecer sugestões voltadas à implementação de melhorias no processo produtivo. O incentivo à criação de um canal de comunicação entre o chão da fábrica e o corpo de executivos deu-se por meio da convocação de sugestões – individuais e em grupo – e da sua premiação em dinheiro. Paralelamente, foram desenvolvidos cursos de Detecção Analítica de Falhas (DAF), a fim de aprimorar a capacitação dos funcionários na identificação e resolução das falhas. É importante ressaltar que, desde meados de 1991, o PRO enfrentou dificuldades de ordem política no interior da empresa, visto que determinados setores sentiam-se ameaçados pelos resultados obtidos" (Mazzali, 2000, p. 136)

Estas transformações possibilitaram a maximização da exploração do componente intelectual da força de trabalho no chão da fábrica. Se anteriormente os conhecimentos adquiridos pelos operadores de máquinas em sua rotina de atividades eram apenas informal e esporadicamente aproveitados pela gerência na gestão e nas transformações do processo produtivo, a partir da década de 1990 o capital agroindustrial citrícola buscou colocar a seu

serviço determinadas habilidades intelectuais dos assalariados industriais a ele subordinados. Em um primeiro momento, isso significou o aumento da importância atribuída aos aportes dos trabalhadores na elaboração e instalação de sistemas integrados de automação nas agroindústrias. O novo padrão de interação entre a administração e o chão da fábrica, permitiu recolher, armazenar e selecionar noções de operadores de máquinas a respeito da rotina e dos empecilhos de suas atividades. Estas foram então aplicadas diretamente nas operações executadas pelas máquinas e instrumentos, com programas que traziam embutidos em si no formato de sub-rotinas automáticas os resultados da inteligência prática da força de trabalho agroindustrial.

Em um segundo momento, exigiram-se dos assalariados industriais determinadas habilidades intelectuais necessárias ao domínio da interface com controladores lógicos programáveis: a capacidade de interpretar o conjunto de informações em um supervisório, a capacidade de elaborar planilhas de dados com base em tais informações, a capacidade de supervisionar o funcionamento de máquinas automáticas. A exigência de tais habilidades tornou inviável a contratação de operadores com apenas primeiro grau de instrução (completo ou incompleto) como era comum anteriormente, tornando-se padrão nas agroindústrias citrícolas a contratação de operadores de máquinas com ao menos o segundo grau técnico completo. Tal característica tornou-se para os assalariados industriais fator fundamental de sua auto-imagem, diferenciando-os das demais frações da classe trabalhadora subordinadas ao capital agroindustrial no complexo citrícola. Ainda que o grau de remuneração de um trabalhador no chão da fábrica não seja necessariamente superior àquele alcançado por um colhedor de laranjas, seu grau de instrução, seu domínio de informática e sua manipulação de máquinas automáticas conferem-lhe uma auto-imagem significativamente distinta daquela de assalariados manuais na lavoura. O gerente industrial já citado assim o coloca:

> *"Você considera que aumentou a participação intelectual do trabalhador na produção?*
>
> Com certeza... Por exemplo, num processo de automação, o primeiro cara para quem se pergunta o que funciona e como funciona é o operador. Ele faz parte integral de um projeto de melhoria. Toda vez que eu vou fazer uma automação ou uma modificação no processo eu converso com o operador, com o encarregado, com o pessoal envolvido diretamente no processo. Porque eu sentado na minha

> sala eu tenho um *feeling*, uma visão. O cara que está no dia a dia no campo [chão de fábrica] tem outra visão das dificuldades reais. Essa informação é muito importante para você saber o que você vai automatizar, o que você vai melhorar naquele processo. Além disso, houve também mudanças no que diz respeito à seleção do empregado que entra na fábrica. Quando começou a se implementar as ISOs (9000, 9001, 14000), a questão de seleção foi crucial para o empregado ter maior formação acadêmica. Qualquer coisa que ele tivesse a mais já era um ponto de seleção. E quando veio a automação junto, aí entrou o conhecimento de informática, então selecionou mais ainda esse grupo de trabalho. Ficou mais reduzido. O operador hoje tem de ter uma instrução mínima, porque senão ele não consegue trabalhar naquele posto, é impossível. São muitas anotações, planilhas, dados que saem deste cara. Ao mesmo tempo, ele tem de ser capaz de interpretar o funcionamento das máquinas. Se hoje o cara for totalmente alheio a esse tipo de coisa e for trabalhar neste posto, ele não vai desenvolver a função. Antigamente você pegava um cara, por exemplo, que era soldador numa indústria de implemento agrícola, levava para a indústria de suco e você formava o cara lá dentro. Você faz isso, faz aquilo outro, ele virava um operador de extratora. Antes o operador de máquina podia não ter formação nenhuma, podia ser até analfabeto. Muitos eram analfabetos... Mas hoje você não consegue fazer esse tipo de adaptação. Hoje ele vai ter de fazer um curso, treinar especificamente para trabalhar com computadores, supervisórios, entender o mecanismo desta parte de informática para se tornar um operador. Hoje o operador tem normalmente segundo grau técnico. Existe até uma tendência, como esse operador é mais qualificado e mais remunerado, dele ir para o terceiro grau de instrução. Às vezes nem mesmo para continuar na mesma função, às vezes para se graduar e ir para um outro emprego melhor. Eu tenho casos de encarregados de fábrica que trabalharam junto comigo e, durante quatro anos que o cara trabalhou como encarregado, ele fez Direito. Quando ele formou, ele saiu da área e foi advogar" (Gerente industrial, Rio Claro, 02/2012)

A partir das transformações destacadas, podemos concluir que nas últimas décadas *estabeleceram-se novas determinações na relação de subordinação real do trabalho assalariado industrial ao capital no complexo citrícola*. Para Marx, tal relação ocorre quando o capital torna-se capaz não apenas de subordinar o processo laboral, mas também de transformar por completo sua forma através do desenvolvimento de forças produtivas sob seu controle: aplicações da ciência e da tecnologia ao trabalho e transformações em sua organização social em escala crescente convertem o trabalhador em um apêndice de máquinas e em um momento no interior da cooperação e divisão do trabalho coletivo. Para o capital, tal desenvolvimento implica em um aumento de seu controle sobre a produtividade do trabalho, o que lhe permite novas margens e novos mecanismos de extração de excedentes econômicos. Para o trabalhador, por sua vez, tal desenvolvimento

implica na diminuição do controle que seu saber-fazer e seu dispêndio de energia física antes exerciam sobre o processo produtivo como um todo. Contudo, para o trabalhador tais transformações implicam também no surgimento da potencialidade de recuperar tal controle em um novo patamar, através da socialização dos meios de produção e da determinação autônoma dos rumos da atividade produtiva por parte do coletivo de trabalhadores. A luta entre estas duas perspectivas de classe marcou o modo de produção capitalista entre os séculos XIX e XX, estimulando e conformando novas relações e novos desenhos no espaço fabril.

Particularmente importante para nós neste momento são as alterações ocorridas na segunda metade do século XX, em resposta ao forte ascenso da luta de classes entre as décadas de 1960 e 1970. Neste período a ordem estabelecida ao redor do globo sofreu significativas crises econômicas e políticas: uma forte queda da taxa de lucro na indústria ocorreu concomitantemente a embates de grandes proporções no interior do espaço fabril. Mobilizações de trabalhadores industriais tanto em países do chamado "bloco comunista" (Hungria, Tchecoslováquia, China, Polônia) quanto do "bloco capitalista" (França, Itália e Portugal, em especial) debateram o tema da conquista ou participação operária na gestão da produção. Em muitos casos por todo o mundo, fábricas e estabelecimentos comerciais ocupados mantiveram-se funcionando por determinados períodos sob controle da força de trabalho. Na medida em que anteriores instrumentos político-ideológicos à disposição do capital mostraram-se insuficientes à contenção destas experiências, impôs-se-lhe a necessidade de reestruturar as relações e o processo produtivos, com vistas a criar novas clivagens entre os trabalhadores e explorar/neutralizar as capacidades intelectuais que estes mostravam em suas novas demandas e lutas.

Sobre a base técnica da terceira revolução industrial (microeletrônica), o capital foi capaz a partir de meados da década de 1970 de alterar radicalmente a morfologia da classe trabalhadora fabril e de criar novos canais de exploração da componente intelectual do trabalho. Ao mesmo tempo em que se diminuiu drasticamente o contingente de trabalhadores e se os dispersou em inúmeros canais de sub-contratação, a centralização dos fluxos de informações fortaleceu nas mãos do capital a coesão e coerência da gestão do processo produtivo e da força de trabalho. Ao mesmo tempo em que se minimizaram as

mediações hierárquicas entre a administração e o chão de fábrica e se criaram turmas de trabalho com maior interação horizontal, aumentou o domínio verticalizado dos escalões administrativos superiores sobre as decisões que concernem à produção como um todo. Ao mesmo tempo em que se exigiu dos trabalhadores maior grau de instrução e maior domínio sobre determinados procedimentos na interface com sistemas automáticos de máquinas, impôs-se-lhes uma subjetividade mais afim à perspectiva empresarial e menos permeável à solidariedade de classe. Tais reestruturações foram capazes de fragilizar o corpo e as lutas da classe trabalhadora fabril, assentando as bases de um novo período de acumulação acelerada do capital. João Bernardo assim caracteriza este processo na dinâmica da luta de classes:

> "Foi o tema da conquista da gestão, ou pelo menos da participação na gestão, que mobilizou os trabalhadores nos movimentos autônomos das décadas de 1960 e 1970, deixando historicamente ultrapassado o tema da estatização da propriedade e atribuindo um lugar secundário à mera reivindicação salarial. Nos inúmeros casos em que a amplificação das lutas deu lugar a ocupações de fábricas e de estabelecimentos comerciais e em que os trabalhadores, em vez de se limitarem a tomar conta das instalações, fizeram-nas funcionar (muitas vezes durantes períodos prolongados), os capitalistas perceberam que quem sabia usar a inteligência para lutar sabia usá-la também para gerir. (...) O toyotismo – empregando o termo aqui numa acepção muito genérica – resultou desta dupla tomada de consciência por parte dos capitalistas, de que era necessário explorar a componente intelectual do trabalho e de que era necessário fragmentar ou mesmo dispersar os trabalhadores. Os capitalistas conseguiram assim ultrapassar os bloqueios sociais que haviam dado origem à crise de 1974 e puderam encetar um novo período de acumulação acelerada do capital, obrigando a classe trabalhadora a lutar em um terreno novo, para o qual ela está muito longe ainda de ter encontrado as formas de contestação adequadas" (Bernardo, 2004, p. 80)

A partir das décadas de 1980 e 1990 tais transformações foram aplicadas com particularidades ao Brasil, como resposta aos desafios econômicos e políticos ali enfrentados pelo capital. Neste quadro, as demissões massivas no setor industrial agravaram o contexto brasileiro de taxas de desemprego e subemprego consideravelmente mais altas que nos países centrais; as terceirizações multiplicaram relações empregatícias precárias, alimentando-se da estruturalmente deficiente cobertura de direitos sociais e trabalhistas no Brasil; a automação e as novas organizações da mão de obra no chão de fábrica estabeleceram-se desigual e combinadamente à permanência de setores com muito

menor grau de incorporação de inovações tecnológicas e administrativas. Como resultado, as contradições impostas pelo capital sobre o trabalho industrial assumiram no Brasil ainda mais que no resto do globo ritmos defasados e formas múltiplas, dando origem a um conjunto heterogêneo e internamente contraditório de trabalhadores (Antunes, 2006).

No interior das agroindústrias citrícolas, as mencionadas transformações no chão da fábrica tiveram resultados condizentes com estes contextos mais gerais. Em primeiro lugar, o aumento da exploração da componente intelectual do trabalho no chão de fábrica acompanhou um maior poder do capital agroindustrial sobre o processo produtivo como um todo e sobre a consciência dos trabalhadores fabris. Por um lado, como já apontado, o aumento da responsabilidade e da qualificação dos assalariados industriais foi acompanhado por um maior domínio verticalizado da gerência agroindustrial sobre todo o fluxo do processamento. Por outro lado, a automação, as demissões e os avanços e retrocessos da terceirização no chão de fábrica afastaram grande parcela de trabalhadores mais velhos, privilegiando na contratação idades e consciências melhor adequadas às demandas econômicas e políticas do capital. Em segundo lugar, aprofundaram-se as clivagens no interior da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial. A automação das agroindústrias articulou-se desigual e combinadamente a uma menor e mais heterogênea aplicação de inovações tecnológicas e organizativas à lavoura. Fortaleceu-se com isso a clivagem político-ideológica entre os trabalhadores industriais e as demais frações da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial citrícola, na medida em que a identidade daqueles tem sido fortemente marcada pelas novas responsabilidades e habilidades intelectuais deles exigidas. Tal cenário compõe (juntamente com as já mencionadas alterações no mercado de trabalho assalariado rural e no grau de controle das agroindústrias processadoras sobre seus fornecedores de matéria prima) um conjunto multifacetado e heterogêneo de contradições impostas pelo capital agroindustrial a todas as frações de trabalhadores a ele subordinados.

Em um grau maior de concretude, chegamos enfim ao mesmo ponto em que havíamos concluído nosso primeiro capítulo. A modernização do complexo agroindustrial citrícola nas últimas duas décadas não pode ser vista de modo linear e mecânico, como tipicamente fazem os apologetas do chamado "agronegócio", mas sim de modo desigual e

combinado, determinada tanto em seus aspectos econômicos como em seus aspectos político-ideológicos pela dinâmica da luta de classes. Paralelamente, a classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial citrícola não pode ser lida de modo abstrato e homogêneo ou unilateral e segmentado, como tipicamente fazem determinados intelectuais e organizações, mas sim enquanto um complexo de continuidades e descontinuidades portador de um conjunto articulado e multifacetado de contradições com o capital. Como destaca Antônio Thomaz Jr, compõem esta totalidade viva e heterogênea do trabalho subordinado ao chamado "agronegócio" tanto o campesinato que se mantém enraizado ao modo de vida e de trabalho da família, quanto o trabalhador que não se desvinculou plenamente dos valores camponeses ao ser subsumido ao modo de vida proletário e o trabalhador plenamente vinculado econômica, cultural e politicamente ao universo da produção de mercadorias e mais valia.

Com vistas ao estudo concreto de cada uma destas faces do trabalho – pequenos produtores familiares de laranjas, colhedores com ou sem registro em carteira, "de fora" (mineiros, baianos, sergipanos, maranhenses) ou "do lugar", trabalhadores de chão de fábrica terceirizados ou efetivos, etc. – analisaremos a seguir trechos de entrevistas com eles realizadas. Buscaremos com isso enriquecer nossa compreensão do complexo de determinações que compõem hoje tal classe trabalhadora.

Capítulo 3: Vozes do trabalho – Exclusão e proletarização da pequena produção familiar citrícola paulista

O objetivo deste terceiro capítulo é apresentar o modo como a contradição entre as indústrias citrícolas e os pequenos produtores de laranjas aparece à consciência destes. Através da seleção e análise de trechos de entrevistas com membros desta fração da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial, buscaremos determinar as tendências e contra-tendências que sobre eles se impõem e compor um quadro multifacetado de sua situação econômica, política e ideológica. Com base nos instrumentos conceituais apresentados anteriormente, buscaremos demonstrar que a resultante de tais tendências e contra-tendências é um processo acentuado de exclusão e proletarização da pequena produção familiar citrícola.

- *Introdução*

Devemos inicialmente apresentar algumas determinações quantitativas mínimas acerca da pequena produção familiar citrícola, utilizando em um primeiro momento como critério de definição estatística desta fração de classe o volume de terras em seu controle. Como já destacado mais acima, com base nos parâmetros estabelecidos pelo Instituto de Economia Agrícola, consideraremos pequenas as propriedades citrícolas paulistas com até 50 hectares. A abaixo mostra a evolução entre os anos 1980 e 1995 desta fração de produtores em comparação com as demais no que toca ao número de imóveis com pés de laranja em produção em São Paulo, ao percentual de pés novos em formação e ao percentual na produção total no estado:

Tabela 3 – Estratificação dos produtores do cinturão citrícola por hectares

Classes de Imóveis em hectares	1980			1985			1990			1995		
	Número de imóveis	% pés novos	% produção total	Número de imóveis	% pés novos	% produção total	Número de imóveis	% pés novos	% produção total	Número de imóveis	% pés novos	% produção total
Menos de 50	15.063	52,7	35,9	18.215	21,9	33,4	14.728	15,4	26	17.869	24,8	21,8
50 a menos de 200	3.811	13,8	27,3	4.168	25,3	23,4	5.373	29,7	29,4	6.806	19	30,8
200 a menos de 1000	1.627	28,6	31,3	1.710	35,8	35	1.903	39,9	34,8	1.943	37	28,2
Mais de 1000	98	5	5,5	207	17,1	8,2	153	14,8	9,8	194	19,2	19,3
Total	**20.599**	**100**	**100**	**24.300**	**100**	**100**	**22.157**	**100**	**100**	**26.812**	**100**	**100**

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (in Vieira, 1998)

Analisando primeiramente a variação do número de imóveis, observamos que a pequena produção de citros manteve-se relativamente estável ao longo do período destacado. Oscilou entre aproximadamente 15.000 e 18.000 imóveis em vinte e cinco anos, aumentando entre 1980 e 1985 e entre 1990 e 1995 e decrescendo entre 1985 e 1990. Houve ao mesmo tempo, contudo, aumento significativo no número absoluto de pomares médios (até 200 hectares), grandes (acima de 200 hectares) e muito grandes (acima de 1000 hectares). Ocorreu, com isso, uma diminuição drástica no percentual de pés novos no interior dos pequenos pomares: se em 1980 mais da metade dos pés em formação estavam nas mãos da pequena produção citrícola, em 1995 este percentual desceu a menos de um quarto. Em contrapartida, se em 1980 apenas 5% dos pés novos estavam em pomares muito grandes, em 1995 este percentual subiu para 19,2%, reflexo do aumento acelerado de pomares próprios das agroindústrias no período.

Como resultado, a tendência geral nos vinte e cinco anos retratados foi a diminuição significativa da participação da pequena produção citrícola na produção total no estado, paralela a um pequeno aumento da participação de pomares médios e a um aumento vertiginoso da participação de pomares grandes e muito grandes. Enquanto em 1980 os pequenos pomares de laranjas foram responsáveis por aproximadamente 36% da produção total do estado, em 1995 esta participação caiu a 21,8%. Em contrapartida, enquanto em 1980 os pomares muito grandes responderam por apenas 5,5% da produção total do estado, em 1995 sua participação subiu para 19,3%.

De acordo com o que descrevemos no capítulo anterior, a partir da segunda metade da década de 1990 confluíram fenômenos que incrementaram a subordinação do trabalho dos pequenos produtores familiares ao capital agroindustrial. A quebra do contrato padrão, a negociação de preços caso a caso entre indústria e produtores, o repasse dos custos de colheita e frete aos fornecedores de laranjas, a perda de representatividade das associações de citricultores, o aumento da concentração e centralização do capital agroindustrial, o aumento do controle das indústrias citrícolas sobre o padrão tecnológico da lavoura, o crescimento dos pomares próprios das agroindústrias, etc. impuseram a partir de 1995 uma gigantesca concentração de riquezas e poder no complexo citrícola como um todo. Infelizmente tal cenário restritivo não pode ser ilustrado com dados do Instituto de Economia Agrícola, que a partir de então não mais divulgou informações sobre a citricultura estratificadas em classes de imóveis por hectares. A tabela seguinte, contudo, nos oferece dados elaborados pela produção teórica-política mais próxima das agroindústrias a respeito da evolução entre 2001 e 2009 do número de produtores no cinturão citrícola, estratificados em classes de produtores por quantidade de árvores:

Tabela 4 – Estratificação dos produtores do cinturão citrícola pela quantidade de árvores

Classes de produtores por quantidade de árvores	2001		2006		2009	
	Número de produtores	% árvores	Número de produtores	% árvores	Número de produtores	% árvores
> 400 mil árvores	23	16,2	46	33,6	51	39,2
200 a 399 mil árvores	38	7,7	73	8,0	69	7,3
100 a 199 mil árvores	105	10,6	139	8,1	164	8,9
50 a 99 mil árvores	263	12,4	356	11,5	372	10,7
30 a 49 mil árvores	473	12,3	442	7,7	442	7,0
20 a 29 mil árvores	585	9,0	502	5,5	518	5,3
10 a 19 mil árvores	2.175	16,5	1.498	9,5	1.408	8,0
< 10 mil árvores	11.333	15,5	10.151	16,1	9.603	13,4
Total	14.995	100,0	13.207	100,0	12.627	100,0

Fonte: Neves, 2010

As informações fornecidas nas duas tabelas não são imediatamente comparáveis. Não apenas a concentração de pés de laranja por hectare pode variar de 200 a 800 em São Paulo, como também é comum que nem toda a área cultivável da propriedade seja destinada à cultura citrícola. Ainda assim, o Instituto de Economia Agrícola e a Coopercitrus estabelecem um parâmetro fixo entre área e número de árvores, definindo a

pequena propriedade citrícola no estado de São Paulo como aquela que possui entre 2 e 50 hectares, correspondentes ao cultivo mínimo de 500 e máximo de 12.000 pés. Neste sentido, é possível localizar na tabela os pequenos produtores citrícolas entre aqueles que possuem menos de 10.000 árvores e, parcialmente, entre aqueles que possuem de 10 a 19.000 árvores.

Analisando primeiramente o número total de imóveis nas duas tabelas, salta aos olhos a queda brusca de 26.812 propriedades citrícolas em 1995 para 14.995 em 2001 e 12.627 em 2009. Isso representa uma diminuição total de mais de 14 mil imóveis citrícolas em quinze anos. A maior parte desta diminuição concentrou-se em pequenos citricultores: se em 1995 havia 17.869 produtores nesta classe de imóveis, em 2009 tal número caiu para aproximadamente 10 mil. Chama a atenção o fato de que a queda no percentual de árvores atingiu neste período não apenas a pequena produção, mas também produtores médios. Apenas pomares muito grandes (> 400.000 pés) aumentaram o percentual de árvores sob seu controle, passando de 16,2% em 2001 para 39,2% em 2009, refletindo o crescimento contínuo de pomares próprios das agroindústrias no período.

A estas determinações quantitativas mínimas havemos de acrescentar determinações qualitativas que nos ajudem a precisar esta fração de classe. Como veremos, os pequenos citricultores possuem heterogeneidades, dada a multiplicidade de estratégias e recursos com que enfrentam as contradições já delineadas no capítulo anterior. Possuem também, contudo, características comuns extremamente significativas, em que se mesclam a permanência de traços camponeses típicos (em especial no que diz respeito à fusão entre unidade produtiva e unidade familiar) e a assimilação de referências culturais do mercado.

Como já destacado, a pequena produção citrícola utiliza mão de obra predominantemente familiar na realização dos tratos culturais em seus pomares. Se a mecanização crescente destas atividades diminuiu o trabalho braçal e o desgaste físico dos membros da família na lavoura, a multiplicação de pragas nas últimas duas décadas, também teve impacto sobre o tempo de trabalho necessário à produção de laranjas. Como ilustram os trechos de citações a seguir, o aumento da freqüência com que se realizam as

pulverizações marca atualmente o cotidiano de trabalho familiar nas pequenas propriedades citrícolas.

> *"Laranja é uma cultura que dá muito trabalho?*
>
> Dá. Demais. Quer dizer, o trabalho no pomar que diminuiu foi o braçal, porque se mecanizou muito ela, hoje você tem máquina pra tudo. Naquele tempo cê ia lá na enxada, tinha que carpir o mato, hoje você não carpe mais, você passa o mata mato. Pra passar veneno também, tem maquinário que pulveriza que é coisa de outro mundo. Mas o trabalho dentro do pomar eu acho que aumentou. Hoje tem praga na citricultura que se você for querer tentar controlar, você tem que ta com maquinário a cada quinze dias passando produto na tua propriedade. A cada quinze dias no máximo, cê tem que ta com trator, com bomba lá no meio pulverizando a tua laranja pra deixar de ter essa praga" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)
>
> "A base minha de trabalho é oito horas por dia direto... Mas na parte de veneno eu cheguei a trabalhar catorze horas, dezesseis horas, trabalho de dia e noite passando veneno. Que nem hoje, hoje ta bom pra passar veneno. Veneno custa caro e não pode chover em cima. Eu tenho que tirar proveito, então o que eu tenho que fazer? O mais cedo possível começar e o mais tarde não largar. Agora se dá aquela puta chuva, você vai ficar fazendo servicinho no barracão amolando uma enxada, cavando isso, engraxando um trator, engraxando um implemento, porque você não vai trabalhar debaixo de chuva. Laranja todo dia tem serviço, tem que passar veneno, passar herbicida, tem que cortar o mato, tem que desbrotar a laranja quando vem o broto de limão cavalo, serviço é que não falta, se você querer trabalhar, tem serviço que você não vai conseguir fazer tudo. E tudo isso hoje eu faço sozinho. Antes a minha mulher me ajudava, a minha mulher trabalhou pra valer. Agora que nasceu meu neto, ela ta olhando ele" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

Naturalmente a mecanização das atividades de entressafra teve conseqüências significativas no tipo e grau de envolvimento da mão de obra familiar no sistema produtivo. Multiplicaram-se para todos os membros da família as possibilidades de complementação entre o trabalho no sítio e o trabalho assalariado fora da unidade produtiva. Como veremos, surgiram com isso referências culturais e horizontes profissionais distintos, que complexificaram as relações sociais e o significado do trabalho familiar no interior da pequena propriedade citrícola.

Ainda assim permaneceram e fortaleceram-se traços da fusão *família/trabalho na pequena unidade produtiva*, dado o contexto de alta exploração a que esta é submetida pela agroindústria hoje. Não é incomum encontrar pequenas propriedades citrícolas que chegaram a utilizar predominantemente mão de obra assalariada para a realização de tratos culturais durante o chamado "período áureo" do setor, até o início da década de 1990. Atualmente, contudo, o rendimento decrescente da produção de laranjas impossibilita à maioria dos membros desta fração de classe a contratação de empregados para a realização de atividades de entressafra. Neste contexto, o trabalho familiar é condição objetiva de continuidade da pequena unidade produtiva de laranjas: as particularidades de seus modos de vida e trabalho permitem assimilar as limitações econômicas através de ferramentas do universo moral familiar, acionando integral ou parcialmente a mão de obra da esposa e filhos sob direção do "chefe da família". Com isso a dinâmica do trabalho mantém-se impregnada de consensos e conflitos domésticos, dentre os quais se destacam a autoridade patriarcal e a dominação sobre a força de trabalho feminina:

> "Eu cuido do sítio, o que tem que fazer, o que não tem, é tudo eu. Quando é época que tem que colher alguma coisa, minha mãe, meu irmão, minha mulher, eles ajudam a colher. Eu faço a parte de maquinário, é tudo eu que toco. E quando aperta muito é que eu chamo alguém pra ajudar a colher e tal, carpir, fazer o serviço de trator às vezes. A gente procura evitar ficar gastando muito, né? Porque a área é pequena, se exagerar, der o passo maior que a perna, não agüenta" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

> "Falando uma verdade, sabe por que o cara do sítio sobrevive? A maioria sobrevive porque as mulher ajudaram bastante. Isso eu falo, nego fala que eu sou a favor das mulher, eu falo: '*olha, acho que a coisa mais abençoada que Deus deu pro homem foi uma mulher trabalhadera*'. Não teve prêmio maior, eu falo sempre. Porque o que ela trabalhou na roça, com filho pra olhar, hein? Eu e minha mulher tocava esse sítio inteirinho, ó! 7.700 pés de fruta, trabalhava de noite pra passar veneno, passava na venda pra tomar duas pinga pra voltar de noite pra criar coragem [risos]" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

> "Eu não tenho empregado aqui na propriedade, eu trabalho. Sobra um dinheiro a mais, porque você não ta gastando, né? O meu serviço é cuidar e planejar o que eu tenho que fazer, eu tenho que passar veneno, eu tenho que gradear, eu tenho que passar o herbicida, eu tenho que vê se tem praga, é um serviço diário dentro do sítio. Hoje tem um agrônomo, tem uma orientação... Você tem uma idéia, você vai, comunica pro agrônomo ou pro técnico e faz com orientação deles. Mas a gente que tem

> que dar início em tudo. A família ajuda em alguma coisa, mas hoje não precisa mais levar a mulher na roça. Hoje tem trator, hoje é diferente, né? Então eu faço praticamente tudo sozinho...
>
> [*Esposa sai da cozinha onde preparava o almoço*] Eu protesto! É só de um ano pra cá que eu não tô te ajudando... Eu levantava de manhã prá deixar o almoço pronto e ia na roça, a hora que ele vinha almoçar eu vinha junto trabalhar na casa, depois a gente voltava junto prá roça de tarde de novo. Eu fazia de tudo, colhia, carpia..." (Citricultores familiares, Taquaritinga, 01/2012)

O trabalho familiar conjuga-se a um determinado modo de gerir a pequena unidade produtiva citrícola. Como destaca a citação acima, houve transformações significativas na gestão familiar da pequena propriedade a partir da maior inserção de insumos agrícolas e da orientação agronômica especializada. Relativizou-se com isso o papel do chefe da família na administração da unidade produtiva, introduzindo nela transformações técnicas a partir de novos agentes e novas mediações sociais.

Uma vez mais, contudo, podemos dizer que permaneceram e fortaleceram-se determinações fundamentais da *fusão família/gestão da propriedade*, reforçadas pelas condições de alta exploração a que se submete a pequena produção familiar no interior do complexo citrícola. Primeiramente, a administração desta unidade produtiva segue não se pautando pela taxa de lucro. Via de regra, os pequenos citricultores não realizam o cálculo dos custos de produção de sua lavoura, mantendo apenas um vago controle sobre a relação entre o preço recebido pela caixa de laranja e os gastos monetários em adubos, óleo diesel, agrotóxicos, colheita e frete. Virtualmente todas as pequenas propriedades ignoram os custos não imediatamente monetários de sua produção citrícola: custo da mão de obra familiar, custo do capital de giro, custo de oportunidade da terra, custo anual de reposição do patrimônio (tanto do maquinário agrícola quanto do pomar). A contínua transferência de riquezas aos compradores da fruta (especialmente às agroindústrias) torna-se assim relativamente invisível aos olhos do pequeno citricultor, assim como a reprodução permanentemente deficitária de sua unidade produtiva. Este déficit contínuo, por sua vez, é suprido pela fluidez tipicamente camponesa entre a economia da empresa e a economia doméstica: outras rendas decorrentes da aposentadoria, do assalariamento de membros da família ou de outras culturas presentes na unidade produtiva são periodicamente deslocadas para o pomar, garantindo condições mínimas de sua reprodução. Algo

inconcebível na gestão do empreendimento capitalista típico, a fusão entre unidade produtiva e unidade familiar no pequeno empreendimento citrícola é justamente o que torna viável sua continuidade no contexto de elevada exploração a que são submetidos pelas agroindústrias. Assim o ilustram três trechos de entrevistas:

"*O senhor costuma fazer a conta dos custos de produção no sítio?*

[*Marido*] Eu não faço. Porque não adianta nada eu fazer. Eu não tenho com quem brigar, falar '*olha, eu gastei tanto e eu precisaria de tanto pra eu sobreviver, prá mim ganhar alguma coisinha'*. Não tem aonde eu ir atrás disso. Eu só vou te falar pra você... Eu só analiso a minha conta bancária. Abaixou? Empatou? Olha, eu passo o veneno, se eu for fazer direitinho a conta de quanto sai por bomba, não dá, eu vou parar.

[*Esposa*] Eu vou te falar uma coisa, ele já fez uma conta. Mas ele não coloca o serviço dele e o trator. A despesa do trator e o serviço dele não é nada. Ele conta o que ele gastou e o que ele ganhou. Eu falo pra ele: '*e seu trabalho, e o trator?'*. Então ele trabalha o ano inteiro de graça.

[*Marido*] Eu tenho manga e laranja aqui no sítio. Eu ganhei quinze mil real na manga. Mas eu preciso gastar pra preparar ela. Os quinze mil que eu fiz dela, eu paguei as despesa lá e já comecei a gastar outra vez, eu já não tenho mais dinheiro dela. Porque o preço tá baixo, não vendeu ela bem. Então eu preciso tirar de outro lugar. Do quê? Duma laranja, dum limão. A gente tem que andar em cima da corda bamba. Porque a gente tá muito ruim de preço" (Citricultores familiares, Taquaritinga, 01/2012)

"Um sítio meu é de sete alqueires, o outro tem dez. Esse de sete tinha laranja, agora tá com goiaba, e o de dez é tudo laranja. Esse ano [2011/2012] eu vendi a minha laranja pro barracão [mercado de fruta fresca] a seis real. Eles vieram colher, mas dos seis reais não deu pra empatar o que eu gastei, eu tomei prejuízo esse ano. Eu só me virei tirando de outro lugar e pondo no sítio, né? A minha mulher é aposentada com dois mil cruzeiros, eu sou aposentado com oitocentos... Então eu costumo tirar dinheiro daí pra colocar no sítio, pra comprar um adubo, um veneno" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

"Na laranja eu to já há uns dez anos, lá no sítio de laranja eu tenho 6.500 pés. Já tive até dez, mas comecei a arrancar e esse ano eu tô com idéia de arrancar mais uns dois e quinhentos a três mil pés pra arrendar pra cana. Não ta compensando mais, ta meio difícil trabalhar. É uma escala que é meio complicada a laranja. Cê pega um ano, dois aí ela te mantém bem, paga tuas despesa, já um ano que nem esse aqui ela te dá prejuízo praticamente. É que a gente não leva as coisa assim na ponta do lápis, eu já tenho um pedaço de terra arrendado pra cana, eu mexo um pouco com gado, então eu

> levo meio embolado, né? Mas se for a referência só a laranja, é complicado... Se o pequeno produtor de laranja colocar na ponta do lápis ele vai parar... É o caso de um vizinho meu lá, ele tem dez alqueires de terra, ele plantava todo os dez alqueire com laranja e foi fazendo as conta: '*Esse ano o adubo ficou tanto, colhi, gastei tanto, vendi por tanto... agora eu tenho que colocar o valor da minha terra, o alqueire de terra vale cinqüenta mil, no ano daria tanto de juro, coloca na despesa aqui*'. Chegou ao ponto que ele tava tomando prejuízo. Ele falou '*Eu não tiro nem o juro do meu capital aqui... vô parar*'. Parou... arrendou tudo pra cana. Por isso que eu digo, se começar a fazer muita conta, pára de trabalhar, porque cê vai ver que lá na frente cê vai apanhar... Mas se todo mundo pensar assim, não vai ter o que comer mais no país, não é certo também" (Citricultor familiar, Ibitinga, 07/2011)

Como já apontado acima, paralela a tal reprodução predominantemente familiar da pequena unidade produtiva citrícola, deve-se destacar sua relativa assimilação de valores culturais e nexos sociais do mercado capitalista. Como veremos, o pequeno produtor familiar de laranjas relaciona-se em escala crescente com agentes políticos e econômicos que extrapolam seus referenciais locais. Múltiplas mediações econômicas, políticas e ideológicas enquadram-no e subordinam-no a um determinado consenso com os demais setores do complexo agroindustrial citrícola em particular e da sociedade em geral. Neste processo, o pequeno produtor familiar de laranjas é tensionado por pressupostos de competitividade e modelos técnicos agrícolas que o afastam da ruralidade camponesa. Pacotes tecnológicos, modelos de administração e exigências de produtividade e racionalização de custos impõem-se sobre estas pequenas unidades produtivas, excluindo-as do complexo ou transformando significativamente seu modo de vida e trabalho.

Estabelece-se desse modo uma tensão entre o modo de vida nas pequenas propriedades citrícolas e o horizonte político e ideológico de integração aos imperativos do mercado. Por um lado, reproduz-se o trabalho e a gestão familiares que são particulares a estes empreendimentos; por outro, impõem-se crescentemente demandas de um trabalho e gestão tipicamente empresariais modernos. A possibilidade de equilíbrio entre estes dois aspectos determina as perspectivas de permanência das pequenas produções familiares em seus determinados contextos. A impossibilidade de articular as demandas econômicas, políticas e ideológicas do mercado às particularidades da pequena produção familiar, por sua vez, determina sua tendencial exclusão e proletarização:

> "As decisões que toma o produtor familiar são resultado da tensão entre duas forças: uma é a seu modelo original, representado pelo camponês, e a outra é aquela que aponta para sua integração empresarial à moderna economia de mercado. As chances de uma propriedade familiar atingir este segundo modelo vão depender da especificidade de seu projeto juntamente com o projeto mais geral elaborado pela sociedade. É através dessa articulação de projetos que se torna possível explicar o predomínio, a emergência, a estagnação, a diminuição ou mesmo a eliminação de certas formas familiares de produção" (Chalita, 2004, p. 47)

- *Exclusão da pequena produção do consenso estabelecido no interior do complexo citrícola paulista*

O processo de exclusão massiva de produtores do complexo citrícola, o rendimento decrescente da produção de laranjas e a concentração contínua da produção em pomares grandes e muito grandes foram acompanhados de alterações no consenso que rege o setor. O discurso e a prática das agroindústrias e de seus canais de elaboração e divulgação política e ideológica têm sido crescentemente incisivos ao afirmar que apenas por meio da contínua modernização técnica e administrativa podem as unidades produtivas citrícolas sobreviver ao atual contexto. O emprego de tecnologia agrícola moderna que resulte em aumento da produtividade e da qualidade das frutas, a eficiência na gestão de suprimentos e operações com vistas à otimização de recursos e à queda de custos de produção, a inserção em redes de intercâmbio de novas informações e em canais de negociação satisfatória de preços são algumas das características hoje demandadas de um produtor de laranjas. Diversas revistas colaboram na construção deste perfil, através de formulações como a seguinte:

> "As propriedades rurais precisam de uma administração profissional, como a demandada pelas indústrias. Para tanto, o produtor precisa quebrar paradigmas profundos. Entre os produtores citrícolas que hoje se destacam, encontramos alguns pontos comuns, como funcionários motivados, qualificados, envolvidos com o processo produtivo, foco na citricultura, que permite direcionar seus recursos para o objetivo principal, velocidade e disposição para mudar, para testar pacotes técnicos diferentes, permitindo novos patamares produtivos, além de uma administração moderna, que o auxilie a identificar desvios e ajustar rotas antes dos resultados decepcionantes" (Revista Citricultura Atual, "A citricultura ainda é um bom negócio", dezembro de 2011)

A assimilação deste perfil econômico, político e ideológico por parte dos pequenos produtores familiares de laranjas é problemática. Alguns deles incorporam parcialmente traços deste perfil, por exemplo no que toca a pulverizações regulares, ao menor espaçamento entre as árvores ao renovar parte do pomar, ao plantio de variedades específicas de acordo com o objetivo econômico (venda para o mercado de fruta fresca ou para a indústria), à utilização de mudas fiscalizadas, à instalação de sistemas de irrigação, à comercialização por meio de *pools* de produtores, etc. Ainda assim, contudo, os já destacados traços camponeses de sua reprodução reforçam estes limites. Seu apelo a uma *vocação agrícola*, que o leva a pensar a atividade na terra não como um investimento como outro qualquer, mas como algo profundamente enraizado em seu modo de vida presente ou passado; sua *valorização do trabalho e gestão familiares*, que o leva a conceber as relações de trabalho como mais pessoais que contratuais; sua *valorização do saber prático cotidiano*, que reforça sua recusa em profissionalizar a contabilidade de seus custos de produção, são determinações de um modo de vida distinto da racionalidade empresarial moderna. Reforça estas características o fato de que, segundo pesquisa realizada pela Ufscar em 2003 em Ribeirão Preto, cerca de 75% dos produtores de laranjas com até 50 hectares tinham apenas de um a quatro anos de instrução básica e 4,2% eram analfabetos (Paulillo, Almeida e Vieira, 2006a, p. 29).

Alcança-se, assim, um dilema. Por um lado, como já mostramos, o trabalho e a gestão familiares das pequenas unidades produtivas citrícolas são condições objetivas e subjetivas fundamentais a sua reprodução no contexto de alta exploração a que são submetidas pela agroindústria hoje. Por outro lado, o atual consenso no complexo rejeita de modo cada vez mais enfático as propriedades que não se enquadrem no aumento de produtividade e na redução de custos típicos da racionalidade empresarial. A mencionada tensão entre o modo de vida nas pequenas unidades produtivas de laranjas e o horizonte político e ideológico de integração aos imperativos do mercado alcança assim um caráter dramático. O seguinte relato nos esforços de incorporação de discursos e práticas condizentes com os atuais imperativos do complexo citrícola, bem como os limites sócio-culturais típicos da pequena produção familiar:

"Eu precisaria de no mínimo R$20.000,00 pra me manter, né? Não to pondo ordenado de R$2.000,00 por mês não. To pondo R$1.500,00, R$1700,00. Que é pra viver, né? Não é pra guardar dinheiro... No ano retrasado [2010] eu consegui tirar líquido R$22.000, porque eu vendi a caixa a catorze reais, a colheita foi mais barata, não perdi fruta porque colheram em setembro, eles tavam com falta de suco então não atrasaram minha colheita, inclusive as laranjas que caíram eles aproveitaram tudo, não pra fazer suco, mas pra fazer ração e óleo... Já esse ano [2011] eu vendi a caixa a dez e cinqüenta e vai sobrar sete mil negativo no meu bolso que eu vou perder... não sobrou nada. Eu perdi 44% em colheita, frete, refugo, Fundecitrus, Fundo Rural... Eu gastei no mínimo mais 50% com adubo, fertilizante, isso e aquilo, sobrou o que pra mim? E não to pondo dia de serviço meu... Conserto de implemento... Tudo tem custo... Na verdade de líquido não dá nada, foi dois anos no azul só: há sete ano atrás [2005] que o dólar tava três e noventa, e esse ano retrasado [2010], que eles pagaram R$14,00 e a laranja minha tava muito boa, tava carregada pra valer, colheram cedo, não teve perda nenhuma... Nos outros anos teve resultado negativo ou empatou. Sobrava R$20.000,00, mas tinha que retornar R$20.000,00 pra tratar o pomar. Agora, e eu? Eu sou aposentado, tenho outro rendimento e vivi. Porque eu vou falar pra você que se eu fosse viver do sítio eu ia morrer de fome, como muita gente, se não tivesse os velho aposentado, tinha morrido também. Eu tiro daqui e mando pra cá, de lá vem pra cá, eu to só vendo passar e nada. E tem nego enterrado em banco aí adoidado, nas cooperativas, no Banco do Brasil... Graças a deus eu nunca entrei em financiamento bancário! Vão falar: '*teu pomar não produz*', meu pomar produz 2 caixa, 2,2 caixa por pé, a média esse ano que deu bastante laranja, tava vendo no sindicato, foi de 1,89 caixa por pé. Tem pomares que dá bem mais, mas na média é isso... Eu gostava de no meu sítio agora replantar laranja, mas com esse greening aí não tem. Então eu vou sair... Se eu amanhã com cana fizer R$20.000,00, eu ganhei vinte mil real e quase não trabalhei. Eu não vou arrendar o meu sítio, eu vou plantar de parceria com a usina, eu tenho trator, é dois meses de serviço só. Cortou a cana, não tem compromisso com empregado, com nada... Mas não é fácil, eu tenho lá no sítio, se você vê meu limão lá você cai duro. Formei trezentos pés de limão novo que tá a coisa mais linda do mundo. Já falei pro meu filho, o dia que for arrancar, você vai lá que eu não vou. Vou só depois que arrancar... Porque dá dó, né? Você trata uma coisa com amor, com carinho. Uma planta você desbrota, passa isso, passa aquilo e aduba. Depois cê vai arrancando assim? É a mesma coisa que arrancar um dente bom da boca, né? [risos]" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)[65]

[65] Como indica o depoimento, o crescente endividamento tornou-se um dos principais obstáculos à sobrevivência econômica dos citricultores mais vulneráveis. O grupo de discussões sobre o endividamento do setor citrícola, composto por representantes parlamentares, associações e sindicatos assim o coloca: "*Não se tem acesso a novos financiamentos por três motivos: falta de garantias, elevado grau de endividamento e restrições cadastrais nas instituições financeiras. A cada renegociação de dívidas, a classificação de risco oferecido pelos produtores aumenta, o que leva as instituições financeiras a utilizar do sistema de 'mata mata', fazendo a quitação da operação antiga às custas de recursos que financiariam a*

Paralelamente a tal tensão quanto ao perfil de produtor de laranjas demandado pelo consenso que rege hoje a citricultura, há de se destacar o conflito e tendencial hostilidade entre os pequenos citricultores familiares e os mediadores econômicos e políticos que organizam o complexo. Em primeiro lugar, devemos mencionar as animosidades geradas pelo contrato de compra e venda de laranjas às agroindústrias. As duas citações seguintes ilustram os relatos acerca de quebra de contratos por parte das indústrias em um passado recente:

> "Eles falavam o seguinte: '*Nós vamos fazer esse contrato, seu contrato tá aqui dentro, lacrado, você não pode abrir pra ninguém esse contrato*'. Por quê? '*O que eu fiz pra você, eu não fiz pra ninguém, se você abrir a boca que eu te paguei x, esse contrato perde a validade*'. A indústria errou muito... A indústria, vô te falar, fez muita besteira... Tinha também quebra de contrato por parte da indústria... Se você tinha um contrato, vamos dizer um exemplo, cinco dólares, quatro dólares, de repente o câmbio mudou, eles diziam o seguinte: '*Eu só vou te pagar três, não dá pra pagar mais*'. Tinha cara que dizia: '*Não, não faço, quero receber o que tá no contrato*'. Acabou recebendo, mas não vendeu pra eles no ano seguinte... Ou teve que entrar na justiça pra brigar com a indústria. Essas coisas..." (Dirigente sindical, Taquaritinga, 01/2012)

> "A gente tinha duas propriedades, uma de nove alqueires e meio e outra de oito e meio. Uma a gente vendeu, por que não tem condição de cobrir o gasto que a laranja precisa. Nos últimos dez anos, dois anos só ficou empatado, o resto... Em 1999 nós perdemo a laranja sem apanhar. Nós tinha um contrato vendida a laranja com a C..., aí como caiu o preço do suco ele não apanhou a laranja, ficou no pé. Em 2000 ele não quis apanhar também, nós tinha o mesmo contrato, aí tinha um grupo junto que entrou na justiça. Depois de sete anos que ela pagou" (Citricultor familiar, Monte Azul Paulista, 07/2011)

---

próxima safra, solucionando apenas o problema do banco. [...] Grande parte desses problemas tem como origem a atuação do cartel, que pratica preços abaixo do custo de produção desde 1994. Os números demonstram que a capacidade de pagamento de parcela expressiva dos agricultores está esgotada. Dados do Banco Central indicam que o índice de utilização de financiamento de custeio cresceu 250% de 1999 a 2008, enquanto a área financiada cresceu apenas 13%, comprovando que o financiamento serve apenas para rolagem da dívida" (Propostas do grupo de discussões sobre o endividamento do setor citrícola, 26/02/2010, arquivo Associtrus)

Seja por incapacidade de compreender o documento contratual, seja por se verem realmente desprotegidos pelos termos do mesmo, é comum que os produtores familiares afirmem que "*o contrato sempre valeu pro lado deles, da indústria, pro lado do produtor, o contrato nunca teve valor nenhum"*. As duas citações seguintes são de uma entrevista com o mesmo produtor. Ilustram conflitos quanto às determinações contratuais do desconto de refugos e da liberação da colheita e entrega das frutas por parte da agroindústria. Expressam claramente seus sentimentos ambíguos, em que se mesclam subordinação e hostilidade, na relação com os compradores de seu produto:

> "Eles falaram: '*você pode assinar o contrato que em x dias vai começar a tua colheita*'. E não começou. A minha colheita era pra ocorrer em setembro. Se eu colho minha laranja em setembro, eu não perdia 1500 caixas. Mas foram me colher em outubro. Fim de outubro. Caindo laranja... Colhia o pomar de um, vizinho meu, depois de outro. Depois o empreiteiro começou a falar que o pé de laranja... Bom... Deixa quieto porque a gente começa a ficar nervoso. Eu não falo nada porque eu não sou homem de criar inimizade. Por isso que às vezes eu fico doente, porque eu não sou homem de explodir. Eu sou homem que gosta da liberdade de entrar em qualquer lugar e não ficar desviando de ninguém. Então eu às vezes suporto muitas coisas por não ter... Bom... eu sou um homem livre, eu gosto de em qualquer ambiente que eu estar eu tá livre. Então deixa quieto..." (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

> "Hoje tem contratos que já incluem o desconto de um por cento de refugo. Antigamente eles descontavam quanto queriam. Aí a turma andou batendo o pé e eles começaram a estipular. No meu caso é um por cento lá na C.... Na última viagem me descontaram caixa a mais, descontaram 6%... Se eu ligar lá vão me falar: *'Então você não leu o contrato?'*. Como é que eu vou ler o contrato, se você não me entregou, caralho! Porque ninguém ficou com cópia do contrato, quem vende pra essa indústria, ela não entregou segunda via pra nós. Já faz cinco anos que ela não entrega... Você sabe o que falava o meu avô? Por causa do toicinho, você tem que beijar o cú do boi... Se eu querer exigir muito, o cara vai falar: '*esse cara é pequeno é ainda vem me encher o saco*'. O cara manda eu tomar no cú e me larga sem comprar laranja. Porque ela sabe que você ta sujeito a ela porque a tua laranja é só pra indústria. Então ela faz de você o que ela quer. Entendeu? Não tem concorrente, se eu não vender pra ela, vou chegar na outra eu também não vou vender. Porque ninguém entra no outro. Então você tá sujeito. E por causa do toicinho, você tem que beijar o cú do boi. É nojento, mas você precisa do toicinho..." (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

Complementar a estas tensões referentes à mediação contratual da compra e venda de laranjas, há também uma relação complexa com os representantes locais da indústria, responsáveis pela negociação comercial ou pela fiscalização do grau de maturação das frutas. Por um lado, o contato que se estabelece entre o produtor familiar e estes representantes assume freqüentemente caráter de amizade pessoal. Trata-se de pessoas inseridas em um mesmo espectro de nexos sociais, marcados por laços de confiança locais. Por outro lado, o representante das indústrias assume nestas relações uma posição de poder que comumente gera ressentimentos e sentimentos hostis dentre os pequenos produtores. Os dois trechos de entrevistas a seguir ilustram claramente esta questão:

> "*Como era a relação com o representante local da indústria de laranjas?*
>
> Era uma relação de amizade... A gente era amigo... Agora a relação de poder dele, da indústria... Ele era a ponte: você, ele, a indústria. Você chegava nele, daí pra frente brecava. Daí pra frente não saía mais nada. [...] Você assina aquele contrato... Ele vem tomar café com você, depois vai embora. No outro dia, você liga pra ele, é duro dele atender o telefone. Muda completamente. É capaz dele passar um mês, dois meses, você nem vê mais aquela pessoa. Ele já some, ele tá batalhando em cima de outro, sabe?" (Ex-citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)
>
> "O representante da firma mudava de modo de tratar a gente... Quando eles vêm comprar a fruta, eles vêm, te agrada. Aquele que vem dando tapinha nas costas, né? Acabou de fechar o negócio, tudo, na hora da colheita, na hora que você precisa de uma ajuda, o cara parece que ele cresce. Parece que ele pisa na gente. Eu me senti humilhado uma vez, do jeito que ele veio... Eu fui pedir pra ele me dar uma ajuda, que a minha laranja tava caindo um pouco, eu perguntei se não tinha jeito de colher ela mais rápido, pra eu perder menos. A primeira pergunta que ele falou foi: '*Pô, cê não tratou da laranja, da pinta preta?! Se você não tratou da pinta preta, vai perder... Como é que faz? Cê quer vender a laranja e não trata...*' Eu tratei dela direitinha, mas essa doença da pinta preta não termina de um dia pro outro, assim... Ela vai diminuindo ano a ano até zerar, se você vai fazendo o controle. Você pedir pra ele uma ajuda, se não tinha jeito de colher mais rápido pra você deixar de perder um pouco, e o cara falar prá você '*você não tratou da laranja*'... A gente se sente meio chateado com isso..." (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

Articulados ao poder público, diferentes setores do complexo citrícola compõem outra mediação de relevância no cotidiano dos produtores citrícolas: o Fundecitrus (Fundo de Defesa da Citricultura). Trata-se de uma instituição criada em 1977, composta por representantes dos citricultores e das indústrias e financiada a partir de uma porcentagem

do preço da caixa de laranja entre eles comercializada, com o objetivo de monitorar determinadas doenças do parque citrícola. A partir de 1999 o Fundecitrus articulou-se à Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo para fiscalizar e erradicar pés contaminados nos pomares paulistas. O Fundo entraria com os recursos necessários e o poder público chancelaria a fiscalização com seu poder de polícia[66]. As ordens de erradicação, sem qualquer indenização, em um contexto de alta dos custos de produção, de diminuição dos preços das caixas de laranjas e de quebra de contratos por parte das indústrias gerou protestos de pequenos produtores contra o que alegavam ser um novo mecanismo de exclusão (Paulillo, 2000, p.121). O seguinte relato de um dirigente sindical assim descreve as tensões daí decorrentes:

> "O pessoal do Fundecitrus chegava, fiscalizava, olhava, mandava arrancar, mandava cortar a árvore. Aquela coisa de ir na propriedade, marcar as árvores com greening. Ele autuava, exercia o papel do governo do estado, porque o governo do estado não tinha estrutura física para fazer isso. E o Fundecitrus tinha por causa do orçamento, que chegou a mais de R$50 milhões anuais, com veículos, quase três mil funcionários... Quem põe esse dinheiro lá é o produtor, mas é descontado do nosso valor, não é que eu vou lá e pago, desconta da minha folha de recebimento. Agora quando falavam pra cortar os pés, nós sempre questionamos sobre indenização... Porque eu acho que toda erradicação tem que ter uma indenização. O cancro cítrico, no passado, o Fundecitrus chegava, mandava arrancar tudo. Ele tinha o poder de polícia para isso, junto com o estado. Então chegava na propriedade, arrancava tudo, virava as costas e ia embora. Deixava o produtor no meio daquelas tocaiada toda. Isso ocorreu muitas vezes. Aí que o Fundecitrus se queimou bem com o produtor. Houve até morte, aqui em Monte Alto. Uma coisa trágica... O cidadão ouvia o cara do Fundecitrus que ia lá fiscalizar o greening: '*Você tem que arrancar tudo*, *se o senhor não arrancar tudo, nós vamo vim aqui com a máquina arrancar*' e autuava o cara... E o cara, '*Não vô arrancar*'. '*Mas tem que arrancar*'. E o cara ficou transtornado... '*Se esse cara vier aqui eu vou matar ele'*. Saiu com a cartucheira e foi pro meio do pomar. Fatidicamente foi um cidadão lá de uma empresa de atomizador de bomba pra falar com o cara, deixou o carro na sede e desceu a pé. O outro achando que era o fiscal do Fundecitrus, deu o tiro. Isso faz uns três ou quatro anos atrás. Então quando o Fundecitrus ia a campo era aquela briga judicial. Liminar, não deixar entrar pra arrancar, não vai arrancar, o produtor foi na justiça falando que não vai arrancar. Tem ações correndo até hoje... Por

[66] *"No caso de recusa do proprietário em permitir a entrada dos fiscais do Fundecitrus, funcionários da Secretaria da Agricultura, acompanhados de policiais militares, voltarão ao local e, usando o poder de polícia da secretaria para entrar na propriedade, fiscalizarão pomares e erradicarão as árvores doentes"* (Gazeta Mercantil, "Combate ao Cancro cítrico dará emprego a quatro mil pessoas", 24/5/99)

> isso criou essa imagem de uma entidade que o produtor paga, pro cara ir lá foder ele... Mas já faz dois anos que o Fundecitrus não vai mais a campo [desde 2010]. Se o Fundecitrus viveu, foi porque a indústria quis, a hora que ele acabou, foi porque a indústria quis que ele acabasse. Nós chegamos a pagar R$0,10, R$0,12 por caixa, hoje nós estamos pagando R$0,02. A indústria achava que todo o dinheiro que tava sendo investido em campo, punitivo, ela achava que tinha que ser investido em informação, instrução. Hoje se você pega a revista do Fundecitrus ela diz: '*28 mil citricultores foram treinados*'. Deu resultado? Acredito que não, porque aumentou tanto o greening quanto o cancro" (Dirigente sindical, Taquaritinga, 01/2012)

Como afirma o relato, desde 2010 o Fundecitrus não mais realiza a inspeção e fiscalização nos pomares do estado, alegando que estas ações não evitaram a perda de controle da doença *greening*, cuja incidência passou de 3,4% dos talhões paulistas em 2000 para 24% em 2010. Os trechos abaixo de entrevistas mostram as ambigüidades na percepção dos pequenos produtores familiares acerca deste fato: por um lado, como vimos, houve hostilidade em relação à erradicação coercitivamente imposta pelo Fundecitrus; por outro, o fim dos trabalhos de fiscalização do Fundo representou à consciência de muitos pequenos produtores mais um exemplo do abandono a que foram relegados no complexo:

> "Esse pessoal do Fundecitrus só vinha com o papo de erradicação. Me irrita essa palavra... Porque acabar com o dos outros é fácil, difícil é acabar com o nosso próprio. Afinal erradicar não é solução pra nada, é o fim... Você vai falar pra um paciente com câncer pra matar ele?" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

> "Nossa relação com o pessoal do Fundecitrus era boa... Só que agora eles pararam... Largaram a gente na mão. Do dia pra noite, disseram: '*O Fundecitrus vai existir, mas não vai mais fazer vistoria, não vai mais fazer isso, não vai mais fazer aquilo*'. Agora a gente é que faz vistoria, a gente é que faz relatório. A gente procura fazer certo, mas eu te garanto que 90% do pessoal põem o que quer no computador, nem faz vistoria" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

Dentre as mediações que organizam o complexo citrícola, não há apenas aquelas estabelecidas e dirigidas pelas agroindústrias e pelo poder público. Os citricultores possuem mediações próprias, dentre as quais se destacam por seu significado cotidiano os *pools* de venda de laranja e os condomínios de empregadores rurais. Os *pools* são articulações de citricultores para a venda conjunta de caixas de laranja, com vistas a aumentar o poder de barganha dos produtores agrícolas face às agroindústrias. Os

condomínios, por sua vez, são consórcios formados por produtores rurais com vistas a realizar de modo unificado a contratação formal da mão de obra utilizada nas propriedades, especialmente nos momentos de colheita. Como já vimos acima, alguns teóricos sustentam que estas mediações podem melhorar as condições de transação de pequenos e médios produtores de laranjas com as agroindústrias, além de fortalecê-los política e culturalmente face os imperativos que hoje regem o complexo citrícola. Ainda segundo tal interpretação, a eventual sobreposição de *pools* e condomínios rurais, reforçando-se mutuamente, potencializaria ainda mais os ganhos econômicos e dinamizaria os recursos organizativos destes segmentos mais frágeis entre os citricultores (Chalita, 2005; Almeida, 2002)[67]. Apesar de evidências em favor desta hipótese, a relação dos pequenos produtores familiares com os *pools* e condomínios segue marcada por fortes ambigüidades. Em primeiro lugar, é comum que estes espaços reproduzam relações de poder locais, em que a inserção ou exclusão de pequenos produtores depende de relações pessoais com figuras de maior poder econômico e/ou político no setor e na região. Além disso, é também comum que os organizadores de *pools* e condomínios atuem como administradores terceirizados, com pouco ou nenhum controle de suas atividades por parte dos citricultores para quem prestam seu serviço. O resultado é a proliferação de problemas judiciais (no caso dos condomínios) e de segredos e suspeitas (no caso dos *pools*) que por vezes reforçam o processo de exclusão dos pequenos produtores familiares ao invés de contribuir para neutralizá-lo. Os dois trechos de entrevistas a seguir assim o ilustram:

[67] A situação mais próxima a esta hipótese que encontramos em nosso trabalho de campo foi em um sindicato rural particularmente ativo do ponto de vista político, que também organizava parte de seus associados em um *pool* de venda e em um condomínio de empregadores. O dirigente sindical assim apresenta a iniciativa: "*Eu tenho um pool aqui no sindicato de pequenos produtores com até 2 mil caixas de laranja, e produtor de 100 mil caixas não tem o preço que eles têm. Foi feito a 14 reais o pool aqui [em 2011]. Entrou produtor de 2, 5, 6, 7 mil caixas e favoreceu um monte de produtor. Esses não foram excluídos... Tem que ter a organização do negócio. Tem que ter alguém enfrentando. O produtor independente, muitas vezes acha que ta na vantagem, muitas vezes ele quebra a cara. [...] Nós temos também um condomínio formado aqui que atende cinqüenta produtores. De tanto o Ministério Público autuar, eu falei: '*Nós tamo sendo autuado, então vamo ter que se enquandrar! O que o Ministério Público quer? Quer isso? Então vamo fazer isso!*'. Eles exigiam que não aceitavam banheiro de tenda. Tivemos que fazer banheiro móvel, puxado no ônibus. Masculino e feminino. Compra uniforme, compra bota, compra óculos, nós não fomos mais autuados*"

"Na parte trabalhista eles [os colhedores] são muito beneficiados... Tá difícil de trabalhar, você não pode pôr uma pessoa aí sem registro, melhor não dá serviço. Nós faz qualquer coisinha, já complica. porque eles nunca perde. Se você fizer um errinho lá no sistema... eu não, o condomínio... você não tem nome na praça. É um tal de bloquear tudo que a gente tem... Por causa de uma pessoa que não fez o que tinha que fazer, porque nós pagamos. O condomínio funciona assim, o dono do condomínio é nós... Mas o que tomava conta não fez as coisa direito, ele foi embora e a turma foi... como é que fala? Botaram no pau... Aí uns paga, outros não paga, aquelas coisa... Então não tá fácil de trabalhar" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

"[Interlocutor 1] Antigamente tinha turma que se interessava em fazer pool, todo mundo vender. Então chegava em mim, eu entrava no pool, ele entrava, os pequenos. Então nós formava aí, por exemplo, x caixa de laranja. E tinha um cara que vendia a produção nossa, ele que fazia o contrato, ele que chamava na firma atenção pros produtor. Teve um ano até o N.M. foi presidente disso daí, ele que vendia laranja pra nós. Só que ele ficou rico e nós não fiquemo.... [risos] Teve gente que ficou rico em cima do produtor, cê sabe... Hoje não tem os deputado que fica lá em cima e arruma um jeitinho de embolsar dinheiro? Era desse jeito...

[Interlocutor 2] Funcionava assim... Nós formava pool e nós dava procuração pro cara negociar. Então sempre dava pra sair alguma coisa boa. E esses pools era que defendia o agricultor, eles fazia um contrato de três anos, talvez não é um negócio muito bom, mas é uma luz procê se guiar no escuro, você entendeu? Eu vou trabalhar dentro do meu contrato e era garantido, né? Bom ou ruim, era aquela meta lá que você seguia. Depois os caras mais grandes já não queria mais entrar no pool, queria fazer contrato sozinho, sabe? Como ta hoje, quem tem bastante laranja e é forte faz o contrato desse tamanho e nós é desse jeito, ou nem tem contrato. Nós mesmo esse ano não tem contrato" (Citricultores familiares, Taquaritinga, 01/2012)[68]

[68] Trabalhando com depoimentos de pequenos citricultores familiares de Bebedouro, Romeiro também identifica limites no funcionamento de *pools* de venda de caixas de laranja: "*Os grupos que selecionam as pessoas que pleiteiam sua entrada '*... têm segredos e eles querem pessoas que saibam guardá-los*'; e quanto mais organizados estiverem os produtores '*... pior será para a indústria, eles vão passar a exigir mais dela*'. O sigilo interessa mais à indústria que ao grupo, ela impõe esta condição porque trabalha com contratos diferenciados e a divulgação dos acordos poderia resultar em reivindicações que não há interesse em atender, portanto '*... não é benefício para a indústria que os produtores saibam da negociação porque com isso poderia surgir a tendência de uma organização maior*'* " (Romeiro, 2002, p. 121)

Outra mediação de grande relevância no complexo composta pelos próprios produtores citrícolas são os sindicatos patronais rurais vinculados à Faesp (Federação da Agricultura do estado de São Paulo) e à CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária). Esta representação formal dos agricultores paulistas teve grande importância na organização do complexo citrícola na década de 1970, no período em que as negociações entre indústrias e produtores de laranjas eram realizadas através do Comitê de Exportação de Sucos Cítricos da CACEX (Câmara de Comércio Exterior). Contudo, o acirramento das lutas no interior do complexo citrícola desde o fim dos anos 1970 e por toda a década de 1980 deteriorou a representatividade da estrutura sindical no setor, questionada pelo ascenso de diferentes associações civis de produtores citrícolas. O estabelecimento do contrato padrão em 1986 e a realização de negociações conduzidas diretamente pelas associações dos setores industrial e citrícola reforçaram este processo, acentuando o potencial representativo e organizativo das associações e minimizando a relevância dos sindicatos rurais e da Faesp na organização do complexo (Rodrigues, 1995).

Esta tendência reverteu-se relativamente com o acirramento da subordinação da citricultura às agroindústrias na década seguinte. O contínuo crescimento de pomares próprios das indústrias processadoras, a quebra do contrato padrão, as negociações caso a caso na venda das caixas de laranja, a queda da rentabilidade da produção citrícola e a acentuada exclusão de produtores do setor tiveram por consequência o enfraquecimento das associações civis de citricultores na segunda metade dos anos 1990. Neste momento, os sindicatos vinculados à Faesp voltaram a ganhar relevância na organização do setor, dado que possuíam uma estrutura consolidada financiada pela contribuição sindical obrigatória. Esta vantagem organizativa da estrutura sindical teve uma dupla consequência: por um lado, a Faesp voltou a concentrar parcela significativa das negociações e decisões de relevância para os citricultores; por outro, sua atuação seguiu marcada pelos traços básicos do sindicalismo burocrático brasileiro. Em primeiro lugar, isso significa que são poucos os sindicatos patronais rurais politicamente dinâmicos, em que a base de produtores interage com os debates e formulações. A maioria deles pelo contrário restringe-se a fornecer assistência médica e a auxiliar produtores em sua burocracia contábil e fiscal. Em segundo lugar, o sindicalismo patronal rural é também marcado pela autonomização de sua

burocracia e pelo personalismo de figuras chave que a ocupam, podendo reproduzir-se desconectado das insatisfações de segmentos de sua base. Isso é o que permite que os sindicatos patronais rurais assumam uma postura de maior acomodação e entendimento com o Estado e com as agroindústrias, mesmo em contextos de agudos conflitos. Uma importante liderança sindical patronal na citricultura assim descreve as dificuldades organizativas do setor:

> "Sempre fomos desorganizados... O produtor sempre acreditava na indústria e não acreditava na entidade de classe. Porque a indústria é que paga ele... Nós sempre tentávamos fazer alguma coisa. Formamos associações, mas sempre se arrastando, nunca com interesse efetivamente do produtor. Não tem aquela obrigatoriedade efetivamente de uma contribuição financeira para a associação. Então é um setor desorganizado... Porque não tem estrutura financeira pra você fazer um bom trabalho. Mas existe a Federação da Agricultura de São Paulo e os sindicatos afiliados, com uma estrutura melhor, onde se concentram mais as negociações, os envolvimento lá dentro. Porque tem uma estrutura, queira ou não queira o produtor paga a contribuição sindical. [...] Aqui nós acreditamos que temos que trabalhar num entendimento com a indústria. Antigamente nós tínhamos um revanchismo muito grande: a indústria de um lado, o produtor do outro. Existiram cicatrizes profundas nisso. É um setor que tem os seus tumultos, né? Mas quando você tem só três indústrias, você tem que ter um entendimento, cansar de ter um entendimento, a hora que você achou que não deu mais, você tem que sentar na mesa de novo, pra ter um entendimento... Porque se não tiver isso, vai plantar cana. Olha, eu já fechei porta de fábrica, já fiz passeata na rua, já joguei dez caminhão de laranja na rua, fechei a Anhanguera, tudo que você pensar de movimento, eu fiz. Aqui em Taquaritinga a gente já passou em cima de um caminhão pelas ruas do centro jogando laranja, fechamos as indústrias, todas as indústrias. E eu percebi o que? Faria de novo? Mudou... Hoje o mercado não ta mais pra isso... Mudou o posicionamento do produtor, o próprio conhecimento nosso. Antigamente tinha dezenas de indústrias, hoje não tem mais. Então você tem que sentar e ajustar regras, começar a ajustar algumas coisas" (Dirigente sindical, Taquaritinga, 01/2012)

Desde 2010 a Faesp e a entidade que desde 2009 aglutina as principais indústrias citrícolas (CitrusBR) vem construindo uma nova mediação institucional para o setor: o Consecitrus. Trata-se de um conselho que reunirá produtores de laranja e indústrias processadoras para estabelecer políticas e diretrizes para a cadeia produtiva citrícola. Segundo o posicionamento de alguns dos mais importantes dirigentes sindicais rurais vinculados à citricultura, este conselho poderá trazer maior transparência e constância à relação entre os citricultores e a indústria. De acordo com esta posição, o Consecitrus disporá de informações oferecidas pelas agroindústrias acerca de sua estrutura de custos e comercialização e poderá estabelecer preços mínimos a serem pagos pela

caixa de laranja, que evitem a flutuação que atualmente marca o mercado[69]. Ainda de acordo com esta leitura, um exemplo embrionário do que poderia ser tal negociação foi o já mencionado acordo na safra 2011/2012 entre indústrias, produtores e governo de um preço mínimo de R$10,50 por caixa de laranja, em troca de uma linha especial de crédito (LEC) no valor de R$300 milhões a juros de 6,75% ao ano para a recomposição de estoques da indústria. Um dirigente sindical ativo nas negociações acerca do Consecitrus assim o coloca:

> "Nós tamos tentando ter esse entendimento através da formação do Consecitrus, que é uma coisa nova que nós estamos criando... Fizemos um entendimento no ano passado em Brasília que é um preço de garantia que nunca teve, com uma linha especial de crédito. Trabalhamos muito pra conseguir isso... Quem tá participando do Consecitrus hoje? É a Faesp, a Sociedade Rural Brasileira e a Citrus BR. Nós vamos começar a construir alguma coisa. Até agora houve só a formulação do estatuto. Nós estamos ainda montando a parte efetivamente estrutural do negócio. Vai ser o melhor? Não acredito... Pode ser ajustado? Pode ser ajustado... O que não pode é acontecer isso que aconteceu nos últimos anos. Tem produtor que vende a quinze e tem produtor que vende a oito. Você dá uma estabilidade pra um e não dá uma estabilidade pra outro. Tem que ter uma certa estabilidade pra todos. O Consecitrus pode ser uma coisa com um resultado muito positivo, se tiver transparência. Se não ocorrer, isso não vai sair do papel. A indústria tem que ser transparente, tem que ser clara, tem que abrir os custos de industrialização... É isso que eles tão propondo. Nós tamos... acreditando. A boa intenção ta existindo. Acho que a própria indústria ta vendo hoje que o caminho é esse. Queira ou não queira, se eles tem hoje 45% da produção deles, eles tem que comprar da gente os outros 50%" (Dirigente sindical, Taquaritinga, 01/2012)

[69] A Faesp possui divergências internas quanto a esta questão. A assinatura do estatuto de formação do Consecitrus em 18 de abril de 2012 foi marcada por grandes tensões entre a Faesp, a Sociedade Rural Brasileira e a CitrusBR. Em um primeiro momento, a SRB deixou as negociações após o presidente da Faesp exigir que sua entidade tivesse dois representantes no conselho e a Sociedade Rural Brasileira um. Em seguida, a Faesp vetou a indicação para a superintendência do conselho de João Sampaio, ex-secretário da agricultura do estado e ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira. Este veto isolou a Faesp e fez com que a indústria, representada pela CitrusBR, realizasse a assinatura do estatuto do Consecitrus somente com a SRB. Em nota a Faesp afirmou que "*[o setor industrial] preferiu agir de modo desrespeitoso e desleal ao assinar o estatuto do Consecitrus com outra entidade, na calada da noite [...] Nosso posicionamento se justifica pelas informações recebidas de nossa representativa base de Sindicatos Rurais de que Sampaio, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), mantém contrato de prestação de serviço com a CitrusBR, entidade que, por sua vez, teria se associado à SRB, em flagrante conflito de interesses e representação [...] A estratégia adotada pelo setor industrial foi a de assinar o Consecitrus a qualquer custo, com qualquer entidade, independentemente de representatividade na área de citricultura*" ("Faesp e CitrusBR trocam críticas sobre Consecitrus", 20/04/2012; "Indústria e SRB assinam Consecitrus com João Sampaio e sem Faesp", 19/04/2012 in http://agricultura.ruralbr.com.br)

A percepção dos pequenos produtores familiares a respeito desta posição de seus sindicatos é mais uma vez marcada por ambigüidades. Por um lado, é comum encontrar produtores familiares que afirmam ser necessário construir uma *parceria* com as agroindústrias, envolvendo pacotes tecnológicos, preços mínimos e repasse de informações[70]. Afirmações como estas tendem a se aproximar da postura de entendimento que caracteriza majoritariamente os sindicatos vinculados à Faesp, afastando-se do perfil combativo característico da atuação dos citricultores de menor porte em sua relação com as indústrias processadoras no passado. Por outro lado, contudo, é também comum encontrarmos pequenos produtores familiares que reclamam do que consideram uma proximidade excessiva entre seus sindicatos e as agroindústrias processadoras. Consideram-se por isso pouco representados em especial nos momentos de venda das caixas de laranja. A seguinte citação de um pequeno produtor assim ilustra sua tendencial animosidade com o sindicato rural:

> "Nós somos sócio do sindicato. Mas não tem uma classe que luta pela gente. A gente vai lá, paga mensalidade... mas eu não vejo uma classe que luta... Ele [o presidente do sindicato rural local] tem coragem de ir pra imprensa e dizer: '*vocês vende porque senão vai piorar tudo*'. Em vez de ele escutar o produtor ou ir se indispor com a indústria, no fundo você percebe que ele não tava com nós. Eu sinto isso... Ele não pode fazer isso, ele tem que nos defender. O grande ele se vira, né? Mas os pequenos tão ai na mão das indústria, na mão dos barracão. E quem mantém o sindicato? É o pequeno produtor. O cara até dez alqueires paga, vamo supor, trinta real pro sindicato. O cara tem cem alqueires, capaz de pagar cinqüenta. Talvez nem isso ele paga... Olha a diferença. Quem tá pagando mais em porcentagem, é eu ou é ele? Isso eu acho que é errado" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

[70] Um pequeno produtor familiar assim o coloca: *"Eu tava vendo um programa ontem. O cara que só planta salsinha pra Nestlé, faz vinte e dois anos. É uma parceria com a Nestlé. O cara planta x, obedece aquelas normas que a firma exige. Então nós temos que trabalhar em parceria, entendeu? Parceria eu digo pra sobrevivência, não é pra ficar milionário, mas o sujeito precisa sobreviver na propriedade. Porque não adianta eu te matar você, você tem que viver pra me dar lucro pra mim. Você sabe aquela história de que mataram a galinha que botava ovos de ouro? A galinha botava ovo de ouro, acharam que a galinha inteira era de ouro e mataram ela... Então eu acho que tem que ter parceria. A indústria tem que repassar o lucro, tem que oferecer uma assistência técnica, uma tecnologia, né? Ela tem que chegar e explicar pra você: 'a laranja ta dez real porque nós tamo com esse problema assim'. Dar satisfação! A satisfação vale muito mais que tudo. Porque que eu to pagando dez real? Eu perguntaria pras indústrias o seguinte: por que tá nesse patamar? Qual é o problema que ta tendo? Vocês não tão vendo que o produtor não tem condições de sobreviver com esse preço? Eles ia explicar pra mim o motivo porque ta pagando só isso, né? Aí eu concordaria, bom, se esse ano ta em crise, temo que agüentar, né? Mas já faz mais de dez anos de crise"* (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

A Associtrus (Associação brasileira de citricultores) é mais uma mediação composta pelos próprios produtores rurais com relevância na organização do setor. Constituída em 1974, mostrou grande potencial organizativo e representativo em comparação com a pouco ágil estrutura sindical vinculada à Faesp na condução das tensões que se acumulavam no interior do complexo na virada dos anos 1970 e 1980. Ao longo da década de 1980 a Associtrus alcançou sua maior envergadura, mesclada a problemas financeiros e políticos graves nunca sanados. Primeiramente, se o estabelecimento do contrato padrão garantiu-lhe maior solidez e protagonismo, ao mesmo tempo a partir de 1985 as indústrias recusaram-se a recolher e repassar o percentual do preço da caixa de laranja que desde sua fundação permitira a sobrevivência da associação. Este permaneceu seu problema mais grave mesmo depois da criação de um sistema próprio de arrecadação em 1987. Em segundo lugar, mesmo no momento de maior envergadura da Associtrus, sua atuação nunca foi marcada pela proximidade territorial com a base de citricultores. Daí que a partir de 1988 a Associtrus tenha tido sua representatividade questionada por uma nova associação (Aciesp – Associação dos citricultores do estado de São Paulo), que considerava insuficientes sua articulação local com pequenos e médios produtores de laranjas. Ao longo da década de 1990, somadas ao acirramento da subordinação da citricultura às agroindústrias, estas questões deterioraram gravemente o poder de organização e representação da Associtrus. A ruptura do contrato padrão esvaziou seu poder político, enquanto a acelerada exclusão de produtores tornava crescentemente complexa a tarefa de mobilizar e unificar as insatisfações que marcavam o setor. Em meio a um cenário de rupturas e perda de representatividade, a Associtrus virtualmente paralisou suas atividades na segunda metade dos anos 1990.

Apenas a partir de 1999 iniciou-se a reorganização da Associtrus, em um primeiro momento no interior da Sociedade Rural Brasileira. Esta reorganização foi marcada por um tom mais combativo face às indústrias, tendo como pauta central a retomada do processo junto ao CADE contra a atuação cartelizada das processadoras de suco. Este processo garantiu, por um lado, imediata relevância política à associação em sua relação com o poder público e com as agroindústrias. Por outro lado, este eixo de atuação reproduziu determinados limites típicos do perfil da Associtrus desde sua fundação. O processo junto

ao CADE fortaleceu a tendência da Associtrus de restringir sua atividade política à pressão sobre canais institucionais e personalidades políticas do Estado brasileiro. Uma quantidade de energia significativamente menor foi dedicada ao longo dos anos 2000 para reverter a baixíssima capilaridade da associação no parque citrícola, especialmente entre pequenos produtores. Este perfil de iniciativa política vem encontrando dilemas: os resultados concretos da pressão institucional sobre o poder público seguem bastante restritos enquanto, segundo pesquisa da Ufscar em 2003, apenas 6% dos pequenos citricultores da região de Ribeirão Preto são associados da Associtrus hoje (Paulillo, Almeida e Vieira, 2006b, p.138). O presidente da associação assim relata sua história e seus desafios:

> *"*Em meados da década de 1990 a Associtrus se desestruturou, não houve mais eleições, ela ficou no limbo, existia apenas virtualmente. Em 1999 houve aquela grande ruptura dos contratos por parte da indústria e nós procuramos nos organizar. Em um primeiro momento nós fizemos isso no interior da Sociedade Rural Brasileira (SRB), mas lá eu não tinha o suporte, não havia interesse no trabalho de confronto com a indústria. Foi daí que nós saímos e reorganizamos a Associtrus em 2003. No início a indústria não nos aceitava como representante dos produtores, mas nós conseguimos criar situações complicadas pra ela, que levaram a que nos chamassem pra discutir. Isso aconteceu principalmente em 2006, logo em seguida daquela busca e apreensão da Polícia Federal na Operação Fanta, quando a Cutrale nos procurou disposta a negociar. [...] O processo no CADE é nosso maior confronto, daí derivaram todas as outras negociações. Por que a indústria veio nos procurar pra oferecer o Consecitrus? Porque ela estava preocupada com o desenlace da questão do cartel. No fundo isso é que deu força à Associtrus até agora... A tendência do brasileiro é conciliatória, mas você percebe que nessa linha conciliatória nunca se conseguiu nada. Taí, a Faesp é uma entidade que procura conciliar, mas a gente sabe que esse setor industrial não caminha sem pressão. A Associtrus perde alguns colaboradores formalmente por causa disso, tem gente até que nos apóia e não quer que o nome apareça como associado ou apoiador porque tem medo das retaliações. [...] Na estrutura política tradicional, na verdade conseguimos poucos apoios. Conseguimos mobilizá-los, mas poucos deles se envolveram com a questão, muitos se afastaram para facilitar a aproximação com a indústria, que sempre teve uma tradição de financiar campanhas. De qualquer forma a gente conseguiu levantar o problema, conseguimos a criação da câmara setorial de citricultura no Ministério da Agricultura, que eu presidi durante quase seis anos. Coisas que levaram os nossos questionamentos, os nossos problemas junto aos mais altos escalões, sem que isso representasse

grandes vitórias. Foi isso... a grande vitória foi conseguir levantar o problema" (Presidente da Associtrus, Bebedouro, 01/2012)[71]

O posicionamento da Associtrus quanto à atual construção do Consecitrus é naturalmente distinto daquele hegemônico no interior da Faesp. Durante anos a Associtrus pressionou a indústria pelo estabelecimento de canais institucionais de transferência de informações estratégicas aos citricultores e de negociação de preços mínimos das caixas de laranjas. Contudo, aos olhos da Associtrus, o Consecitrus tal como vem sendo construído não será uma mediação política capaz de favorecer os produtores citrícolas. Segundo este ponto de vista, o Consecitrus está sendo construído de modo anti-democrático, não apenas excluindo a Associtrus das negociações, como também limitando a expressão de opiniões divergentes de importantes sindicatos rurais do cinturão citrícola. O presidente da Associtrus assim o coloca:

"Desde que fomos reconhecidos como interlocutores da indústria começamos a insistir com a pauta do Consecitrus. A indústria não se dispunha a negociar, até que eles nos procuraram dizendo que iam 'oferecer' pra Associtrus o Consecitrus. A discussão foi iniciada em 2007 e em 2008 nós fizemos reuniões na secretaria da agricultura negociando o Consecitrus. [...] No segundo semestre de 2011 aconteceu uma reunião lá na SRB e não convidaram a Associtrus. Só participaram a SRB, a Faesp, um grupo de grandes produtores e a indústria. Muitos produtores perguntaram: '*a Associtrus não vai comparecer?'*. O Cláudio Ermírio [diretor da Citrovita] então falou: '*Antes que alguém pergunte, eu quero falar que a Associtrus não foi convidada porque ela é contra o Consecitrus*'. Isso marcou a ruptura. Mas na verdade o que eu entendo é isso: não é uma ruptura da Associtrus, a indústria é que se esforçou pra colocar a Associtrus fora do Consecitrus. O que ela percebeu? Que tanto a Sociedade Rural Brasileira (SRB) quanto a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) iam aceitar previamente qualquer que fosse o Consecitrus que eles apresentassem e nós não, nós queríamos discutir ponto a ponto todas as questões técnicas, a questão do estatuto, etc. Existem discordâncias a esse respeito também no interior da Faesp, sindicatos de municípios importantíssimos para a citricultura têm demonstrado, em diferentes graus, serem contrários ou pelo

[71] No interior da câmara setorial de citricultura no Ministério da Agricultura, consolidada no final de 2004, destacam-se especialmente os esforços para a criação de um sistema de geoprocessamento para acompanhar o desempenho da produção citrícola nacional, com informações a respeito do ritmo de florada, do rendimento dos pomares, da perspectiva de preços, etc. Este sistema teria a função de diminuir a as distorções e a assimetria de informações no interior do complexo, uma vez que desde 2003 a Associtrus vem acusando as agroindústrias processadoras de divulgar dados da citricultura segundo seus interesses com vistas a influenciar tanto os preços internacionais de suco de laranja, quanto os preços internos da caixas de laranjas (Paulillo, Almeida e Vieira, 2006b, p. 125)

> menos não estarem satisfeitos com o Consecitrus da forma como está sendo conduzido. Isso porque o Consecitrus como ta sendo conduzido vai só atender os interesses da indústria, eles querem usar isso como um documento pra apresentar pras autoridades dizendo que o setor ta pacificado" (Presidente da Associtrus, Bebedouro, 01/2012)[72]

Neste contexto, a Associtrus vem buscando se aproximar politicamente da principal entidade sindical dos assalariados rurais do complexo citrícola paulista hoje: a Feraesp (Federação dos Empregados Rurais do estado de São Paulo). Como descrito no capítulo anterior, em fevereiro de 2010 o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação civil pública exigindo que as indústrias citrícolas voltassem a contratar diretamente a mão de obra utilizada na colheita da laranja, seja em seus próprios pomares, seja em pomares de terceiros. A Faesp mostrou-se relutante em aderir à iniciativa. A Associtrus, ao contrário, aceitou somar forças de empregados e produtores rurais contra o que vê como uma dupla subordinação imposta pelas agroindústrias citrícolas. Segundo sua leitura, no contexto de forte exclusão imposto sobre os citricultores, a contradição entre eles e seus assalariados pode ser relativizada em comparação com a contradição entre ambos e as indústrias citrícolas:

[72] As críticas ao Consecitrus formuladas por determinados sindicatos vinculados à Faesp e pela Associtrus podem ser assim exemplificadas: "*Associações e sindicatos da citricultura contestam as referências de preços divulgadas pela indústria processadora de citros na semana passada, a título do Conselho dos produtores de laranja e exportadores de suco, o polêmico Consecitrus. O modelo referencial divulgado nesta quarta feira [10/10/2012] determinou que o preço da caixa de laranja seria de R$9,26. Os resultados da cadeia produtiva seriam divididos assim: 36% a quem planta e 64% a quem processa. O presidente do sindicato rural de Ibitinga e Tabatinga, Frauzo Ruiz Sanches, critica o modelo porque '*toma como base uma fazenda que produz 20 milhões de caixas. Mas não existem fazendas em São Paulo que produzem 20 milhões de caixas. A maior de todas, do grupo Fischer em Iaras, produz cerca de quinze milhões de caixas*'. Segundo ele, os números da produção agrícola foram superestimados, enquanto os do processamento industrial, subestimados, distorcendo os custos*" (http://www.dci.com.br, "Sindicatos e associações vão ao CADE contra o Consecitrus", 18/10/2012)

"Houve uma série de reuniões da Feraesp com a indústria e a Faesp para tentar devolver para a indústria a colheita e o frete, que foi repassada anos atrás para os produtores. No entendimento da Feraesp e dos trabalhadores, eles tinham maiores garantias quando eram empregados da indústria. Isso é evidente, eu trabalhei na indústria e sei, nós tínhamos uma empresa que contratava, registrava, dava assistência médica pros trabalhadores. Nessas negociações sobre o retorno da colheita e frete para a indústria houve um grande impasse, porque a Faesp mais uma vez teve uma posição totalmente favorável à indústria. Eu tive contatos com o procurador do trabalho e ele me convidou para participar dessas reuniões. Eu comecei a participar, colocando a posição da Associtrus, que era a mesma posição dos trabalhadores. Foi aí que a gente encontrou o Élio [Neves, presidente da Feraesp] e a gente começou a tentar se aproximar. Nós achávamos politicamente muito importante que a gente unisse a força da Associtrus com a força dos trabalhadores. Mas eu percebi um certo distanciamento, tanto é que quando foi criada a câmara setorial de citricultura no Ministério da Agricultura, tinha uma previsão dos trabalhadores rurais participarem e a Feraesp se negou a participar. Assim mesmo continuamos participando de reuniões, tentando essa aproximação, mas sem muita reciprocidade... Hoje nós estamos no mesmo problema, nós estamos enfrentando problemas com a indústria, que é o contratante dos dois lados. Não há conflitos abertos e permanentes entre produtores e trabalhadores. Tem gente que não entende assim, vê essa questão de patrão e empregado e se preocupa com uma aproximação irrestrita, mas eu passo por cima disso, eu acho que não há razão para não unir forças com quem ta sofrendo os mesmos problemas, com a mesma origem. Não precisa com isso abrir mão das suas convicções, se acontecer algum problema, nada vai impedir que você o resolva de outra forma, em outra instância. Ninguém vai fazer um acordo de não discutir os problemas. Nós estamos unidos nessa questão, mas não vai haver nenhum compromisso que venha a limitar os direitos e deveres de ninguém" (Presidente da Associtrus, Bebedouro, 01/2012)

Entre os pequenos produtores de laranjas e os assalariados rurais citrícolas há naturalmente diversos conflitos. São comuns, por exemplo, relatos de pequenos produtores queixando-se da quebra de confiança e da suposta desonestidade de colhedores que procuram a justiça[73]. São também comuns relatos de pequenos produtores queixando-se de que os assalariados contratados para atividades de entressafra não se submetem a

[73] *"Hoje a lei favorece, o cara vem aqui na roça, trabalha, depois vai na justiça, conta duas mentira lá, chama duas testemunha que você nunca viu na vida, o juiz acredita naquilo e você é obrigado a pagar. Eu conheço um cara que arrancou tudo as goiaba dele por causa disso. Ele tinha doze pessoa colhendo goiaba, trabalharam duas semanas, na terceira semana chamaram ele no pau, apareceram vinte e cinco pessoa falando que tava trabalhando pra ele. Ele foi obrigado a indenizar vinte e cinco pessoas, sendo que só tinha doze na roça"* (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

condições de super-exploração da mesma forma que os membros de sua família[74]. Ainda assim, como indica a citação acima, o atual contexto da citricultura talvez permita aproximações políticas entre determinados segmentos de produtores de laranja e assalariados rurais do complexo em contraposição às agroindústrias. Paulillo e Almeida assim comentam os desafios e perspectivas desta articulação, visando a criação de alternativas tanto à exclusão e proletarização de pequenos citricultores, quanto à super-exploração e desrespeito aos direitos sociais e trabalhistas da mão de obra assalariada na citricultura:

> "O que poderia um dirigente sindical do lado dos trabalhadores rurais negociar com os produtores? Será que existem pontos de contato que são comuns entre os setores do trabalho e da produção rural? É necessário buscar por ambas as partes os pontos comuns através de um fórum de negociação, mesmo que não seja possível apagar as divergências. É preciso iniciar um processo de criação de confiabilidade para se estabelecer uma política de enfrentamento destes atores sociais e de representação do segmento agrícola, ainda mais agora que a agricultura só pode ser vista de forma complexa e intrincada com os segmentos industriais e financeiros. No caso específico da mão de obra na citricultura, somente a ação da promotoria pública não bastou, embora tenha surtido bons efeitos nos anos 90 e primeiros anos do século XXI, e a solução continua sendo a articulação de interesses das associações representativas de citricultores e trabalhadores rurais" (Paulillo e Almeida, 2006a, p. 164)

- *Proletarização da pequena produção familiar citrícola paulista*

A exclusão dos pequenos citricultores paulistas do consenso que rege o complexo citrícola hoje implica em um multifacetado processo de proletarização de sua força de trabalho. Este processo refere-se primeiramente ao acirramento da subordinação de seu trabalho familiar ao capital agroindustrial. Chama a atenção a este respeito sua auto-

[74] *"Tá muito complicado a mão de obra, né? Hoje a lei trabalhista, ela é severa e nem todo merece a lei trabalhista. Que tem funcionário ruim pra chuchu, né? Desde que entrou na sua propriedade ele é seu funcionário e você precisa agüentar o que ele é. Eu tenho uma propriedade pequena, de doze alqueires, tem estufa pra plantar pimentão, tem laranja e tem porco, três atividade. Nós trabalha mais ou menos numa média de cinco pessoa: três da família – eu, minha esposa e meu genro – e dois funcionário. Mas dentro de noventa dias trocou três funcionário... Eles querem carteira assinada e um relógio no pulso, não interessa que não vai dar produção pro patrão. Hoje a gente já contrata por noventa dia pra ver se mantém, senão já manda embora, porque não tem o que fazer..."* (Citricultor familiar, Ibitinga, 07/2011)

caracterização, ouvida diversas vezes no trabalho de campo, como *"empregados das indústrias"*. O trecho seguinte assim o ilustra:

> "A gente trabalha pra indústria. A gente produz pra indústria. E eles vão ter o ganho deles, pra eles é fácil controlar: o valor do suco é tanto, paga tanto pela laranja, vai sobrar tanto. Agora a gente trabalha no escuro... Que nem eu to tratando do pomar pra vender no ano que vem, gastando dinheiro com adubo, veneno, óleo diesel, máquina, tudo, quebra o trator, quebra a máquina, tem que fazer tudo isso aí, arrumar, consertar. Depois, quando eu vender a laranja, eles vão falar: '*eu pago tanto*'. Eles não vão falar pra mim: '*nós vamo pagar tanto na laranja... vai sobrar dinheiro pra você?'*. Eles não vai chegar em mim e falar isso. Eu vô falar: '*pô, mas não vai sobrar nada*', mas eles não ta nem aí. E eu vô fazer o que com a laranja? Eu vô ter que entregar pra ele... Eu vô ter que vender pra ele essa fruta... Eu vô deixar perder? Esse ano, pagaram um preço mínimo de R$10,50. Não vai sobrar nada, vai sobrar muito pouquinho. Então não é que ele chegou em mim e falou: '*mas dá pra você viver com R$10,50 a caixa'*, ele não chegou a perguntar isso. Falaram que iam pagar isso e pronto, '*você vende?*'. Eu tive que vender... Senão tinha caído tudo no chão. Então nós somos empregados das indústrias... Eles põe o preço, não é eu que falo: '*eu quero tanto da laranja, porque ela me custa tanto*', não é isso. É eles que falam. E com quem que eu vô reclamar?
>
> *O que significa para o senhor ser, como o senhor disse, um "empregado da indústria"?*
>
> Significa que a gente ta sempre naquilo, não deslancha, não cresce na vida, cê trabalha pra comer, só, cê trabalha pra sobreviver, só. Não é que fala: '*vô comprar um carro novo, vô tirar um trator novo, vô comprar mais um pedaço de terra, vô subir na vida*'. Não vai! Cê ta sempre... eu tenho esse pedaço de terra do meu pai, que eu peguei de herança do meu pai já há quantos ano? Não consegui comprar um alqueire a mais de terra. É isso aí. E dá pra nós comer aqui, arroz feijão, não é? Não é que fala: '*você viajeia, você vai passear*'. Se eu fô viajar ou passear por aí, não dá com isso que eu ganho no sítio. Não tem como..." (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

Como consequência, o citricultor familiar tem uma percepção muito particular acerca de sua liberdade enquanto pequeno proprietário. Em seu discurso, a autonomia do trabalho familiar é expressa de modo complexo: por um lado, sua propriedade possibilita-lhe arbitrar o tempo do trabalho e do não-trabalho e distribuir de modo relativamente autônomo as atividades no sítio; por outro, sua subordinação às agroindústrias impossibilita-lhe determinar o preço de seu próprio produto no mercado, gerando a sensação de permanente insegurança e heteronomia. Reforça-se assim a auto-caracterização enquanto um *"empregado da indústria"*, um *"diarista"*: assim como um

assalariado tem poucos instrumentos para determinar o preço de sua força de trabalho e se vê comumente obrigado a aceitar níveis de remuneração inferiores ao necessário para sua reprodução, também o pequeno produtor sente-se incapaz de determinar o preço de sua caixa de laranjas, vendo-se obrigado a aceitar pagamentos que considera insuficientes à manutenção de sua família. O seguinte trecho assim ilustra este raciocínio:

> "Eu falo pra você, eu trabalho na minha propriedade, eu tenho dez alqueires. Mas parece que eu sou um diarista. Você sabe o que que é um diarista? Você vende a sua mercadoria... Não é que eu vou lá vender que eu digo quanto vai ser... Eu preciso perguntar: '*o senhor quer me comprar? Quanto que o senhor paga?*' '*Eu pago tanto*'. E não dá... Você vê que é barato, não dá. Mas ele diz: '*se você não quer vender nesse preço, tem outro que vende*'. Então você faz o negócio... É tudo da maneira deles. Você planta, você colhe, você trabalha e na hora de vender você fica na mão deles. A gente tá vivendo desse jeito... Tá encolhendo, a gente tá encolhendo. Com essa propriedade eu não consigo arrumar a minha casa. Eu não tenho força nem garantia pra que eu possa arrumar a casa. Por isso eu digo: esses dez alqueires são meu, mas eu não passo de um diarista, não me sobra um dinheiro.
>
> *Vocês se sentem livres no trabalho de vocês aqui no sítio?*
>
> [Marido] A gente trabalha a vontade, sim. Mas não satisfeito.
>
> [Esposa] Na verdade você não é livre. Você acaba sendo pressionado, porque você tem suas mercadorias pra vender. Você não fica despreocupado, eu vou vender a minha laranja, a minha manga, meu limão, eu vou poder deitar sossegado e dormir. Na verdade, livre, livre você não é. Você sabe que você tem que trabalhar, pulverizar, fazer as coisas na propriedade. Livre seria uma coisa diferente eu acho... Seria uma segurança. A gente não tem uma segurança de dizer: '*Nós temos um capital aí, vamo supor, de 50 mil. Vamos gastar trinta na casa*'. Ou mesmo de gastar na propriedade. Por que a gente não sabe se vai vender e por quanto vai vender. Então eu acho que a gente não trabalha livre.
>
> [Marido] Livre que eu digo é que eu tô a vontade, eu vou na roça, eu vou fazer aquilo que eu gosto no horário que eu gosto. Prá mim a propriedade é tudo. É tudo, mas tá sendo muito pouco prá tudo que a gente trabalha. Eu não queria ficar milionário, eu não quero comprar mais um pedaço de terra pra mim crescer. Eu queria manter isso daqui bonitinho, com a casa bem arrumada. Eu queria manter o que eu tenho, a minha propriedade aqui. Isso que eu queria. Eu acho que o produtor, que tem a terra dele, eu acho que pelo menos isso ele tinha que ter. E eu nem isso tenho. Eu tenho vontade de trabalhar. Mas o meu serviço não é reconhecido pelo que a gente ganha" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

Há naturalmente contratendências a este processo. No cotidiano dos pequenos produtores de laranjas há estratégias para reconquistar parte da autonomia que viram se perder com o acirramento da subordinação de seu trabalho familiar ao capital agroindustrial. Dentre elas se destaca, em primeiro lugar, a policultura: são comuns os relatos de retirada parcial nos últimos quinze anos de pés de laranjas, substituídos por outras lavouras com vistas a aumentar a segurança e a rentabilidade da pequena unidade produtiva. Esta estratégia, contudo, possui limites. Como destaca a citação seguinte, os nexos de subordinação da produção rural ao capital multiplicaram-se a tal ponto, que se tornou crescentemente difícil neutralizá-los por meio da migração entre culturas:

> "O sítio aqui tem dez alqueires. Antigamente era tudo laranja... Mas devagarzinho a gente foi eliminando a laranja, não tinha como tocar. Nós tinha um capital no banco, até então tava muito bem. Depois começou a empacar, nós tiramos todo aquele capital do banco prá botar no sítio. A laranja, ao invés de dá dinheiro, ela tava tomando. Nós vendemos carro, vendemos implemento. Tinha mês que nós não tinha dinheiro nem pra pagar energia. Tinha terra, mas não tinha dinheiro, entendeu? Tudo isso, eu acho, porque a gente tá sendo massacrado pelas indústria. Eu acho impossível que a gente vende isso tudo e não tem preço, uai. Então a gente tava numa situação muito difícil pra trabalhar com a laranja... Eu comecei a tirar os pés de laranja uns sete anos atrás [2004]. Hoje eu tenho só 800 pés de laranja, plantado agora, começando a produzir. Mas a gente teve de ser obrigado a plantar outras culturas. Plantou limão, plantou manga... [...] Nós vendia limão pra indústria, quando... três anos atrás? Cinco real a caixinha nossa. É ruim? É. Mas hoje nem isso não vai. Hoje é um real e quarenta. Dá pra trabalhar? É por isso que eu te falo... Por isso que o pessoal vai fazer loucura no banco. Com a manga, a indústria tá propondo um negócio de 18 centavos a caixa. Eles dá três centavos pro produtor pra adiantar o frete agora em janeiro. Quinze centavos ele vai pagar em agosto. Por isso que eu digo, em todas as culturas o pequeno produtor tá na mão da indústria, do barracão... Até mesmo a mandioca... Um tempo atrás os pequeno produtor tava plantando mandioca, um alqueire, dois... Aí a mandioca virou um excelente negócio, dez reais, doze uma caixa de mandioca. Não tinha coisa que dava mais dinheiro do que mandioca. É só plantar, não pulveriza. É pouquíssima a despesa da mandioca. Que que o grande produtor fez? Ele plantou trinta alqueire, cinqüenta alqueire de mandioca. E aí? O pequeno não conseguiu mais. O preço foi lá em baixo, dois, três reais, depois ninguém queria comprar. Porque o mercado não dá conta. O grande é muito ganacioso, ele não pode ver o pequeno ganhar. Só ele quer ganhar, em todas as culturas" (Citricultores familiares, Taquaritinga, 01/2012)

Uma segunda estratégia de pequenos produtores de laranjas para recuperar parte de sua autonomia é o direcionamento de sua produção para o mercado de fruta fresca. Os barracões em tese pagam um preço relativamente mais alto que o das indústrias pela caixa de laranja, além de via de regra responsabilizarem-se pelos custos de colheita e frete. Atraem por isso pequenos produtores insatisfeitos com as condições de comercialização das indústrias processadoras. De fato, segundo pesquisa feita pela Ufscar em 2003, 26,12% dos pequenos citricultores da região de Ribeirão Preto comercializavam com barracões (Paulillo, Almeida e Vieira, 2006b, p. 134).

Esta estratégia, contudo, também possui limites. Primeiramente, o mercado interno brasileiro de laranja *in natura* é restrito e desestruturado: na safra 2009/2010 apenas 14% da produção citrícola paulista serviu-se deste canal (Neves, 2010, p. 34) e são extremamente comuns relatos de calotes de mercadistas sobre pequenos produtores. Em segundo lugar, o mercado de laranja *in natura* não opera de modo independente do mercado agroindustrial de frutas para moagem: barracões e intermediários se misturam na compra e transporte de laranja no estado, ora destinando o produto diretamente para o consumo, ora destinando-o para as indústrias. Daí que apenas eventualmente divirjam os preços oferecidos por estes canais de venda. A seguinte citação assim o ilustra:

> "O sítio aqui tem dez alqueires, o outro tem mais oito. Nos dois tem uns 2.500 pés de laranja, além de cana, limão, lima da pérsia e um pouco de pasto. A laranja eu muitos anos atrás vendia pra indústria, hoje eu vendo só pra mercado. Ninguém 'guenta a indústria, né? O pequeno não tem como agüentar. O grande 'inda consegue um pouco de preço melhor, mas o pequeno não. O ano retrasado [2009/10], cinco, seis real eles tiveram que vender aqui do lado pras indústrias. Teve de tirar dinheiro do bolso! Aí no outro ano [2010/11] a laranja deu dinheiro, e as indústrias '*oxa, não tem coisa que dá dinheiro que nem laranja*'. Neste ano já enforcaram o produtor de novo [2011/12]. Com mercado [de fruta fresca] é lei da oferta e procura... Quanto mais oferta, mais ruim pra vender, quanto menos oferta, melhor pra vender. Qualidade de fruta também... Uma fruta boa você consegue até vender mais fácil. Eu trabalho com dois ou três barracão só... Geralmente é dois que eu entrego mais direto. Nesses a pêra-rio tá girando de sete a dez reais a caixinha. Sete reais a caixinha dá dez e cinqüenta a caixa peso. Então o preço do mercado pra pêra-rio não vareia muito da indústria não, principalmente na hora que tem. Na hora que tem, ele paga o mesmo preço da indústria ou até um pouco menos. Na hora que não tem é que você vai conseguir um pouquinho a mais. Mas pra mim é melhor porque vendendo pro mercado eu não pago o frete nem a colheita. Eu é que eu costumo

> colher, né? Como a quantia é pequena, nós mesmo aqui da casa vai se virando, né? Agora tem barracão aí dando o golpe, o cara tem movimento muito grande, o produtor vai pegando confiança, vai entregando, vai entregando, um dia o cara dá o golpe e não paga os produtor" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

Neste contexto, é comum que pequenos produtores citrícolas se assalariem eventual ou permanentemente enquanto continuam a trabalhar em seu sítio. Segundo pesquisa realisada pela Ufscar em 2003, a renda obtida com o trabalho fora da propriedade representava para os pequenos citricultores da região de Ribeirão Preto 20,9% de seu rendimento líquido (Paulillo, Almeida e Vieira, 2006a, p. 30). Chefes de família mais velhos freqüentemente colhem laranjas em propriedades vizinhas, enquanto chefes de família mais novos e/ou seus filhos comumente se empregam como operadores de máquinas no chão de fábrica de agroindústrias ou como operadores de máquinas agrícolas em grandes lavouras[75]. Nestas experiências há uma permanente tensão entre a subjetividade do trabalho familiar e do assalariamento:

[75] Sindicatos rurais oferecem cursos profissionalizantes voltados para estas atividades aos associados ou a seus filhos. Um funcionário assim o coloca: *"Aqui tem muitos cursos, é uma relação de uns cem, cento e cinqüenta cursos. Porque é pelo Senar, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, né? Nesses cursos o foco é o produtor rural, mas tem também pessoas que não são produtores. Tem os cursos de formação profissional, por exemplo, tem curso de operação e manutenção de tratores agrícolas. È muito procurado esse curso. Tem curso de hidráulica I e II, tem curso de eletricista, tem de motores elétricos, tem de jardinagem I e II, tem de pedreiro, com quatro módulos, desde o alicerce até o acabamento, é um curso completo. Tem o curso de aplicação de agrotóxico. Esse ano nós vamos ter o curso de instalação da lavoura de banana. Ano passado teve curso de implantação da lavoura de cana, já teve de eucalipto, de pupunha, de maracujá, de manga... Porque com esse problema de greening, a gente vai tentar colocar alguma nova cultura na região. Mas a procura desses cursos aqui ainda é pequena, o pessoal infelizmente na região focou mesmo em cana e laranja. E como o pessoal ta com medo de continuar produzindo laranja, então a maioria ta arrendando pra cana. É difícil colocar na mente do produtor pra ele diversificar"* (Funcionário do sindicato rural de Ibitinga, 07/2011)

"Nos últimos dez anos que acertou foi uns dois anos só, né? O ano passado [2010] foi bom, foi a dez, doze real, aí dava pra sobrar dinheiro. Agora o ano retrasado [2009] sabe quanto eu vendi a caixa de laranja? Dois real limpo por quarenta quilo de laranja pra moagem! Nessa época o pessoal trabalhou na diária, senão passava fome... Eu mesmo quando não tinha serviço no sítio, colhia laranja e ganhava por caixa. Eu sempre tive fartura no sítio, sempre tive galinha, porco, daí não passava fome...Mas tinha que trabalhar pra ter um dinheiro no bolso, não adianta ficar em casa, tinha que se virar. Eu trabalhava no sítio vizinho, não era parente nem nada, mas ia apanhar laranja pra ele. Não ia longe também, né? Só no bairro... Nunca entrei numa turma, não tinha jeito, tinha que trabalhar perto de casa. Mas trabalhar de empregado é mais ruim, né? Cê tem que pegar e largar na hora certa. Se o serviço é seu não, cê pega a hora que cê quer, larga a hora que cê quer" (Citricultor Familiar, Ibitinga, 07/2011)

"Lá no sítio a gente tem uns dezesseis alqueires com uns treze mil pés de laranja. Nesses últimos dez anos, teve uns quatro que a laranja ficou negativa, perdeu dinheiro. Aí acontece que nem no meu caso, né? Eu tinha dois trator, tinha caminhonete, cê vai queimando o que cê tem, o que cê ganhou cê vende. Faz dívida no banco, de três anos pra cá no banco eu tô vermelho. Uma outra propriedade eu vendi. Não tinha outro jeito, o pomar já era velho, como é que eu ia arrancar o pomar e pagar pra formar tudo de novo? Então tá complicado. Por isso que de uns dois anos pra cá eu trabalho também como motorista na usina pra ter uma renda mínima, porque você não consegue tirar da sua propriedade. Eu era patrão, virei empregado... E não sou só eu, tem muitos outros pequenos proprietários aqui da região que tão trabalhando comigo, de operador de trator, máquina. A maioria ta na usina, mas eu já conheci cara que tem laranja em propriedade pequena e na safra agora ele registra, catando laranja. Tem que sobreviver..." (Citricultor familiar, Monte Azul Paulista, 07/2011)

A venda da força de trabalho por parte do chefe ou de algum outro membro da família não necessariamente corrói o modo de vida e trabalho no interior da pequena produção citrícola. É usual que estas experiências tenham curta duração, apenas durante períodos relativamente ociosos na pequena unidade familiar ou em momentos de maiores dificuldades financeiras. Nestes casos, o assalariamento é considerado apenas uma estratégia para garantir a reprodução da pequena unidade produtiva quando sua operação deficitária alcança um grau que ameaça inviabilizá-la. Assim que se recuperam melhores condições de trabalho no sítio, abandona-se o assalariamento e retorna-se ao modo de vida e trabalho anterior. O trecho a seguir assim ilustra este processo:

"Eu comprei o caminhão. Um amigo tava desempregado, deu a idéia: '*Vamo comprar um caminhão?*'. Mas não deu certo de trabalhar junto com o rapaz. E como tava ruim de preço a laranja, então eu fui trabalhar com o caminhão, pra puxar laranja. Eu pagava um dia de serviço, custava, um exemplo, trinta reais. E eu num caminhão ganhava cem. Então eu pagava o dia de serviço da pessoa lá no sítio e sobrava setenta. Por isso que eu puxei laranja. Isso foi lá por 1998, 1999. Depois de um tempo, eu não tava ganhando muito, eu achei que se eu ficasse em casa, trabalhando no sítio, na propriedade, ia me render mais. A coisa inverteu. O preço tava muito ruim no começo, aí depois ele melhorou um pouco. Então foi aonde que eu inverti de novo. Vendi o caminhão, investi o dinheiro do caminhão no começo da minha irrigação dos meus pés de laranja" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

Há, por outro lado, diversas situações em que o assalariamento transforma radicalmente o modo de vida e trabalho da família no interior da pequena propriedade citrícola. Para gerações mais novas em especial, a tensão entre a subjetividade rural familiar e a subjetividade assalariada parece mover-se crescentemente em direção ao segundo pólo. A mudança do sítio para a cidade parece ser um momento crucial nesta trajetória: a vida urbana indica que econômica, social e culturalmente o sítio perdeu a centralidade que antes possuía. A extensão deste fenômeno pode ser observada pelo fato de que, segundo pesquisa realizada pela Ufscar em 2003, cerca de 40% dos pequenos citricultores da região de Ribeirão Preto residiam fora de sua propriedade (Paulillo, Almeida e Vieira, 2006a, p. 31). Os dois trechos de entrevistas a seguir são com pequenos citricultores que nasceram em seus sítios e neles ainda trabalham mesmo depois de terem se mudado para a cidade e lá se assalariarem. Eles assim ilustram a mencionada tensão e o modo como buscam resolvê-la em suas vidas:

"Eu mesmo faço os trabalho lá no sítio. Numa quantidade de terra que nem eu tenho lá, dezenove hectares com laranja, uma pessoa tem que tá direto em cima. É a mesma coisa que tomar conta de uma criança pequena: às vezes ele não tá dando trabalho, cê não tem que fazer a mamadeira, mas cê tem que tá de olho nele. Todo dia tem alguma coisinha pra fazer, tem dia que trabalha treze, catorze horas no dia, tem dia que trabalha seis e vai correr atrás de outra coisa, não tem um tempo que dá pra falar certinho. [...] Na época que eu era pequeno o sítio conseguia manter uma família, nós fomos criados tudo lá, meu pai criou a gente com renda do sítio. Eu praticamente dei início na família tirando renda de lá. Hoje não, se fosse só do sítio, pra sobreviver tá difícil, o ano que o preço ta ruim, praticamente cê trabalha dois ano pra poder ver dinheiro de novo. Por isso que hoje eu também trabalho aqui na cidade, eu sou policial. Têm vários outros que nem eu, que mexe com

bordado e mexe com sítio, têm outros que é funcionário público e trabalha no sítio, também tem laranja. Têm vários colega aí que tem as duas função... Entre a cidade e o sítio, tem dia aí que a gente praticamente só tira seis horinhas pra dormir, o resto ta trabalhando, é dormir e trabalhar, tem semana que é esse ritmo aí. [...] Eu moro na cidade já vai fazer onze anos. Nasci lá no sítio, fiquei lá até os trinta e dois anos, aí eu vim pra cidade. Porque minha mulher trabalha aqui no fórum, ela é funcionária pública. Então, pra vim todo dia, eu achei mais fácil eu ir daqui pra lá... No começo, pra gente que é nascido lá a mudança é muito grande, eu até pensei em voltar pra lá, depois cê vai acostumando... Mas quando eu vou lá no sítio, fico a tarde toda, continuo com as minhas amizades lá. Aqui mesmo na cidade, quase a gente não tem muito contato nem com os vizinhos, os vizinhos tão tudo na correria, então..." (Citricultor familiar, Ibitinga, 07/2011)

"Na verdade a propriedade é do meu pai, né? A gente trabalha lá, eu trabalho mais de fim de semana pra ajudar... Lá é catorze alqueires, com laranja dá uns oito alqueires, o resto ta com gado e um pedaço de milho. A gente não tem empregado, o trabalho no pomar a gente mesmo que faz. No caso o meu pai que mora lá, é o proprietário. Eu faço sábado, domingo, quando folga aqui [vendedor em loja de tintas], vai ajudar lá. [...] Se a gente conseguisse trabalhar por conta, eu preferia seguir por conta, né? Mas devido ao tamanho da propriedade e o número de pessoas que teria que depender só de lá, não dá, né? Não comporta. Mas se fosse uma propriedade que comportasse, com certeza eu ia tentar trabalhar por lá, eu teria um prazer enorme de ta trabalhando por lá, conseguir sobreviver só daquilo. Porque no fim a gente trabalha muito, né? Tem o horário a cumprir aqui e tem que sábado, domingo às vezes dia de semana a noite pra poder vencer lá, né? Se for pra pagar um funcionário já fica inviável, fica fora, não teria condições. Então minha jornada aqui dá 44 horas, cê põe ai mais seis a oito hora no sábado, seis a oito hora no domingo já vai aumentar pra sessenta, talvez se for a noite, geralmente vai a noite trabalha mais quatro ou cinco horas... Então tirando essa época de seca que ta mais tranqüilo, na época das águas no primeiro semestre é normal eu passar de sessenta horas por semana.

Você se considera mais uma pessoa do campo ou mais uma pessoa da cidade?

Pra falar a verdade, os dois, né? Mesmo que a gente não vá trabalhar no campo, a gente acaba indo lá, mesmo que não tenha que ir lá pra fazer algum serviço, ta meio tranqüilo, a gente acaba indo lá pra dar uma olhada, dar uma volta, acompanhar, né? É que a gente gosta muito, né? Eu acho que se não gostasse, não taria tocando... Mas na verdade quando eu não tô trabalhando eu fico mais aqui pra cidade, a turma hoje que eu tenho mais conhecimento de sair é mais da cidade, então acaba ficando o lazer mais aqui da cidade. Eu moro com a minha esposa aqui, e ela é da cidade, professora, ela já é uma pessoa que não gosta do sítio..." (Citricultor familiar, Ibitinga, 07/2011)

Para os filhos de pequenos citricultores entrevistados, o assalariamento possui um significado particular: tende a representar uma substituição definitiva do modo de vida e trabalho de seus pais no interior da pequena unidade produtiva. A elevada exploração a que a família é submetida pelas agroindústrias leva-os a se afastar do sítio e do pomar, buscando novas perspectivas em atividades assalariadas urbanas. Em sua consciência mesclam-se novos elementos: por um lado, traços culturais do trabalho familiar permanecem em seu cotidiano e são extremamente valorizados por seus empregadores; por outro lado, surgem novos traços em sua auto-percepção como "empregados". Laços de empatia com os demais assalariados nascem, mesclados a um discurso particularmente dócil na relação com seus patrões. Tais tensões são assim ilustradas no seguinte trecho de entrevista com o filho de um pequeno citricultor:

> "Eu sempre fui na escola, acabava as tarefas e ajudava no sítio. Mas não era trabalhar, sempre ajudei, aprendi a fazer tudo que tem que fazer, tem que aprender um dia, sempre ajudei, desde sete, oito ano. O pai ia na roça eu ia junto pra ver, ia carpir, aprender como é que fazia, ia tirar um leite, via como é que tirava, sempre foi pra aprender. Mas meu primeiro trabalho foi na cidade. Eu tava estudando, eu resolvi fazer um curso de mecânica. Sempre desde pequeno, vendo a dificuldade do pai, eu nunca quis trabalhar na roça. Trabalhar na roça? Sofre, sofre, sofre e nunca ganha? Então eu quero estudar pra mim trabalhar na cidade. Fui fazer curso de mecânica, fiz os seis meses de curso de mecânica, me formei, fui arrumar emprego. Mas ganhava trezentos reais por mês, desisti. Não deu certo, voltei pra roça. Aí arrumei um serviço num posto de combustível, ganhava bem, registrado em carteira, fui adquirindo experiência, trabalhei dois anos no posto. Mas como os horários eram muito complicado, trabalhava de domingo, a noite, eu era caixa então tinha as responsabilidade de caixa, decidi um dia sair do serviço. Aí surgiu a proposta de trabalhar nesse empresa que eu trabalho hoje. Lá eu trabalho como vendedor, né? Aí foi cada vez melhorando porque ganha mais, moro no sítio e vô todo dia pra lá, além de continuar estudando, eu faço contabilidade. Tem um primo meu até, que mora no sítio do meu vô, o pai dele tem laranja e ele foi trabalhar nessa mesma empresa, que eu que arrumei um emprego pra ele. Dos meus amigos, os que não mudaram do sítio com a família pra cidade, hoje trabalha na cidade, porque no sítio não tem mais o que fazer, né? [...] Pro patrão, a grande vantagem de adquirir um funcionário que tem ou tinha um sítio é essa: o funcionário da roça, ele já pensava como um patrão, então ele não vai dar prejuízo pro patrão e ele não vai ver o patrão como um monstro. Assim: '*ah, ele é ruim, o patrão só pensa nele*'. Não, a gente pensa, vamos supor, ele é patrão, ele tem os custos dele, por que que eu vô dá prejuízo pra ele? A gente só tenta fazer com que o patrão ganhe mais, porque ele também precisa, ele paga o meu salário pra mim trabalhar, não paga o meu salário pra mim ficar lá enrolando. Esse

pessoal da cidade, eles vão lá pra trabalhar, quando não tem serviço, eles encosta e fica quieto. Pessoal da roça não... Não tem esse serviço? Eles vão fazer outro. Pra quê? Pra não ficar parado. Porque na roça é assim, na roça não fica parado. Se você não ta plantando, você ta aguando, se você não ta aguando, cê ta riscando, sempre em movimento. Por isso que pro patrão, funcionário da roça é melhor. E o patrão, para o funcionário da roça também é bom. Se eu precisar de alguma coisa do meu patrão, se eu pedir hoje ele vai fazer. Porque tudo que ele precisa de mim eu faço pra ele. É como se ele fosse um pai da gente, mesma coisa. Só que paga o salário da gente todo o mês.

Sua experiência como empregado na cidade mudou seu jeito de ver os trabalhadores, os colhedores que vocês empregam aqui no sítio?

Sim... Tem bastante a ver, né? Porque o trabalhador que colhe a laranja, ele é funcionário que nem eu sou lá. Mas geralmente, o que que acontece? O trabalhador que vem colher a laranja, ele é... vamos dizer assim... são pessoas de mais idade, eram proprietários antigos, né. Trabalhadores que trabalhavam na roça, funcionário da roça, os patrões foram vendendo o sítio ou arrendando pra cana, eles ficaram sem emprego. Eles não sabem fazer nada na cidade. Que que eles vão fazer? Eles vão ter que colher laranja. Então a gente tem um certo diálogo, conversa com eles, só que também não se pode pagar muito, né? Porque eles vêm colher a laranja, se a gente paga muito pra eles, a gente ganha menos. [...] Mas é complicado... porque também no meio daqueles bons tem os ruins. Como aqui é uma região que tem bastante emprego na cidade, o que que vai pra roça? Vai pra roça aqueles que já não serve pra trabalhar na cidade, né? Não tem um certo diálogo... então vai pra roça pra colher laranja, é um serviço mais bruto. Também vem muitas pessoas do norte, da região lá da Bahia, Pernambuco, pra colher laranja. Também é meio difícil porque qualquer coisa que aconteça também eles vão lá no sindicato. Então tem que procurar sempre trazer pessoas registradas, mesmo que eles falam que é registrado, tem que confirmar hoje o registro na carteira dele, porque se acontecer alguma coisa vai vir em cima do produtor, o produtor vai ter que pagar tudo. Mas a vida do colhedor tá triste, porque ele também ganha pouco, né? Também não ganha muito, ele ganha pouco também. Se tivesse fácil, poderia ta até eu colhendo laranja, se tivesse ganhando bem. Mas não é fácil não, é complicado" (Filho de citricultor familiar, Ibitinga, 07/2011)[76]

[76] É também bastante significativo o discurso deste filho de pequeno citricultor acerca do trabalho realizado por seu pai: "*Quando eu não sou empregado lá [na empresa] eu sou empregado aqui na roça. Porque o meu pai ainda é, como se fosse dizer... meu pai ainda é empregado da indústria, né? Isso aqui um dia vai ser meu. E eu vou continuar sendo empregado. Vai continuar sempre sendo empregado. O meu pai é um empregado, só não é registrado. Como ele mesmo diz, não tem como chamar o sindicato, né? Se ele faltar alguma coisa, não tem como cê correr atrás. Por quê? Porque o funcionário no sítio, ele trabalha o mês, o ano pra produzir a laranja pra indústria e ela pagar, como se fosse um salário. Só que não é garantido. Produz, produz, produz, se chegar no final da colheita e a indústria não quiser comprar, cê vai ficar sem salário, entendeu? Eu e meu patrão, mesmo sendo que a empresa que eu trabalho é uma empresa grande, tem um certo diálogo, uma certa conversa, um certo entendimento. E ele comigo tem um certo valor, ele*

Neste contexto é extremamente comum que pequenos produtores de laranjas considerem a possibilidade de arrendar ou vender suas terras para a plantação de cana. Impõe-se sobre eles então um dilema. Por um lado, o acirramento da subordinação de seu trabalho ao capital agroindustrial e a trajetória de seus filhos cada vez mais distante do sítio colocam a continuidade da unidade produtiva familiar em xeque. Por outro lado, a venda ou o arrendamento da pequena parcela de terra para a cana oferece um retorno financeiro baixo e representa a ruptura completa de seu modo de vida e trabalho[77]. Daí que no discurso dos pequenos citricultores a resistência ao arrendamento ou à venda da terra para a cana mescle-se a uma sensação de que isto será inevitável no médio prazo:

---

sabe me dar o valor se eu trabalho bastante, eu ganho bem. Se eu não dou prejuízo pra ele, ele me paga bem. Agora, os meus pais com a indústria é diferente. Ele trabalha bem, produz uma fruta boa, na hora de receber, recebe como se tivesse vendendo pra eles qualquer coisa. Pro patrão e pro empregado na cidade é mais fácil de ter um entendimento. Se o empregado chegar no patrão e falar assim: 'ó, eu to achando que meu salário ta pouco, eu to trabalhando muito, tem outra empresa que quer me contratar, se o senhor não me pagar mais, eu vou ir pra outra empresa*', se ele achar que compensa, ele vai pagar mais pra mim. Agora se meu pai chegar na indústria e falar assim: '*ó, se o senhor não pagar tanto na minha laranja, eu vou pra outra*', aí não tem como. Por quê? Porque as indústrias se juntaram e as indústrias falam que vão pagar todo mundo igual, se ele quiser vim pra cá nós vai pagar o mesmo preço, então vai ficar assim mesmo. Aí o que acontece? O salário dele vai ser bem menos, não tem como brigar*" (Filho de citricultor familiar, Ibitinga, 07/2011)

[77] Face a este dilema, muitos pequenos produtores manifestaram o desejo de ceder suas terras para outros em contratos de "*ameia"*, em que se dividem os custos e os resultados da produção entre o trabalhador e o proprietário. Segundo sua opinião, contudo, o rendimento decrescente da produção de laranjas torna esta opção cada vez mais inviável. Um meeiro citricultor assim descreve as suas dificuldades e as do pequeno proprietário para quem trabalha: "*Se você contratar o pessoal da colheita por conta, o fiscal vem e já complica a situação. Aí cê pega a turma do condomínio, o cara lá dá o tombo, cê é obrigado a pagar também. Então fica uma situação difícil de trabalhar, né? Nós tá nesse rolo aí... Só que não é eu, é o patrão. Tá no nome dele... Só que aí você já sabe que... tem que ajudar ele, né? No começo a gente era de ameia, só que ele dava metade de tudo, veneno, essas coisa. Só que dois ano pra cá ele não agüentou tocar mais, então ele quis trinta por cento limpo pra ele e nós se vira. Trinta por cento de tudo que eu tiro vai pra ele... O ano passado [2010/2011], que foi um ano bom na laranja, juntando com a pimenta e a mandioca, eu consigo falar que uns 40 mil no ano eu tirei. Mas na média sai menos que isso, bem menos que isso... E nós trabalha em três, eu a mulher e meu filho... Mesmo assim, se ponhá, não sai o salário de cada um. Não tem outra coisa pra fazer, cê tem que arriscar naquilo ali, né? Mas o patrão já disse que se não melhorar, vai arrendar pra cana...*" (Arrendatário citricultor, Taquaritinga, 01/2012)

"*Vocês conhecem produtores como vocês que hoje estão plantando cana?*

[Marido] O pequeno proprietário pra entrar na cana não dá. Eu aqui, com dez alqueires, se entra cana aqui, só se eu falar assim: '*não, eu vou sair daqui e vou pra outro canto*'. Ela não aproveita toda a terra, no caso aproveitaria só oito alqueires só. Então é uma quantia que eu não sei se seria bom. A cana é bom de vinte alqueires pra cima. Agora que os produtor que nem esse caso meu aqui, eles ainda não tão na cana. Tão teimando que nem eu.

[Esposa] Ele é persistente. Porque o cara quer trabalhar, quer produzir. Mas ele não consegue. Eu falo pra ele, pequeno produtor é a raça mais teimosa que tem. Ele persiste naquilo. Ele tá perdendo, ele faz a conta, ele sabe que ele vai perder, mas ele continua fazendo aquilo. Na nossa região a gente continua persistindo. Até hoje a gente tava conversando sobre esse assunto, sobre cana. Então isso pode até acontecer aqui a hora que o Antônio não puder mais trabalhar. Minha filha trabalha na cidade e meu menino, se Deus quiser, vai se formar e não vai ficar nisso aqui também, porque arrumou outro campo, né? Aí vai entrar a cana. Com pequenos produtores vai acontecer isso aí: ou ele vende, ou ele arrenda pra cana, depois que ele não consegue mais trabalhar. Mas até que ele consegue trabalhar, eu te garanto que ele fica" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

No discurso da maioria dos pequenos citricultores, o arrendamento para a cana representa uma tendencial perda da propriedade, uma escolha da qual não há retorno. Retomar o sítio e a produção exigiria do pequeno produtor um investimento alto na recuperação de seus implementos e na reconstituição de sua lavoura, o que tende a ser inviável a partir dos magros recursos de que dispõe. Daí que, uma vez arrendada a pequena propriedade, a continuidade do contrato de arrendamento ou a venda da terra tendam a impor-se como as únicas opções ao pequeno proprietário. Para muitos, isto representa a completude de seu processo de proletarização: a perda do meio de produção e sua conversão em um assalariado típico. Os três trechos seguintes assim o ilustram:

"De uma coisa eu tenho certeza absoluta... Quem arrenda a terra pra cana e depois decide '*eu não quero mais cana, eu vou reformar a minha propriedade, botar laranja de novo*', ele não consegue. Ele não tem mais como voltar atrás. Porque ele se desfez do trator, a muda vai estar cara e ele vai ter que esperar no mínimo três anos pra tirar um pouquinho de produção. Então pra botar cana, tem que ta muito ruim. Quem tem propriedade grande é outra história, mas quem é pequeno... entrar na cana é que nem quem entrar na droga. Quem entra na droga só vai, não volta, né? Com a propriedade pequena também é assim... Se você arrenda é como se você desse pra usina pro resto da vida, você não tem mais como recuperar isso. O dono da terra não tem mais a liberdade de fazer o que quer com ela. É como se fosse da usina agora" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 02/2012)

> "A cana também é ainda mais cartelizada que a laranja. Não tem usineiro pequeno. E eles têm todo o apoio do governo, que interessa a história aí do álcool. Já o pequeno produtor não tem nem o trator às vezes mais pra fazer uma atividade no sítio, então ta entregando as suas propriedades. Hoje se você não botar marcos de concreto que indicam qual é a sua propriedade, logo mais ele não sabe nem mais onde é a propriedade dele. Virou um mar de cana" (Ex-citricultor familiar, Taquaritinga, 02/2012)

> "Eu conheço uns que tinha propriedade e hoje são empregado, colhe laranja nas firma. Trabalha de empregado... Não tem mais a propriedade. Venderam, pagaram as dívidas e hoje trabalha uns colhendo laranja, outros trabalha de pedreiro, mas não tem mais propriedade, acabou. Conseguiram acabar com o sítio, porque não tinha ganho pra tocar. Começaram a fazer dívida e afundou, aí precisaram vender o sítio pra pagar as coisas. Isso por causa da laranja... a laranja e outras coisa também, mas no mais é produtor de laranja. Não consegue sobreviver... A gente tem dó deles, né? Eram donos de um pedaço de terra e hoje não tem mais. Tem uns par até que são parente meu também... Outros arrendou pra cana porque não teve condições de tocar o pomar. Então foram pra cana. Tem dois parente que vendeu o sítio... Afundou. Tinha pomar laranja, foi. Começaram a fazer dívida, comprar trator novo, depois não conseguiram pagar, teve que devolver. E foi indo pra baixo, foi pagando juro, foi, foi, precisou vender a terra pra acertar as conta. E hoje são empregado, um é pedreiro, o outro trabalha na usina, empregado na usina. E tinha uns quinze alqueires de terra cada um" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 02/2012)

Há, contudo, contratêndencias a este processo. A agroindústria sucro-alcooleira vem buscando incorporar ideológica e organizativamente produtores rurais excluídos de outros setores, dentre eles os pequenos e médios citricultores. Em um contexto de fragilidades na organização política das diversas frações de produtores e trabalhadores rurais, a hegemonia das usinas de cana de açúcar dirige hoje as perspectivas de muitos pequenos e médios proprietários. A depender do contexto em que se inserem, estes conseguem manter-se somente com a parcela de renda da terra que recebem das usinas, sem serem obrigados a se assalariar. Além disso, o discurso de alguns deles salienta a menor distância e agressividade com que são recebidos pelos mediadores econômicos, políticos e ideológicos do complexo sucro-alcooleiro em comparação com os do complexo citrícola. O trecho de entrevista a seguir, com proprietário de uma faixa de terra pouco superior a 50 hectares, assim o ilustra:

"Aqui tem 28 alqueires [70 hectares]. Antigamente aqui era 100% laranja. Agora é 100% cana. A gente começou a fazer essa mudança lá por 1998 mais ou menos. Como nós montamos um engenho artesanal em 1994, a gente plantou um alqueire de cana. E aí já foi vendo, a primeira sobra nossa nós entregamos pra usina. A primeira entrega de cana foi de 250 toneladas. E a diferença do tratamento da usina e o tratamento das indústrias da laranja em relação ao produtor, a gente já sentiu que era uma coisa totalmente diferente. Eu nem imaginava que eles viessem buscar aquela cana... Eu conversei com o pessoal que administra a colheita lá na usina e quando chegou a data marcada, a gente nem tava lembrando, achava que nem viesse, apareceram ai, queimaram a cana no meio da laranja, pra você ter uma idéia, um bloquinho de cana cercado de laranja. Queimaram a cana e não queimaram um pé de laranja. Aquele cuidado, pedindo autorização pra poder entrar com o caminhão no meio do carreador da laranja. Um tratamento VIP, pra se falar a verdade. E aí a gente já começou a pensar em cana. Em 1998 ou 1999 foi a grande crise da laranja, né? Não entregou pêra-rio, a Cutrale não moeu. Teve gente que pagou pra derrubar a laranja no chão, só pra limpar o pé. E nós entregamos pra uma firma pra frente de Rio Preto. Ela tava quebrada, mas nós nem sabia disso, foi lá e vendeu. Ela pagou normal, lá no portão da firma por R$1,50 a caixa. Isso que essa firma ainda tava pagando a mais porque foi o começo da safra, ainda não se tinha bem uma certeza de que a Cutrale não ia moer. Depois quando o Cutrale não moeu, Citrosuco acho que não moeu, moeu pouco também, aí todo mundo foi lá na firma onde a gente tava vendendo. Aí foi a loucura pra entregar aquela laranja nossa a R$1,50 naquele contrato, que nem isso eles não queriam mais pagar! Daí que no ano seguinte nossa produção caiu pela metade. Porque o que que aconteceu? Nós paramos de cuidar, não tinha mais condições de adubar, fazer tudo que tinha que fazer antes, né? A partir daí, todo ano, o que a gente conseguia arrancar de laranja, a gente plantava cana. De 1998 pra 2005, porque a gente não tinha condição de fazer tudo num ano só. O que você vê aqui, é a cana que tá mantendo, escola da molecada, plano de saúde. Tá saindo da cana... Nós tamo saindo de uma crise da cana. 2006 teve um boom, a cana valeu ouro. 2007, 2008, 2009, a cana não valeu, ela não teve preço, ela ficou no vermelho. Se você pegar e fazer o custo de produção certinho, ela fechou vermelho. 2010 ela melhorou um pouco, 2011 agora ela deu uma reagida, mas não perto do que foi 2006. Ainda assim, tudo que você vê aqui é a cana que ta sustentando. E pro futuro eu vejo estabilidade.

A respeito da diferença de tratamento que vocês disseram que existe entre a usina e a indústria da laranja com relação ao produtor, vocês podem explicá-la melhor?

[Interlocutor 1] A diferença de tratamento entre a usina e a indústria é mais ou menos a diferença entre o dia e a noite, né?

[Interlocutor 2] Hoje já não tá mais como era no começo da parte da usina também... Quando nós começamos a diferença era realmente do dia pra noite. Hoje já o tratamento que nós tamo tendo com a usina já mudou bastante. Tá começando a parecer como era na época da laranja.

[Interlocutor 1] Não é tanto... É porque nós não temo laranja, nós já mais ou menos esquecemos. Conversa com quem tem laranja esse ano pra ver o que tá passando na indústria. Só pra você ter uma idéia: cana e laranja. Não volta uma cana de volta na tua roça. Vai molhada, vai com barro, vai o que vai, até porque a gente sempre procura ter uma qualidade boa. Mas você vê certos caminhão chegar na usina que você chora de ver, é mais capim que cana... E não volta. Pode ser que tenha algum desconto com alguma impureza. Mas mesmo isso nunca aconteceu, da gente entregar cana e o caminhão vim com desconto de dez quilo de impureza. Enquanto que se você pegar um caminhão de laranja, se você for pra um mercado [ou seja, onde há frutas de maior qualidade] e carregar o caminhão com aquela laranja e mandar pra indústria, vai ter no mínimo quatro, cinco caixas de desconto. Todo caminhão tem desconto. Além disso, tem o tratamento do setor da parte administrativa em relação a você produtor. Na usina, você liga lá e o cara não tá, ele liga perguntando porque você ligou. Ainda hoje, mesmo já tendo mudado muito do que era dez anos atrás. Por exemplo, eu entregava pra usina Corona, hoje eu entrego pro grupo Raizen, que é um monstro dum grupo. Você sabe que tudo isso aí muda. Um diretor que aqui era o dono da usina, hoje ele ta aqui, ele tá na Austrália o ano que vem. O contato fica mais longe. Mas o pessoal do dia a dia da usina, o tratamento ainda é completamente diferente. O contato teu na usina, você vai lá na usina, ou a usina vem aqui na tua casa, senta aqui na tua mesa. Aqui nessa mesa aqui nós já fizemos muitos negócios de cana muito bons. Muitas decisões de safras inteiras foram feitas aqui, ó [bate na mesa]. Vindo gerente geral da usina, vindo outra pessoa de cargo mais baixo, mas com autonomia pra chegar até onde poderia chegar. Coisa que na laranja... A indústria da laranja vai ter um contato diferente com aquele produtor grandão. O pequeno, médio produtor, é nivelado lá em baixo. Então isso tudo é diferente. A hora de fazer a colheita, na cana, você manda um pouco mais também... Você tem mais agilidade, pelo menos você consegue reclamar. Na laranja você não consegue, você fala sozinho a vida inteira" (Ex-citricultor, Taquaritinga, 01/2012)

Ainda assim, esta integração de pequenos proprietários à hegemonia da agroindústria sucroalcooleira possui limites. O modo como via de regra se sentem quando do arrendamento ou venda de sua terra é muito significativo a este respeito. Muitos utilizam adjetivos como *"humilhado", "envergonhado", "retraído"*, etc. Em seu discurso é possível perceber que a tendencial perda de seu meio de produção tem por equivalente interior um acentuado esvaziamento de seu universo simbólico:

"*Como você iria se sentir se tivesse que arrendar esse sítio pra cana?*

Como é que eu ia me sentir? É como eu vejo assim, tem o avô, tem o pai... Pra arrendar pra cana é quando o cara já se sente que não ta mais... Porque quem gosta da roça, gosta de trabalhar na roça, se sente... humilhado, né? Ter que abandonar tudo, morar numa cidade, numa casa fechada e ver o sítio em cana. Porque o trabalhador rural, ele gosta de ver a terra movimentar, ele gosta de ver verde, ele gosta de ver uma plantação de milho, ele gosta de ver uma plantação de arroz, ele se envergonha de ver um sítio que ele comprou em cima cana. E a usina ganhando dinheiro em cima da terra dele, sendo que poderia ser ele que tivesse ganhando. Então ele se sente envergonhado de ter que arrendar, ter dez alqueires de terra, "alugar" entre aspas ou dar pra usina ganhar dinheiro em cima, ganhar aí... dez alqueires hoje, que que vai ganhar dez alqueires? Vinte mil reais um ano... Uma propriedade de dez alqueires vale meio milhão de reais e tira isso. Uma casa na cidade de setenta mil, cê aluga ela por trezentos e cinqüenta reais mês. É onde o pessoal ta pensando, ele vende o sítio, compra uma casa e aluga e fica em casa dormindo. Só que eu quero ver daqui vinte anos. Que que vão comer? Vai ter que importar comida, vai ter que pegar o dinheiro do álcool e comprar arroz." (Filho de citricultor familiar, Ibitinga, 07/2011)

"Uma boa maioria dos citricultores pequenos partiram pra outras culturas, principalmente cana. Venderam propriedades, tão trabalhando de empregados. Tem muitos pequenos produtores que acabou vendendo tudo a propriedade e os que não conseguiram aquela aposentadoria de até dois salário mínimo, sei lá quanto, mas é bem baixinha, tão trabalhando de empregado, de pedreiro, de funcionário da prefeitura, de motorista. Diminuiu muito a classe citricultora dessa região, bastante... Esse pessoal que se desfez da propriedade, hoje eles sentem... cê vê na fisionomia da pessoa que eles não têm muito aquela conversa espontânea de amizade como tinha antigamente, ia em campo de futebol nos bairros de sítio, hoje não tem mais isso. Eu penso que eles ficam assim, um tanto retraídos, né? Porque praticamente eles foram obrigados a mudar de situação financeira, de classe social, né? Antes eles tinha uma classe social, tinha carro, tinha, vamo dizer, uma mordomia, não sei se seria bem isso... mas hoje é bem restrito, muito restrito, eles tão quase na classe pobre, vamo dizer assim" (Engenheiro agrônomo, Ibitinga, 07/2011)

"A última laranja nós plantou em 1999, depois pegou o amarelinho, depois a pinta preta, que eu acho muito difícil, e agora o greening, né? Eu acho difícil plantar laranja... Eu plantava junto com meus irmãos, mas aí começou a dar prejuízo e eu parei. Isso foi em 2006... Nós ponhô irrigação e aí deu muita laranja, começou a demorar pra apanhar, elas caia tudo no chão. Teve uns ano bom de laranja e o preço era ruim, né? Aí começou a dar prejuízo. Nós passou a dever 300 mil reais, vendemo uma parte do sítio... e eu parei. Eu acho que a situação da laranja não ta boa, porque ninguém mais compra um trator, ninguém mais compra uma caminhonete nova. Eu não vejo laranjeiro assim, eu vejo só vendendo pedaço de terra. Por isso quase todos tão trabalhando pra fora.

Aqui mesmo o J. R. tinha laranja, o filho dele ta trabalhando de tratorista. O Z.M. também, ele é estudado, não sei no que ele ta trabalhando. Da laranja ta saindo tudo fora quase, que eu sei... Eu mesmo depois que sai da laranja arrendei pra cana. Mas quando arrendou eu senti falta, cê fica meio... cê não sabe o que cê vai fazer, cê fica meio envergonhado porque na época que eu arranquei a laranja, tinha muita laranja ainda, as irrigação tava funcionando. Eu mandei arrancar tudo fora, eu não aproveitei nada, então eu fiquei meio envergonhado" (Ex-citricultor familiar, Monte Azul Paulista, 07/2011)

O esvaziamento do universo simbólico dos pequenos produtores decorrente do avanço da cana de açúcar diz respeito principalmente ao empobrecimento dos nexos sociais locais em que sempre esteve imerso seu modo de vida e trabalho. A dramática perda de população de bairros rurais citrícolas e o conseqüente esgotamento dos momentos e espaços de convívio abalam fortemente a dinâmica social e a vida cultural dos pequenos proprietários e de suas famílias. Para aqueles que ainda restam, a homogeneização do espaço devido ao avanço da cana é acompanhada da atrofia da estrutura de solidariedade em que se inseriam:

"O que mudou no bairro depois que a cana começou a avançar? A população aqui era maior, não tinha tanta casa vazia... Hoje tem casa vazia ali no sítio de lá, aqui... Se você precisava de uma pessoa pra te ajudar, trabalhar... '*hoje eu preciso de alguém*'... você arrumava fácil. Hoje você não acha! Se você precisar de uma pessoa pra te ajudar, apesar de que aqui a gente precisa muito pouco, mas se precisar, cê nem acha, você precisa ir buscar na cidade às vezes... Lá na igreja, ia bastante gente na missa, lotava a igreja. Hoje faz uma missa, você precisa ficar ligando pra um, pro outro, pro outro pra turma reunir, pra ver se o padre não fica chateado, de tão pouquinha gente que vai. A minha mulher vai fazer um terço lá na igreja, junta cinco pessoas, seis pessoas..." (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

"Eu acho que a cana traz miséria porque, quando amanhã você vai num supermercado, lá na quitanda tem cana pra vender? Tem alface, tem feijão, tem arroz, mas alguém vai vender cana lá? Então mais pra frente vai ter o dinheiro e não vai ter comida procê comprar lá, ó. Você vê o preço da verdura? O bairro aqui foi pra trás com essa cana toda. Porque o produtor pequeno não pôde mais tocar, tá todo mundo trabalhando pra fora. Eu tenho três filho, os três ta pra fora. Dois tem barracão e um é motorista. E vivia todo mundo do sítio, vivia todo mundo aqui. Quem fica aqui um pouquinho é meus neto, catando limão pra vender lá em Nova América que o pai dele tem um barracão de laranja. O bairro aqui não é que esvaziou, cabô! Cabô! De domingo cê ia nesse campo de bola aí, tinha trezentas, quatrocentas pessoas. Hoje cê vai tem dez, quinze, vinte. Cabô nosso

> lugar... Você vai no bairro de Itagaçaba, tem duas pessoa. E era um bairro que era populoso. Aqui ainda é um dos pouco lugar que tem gente nos sítio que se une, nos outro lugar é mais ruim ainda... Aqui eu por exemplo tenho um trator comprado com tanta dificuldade, tudo meus amigos que vêm pedir pra puxar um caminhão encalhado vem aqui. Mas com a cana as amizade vai encurtando, né? Amizade encurtou bem pequeninha, primeiro ia de tarde contar: '*ô... minha laranja dá três caixa por pé*', o outro: '*eu tenho contrato bom, graças a Deus*'. Agora não tem mais nada, cada um por si e Deus pra todos" (Citricultor familiar, Taquaritinga, 01/2012)

> "Mudou muito o bairro, muda o povo, não tem mais aquele povo... Se acabar a laranja e virar só cana, do que que o povo vai viver? Fala pra mim... a cana não ocupa ninguém, a máquina corta, a máquina tá plantando, a máquina ta fazendo tudo. Rapaz, aqui foi um monte de empregado embora, nego plantou cana. Toninho Fonseca mandou o peão embora e plantou cana, Zé Augusto partiu embora, plantou cana, a Rita não tem mais ninguém na fazenda, plantou cana... Rapaz... o povo vai tudo embora. Vai tudo pra cidade. Festa aqui tinha todos ano. Mas antes era melhor que agora, era três dia, agora é um dia só. Tinha um campo de bola, não cabia as pessoa no campo de bola, hoje não, hoje mudou muito" (Citricultor familiar, Ibitinga, 01/2012)

Ao longo de todo este capítulo nós buscamos tecer algumas das mais importantes tendências e contratendências econômicas, políticas e ideológicas que marcam o cotidiano e a consciência dos pequenos produtores de laranjas. Buscamos também mostrar que a resultante destas tendências e contratendências é um processo acentuado de exclusão dos pequenos citricultores familiares. Reafirma-se assim sua caracterização como uma *fração da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial* no complexo citrícola: por um lado, possuem particularidades em sua subjetividade e em seu modo de vida e trabalho que os diferenciam tanto dos assalariados quanto da pequena burguesia agrícola; por outro lado, são continuamente tensionados por imperativos do mercado que acirram a subordinação de seu trabalho familiar ao capital e geram um contexto ampliado de proletarização.

Alcançamos com isso a mesma conclusão a que havíamos chegado nos dois capítulos anteriores: um rico complexo de continuidades e descontinuidades articula esta fração da classe trabalhadora às demais frações, compondo o variado e multifacetado mundo do trabalho neste complexo agroindustrial. Para completarmos nossa pesquisa, devemos neste momento investigar da mesma forma que fizemos neste capítulo as demais frações de trabalhadores subordinados às indústrias processadoras de suco de laranja.

Capítulo 4: Vozes do trabalho – Assalariados rurais, direitos trabalhistas e luta pela terra na citricultura paulista

Neste capítulo analisaremos o modo como a contradição entre o capital agroindustrial citrícola e os assalariados rurais aparece à consciência destes. Através da seleção e análise de trechos de entrevistas com membros desta fração da classe trabalhadora, apresentaremos a multiplicidade de vínculos empregatícios e de contextos em que se inserem colhedores e operadores de máquinas agrícolas; assalariados de pomares das agroindústrias e de seus fornecedores; migrantes e "do lugar"; com e sem registro em carteira, etc. Investigaremos em especial as ambigüidades que marcam o discurso de tais trabalhadores a respeito da *luta por direitos trabalhistas* e a respeito da *luta por terra* no cinturão citrícola paulista.

- *Introdução*

Assim como no capítulo anterior, devemos inicialmente apresentar algumas determinações quantitativas mínimas acerca do trabalho rural em geral e do trabalho assalariado em particular na lavoura citrícola paulista. Para tanto, teremos por base o levantamento de dados realizado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) e IEA (Instituto de Economia Agrícola) a respeito da ocupação de mão de obra na cultura da laranja em São Paulo. A tabela abaixo nos mostra a variação no número de trabalhadores deste setor entre os meses de março, agosto e novembro de 2011. As informações estão agrupadas por categoria de trabalho, permitindo-nos comparar o volume de trabalhadores ocupados nas diferentes atividades agrícolas, assim como sua flutuação entre a entressafra e a safra da laranja.

Tabela 5 – Estratificação dos trabalhadores rurais do cinturão citrícola por categoria

	mar/11		ago/11		nov/11	
Categoria de trabalho	**No. Trabalhadores**	**%**	**No. Trabalhadores**	**%**	**No. Trabalhadores**	**%**
Proprietário, arrendatário, parceiro e seus familiares	31.736	15%	23.996	9%	22.250	9%
Administradores	2.754	1%	2.547	1%	2.394	1%
Tratoristas	12.188	6%	10.186	4%	9.677	4%
Mensalistas	18.954	9%	19.040	7%	17.882	8%
Volantes	145.067	69%	208.840	79%	185.699	78%
Total	**210.699**	**100%**	**264.609**	**100%**	**237.902**	**100%**

Fonte: Torres et al, 2011; Torres et al, 2012

A categoria "proprietário, arrendatário, parceiro e seus familiares" diz respeito em sua maior parte aos pequenos produtores familiares de laranja analisados no capítulo anterior. Segundo dados do levantamento Conab/CATI/IEA, em março de 2011 os pomares de até 50 hectares concentravam 28.718 dos 31.736 indivíduos desta categoria, cerca de 90% do total (Conab/CATI/IEA, 2011a). Tal se dá, como já vimos, porque tais unidades produtivas utilizam-se preferencialmente de força de trabalho familiar na administração e nos tratos culturais do pomar. Isso explica porque esta categoria corresponde a 31.736 pessoas e a 15% da mão de obra total ocupada na laranja em março de 2011, caindo posteriormente para 23.996 pessoas e 9% da mão de obra total em agosto e para 22.250 pessoas e 9% da mão de obra total em novembro: março corresponde ao período de entressafra, em que se mobiliza em maior medida o trabalho de filhos e esposas na manutenção dos pequenos pomares.

As categorias "administrador", "tratorista" e "mensalista" correspondem aos assalariados permanentes da lavoura da laranja. Enquanto a primeira destas categorias ocupa-se da administração especializada de grandes, médios e, em menor medida, pequenos pomares que assumiram caráter empresarial na condução de seus negócios, a segunda e a terceira destas categorias ocupam-se do plantio, calagem, adubação e irrigação destes pomares; da aplicação de herbicidas e do controle de pragas; da inspeção de doenças nas árvores; da operação de máquinas agrícolas, especialmente nas pulverizações de

agrotóxicos e no carregamento das laranjas colhidas. Como já apontado anteriormente, a força de trabalho exigida na maioria dessas atividades caiu significativamente nas últimas décadas devido a avanços em sua mecanização e quimificação. Daí que tais categorias tenham oscilado entre os meses de março, agosto e novembro de 2011 entre 16% (na entressafra) e 12% (na safra) da mão de obra total ocupada na lavoura citrícola.

A categoria "volante" corresponde aos assalariados temporários da lavoura da laranja. No período de entressafra, os indivíduos dessa categoria ocupam-se nos chamados "bicos", em tratos culturais e na colheita de frutas temporonas, especialmente para o mercado de laranjas frescas. Já no período da safra, usualmente entre julho e dezembro, os indivíduos dessa categoria ocupam-se majoritariamente na colheita da laranja que, como já vimos, segue realizada quase integralmente de maneira manual. Na safra 2011/2012 especificamente, recorde no volume de frutas e excepcionalmente longa em duração, a colheita teve início em maio de 2011, alcançou o pico entre agosto, setembro e outubro deste ano (meses que corresponderam respectivamente a 17,9%, 17,6% e 17,1% da colheita total da safra) e terminou em fevereiro de 2012 (Conab/CATI/IEA, 2011b). Daí que o número de trabalhadores volantes tenha aumentado de 145.067 pessoas e 69% da mão de obra total ocupada na laranja em março de 2011, para 208.240 pessoas e 79% da mão de obra total em agosto e para 185.699 pessoas e 78% da mão de obra total em novembro.

Segue-se destes dados a conclusão de que esta última categoria de assalariados ainda tem seu modo de vida premido a um só tempo pela escassez e pelo excesso de trabalho. Por um lado, o caráter descontínuo da oferta de empregos na lavoura citrícola impõe periodicamente a uma massa significativa de pessoas condições precárias de sobrevivência. O acesso periódico ao seguro desemprego e/ou a "bicos" rurais e urbanos são os principais meios de subsistência destes trabalhadores volantes ao longo do primeiro semestre. Um dirigente sindical de Monte Azul Paulista e um colhedor de Severínia descrevem do seguinte modo as instabilidades e condicionalidades que marcam o cotidiano dos colhedores de laranja no período da entressafra:

"A partir do momento que o trabalhador trabalhou seis meses, ele já tem direito a três parcelas do seguro desemprego. Chegou a doze meses, ele tem direito a quatro parcelas. Vinte e quatro meses, ele tem direito a cinco parcelas. Sendo que se leva em conta os últimos trinta e seis meses para calcular o total de parcelas. Mas se ele recebeu o seguro desemprego já este ano, no ano que vem ele não recebe. Porque ele tem que ficar dezesseis meses a contar da data da baixa da carteira até o próximo registro para ele ter direito novamente à parcela do seguro desemprego. Então o colhedor recebe ano sim, ano não. No ano que não pega seguro, o trabalhador procura fazer algum servicinho, algum biquinho. Arruma algum serviço na colheita da laranja que sobra, vai trabalhar de servente de pedreiro, trabalhar nas estufas, selecionando os cavalinho, enchendo os balainho pras muda, o que mais ele puder fazer, ele procura fazer de tudo um pouquinho pra tampar aquele buraco. Mas tem vez que o trabalhador fica uns meses sem um pingo de cobertura. Aqueles um que é bastante cabeça mesmo, ele faz um caixa dois prá ele. Na safra que ele vai ganhando, ele vai montando aquela poupancinha. A gente já ta acostumado já, desde o começo sabe que na entressafra vai ficar parado. Então tem trabalhador que vai guardando um pouquinho de dinheiro, ele recebe o fundo de garantia dele, a multa dos 40% e mais os sete dias do aviso, a hora que termina a safra, ele vai lá e já guarda. Aí enquanto na safra tem o arroz, o feijão, a carne ou uma coisa diferente, na parada ele faz um arrozinho com ovinho e vai tocando o barco. O duro é aqueles um que paga aluguel, tem os filho pequeno. É um sufoco" (Ex colhedor e dirigente sindical, Monte Azul Paulista, 07/2011)

"Nos mês de parada [entressafra] a gente faz bico pra sobreviver. Pega diária, tipo carpir laranja pros outro, carpir cana, às vez tira alguma diarinha pouca nesse sentido. Tem também plantio da usina, que nem nesse ano nós trabalhamo três mês e pouco registrado. Se não é no campo é de servente de pedreiro, não tem mais outro. Apesar que muitos não gosta do serviço, que é ruim. O pedreiro ganha 70%, você ganha 30%, e geralmente o servente é quem faz o serviço mais pesado. A diária do pedreiro hoje tá o quê? Meia colher tá 80 conto, a do servente tá 35. É muito raro pagar 40. Tem pedreiro de 100 conto e pro servente é uma mixaria. Só que é um serviço assim que já ajuda porque cê ta parado, não tem serviço, você vai ali na semana cê já vai defender o pão. É mio lambê do que cuspi, né?" (Colhedor, Severínia, 07/2011)

Por outro lado, no período da safra este mesmo trabalhador é marcado pelo extremo desgaste físico na colheita. O assalariamento por produção pressiona os colhedores a maximizar o ritmo e a carga de suas atividades, com vistas a alcançar uma maior remuneração. De acordo com o levantamento de pagamento de empreita do IEA/CATI, em 2010 no estado de São Paulo o pagamento médio por caixa colhida de 25-27 kg foi de R$0,72 e a produtividade média foi de 61 caixas (25-27 kg) por homem-dia, de modo que a diária média foi de R$44,00. Em 2011, o pagamento médio por caixa colhida (25-27 kg)

foi de R$0,76 e a produtividade média foi de 63 caixas (25-27 kg) por homem-dia, o que resultou numa diária média de R$48,00 (Baptistella, 2011). Em troca, o cotidiano de trabalho na colheita é marcado por contínuo e repetitivo levantamento de peso (seja da sacola com laranjas, seja da escada), por carregamento e descarregamento dos frutos na sacola e da sacola nos bags, por deslocamentos com carga superior a 20 quilos suspensa no ombro, por desgaste físico em contínuas subidas e descidas de escada para apanhar laranjas altas ou em contínuas flexões do tronco para apanhar laranjas baixas ou jogadas ao chão, por acidentes e lesões de diversos tipos, etc. Dois colhedores de regiões distintas assim nos oferecem uma descrição introdutória de seu cotidiano de trabalho:

> "Eu levanto às quatro e meia pra tá no ponto às cinco e meia. Quinze pras seis mais ou menos o ônibus chega. Todo o dia dá uma hora e pouco pra ir, uma e pouco pra voltar, umas duas horas e pouco no total. Na fazenda nós chega às sete e dez, sete e quinze. No pomar nós desce, vamos almoçar e vamos trabalhar. Pega seus bag, se já tiver desocupado, senão vai pondo no chão. Lá na C... a gente trabalha nesse sistema: cada trabalhador pega umas cinco rua de laranja, dos dois lado da banca onde o caminhão e o guincho vai andar. O outro trabalhador pega na sua frente nessa banca, mais umas tantas, depende do tanto que ele colhe, aí vem o próximo... Se você pegar cinco rua, vai dar vinte pé cada lado seu, quarenta pé de laranja. Se você der conta de colher os quarenta pé num dia, cê colhe. Se você não der conta, no próximo dia cê termina esse eito e segue na banca. Se tiver pé ainda nessa banca você pega, senão cê passa pra próxima banca. Geralmente, nossa turma tá com quase quarenta peão, nós abre o eito numa banca e meia, duas banca. Tem banca lá de um quilômetro! Cê tem que andar com uma escada de doze degrau nas costas, puxando o Bag, carregando o gancho, mochila, garrafão de água, cê leva tudo. Lá é tão apertado os pé de laranja que não tem como cê atravessar duma banca pra outra pra encurtar seu caminho, cê vai se rasgando tudo. Aí, eu tô tudo riscado, pra você ver se eu tô mentido [mostra seu braço coberto de riscos]. E eu trabalho de avental, mas tô tudo riscado. Porque os pé lá, é tudo junto o plantio deles. Eles fala que é pra economizar veneno, mas aquilo lá é ganância de terra. Os pomar da C... é no máximo três metro dum tronco no outro. Tem plantio aí que já é dois metro de um tronco no outro! Aí cê passa se rasgando tudo. E eles não gosta que quebra galho, não gosta de nada..." (Colhedor, Monte Azul, entrevista em 07/2011)

> "É uma sacola cruzada aqui no peito, você abotoa no fundo. Conforme cê vai catando, enche a sacola, fica na base de uns vinte e cinco quilo cada sacola cheia, o dia todo andando de um lado pro outro. Cê abre ela no fundo e solta no bag. Aí cê volta de novo no pé. No normal, você tem que carregar a sacola uns quinze, vinte metro. Isso quando não é catação [colheita em pomar com quantidade baixa de frutas]. Na catação cê anda cem metro, cento e cinqüenta metro com a sacola!

> Aí não é nas costa não, é na cabeça mesmo. Tem vez também que cê sai de um talhão, vai pro outro, cê tem que arrastar bag, eu cansei de arrastar bag mil, mil e quinhentos metros pra ir pro outro pomar. [...] Uma vez deu um problema na minha coluna, tem lugar lá que o pé de laranja é alto e você não pode deixar laranja no topo da árvore, no farol que nem a gente fala. Se você deixar um farol e o fiscal ver, ele faz você voltar lá, você não pode deixar uma laranja no pé. Eu fui subindo no pé de laranja, quando eu coloquei o pé eu escorreguei, a sacola torceu na minha coluna. Ih... Eu tive de ficar quinze dia parado e eles não quer nem saber, eu levei atestado e eles não pagaram" (Colhedor, Iaras, 07/2012)

Segundo pesquisas ergonômicas, as tarefas da colheita podem causar lesões de hérnia de disco, hérnia abdominal e lombalgias. Mesmo quando não se caracterizam lesões, são comuns relatos de colhedores a respeito de dores nos ombros, nas pernas, no pescoço e na coluna (Lopes et. al., 2000). O seguinte trecho de pesquisa já citada a respeito da ergonomia da colheita oferece uma detalhada descrição técnica dos principais fatores de risco envolvidos neste trabalho. Destacam-se entre eles as quedas e as lesões na coluna, ambas decorrentes da tensão permanente que a sacola de laranjas impõe ao corpo e aos movimentos do colhedor:

> "Na colheita manual há três fatores principais de sobrecarga e de acidentes para o trabalhador: repetitividade, carregamento e levantamento de peso. A repetitividade é caracterizada pela repetição de ciclos curtos de ações de trabalho, com pouca variedade de tarefas, o que predispões ao aumento de erros e acidentes, por tornar o trabalho monótono e automático. Na colheita manual o colhedor adota repetitivamente posturas corporais distintas e uso de movimento de precisão que potencialmente o expõe a riscos de acidentes e lesões osteomusculares. [...] A freqüência de despejo e o deslocamento do colhedor geram uma maior sobrecarga tanto em membros inferiores, quanto em membros superiores, já que ocorre o carregamento da sacola durante o percurso. O modo operatório utilizado pelo colhedor e, conseqüentemente, seu gasto energético e fadiga estão condicionados à forma como o empreiteiro organiza o eito. Ou seja, um eito grande acarretará em um maior deslocamento, fadiga e gasto energético, fazendo com que o colhedor, para amenizar esse desgaste, encha mais a sacola com frutos a fim de reduzir a freqüência do despejo. Como o carregamento de peso acontece em todas as atividades do ciclo, seja da sacola de 27,2 kg ou da escada de 15 kg, a redução do tempo gasto no transporte delas é benéfica para os colhedores ao fim da jornada, uma vez que essa atividade, somada ao levantamento de peso na apanha dos frutos do chão e no descarregamento da sacola, predispõe ao desenvolvimento de lesões, principalmente da coluna. [...] Outra fonte de repetitividade, acidentes e disfunções está presente na etapa de subida e descida da escada para a colheita dos frutos, gerando desgaste físico intenso, fadiga e dores musculares devido

> ao acúmulo de ácido lático. Essa situação é agravada pelo peso da sacola no ombro, em apenas um lado do corpo, o que leva a um deslocamento do centro de gravidade e predispõe a quedas, principalmente durante o alcance dos frutos mais longínquos, em que o colhedor utiliza de movimentos de grande amplitude, sem ter ao dispor equipamentos de segurança que garantam seu equilíbrio na escada" (Costa e Camarotto, 2010a)[78]

Dentre os demais assalariados da lavoura da laranja, merecem menção os tratoristas não apenas por seu significado numérico no volume total de mão de obra ocupada no setor, mas também pelas particularidades de seu modo de vida e trabalho. A remuneração dos tratoristas é via de regra pouco superior à média dos demais assalariados rurais citrícolas, podendo inclusive ser inferior àquela de colhedores com excepcional rendimento. Apesar disso as qualificações e o cotidiano de trabalho dos tratoristas são significativamente distintos daqueles das outras categorias de assalariados do setor. Enquanto a massa de colhedores é marcada pelo extremo desgaste físico, os tratoristas relatam que a atenção constante exigida pela operação de grandes máquinas agrícolas lhes provoca um maior desgaste intelectual. Segundo os depoimentos colhidos em nossa pesquisa de campo, o tempo de formação e a responsabilidade deles exigida para com o maquinário e para com o pomar impõem uma tensão cotidiana distinta para este segmento de trabalhadores, contribuindo para conformar uma auto-imagem e um padrão de sociabilidade que os diferencia dos demais assalariados rurais. Daí que eventualmente surjam dentre estes operadores de máquinas agrícolas caracterizações pejorativas dos demais trabalhadores que permanecem realizando atividades exclusivamente manuais. Os seguintes relatos de dois tratoristas assim ilustram estas questões:

[78] Estes problemas se inserem em um contexto mais amplo da saúde dos empregados da agricultura brasileira. A partir de dados do suplemento específico de saúde realizado pela PNAD, Balsadi assim se coloca a respeito dos problemas crônicos de coluna dos assalariados agrícolas no país: "*É importante registrar que as doenças de coluna ou costas foram as mais significativas entre os empregados agrícolas no período 1998-2003. Isso certamente tem a ver com as características do processo de trabalho na atividade, na qual o grande esforço físico e repetitivo, seja nas operações feitas manualmente ou nas mecanizadas, e a falta de ergonomia, são aspectos freqüentes*" (Balsadi, 2008, p. 156)

"Quando eu chego no serviço, passo meu cartão, eu vou pra minha máquina. Eu vejo o que tem de diferente nela, olho água, óleo, tudo. E começo a trabalhar. Como eu trabalho com defensivo agrícola, eu passo o dia inteiro passando esses produto na laranja. O encarregado da pulverização passa onde você vai trabalhar, o modo como você vai trabalhar, a marcha certa... Vamo supor que você vai passar uma pulverização de leprose, ele passa uma primeira reduzida a mil e oitocentos, isso é a marcha que você vai trabalhar o dia inteiro. É uma ordem que já vem do supervisor pra você trabalhar o dia inteiro. Ele [o encarregado] passa a quadra onde você vai trabalhar e manda o comboio pra ir abastecer o trator nas roças, pra você continuar trabalhando o dia inteiro, das sete às cinco da tarde... [...] A vida lá em cima do trator é meio sofrida. O calorzão é demais e o salário é baixo. Eu hoje sou registrado na carteira com R$724,00. Trabalhando certinho, aos sábados e domingos, nosso salário geralmente vem em torno de R$950,00 a R$1.000,00. É baixo, em outros lugares, em firma de cana, o piso salarial do tratorista é na faixa de R$1.400,00... E elas [indústrias de laranja] não paga insalubridade. Os tratoristas mexe com defensivo direto, mas falam que a gente não tem [direito a insalubridade]. Na fazenda tem o exame periódico pra ver intoxicação, só que você não fica sabendo [o resultado]... Isso preocupa bastante a gente, né? Se você for fazer um exame de sangue pra entrar em outra firma, pode constar que você tem problema e eu acho que tem firma que não pega, né? Eu penso assim. [...] A relação dos tratorista com os outros trabalhadores da fazenda é boa, mas às vez tem umas brincadeira, né? E toda brincadeira tem um pouco de verdade... Lá tem um ditado que eles chama as pessoa de pé de macaco. São as pessoa bem ruim mesmo no trabalho. Vamo supor que você tá trabalhando na enxada, carpindo, eles fala: '*Você não vai porque você é pé de macaco*'. Ele acha que tá sendo superior a você, que você é ruim de serviço, não tem capacidade de operar aquela máquina" (Tratorista, Iaras, 07/2012)

"Nós sai daqui cinco e quarenta, até a fazenda é uma hora, uma hora e pouco de ônibus. Chegando lá, nós passa o cartão, pega os trator, vê água, óleo, abastece, depois desce pro serviço. A fazenda é grande, o lugar mais longe gasta trinta e cinco, quarenta minutos pra chegar, o mais perto dá uns quinze minuto. Nós chega na quadra, abre o apontamento do trator e começa o serviço, só pára de passar o veneno quando tem que abastecer. Nós pára de trabalhar na hora de almoço às onze, meio dia pega de novo. Aí trabalha até as quatro, quatro e pouco, o horário que nós tem que sair, dependendo do lugar que nós tá, pra poder chegar na sede uns dez minutos antes do horário de passar o cartão. [...] Lá não é muito fácil por causa dos produto, né? A maioria é produto químico e os trator lá não é gabinado, então tem que tomar cuidado na hora de usar os EPIs, senão é perigoso intoxicar. Um rapaz que trabalhava com nós lá, tem uns quatro mês ele foi fazer um exame e deu uma quantia alterada de veneno no sangue. Esse exame que ele fez foi de terceiro, ele comunicou a empresa e tiraram ele do serviço de passar veneno. Uma ou duas vezes por ano a gente até faz exame da própria empresa, eles vêm, fura o dedo, tira o sangue, mas eu nunca ouvi de ninguém que recebeu resultado desses exame. Por isso faz exame de terceiro, eu cheguei a fazer também... Eu

> trabalho com vários tipo de veneno que eu não lembro nem o nome, só de você sentir o cheiro de longe, já dá ânsia, mal estar. A maioria é tudo veneno forte, tem que tomar muito cuidado. Quando nós abastece o trator, só de sentir o cheiro daquele veneno, já dá náusea. [...] O serviço no trator não é pesado, mas faz muita coisa repetitiva. Quando eu passava mata mato, tinha que tomar conta das barras, pra passar nos vão de laranja sem deixar erguer ou abaixar, porque senão quebrava galho. Então a atenção tem que ser muita ali. Tinha que tomar cuidado com buraco, com a trepidação, com as curva. Lá cada cinqüenta, oitenta metros tem curva pra você passar, é onde que cê tem que tomar mais cuidado. No turno da noite é mais complicado ainda um pouco, porque você não vê dos lados, cê só vê a frente. Então a cabeça fica fervendo" (Tratorista, Borebi, 07/2012)

Como mostram as citações, dentre as queixas mais recorrentes dos tratoristas estão aquelas referentes aos baixos salários e ao contato cotidiano com agrotóxicos. São comuns os relatos de trabalhadores que não confiam em informações das empresas contratantes a respeito de seu grau de intoxicação e recorrem a exames particulares para avaliá-lo. Eventualmente denúncias de diferentes segmentos de assalariados rurais citrícolas acerca do uso irregular de agrotóxicos em pomares das agroindústrias encontram encaminhamento judicial e ecoam na mídia. A seguinte reportagem da revista *Caros Amigos* assim o ilustra:

> "Quem tem como rotina receber denúncias de trabalhadores reclamando de problemas de saúde decorrentes do manuseio de agrotóxicos é Abel Barreto, presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Duartina, cidade paulista localizada na região de Bauru. '*Temos muita reclamação de gente que vai trabalhar na laranja e se sente mal. Eles ligam e dizem: 'Estamos aqui trabalhando na laranja e o trator está na rua de cima passando veneno'. A maioria fala em dor de cabeça e ardor nos olhos*', relata. Um dos casos que chegou ao sindicato de Duartina foi o das trabalhadoras Lindalva Zulian, de 38 anos, Rosimeire de Araujo, de 35, e Janaína Silva, de 25. As três trabalhavam numa fazenda de laranja no setor de inspeção, buscando localizar as plantas doentes para serem eliminadas. Durante uma manhã do mês de junho deste ano, Lindalva e suas colegas faziam inspeção numa fazenda de laranja na cidade paulista de Espírito Santo do Turvo, quando o trator que aplica veneno passou pulverizando a mesma quadra onde as mulheres trabalhavam. '*Eu comecei a ter tontura, dor de cabeça, ânsia de vomito'*. Depois de muita insistência, o funcionário da fazenda atendeu o pedido de levar as mulheres ao hospital. '*Na hora, o médico disse: 'tira essa roupa, toma um banho, nem eu estou aguentando o cheiro de vocês'. A gente estava toda envenenada'*. As mulheres ficaram três dias internadas. [...] Outro exemplo dos limites do 'uso seguro' dos agrotóxicos é o trabalhador Paulo Sérgio, morador de Duartina. Contratado pela empresa de laranja Coimbra para aplicar defensivos agrícolas, no terceiro dia de trabalho, ao aplicar o veneno Temic, Paulo passou mal. '*Eu estava com todos os EPIs'*. Mesmo assim, os equipamentos

não impediram que o trabalhador sentisse muita ânsia de vômito, aumento da salivação e dor de cabeça. '*Passei no médico e ele disse que eu estava intoxicado*', conta" (Revista Caros Amigos, "O veneno no pão nosso de cada dia", dezembro 2009) [79]

Face a tais mazelas cotidianas, todos assalariados da lavoura da laranja (especialmente a massa de colhedores) formulam múltiplas respostas individuais ou coletivas visando minimizar os desgastes que lhes são impostos. Dentre estas respostas, interessam-nos nesta pesquisa os diversos posicionamentos e estratégias dos assalariados rurais citrícolas a respeito de seus *direitos trabalhistas* e a respeito do *acesso à terra*. Como veremos, os interesses desta fração da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial equacionam-se de modo múltiplo e heterogêneo, dando origem a encaminhamentos distintos em sua luta por melhores condições de vida e trabalho.

- *Informalidade e formalidade na exploração-dominação sobre os assalariados rurais na citricultura paulista*

Como já apontamos anteriormente, o *gato* ou a intermediação informal na contratação de assalariados rurais permanece ainda hoje uma importante mediação da exploração-dominação de colhedores na citricultura paulista. Paralelo a novos e mais sofisticados mecanismos de arregimentação e contratação formal, o *gato* perseverou neste setor mesmo após a derrocada das cooperativas de mão de obra no final da década de 1990 devido à insuficiente fiscalização dos órgãos públicos, à fragilidade econômica da maior parte dos fornecedores de laranja para as agroindústrias e à baixa remuneração da mão-de-obra rural manual devidamente registrada. No interior deste quadro, o *gato* possui um discurso de auto-legitimação característico: sua atuação atenderia não apenas aos interesses de pequenos e médios produtores, que não seriam capazes de arcar com encargos sociais e trabalhistas na contratação da mão de obra para a colheita, como também dos próprios

[79] O seguinte trecho da ata de audiência de um processo contra o citricultor João Carlos Branco Peres e contra a Sucocítrico Cutrale Ltda. aberto pelo colhedor Sinivaldo Rodrigues da Silva ilustra problemas decorrentes da exposição irregular de trabalhadores a agrotóxicos, bem como seu encaminhamento judicial. Em seu interrogatório, o reclamante afirmou "*que havia pulverizações aéreas de veneno habitualmente; que após a pulverização sentia a pele e os olhos arderem; que as pulverizações por tratores eram feitas semanalmente; que os sintomas eram os mesmos; que as pulverizações por tratores eram feitas ao lado do local em que trabalhavam"* (Ata de Audiência, 16/10/2012, Processo 1200-76-2011-5-15-143)

colhedores, que prefeririam um maior salário líquido imediato à cobertura de direitos em médio e longo prazo garantida pelo registro em carteira. Este discurso de auto-legitimação dos *gatos* usualmente destaca como referência a mão-de-obra migrante que periodicamente se desloca de estados do Nordeste para a safra da laranja e de outras culturas paulistas: tais trabalhadores teriam particular interesse em não se registrar para ganhar o máximo de recursos líquidos em pouco tempo e retornar o quanto antes a seu local de origem.

Tal discurso do *gato* possui um claro sentido ideológico. Enquanto intermediário da relação de capital, ele reforça determinados comportamentos favoráveis à máxima exploração da força de trabalho e incita obstáculos simbólicos à organização coletiva dos assalariados. Neste discurso, o máximo dispêndio de energia física e o mínimo de cobertura de direitos são caracterizados como "*liberdade do trabalhador para trabalhar como quiser*" garantida pelo *gato.* O registro em carteira, os sindicatos e os órgãos fiscalizadores do Ministério Público do Trabalho, por outro lado, são caracterizados como cativeiro e deslegitimados como contrários aos verdadeiros interesses dos colhedores. O seguinte trecho de entrevista com um *gato* assim o ilustra:

> "Eu acho que o peão tem que trabalhar conforme ele quiser. Se ele quiser trabalhar registrado, ele vai ser registrado, se ele quiser trabalhar sem registro, ele vai trabalhar sem registro. Não é a gente que obriga ele a trabalhar. É nós que faz ele trabalhar sem registro? Eles que quer! Porque o negócio dele é o seguinte [a respeito de um colhedor migrante presente no local]: ele vai embora daqui três mês. Então pra ele, se ele trabalhar registrado, seria prá tirar o seguro desemprego. Mas com esse tempo trabalhado não dá pra sacar o seguro desemprego, então ele pede pra trabalhar seis meses fora do registro pra poder pegar o dinheiro e ir embora. Tem muita gente sem registro que fica um ano, mas a maioria fica três, quatro mês e vai embora. [...] Porque alguns quer trabalhar registrado? Por causa do ministério do trabalho e do sindicato que fica em cima, diz que vai fazer largar o trabalho. Fica no pé, fala pra parar. O sindicato tinha que ver o seguinte: não tem mais esse negócio de serviço escravo, o colhedor trabalha do jeito que ele quiser. O sindicato vem, pára, multa os produtor, multa as empreiteira, faz o maior regaço ai. O sindicato acha que a gente que obriga o cara a trabalhar sem registro. Mas não é nós que quer. É o próprio peão. É eles que quer. Pra gente, é até melhor trabalhar registrado, porque a gente sabe que todo o dia o peão registrado tem que tá no mesmo lugar. Se o registrado ganhar trinta, é trinta real todo dia, fica naquele lugar todo dia, é seguro, tá preso. O peão sem registro não, ele vai pra onde ele quer, hoje ele tá ganhando trinta

comigo, se amanhã ele souber que o amigo dele noutra turma vai ganhar cem, ele vai pra outro lugar." (Gato, Severínia, 07/2011)[80]

Diferentemente do que dão a entender os *gatos*, a relação entre os trabalhadores migrantes e a informalidade é bastante heterogênea. Por um lado, há trabalhadores migrantes que mantêm uma forte identidade de pequenos produtores familiares em seu local de origem, seja como proprietários ou como posseiros. Seu assalariamento temporário é visto por eles prioritariamente como uma fonte de recursos complementar, visando a reprodução da pequena unidade produtiva em momentos econômicos adversos ou em momentos em que a mão de obra familiar excedente não é incorporada ao sítio. É comum que estes trabalhadores aproximem-se do cenário descrito pelo *gato* e escolham abrir mão da formalização do emprego, não apenas para alcançar um maior salário líquido imediato, mas também para não "sujar a carteira" (ou seja, para não registrar os curtos períodos de contratação). Os dois seguintes trechos de entrevistas com trabalhadores migrantes ilustram as condições em que se dá esta escolha. Destaca-se o fato de que ambos se referem aos *gatos* da cidade de Severínia como *cooperativas*, indicando que aos olhos de muitos colhedores pouco mudou no mercado de trabalho citrícola nos últimos anos:

[80] Inúmeras reportagens destacam a existência de uma série de mediações informais de arregimentação, transporte e contratação de mão de obra migrante para a lavoura citrícola no estado de São Paulo. A título de exemplo, é interessante contrapor o discurso do *gato* destacado acima à seguinte reportagem acerca das condições de locomoção, estadia e trabalho impostas a um conjunto de trabalhadores migrantes maranhenses ocupados na colheita da laranja: *"O Ministério Público do Trabalho (MPT) constatou o aliciamento de 12 trabalhadores vindos do Estado do Maranhão para trabalhar na safra da laranja em uma fazenda em Nova Europa. Segundo relato dos trabalhadores, eles vieram do Maranhão com a falsa promessa de trabalho na safra de laranja, com boas condições de moradia. Mas em Nova Europa, a situação era bem diferente. Eles foram mantidos por pelo menos 20 dias em alojamento com quartos pequenos, mal ventilados e sem sanitários, sem local para refeições ou água fresca e potável. Os problemas começaram ainda no deslocamento para São Paulo, feito em ônibus clandestino. '*Esses aliciadores se articulam em redes nacionais, transportam os trabalhadores por rodovias pouco movimentadas, evitando sempre as rodovias federais, e os homens chegam a passar até sete dias dentro de um ônibus. No caso desses trabalhadores, o ônibus quebrou e eles passaram um dia todo esperando pelo conserto sem água ou comida*', ressalta o procurador do MPT. Os procuradores aguardam o relatório final dos auditores fiscais para posterior protocolo de representação criminal com relação ao delito cometido pelos* gatos*, homens que intermediam a contratação. '*Esse trabalhadores já deveriam sair de suas cidades de origem sabendo para qual empresa estão indo trabalhar, onde ficarão e quanto irão receber, mas os aliciadores não passam nada disso. A situação em que se encontram é inaceitável, principalmente em uma região tão desenvolvida como a nossa' , finaliza o procurador"* (Tribuna Impressa, "Coletores de laranja são vítimas de aliciamento em Nova Europa", 05/08/2011).

"Às vez vêm lá da Bahia, por exemplo, vai fazer um negocinho. Aí eles vai ficar só dois mês, ou quarenta dia. Eles não quer sujar a carteira deles. Aí eles vêm, trabalha quarenta dias, um mês, dois mês e vai embora. Então por isso que eles não registra. Inclusive tem uns quatro primo meu, não vou mentir, que na semana que vem já vão embora. Eles tão na cooperativa, tem um mês que eles tão aí. Já ganhou os troquinho prá fazer os servicinho deles. Eles entram numa disdinha [dívida], aí eles vêm cá só prá ganhar aquele dinheiro pra quitar aquela dívida e manter o servicinho deles pra eles. Porque lá eles têm a rocinha deles mesmo, tem a propriedade deles mesmo. Deu enfraquecida, entrou numa dívida pra manter, aí eles vêm aqui naquele período, naquele mês, ou dois mês, ou até três mês que seja, só prá ganhar aquele troco, chegar lá, liquidar aquela dívida e manter o servicinho deles. Entendeu? É uma questão que pra nós é uma ajuda. Porque nós não vai sair de lá, vim pra cá pra registrar noventa dia e dar baixa, sabendo que nós mesmo vai se sujar. Porque, eu acho assim, cê registra, eu venho, trabalho noventa dia, dou baixa e vou embora. No próximo ano que eu voltar, não é qualquer empresa que vai me empregar. Porque ela vai falar assim *'ele vai trabalhar noventa dia e vai embora. E nós quer uma pessoa que vai manter o serviço até quando nós tiver precisando'*. Se não tiver a cooperativa, como é que vai fazer?" (Colhedor e migrante baiano, Severínia, Entrevista em 07/2011)

"Acho que o pessoal trabalha sem registro porque ganha mais, né? É melhor. Com o registro cê fica seis, sete meses sem ter as coisa na mão. Na cooperativa cê trabalha um mês, dois, cê faz quase a mesma coisa que seis mês com registro. No ano que eu trabalhei registrado, pra C..., tinha quinzena que eu recebia, não dava nem pra manter a casa, aluguel, água e o de comer. Isso foi 2008 ou 2009. Lá na C... você tem que trabalhar do jeito que eles quer. É só exigência, só exigência e pra você ganhar pra sobreviver e manter a família, pra ganhar o pão de cada dia, que é o mais difícil, não acontece. Em vez de você melhorar, a situação só vai cada vez pior, né? [...] A primeira vez que eu vim pra cá eu ainda tava solteiro. Eu decidi vim pra cá pra viver uma vida melhor, vê se adquiria alguma coisa mais, né? Os irmão mais velho trabalhava ajudando os pai nosso, pra dá o que comer, beber e vestir os mais novo. Nós trabalhava junto pra criar a família, entendeu. Depois nós começou a vim pra cá, começou a melhorar a situação. [...] Prá trás a gente ficava aqui mais tempo. Hoje não, a gente vem fica um tempo, volta. Antes a gente ficava seis mês aqui e voltava prá lá. Agora acontece de ser seis mês, cinco mês, até dois mês... Hoje eu acho que fico mais lá do que aqui... Já teve vez que eu ficava de um ano pra outro aqui, agora não, eu venho aqui e volto... Eu prefiro ficar por lá. A terra que a gente nasceu era bom que a gente ficasse. Meu maior prazer era vê meus pais, a

família unida... assim a vida era melhor" (Colhedor e migrante baiano, Severínia, entrevista em 07/2011)[81]

Por outro lado, há uma grande quantidade de migrantes que vêm assumindo uma identidade tipicamente assalariada. Em especial dentre as gerações mais jovens, há migrantes que se distanciam cultural e economicamente da unidade de produção familiar e orbitam em escala crescente em torno das cidades, seja em seu local de origem ou no estado de São Paulo. É comum que estes trabalhadores mesclem ocupações rurais e urbanas, permaneçam por tempo mais longo em cidades do interior paulista ou mesmo nelas se instalem com seus familiares. Assumem com isso um modo de vida e trabalho cada vez menos enraizado na pequena propriedade ou posse familiar e cada vez mais próximo aos demais assalariados plenamente expropriados. Neste cenário, o salário deixa de ser um recurso periódico complementar investido na unidade produtiva doméstica e converte-se no principal meio de reprodução da força de trabalho familiar. Paralelamente, o interesse pelo acesso à terra perde espaço e assume centralidade o interesse pelo registro em carteira e pelos direitos sociais e trabalhistas daí decorrentes. O seguinte trecho de entrevista com um colhedor sergipano, hoje morador da cidade de Monte Azul Paulista, assim o ilustra:

"Eu moro aqui, mas sou natural de Nossa Senhora Aparecida, em Sergipe. Lá a gente trabalhava no sítio da gente mesmo, apesar que a gente cultiva não é muita coisa, que o valor é pouco. A cultura lá é diferente da daqui, é mais o milho, o feijão, a mandioca, a pastagem pra criação de gado. No sítio a gente faz o tanto de se manter, se deu um ano de boa safra e sobrou uma boa parte, às vezes acaba até vendendo, mas quando é um inverno meio fraco, aí geralmente é na conta do consumo [...] A

[81] Ao destacar a gravitação cultural e econômica destes trabalhadores em torno da unidade produtiva familiar não queremos caracterizar de forma idílica seu local de origem. Como já apontado mais acima, muitos posseiros ou pequenos proprietários em estados do Nordeste seguem submetidos a relações de exploração e dominação por proprietários fundiários e/ou por comerciantes locais e regionais. Um dos colhedores migrantes acima citado assim caracteriza tais relações: "*Eu mesmo tenho lá em Livramento na faixa de uns trinta alqueires. Lá a gente produz de tudo. Antes a roça lá era algodão, agora veio esse negócio de maracujá, abriu poço artesiano, agora correu mais uma rendazinha no município. Mas a gente também planta uma verdura, colhe uma abroba, colhe um tomate, colhe um maxixe, planta uma melancia, tem o quiabo, tem de tudo. De tudo a gente faz um pouco, né? Às vezes é pra servidão da casa, às vezes vende. O que a gente vende, é pro atravessador, um tal de Seu R. O irmão dele tem um Ceasa aqui em São Paulo, ele embala as coisa e vai tudo num caminhão pra São Paulo. Pra ele que negocia a coisa tá boa, né? Agora pra nós significa só mais difícil... Quando cê colhe faz um dinherinho, quando não colhe, não faz nada. Quem ganha mais é mesmo o passador, porque pra quem planta o trabalho é bastante e o lucro é pouco.*" (Colhedor e migrante baiano, Severínia, entrevista em 07/2011)

primeira vez que eu vim [para São Paulo] foi em 2003, tinha vinte e dois ano. Daí pra cá um vem, conhece e no ano seguinte é difícil não trazer outro colega. Hoje mesmo deve ter mais de cinqüenta sergipano aqui. Tem umas quatro ou cinco turma que trabalha com sergipano... Lá [em Sergipe] é um lugar que pra passear é bom, mas pra serviço é meio devagar. E o serviço que tem lá não é registrado, entendeu? Muitos vêm mais é pelo seguro desemprego mesmo, né? A maioria das vez é isso... Apesar de que aqui também se tiver um ano bom de safra, dá pra tirar alguma coisinha. Se souber economizar um pouquinho dá pra sobrar um cascadinho, depois que pega o acerto, o fundo de garantia, dá pra voltar com uns quatro, cinco conto.

É comum que esse dinheiro seja usado para comprar um pedaço de terra lá em Sergipe?

Querendo dá... É porque às vez não interessa muito, né? Chegando lá quer comprar uma moto, às vez um carro... Se o cabra chegar com um pensamento de comprar uma terra, dá. Mas a maioria que vem daqui com o dinheiro que tirou na safra, chega lá e compra uma moto, compra um terreno na cidade pra construir casa. O pessoal trabalha pra ajudar em casa, mas esse que a gente arruma aqui mesmo é nosso. [...] Meu pai nunca viveu na cidade, nem diz que quer, só pra morrer, ele não tem vontade não. Mas quase tudo os meus irmão tão na cidade... Nós somos em onze irmão, os três mais velhos mora ali em Jacemápolis, vizinha a Limeira. Eu moro aqui em Monte Azul. Os outros moram lá em Sergipe. Dois trabalha de pintor de casa, tem outro que trabalha na fábrica de calçado, esse mora no sítio e todo dia vai pra cidade e volta... Os velho é que vai pra cidade só a passeio mesmo" (Colhedor, Monte Azul, 07/2011)[82]

[82] Mais uma vez, ao destacar a maior gravitação econômica e cultural destes trabalhadores em torno de cidades do interior paulista, não queremos caracterizar de forma idílica sua integração neste ambiente. Pelo contrário, mesmo instalados por tempo indeterminado nestas cidades, tais trabalhadores permanecem estigmatizados como "de fora", vítima de forte preconceito étnico. A seguinte citação de um filho de pequeno citricultor, que trabalha em uma indústria de bordados de Ibitinga assim o ilustra: "*Na indústria que eu trabalho, tem uns 2000 funcionários, pode dizer que tem uns 600 que é migrante. Vieram direto da Bahia pra trabalhar no bordado. Lá na Bahia eles trabalhavam na roça. Talvez até os primeiros que vieram, vieram pra trabalhar na colheita da cana, mas o que acontece? Os mais, vamos dizer assim, os mais trabalhador tá na colheita da cana. O trabalhador bom na cana hoje tira na faixa de setecentos reais a quinzena, mas o cara tem que ser trabalhador. Aquele já que não agüenta na cana, no sol quente, trabalha na cidade. O que que eles fizeram? Vieram com a família de lá pra cá, uma pessoa da família trabalha na cana e a mulher e o filho trabalha no bordado. Aí tem uma renda boa, eles não liga de morar um monte de gente numa casa só, eles moram lá em duas, três famílias numa casa. Paga lá duzentos reais de aluguel, divide tudo eles. E vive a vida. Tão contente, porque eles não liga, comendo pra eles ta bom... Isso pra cidade é ruim, por causa de monopólio de salário, emprego, né? Se eles não viessem, teria que aumentar o salário, né? Eles trabalham menos, mas dois dele faz o que um daqui fazia...*" (Filho de pequeno citricultor, Ibitinga, Entrevista em 07/2011)

O que descrevemos até aqui não esgota, contudo, os nuances da informalidade na lavoura citrícola. No cotidiano de todos os colhedores de laranja, migrantes ou não, há uma multiplicidade de arranjos informais, visando alcançar simultaneamente um acesso parcial a direitos sociais e trabalhistas (em especial o seguro desemprego) e uma maior remuneração por caixa colhida. A título de exemplos, podemos citar o chamado "registro clandestino", em que o colhedor tem sua carteira de trabalho assinada e acessa o seguro desemprego, mas não recebe os direitos trabalhistas ao término do contrato de safra[83]. Podemos citar também o registro da produção de um único trabalhador em duas carteiras (a sua própria e geralmente a de algum parente), para que a família tenha acesso a mais um seguro desemprego no período da entressafra[84]. Podemos citar ainda o trabalho não registrado no período em que o colhedor está recebendo as parcelas do seguro desemprego[85].

Com todas estas estratégias, os colhedores buscam enfrentar um "cobertor permanentemente curto", que se lhe cobre a cabeça desprotege os pés e se lhe cobre os pés não chega à cabeça: ao trabalhador rural manual brasileiro ainda é raro encontrar ocupações que reúnam, a um só tempo, boa remuneração e respeito aos direitos sociais e trabalhistas. Neste contexto, resta aos colhedores criar esquemas de burla que lhes

[83] "*Cê quer saber como é o registro, tem que vê se ele é clandestino ou não. Se o registro clandestino não contar, então a maioria tá sem registro. É que no registro clandestino não tem acerto. Pega o seguro [desemprego], mas acerto não tem. O acerto paga no valor a mais por caixinha... Se for pra escolher entre os registro, eu prefiro o clandestino, que paga a mais na caixinha. Ao invés de sessenta centavos a caixinha no registro certo que tem acerto, eu prefiro de um real no registro clandestino"* (Colhedor e migrante baiano, Severínia, 07/2011)

[84] *"Tem também uns aqui que às vez trabalha na carteira de outro. Registra na sua carteira e na de outra pessoa também, né? Supondo, eu peguei seguro desemprego esse ano, nessa safra que eu to trabalhando quando acaba eu não pego. A outra pessoa, se não pegou nesse ano, quando acabar essa safra vai ter. Então uma pessoa registra nas duas carteiras, divide a produção... Tem um colega meu que ta trabalhando comigo, ele falou que registrou também com a carteira da irmã dele. Ele trabalhava com carregação com a carteira dele e a produção que ele tem colhendo ta registrada na carteira dela, pra ela pegar seguro no final da safra."* (Colhedor, Monte Azul, 07/2011).

[85] "*Vamo supor, aqui funciona assim: naquele período que a safra começa, nós ta recebendo o seguro, não tem como nós registrar. Tem que trabalhar nas cooperativa... Esse serviço é o ganha pão nosso. Tem muito que fala assim: '*Ah não, tem que acabar*'. Mas se acabar, na época que nós ta pegando o seguro, não dá pra mim manter. O que me ajuda é isso aí. Eu não sou uma pessoa de querer recriminar eles [os gatos], porque eles faz uma ajuda prá nós. Eles tão ajudando nós, então jamais eu acho assim que deve acabar. Tem que fazer um meio deles organizar bem certinho com proteção e tudo, mas manter esse servicinho, porque é o único serviço que tem quando nós tá pegando seguro*" (Colhedor, Severínia, 07/2011)

permitam alcançar de modo precário um maior salário e algum acesso à seguridade social. A seguinte citação de uma ex-colhedora assim o explica:

> "O registro na carteira é como se fosse o registro da gente, né? Eu existo por quê? Porque eu tenho um registro de quando eu nasci. Então é um modo do governo saber que a gente existe, que a gente ta trabalhando, ta contribuindo e tem direito a todas as leis trabalhistas. Senão não tem como, se eu fico doente, como é que eu vou exigir alguma coisa se eu não existo? O registro existe por isso daí, é um meio do governo saber que nós existimos e temos direito àquelas leis. Eu acho que é importante, mas eu acho que é muito pouco, né? A base que eles fazem do salário do trabalhador é muito pouco. Por isso que existe isso de trabalhar sem registro, de receber o seguro desemprego e continuar trabalhando, de trabalhar no registro só de fachada e trabalhar pago por fora. Esse povo inventa todo meio, porque é complicado sobreviver com o salário. Quem vive com o salário? Não existe quem vive com o salário. O governo faz lá o salário mínimo baseado em cesta básica, mas ninguém vive só do arroz e feijão. Por isso que vira essa anarquia aí. Nós perde, o governo perde, fica tudo nas mão dos poderosos, porque nós tamo ajudando eles a sonegar, né? Mas nós temo outro meio? Não temo outro meio, nós temo que sonegar pra nós ter um pouquinho a mais. O que o governo não vê é isso: o preço que eles estabelece na caixa da laranja. Não dá pro trabalhador comer se ele for ganhar só o preço da caixinha, se for trabalhar na honestidade. Tá quanto, cinquenta e cinco centavo a caixinha? Como é que você vai apanhar cem caixa pra ganhar cinqüenta e cinco reais? Se pagar um pelo outro no preço que é estabelecido na caixinha, a hora que chegar num pomar que cê panha vinte caixa por dia, cê nem vai na roça. Não tem como... Se não burlar a lei, é complicado. Mas amanhã eles paga aposentadoria baseada no salário mínimo. E o que nós ganhamos nessa época toda? Ficou pra trás, né? Foi sonegado, nós achamos que nós ganhamos, mas nós perdemos, porque depois amanhã nós não tem direito a nada. Quem tinha mais tem mais ainda e nós não tinha e fica pior. Isso que é complicado... O colhedor gasta no real e ganha no centavo. Mas ninguém vive de centavo, é complicado... Se fosse ver hoje, oitenta [centavos por caixinha da laranja colhida] devia ta o preço justo, o normal, da lei, no registro. Mas não, o colhedor ganha na maracutaia esses oitenta centavos. Aí eles faz um rolo lá que eles paga um tanto no registro, um tanto por fora. Cê fez cem caixa, cê ta ganhando trinta centavo a mais, cê recebe trinta real. Só que e o seu seguro? O décimo terceiro? Depois no final o seu acerto? Vem baseado só naquele pouquinho que vem no holerite. Cê ganhou por fora, mas cê perde tudo" (Ex-colhedora e ex-turmeira, Ibitinga, 07/2011)

Como indica a citação, a relação entre os colhedores e a informalidade é muito mais complexa do que o discurso do *gato* dá a entender. Há na consciência destes assalariados rurais manuais uma permanente tensão entre o horizonte de curto prazo (evidente no seu interesse em uma maior remuneração líquida imediata) e o horizonte de médio e longo

prazo (evidente no seu interesse em uma maior proteção social e trabalhista). No atual ordenamento do complexo citrícola, a equação destas perspectivas permanece não solucionada, gerando múltiplos posicionamentos de colhedores a respeito do registro em carteira. O seguinte trecho de entrevista com uma família de colhedores ilustra com precisão este quadro. O filho demonstra interesse em trabalhar para os *gatos*, mas hoje trabalha registrado para ter alguma cobertura legal trabalhista em momentos adversos; o pai participou do combate às cooperativas ao lado do sindicato de empregados rurais da região, mas hoje relativiza sua posição devido à baixa remuneração paga aos colhedores registrados:

> *"Os gatos dizem que os trabalhadores preferem ficar sem registro. O que vocês pensam disso?*
>
> [filho] Mas é verdade. Só que hoje já não tá assim. Você tem uma continha meio apertada, cê trabalha um mês, um mês e pouco sem registro prá desaperta. No que desapertou, cê corre pro registro, cê registra. Não quer mais ficar igual era antigamente, fazia seis, sete safra sem registro. A maioria já não fica mais. Inclusive tem uns pá de parente meu [migrantes] que esse ano começou na cooperativa e tá tudo lá com nós [registrados]. Sendo que eles vai embora mesmo. Registrou porque não quer ficar sem registro. Eles fala: '*lá eu ganho bem na verdade, mas a hora que começa a chover eu não tenho o meu salarinho pouquinho. Aqui no registro eu tenho, se eu doecer, pelo menos eu to seguro. Sem registro eu to ganhando tanto e tanto, mas amanhã ou depois eu vou acabar perdendo*'. Então nós hoje tamo tendo que pensar todos assim, né?
>
> [pai] Eu não gosto de ir prá cooperativa, porque na cooperativa não tem um seguro bão. Essas cooperativa é assim... até se a pessoa cair, machucar, é uma coisa mais sem jeito, né? Essas cooperativa aqui é tudo dos olhudo, dos vagabundo, isso aí o sindicato se apriquitou prá derrubar... Eu mesmo de vez em quando levo o seu S... [dirigente sindical de Olímpia], ajudava ele muito nesse negócio de achar cooperativa. Eu chegava, procurava, *'ô, onde é que é a cooperativa, onde é que tá trabalhando?Eu to parado, eu queria arrumar uma trampo, onde é que é que cês tão trabalhando, é muito longe?*' Aí o cara me falava e eu ligava pro seu S...: '*a cooperativa tá em tal e tal canto, com tal preço*'. Porque eu fazia feito um investigador, né? Prá acabar com a cooperativa... Mas do jeito que tá o registro, ta na hora da gente voltar pra cooperativa, né? Vai todo mundo pra cooperativa, porque não tá dando, não dá. A cooperativa nunca parou. E agora eu to vendo que não pode parar, porque do jeito que é, o registro virou nada. Eu mesmo falei uma vez pro seu S...: '*a gente não pode corre mais atrás de cortar cooperativa, porque se cortar a cooperativa a gente vai fazer o quê? Vai comer o quê então?'* Mas um cara que nem eu, eu não trabalho na cooperativa. Porque eu preciso do seguro desemprego, do fundo de garantia, do acerto. Ali não, no negócio de cooperativa, é só aquele

dinheirinho que eles dão, né? Cabou a cooperativa, cabou tudo, eles nem olha na tua cara depois. Aí não tem nem como, né?" (Família de colhedores, Severínia, 07/2011)

No capítulo 2 mostramos as transformações por que passou o mercado de trabalho rural na citricultura paulista nas décadas de 1990 e 2000: com a derrocada das cooperativas de mão de obra surgiram novas e mais sofisticadas mediações de arregimentação, seleção e contratação de colhedores, dentre as quais se destacam hoje os condomínios de empregadores rurais. Como vimos, o processo de constituição de tais condomínios foi bastante heterogêneo, marcado por continuidades e descontinuidades em relação à atuação anterior dos *gatos*.

Por um lado, formaram-se inúmeros *gatomínios*, caracterizados pela prática das mais diversas irregularidades. Em primeiro lugar, trata-se não de verdadeiros consórcios de produtores rurais que organizam de maneira conjunta as atividades de safra em suas propriedades, mas sim de empreiteiras que vendem o serviço de colheita a citricultores diversos. Com isso não apenas mascara-se a terceirização da contratação de colhedores, impedida pela lei, como também se estimula a concorrência entre os diversos *gatomínios* que, para reduzir o custo da colheita, burlam o pagamento dos encargos sociais e trabalhistas dos assalariados manuais. Daí que, em segundo lugar, tais *gatomínios* sejam também terreno fértil para todos os nuances da informalidade na lavoura citrícola acima mencionados. Grassam dentre eles várias irregularidades no registro em carteira ou mesmo a ausência de registro nos momentos em que isso se mostra possível. Os trechos de entrevistas a seguir com um dirigente sindical e com um administrador de um *gatomínio* ilustram estas questões:

"Aquelas pessoas que tavam lá no gato, na cooperativa, também formou os consórcios... O objetivo era o mesmo: era sugar o trabalhador, explorar no máximo... Alguns não resistiram por causa das ações do Ministério do Trabalho, não têm estrutura nenhuma. O que acontece com esses 'gatomínio'? Eles agem como se fossem uma empreiteira, eles vão no produtor e oferecem tanto pra colher a caixa da laranja: '*eu quero tanto pra colher'*. Vai outro condomínio no mesmo produtor e fala *'quero tanto'*. Aí tem uma concorrência. Então quem oferecer a mão de obra mais barata, o produtor vai dar a laranja pra ele colher. Isso tornou pro sindicato muito difícil fazer um acordo coletivo, porque você não sabe quem é o pai da criança. Na nossa região quando formaram os condomínio, nós convocamos todos numa mesa pra tentar traçar um acordo coletivo. O que os

condomínio falou? '*Nós não temos condições de fazer o que as indústrias faz*'. Mas por que não tinham condições? Porque justamente esses condomínio é o 'gatomínio'" (Dirigente sindical, Monte Azul, 07/2011)

"O cara aqui é registrado certinho e recebe um real a caixinha! Só que registra no mesmo trinta e sete centavos que os coitado da C... Então ele pega o mesmo acerto da C..., o fundo de garantia vagabundo e ganha mais um por fora. É como se tivesse dando esse por fora pro cara, pra ele ganhar dinheiro mesmo. Por isso que tem essa história de um real por dia. Agora o recolhimento é pau a pau, igualzinho. Não é que o registro é clandestino, são iguais os recolhimentos, só que o lucro dele [colhedor] é excessivo, é maior. Se for recolher [os encargos] com base no um real, aí o fazendeiro não güenta. Cada aumento de cinco centavos na caixinha, aumenta quinze centavos na caixa peso pro fazendeiro. Isso fode todo mundo rapaz! [...] Quando vai colher pra mercado depois que acaba a safra, eles vão colher longe, volta daqui a dez dias. Aí aluga casa lá. Agora é o tal negócio, eles vão porque que quer... Quer ficar aqui fica, quer voltar pra Bahia volta, tá a fim de ganhar dinheiro vai. Ninguém vai amarrado, não. Agora vai o sindicato ou o Ministério do Trabalho ver uma turma que mora lá, pra você vê o rolo que não dá. Essas coisa que tem mudar, entendeu. Aparece a televisão lá, um peão dormindo no chão, dá no Fantástico" (Administrador de 'gatomínio', Severínia, 07/2011)

Por outro lado, através da pressão de sindicatos e do Ministério Público do Trabalho, constituíram-se condomínios com atuação regular tanto na relação com os produtores citrícolas, quanto na relação com os assalariados rurais manuais. Dentre eles, os nuances da informalidade expostos até aqui tendem a ser substituídos por uma mais complexa hierarquia de mediações da exploração-dominação dos colhedores. No interior destes condomínios ocorre uma crescente separação e especialização de indivíduos e instâncias responsáveis pela arregimentação e transporte dos colhedores de um lado e pelas decisões chave de contratação, demissão e remuneração de outro.

Neste quadro, a trincheira imediata e cotidiana da luta de classes no eito é de responsabilidade do *turmeiro* ou *empreiteiro*. Diferentemente do *gato*, ele é submetido a um controle relativamente estrito por parte de escalões superiores que o contratam e registram. O *turmeiro* possui, em primeiro lugar, a incumbência de controlar o ritmo de trabalho dos colhedores e repassar-lhes as determinações vindas da administração do condomínio. Permanece, para tanto, em contato com o escritório seja através de fiscais de campo que periodicamente circulam pelos eitos, seja através de telefone ou rádio. Em segundo lugar, contudo, o *turmeiro* também se vê obrigado a receber/amortecer as queixas

cotidianas dos colhedores. Via de regra um ex-colhedor, o *turmeiro* constrói com os trabalhadores rurais no eito uma equação entre coerção e consenso bastante dinâmica: sua posição de autoridade incorpora por vezes traços de relativa empatia face os colhedores que arregimenta. Os seguintes trechos de entrevista com um turmeiro e um colhedor assim o ilustram:

> "O turmeiro tem que correr atrás deles [colhedores], arrumar eles pra registrar, depois levar pra roça. Aí tem que dar as ruas lá pra colher, três pés pra cima, três pra baixo, aí vai soltando, cada um seu número, João número 1, Pedro número 2, Maria número 3. E vai ponhando um atrás do outro certinho até sair do outro lado do talhão de laranja. Além disso precisa olhar, né... Olhar pra não deixar laranja pra trás, pra marcar laranja. E de vez em quando precisa brigar com eles: *'ô fulano, já é meio dia e cê não fez vinte caixa ainda, hein. Vamo trabalhar senão de tarde cê não colheu as quarenta, cinqüenta caixa que é pra colher'*. De vez em quando cê tem que dá um chega neles, senão um pára, já chama o outro pra ficar falando de jogo de bola, de boteco... Chega final de semana, vai cansando, eles vai encolhendo um pouco, eles não trabalha que nem começou na segunda. Principalmente quando o sol esquenta. É trinta grau, quarenta grau, não tem quem guenta. Tem uns que fala: *'Tô cansado, trabalhei a semana inteira'*. Aí cê tem que pensar também: *'não, trabalhou a semana inteira, colheu tantas caixa de laranja, tá cansado'*. A gente colhia bastante laranja, então sabe que jeito que é, né? Não é fácil não... Aquela sacola balangar a semana inteira, chega no fim de semana cê ta moído [...] Quem define o salário do colhedor é o condomínio, né? O fiscal chega lá: *'olha vai pagar aqui oitenta centavos pra colher a laranja'*. Às vez acontece da turma falar que não quer esse preço, cê fala que vai pagar oitenta, eles acha que é pouco. Aí liga pro condomínio, agora tem celular, vai um deles lá e negoceia com o dono da turma [o turmeiro]. Chega o produtor, ele sempre ajuda com cinco, dez centavos... E sempre tem um [colhedor] curioso que vem pra ver se aumentou ou não. Se tiver na beirada do carreador, sempre vem um ou dois lá: *'ô fulano, e aí, o homem vai pagar dez centavos a mais?' 'Vai'*. Aí paga dez centavo a mais e eles entra pra colher" (Turmeiro, Ibitinga, 07/2011)

> "O trabalho no pomar é corrido viu, fica com os dedo inchado e dormente... Se parar, o empreiteiro fica bravo, ele vem e reclama: '*ô, cê não vai trabalhar? Tá bom, já descansou cinco minuto, tá bom'*. Já ouvi isso várias vezes, comigo mesmo já aconteceu... Já era tarde, nós acabemo o talhão, tinha umas pessoa acabando e eu fui subindo pra cima. Eu cheguei no ônibus pra descansar um pouco, ele meteu a boca, falou pra voltar. Era pra ajudar os peão acabar lá embaixo e mudar pra outro talhão. [...] No talhão os colhedor conversa, mas cada um no seu eito. Se não quer conversar, trabalha quieto o dia inteiro, mas em geral é bastante conversa, pra passar o tempo. Com isso o empreiteiro não encrenca, porque aí não tá parado, né? Se parar e fazer aquelas rodinha, conforme

fazia antigamente, os peão parava e reunia um no eito do outro pra conversar, fumar um cigarro, quatro, cinco minutos, se o empreiteiro passar e ver aí vai bronca. Não pode..." (Colhedor, Monte Azul, 07/2011)

Já no que diz respeito às decisões fundamentais da vida dos colhedores, a tendência em determinados condomínios é que sejam realizadas cada vez mais distantes do pomar. Dentre os condomínios que assumiram uma gestão com critérios empresariais, os *escritórios de administração* determinam de modo cada vez mais estrito a remuneração, a contratação e a demissão dos colhedores. O sentido geral deste processo é neutralizar o poder de pressão dos colhedores ao pé do eito, maximizando o poder político de instâncias estranhas aos trabalhadores. A título de exemplo do modo de articulação e funcionamento das diferentes mediações da exploração-dominação na colheita da laranja em tais condomínios, podemos citar o seguinte trecho de nosso diário de campo:

"Logo que chegamos ao pomar, percebemos um clima de descontentamento. O turmeiro contou ao dirigente sindical que me acompanhava que o fiscal de campo do condomínio lhes determinara uma 'ajuda' de apenas 24% naquele pomar naquele dia. A 'ajuda' é o valor a mais pago aos colhedores por caixa colhida, geralmente negociado ao pé do eito a depender das condições do pomar. Ela é tanto maior quanto maior a dificuldade de colheita e é acrescida ao valor base da 'caixinha' (acordado entre o sindicato e aquele condomínio em cinquenta centavos na safra 2011/2012). O turmeiro reclamou para o dirigente sindical que pouco tempo antes no mesmo pomar a porcentagem havia sido de 32%, o que já era considerado baixo. Segundo o turmeiro, o fiscal de campo argumentara que este novo valor não era sua responsabilidade e havia sido determinado por um funcionário novo no escritório da administração, um 'economista'. Este havia construído uma tabela que limitava o valor do pagamento das 'ajudas' em todos os pomares, de modo que ao fiscal não restava margem de manobra. Era visível o desconforto do turmeiro com a situação. Ele havia contado somente para alguns colhedores as condições de remuneração estabelecidas para aquela jornada. O turmeiro apontou, além disso, que o custo da estrutura mínima de acomodação dos trabalhadores (cadeiras, mesas, lona para sombra) havia sido cobrado dele e não fornecido gratuitamente pelo consórcio como determina a lei. Neste caso a hierarquia de mediações no processo de exploração-dominação pareceu bastante clara:

- Em primeiro lugar, destaca-se o significado do escritório e do fiscal de campo. O escritório da administração permanece distante do eito e da pressão direta dos trabalhadores; o fiscal de campo circula por entre os eitos, mas busca esquivar-se da pressão da turma repassando os valores da 'ajuda' apenas ao turmeiro. Na medida em que o escritório determina o valor da 'ajuda', diminui a

força dos colhedores para intervir no aumento do preço de venda de sua força de trabalho. A animosidade coletiva dos colhedores se direciona para um local mais distante espaço-temporalmente, menos permeável a sua pressão. Desloca-se o campo de luta do eito para a administração, do espaço de vida e trabalho da turma para um espaço que lhes é estranho.

- Em segundo lugar, destaca-se a posição ambígua do turmeiro. Por um lado, o turmeiro sofre com a exploração imposta pelo consórcio. Na medida em que sua remuneração é uma função do valor recebido por sua turma, o menor valor da "ajuda" tem impacto direto sobre quanto receberá. Além disso, a estrutura mínima de acomodação da turma fora descontada de sua remuneração, algo abertamente ilegal. Por outro lado, o turmeiro é responsável direto pelo gerenciamento das tensões que rondam o local de trabalho. Ele deve não apenas garantir que o processo de trabalho transcorra normalmente, mas deve zelar pela relativa calma de sua turma. Daí que, para não ameaçá-la, o turmeiro ainda não tivesse contado para os colhedores a decisão do "economista" no escritório da administração.

- Em terceiro lugar, destaca-se o conjunto dos trabalhadores como objetos da exploração-dominação. Ao circularmos pelo pomar percebemos que a maioria deles não sabia qual o valor que receberiam por aquele dia de trabalho. Perguntei ao dirigente sindical que me acompanhava se aquilo era comum e ele disse que sim. A maioria dos colhedores estava descontente, pensando que receberia a mesma porcentagem de 'ajuda' estabelecida em dias anteriores, ou seja, 32%. Um colhedor disse ao dirigente sindical que me acompanhava que nas negociações com o condomínio era necessário discutir não apenas o valor base da caixinha, mas também o valor das 'ajudas'. Em contraponto à cadeia de mediações que liga o escritório, o fiscal de campo e o turmeiro, o trabalhador pedia que se reforçasse a cadeia de mediações que liga a turma ao sindicato" (Diário de campo, safra 2011/2012)[86]

Os mecanismos de contratação de mão de obra na colheita apresentados até aqui são utilizados predominantemente em pomares de pequenos, médios e grandes fornecedores de laranjas. Em seus pomares próprios, por sua vez, as agroindústrias foram obrigadas a contratar diretamente os colhedores, devido principalmente à já descrita ofensiva do Ministério Público do Trabalho ao longo da década de 2000. Naturalmente, tal

[86] O "*Manual de integração para colaboradores na colheita de citrus*" do Consórcio de Empregadores Rurais Monteazulense também ilustra as transformações na gestão de alguns condomínios. Distribuído aos colhedores pela primeira vez na safra 2010/2011, este material contém traços de um discurso tipicamente empresarial. Em sua introdução lê-se: "*Este manual tem como objetivo estabelecer regras básicas de segurança na colheita de citros para todos os colaboradores que fazem parte do quadro de funcionário do Consórcio de Empregadores Rurais Monteazulense. Objetivando levar a todos informações práticas e corretas, visando aumento na produtividade e redução de acidentes. O não cumprimento das normas de segurança aqui contidas implicará em punições de acordo com o regimento interno da empresa*".

contratação direta de colhedores pelas agroindústrias possui diferenças marcantes em relação à atuação de *gatos* e condomínios no cinturão citrícola. Por um lado, nos pomares próprios das processadoras de suco de laranja o nível de formalização do emprego e de cobertura de direitos trabalhistas na colheita é hoje significativamente maior que nos pomares de seus fornecedores. Por outro, as agroindústrias impõem aos colhedores por elas contratados uma hierarquia de mediações da exploração-dominação de sua força de trabalho muito mais sofisticada que a de condomínios de empregadores rurais do setor.

Nos pomares próprios das agroindústrias multiplicam-se as instâncias entre o eito e os escalões administrativos superiores de cada fazenda, contribuindo para a desmobilização e desorganização dos colhedores em seu local de trabalho. Neste quadro, os espaços de tomada de decisões a respeito da colheita se tornam virtualmente inacessíveis aos próprios trabalhadores e suas reivindicações são fragmentadas e enredadas em um emaranhado de intermediários (turmeiro, fiscal de campo, portaria, etc.). É comum o relato de colhedores apontando que suas queixas acerca da remuneração ou de outros aspectos do processo de trabalho muitas vezes se perdem neste labirinto de "instâncias responsáveis". Isto é bem ilustrado pelos dois trechos de entrevistas destacados abaixo, que dizem respeito a duas das mais comuns reclamações de colhedores em pomares das agroindústrias: caixas de laranjas colhidas não contabilizadas e descontos excessivos no salário devido às "quebras":

> "Na C... eu trabalhei duas vezes e não fiquei. Por causa disso aí: falta caixinha e ninguém deles resolve. Vai na portaria e ninguém resolve, volta pro empreiteiro e eles te jogam pra portaria. E fica esse rolo que acaba ninguém pagando. Ano passado mesmo eu entrei lá e saí por causa disso. Por exemplo, eu mando um total de caixa... chega na quinzena, numa quinzena faltou 280 caixa minha. Eu mandei 1880, veio 1600. Aí eu cheguei no empreiteiro, o empreiteiro disse que tinha 100 caixa minha pra apontar. Ele falou que mandou, mostrou uma folha num caderno lá que ele tinha mandado. Cheguei na portaria e uma empregada lá, ou diretora, sei lá que coisa que é deles, falou prá mim: '*não, aqui só veio esse total, cê se vira mais o empreiteiro*'. Chegava nele, ele dizia que tinha mandado. Vinha de novo... e ficou um jogo de empurra. Falei: '*não, cês quer sabe duma: cês fica ca laranja docês que eu to vazando*'. Eu não sô ladrão de mim mesmo pra se mata no galho o dia inteiro e ninguém dá solução pra onde é que foi a laranja que eu apanhei" (Colhedor, Severínia, 07/2011)

"Tem também os desconto de 'quebra', porque nós trabalhamos por caixa de vinte e sete ponto dois quilo... Cê pode produzir cem caixa na roça, eles quer saber dessas cem caixa o total baseado nesse vinte e sete ponto dois quilos. Todas as laranja cai lá dentro do Bin, que deposita a produção do dia. Se lá no Bin, na balança não marcar o peso certo, é porque veio 'quebra' lá da roça. Então a 'quebra' é repassada pro empreiteiro e o empreiteiro repassa pros peão. Já aconteceu de numa quinzena o empreiteiro ter mil reais de desconto dele, então ele fala '*eu não posso arcar com tudo sozinho*', ele joga uma parte pra cima dos peão, desconta um pouco de cada trabalhador. Se você mandou cem caixa, cê não vai ter cem caixa, dependendo da 'quebra' eles vai desconta dez por cento da sua produção, oito, sete. Teve dia que descontou treze! Isso acontece com a laranja graúda, se ela tiver seca, vai dar 'quebra' no peso. Acontece também de passar do peso, quando a laranja ta bem miúda, só que isso eles nunca devolve o que passa a mais pra gente! Ele só fala que deu 'quebra', que deu a mais nunca fala! Em tudo isso a gente não tem controle, porque a balança é na portaria lá na Cutrale. É igual o corte de cana, eles corta por metro baseado em tonelada, mas nunca tem gente acompanhando. Esse controle de peso, nós não temos não. A gente só sabe quando o empreiteiro vem dizendo que deu tanto de quebra... O trabalhador fala ' *nós não temo culpa que a laranja ta graúda, tá seca, mas vai fazer o que?*'. A gente desconfia, porque a empresa trabalha lucrando em cima do trabalhador. Se a melhor laranja chegar lá na indústria, ela vai levar uma amostra lá na roça dizendo que chegou podre, com talo, rachada... Se eles jogasse fora, aí eu ia acreditar que tava podre mesmo, mas tudo que vai pra indústria é aproveitado. Eles faz ração, tira várias coisa..." (Colhedor, Monte Azul, 07/2011)

Paralelamente ao que descrevemos, há nos pomares próprios das agroindústrias instrumentos que estimulam a interiorização da dominação e da disciplina por parte dos colhedores. Através de meios coercitivos ou ideológicos, as agroindústrias buscam elaborar um determinado *ethos* entre estes assalariados rurais manuais, com o objetivo de que seu modo de vida e trabalho conforme-se às determinações da empresa o máximo possível a partir de um comando interno do próprio trabalhador. Destacam-se a esse respeito premiações e punições por determinadas condutas: faixas diferenciadas de remuneração para colhedores que ultrapassem metas de produção; advertências para colhedores que faltem "excessivamente" ou tragam muitos atestados médicos; demissão e bloqueio a novas contratações de colhedores considerados particularmente reivindicativos, etc. Com estes instrumentos, a empresa busca reduzir a auto-imagem destes assalariados rurais manuais a *corpos para o trabalho*, identificando indivíduos cujo organismo não seja capaz de despender força de trabalho em escala considerada "conveniente" pelo empregador a

corpos doentes ou vadios. A seguinte citação é ilustrativa a esse respeito: por um lado, o colhedor em questão é capaz de apontar diversos mecanismos de dominação que lhe são impostos nos pomares das agroindústrias; por outro, ele incorpora por vezes traços do discurso da própria empresa ao caracterizar o que seriam, por exemplo, o "mau colhedor" ou o "trabalhador briguento":

> "Quem fica de olho lá no eito, que fica no dia a dia com a gente é o empreiteiro. Mas tem também o corredor de campo, que faz parte lá da Cutrale, o motoqueiro. Ele passa fiscalizando pra ver se você ta rasgando um bag deles por conta própria, se você ta brigando no meio da roça com seu parceiro, se você ta quebrando um galho dos pé de laranja. Geralmente, eles dão um livro logo que a gente começa a safra. Um livro explicativo, com desenho, com tudo: não pode derriçar a fruta, não abrir as mangueiras de irrigamento, não quebrar galho, cuidado com escada de ferro debaixo de rede elétrica, eles põe tudo isso no livro. Se eles passar e ver qualquer um desses erro, é o que eles fiscalizam. Ele vai chegar no empreiteiro e vai falar: '*no tal eito assim e assim o trabalhador tava fazendo uma coisa lá*'. Aí o empreiteiro vai chegar e vai te dar um advertência. Chegando na portaria cê vai ter que assinar aquela advertência. A primeira é um aviso, na terceira ele pode te mandar embora sem querer te dar nada. As advertência que eles dão é por falta, muito atestado médico, pouca produção... Por exemplo, se você não atingir uma meta de produção que eles exige, eles têm que repor o teu salário. Porque trabalhador nenhum pode ganhar abaixo do salário mínimo, a lei não permite. Enquanto ele segurar você no trabalho, eles são obrigado naquela quinzena sua a repor o seu salário se você atingiu abaixo da meta. Mas se continuar, eles vão te dar uma advertência e te mandar embora. É igual na cana, se você não atingir um total de metro, cê não serve pra usina, eles manda você embora. Já com atestado é o seguinte, você pode mandar uns seis, sete atestado numa safra... Até seis atestado a firma suporta, é permitido. Mas eles não gosta de trabalhador que fica mandando atestado direto, que fica mais em casa do que trabalha. Se você é um mau produtor, um mau colhedor, tem baixa produção, só manda atestado, só falta por conta própria, na próxima safra ela não te pega. Cê manda teus documentos pra ela passar lá pro empreiteiro ver se vai aceitar aquele total de trabalhador, muitos volta. Isso acontece por causa de baixa produção, muito atestado, muita falta e também com trabalhador que é... briguento. Que só vai na roça pra fazer enguiço com empreiteiro, com os colega do lado trabalhando. Porque isso tem muito... Esse trabalhador briguento, no meu ponto de vista, é aquele um que só fica no eito dele mexendo com você, mexendo com a sua vida, só falando mal da sua vida. Qualquer coisa, só fala mal da sua mulher, outra hora fala mal da tua filha, outra hora fala mal de você mesmo. Por qualquer coisa ele ta falando mal. O prazer dele é falar mal. E da empresa, se for preciso ele fala tudo... Esse é o briguento. Já aconteceu de ter peão na nossa turma esse ano, nós transferimo ele, não quisemo ele esse ano, mandou pra

outro. O outro já refugou ele, mandou de volta pra nós de novo. Esse é o ranheta, próximo da safra ninguém quer ele, nem o empreiteiro, nem a firma.

Você já ouviu falar em uma lista negra?

É a firma não aceitar ele na próxima safra, essa é a lista negra. A lista negra é o seguinte: se o trabalhador trabalhou numa empresa e ele achou que o acerto dele era injusto, era pouco, ele pega e traz no sindicato. Chama '*vô tacar no pau*', acontece muito isso. A firma vai ficar brigando com ele sobre essa reivindicação dele. Ele vai ficar na lista negra, a firma nunca mais pega ele. Não só a firma como qualquer empreiteiro que trabalha em grupo, que trabalha terceirizado por aí. Em qualquer lugar, fazenda... Se você levar um fazendeiro no sindicato, ele nunca mais vai te pegar. Essa é a tal da lista negra" (Colhedor, Monte Azul, 07/2011)

Assim como os colhedores, também as diferentes categorias de assalariados permanentes são submetidas a mediações da exploração-dominação de sua força de trabalho nos pomares próprios das agroindústrias. Mecanismos de interiorização da dominação e da disciplina também são impostos sobre operadores de máquinas agrícolas e ajudantes gerais encarregados de tratos culturais, no sentido de conformar sua concepção de mundo e sua conduta aos moldes da empresa. Na medida em que especialmente os tratoristas já possuem uma auto-imagem diferenciada do restante dos assalariados rurais manuais e na medida em que estas categorias possuem um vínculo empregatício não sazonal, as indústrias processadoras possuem maior margem para caracterizá-las política e ideologicamente como "colaboradores" da empresa e partícipes simbólicos de seus sucessos[87].

[87] A título de exemplo, podemos citar o convênio da Fischer/Citrosuco com o Projeto Pescar, uma rede de escolas técnicas para jovens de baixa renda em parceria com o poder público e a iniciativa privada. Um jovem tratorista de dezoito anos assim se coloca a respeito do projeto e da empresa: "*O Projeto Pescar é pra pessoas que tem uma renda baixa em casa. A Fisher forma os jovens até dezoito anos com uma profissão, como a de tratorista. Eles pagam sua carta de motorista com categoria B e você ali no curso não paga nada. É um curso gratuito mesmo... Eu ia entrar [no mercado de trabalho] sem noção nenhuma, meu currículo ia entrar em branco, meu nome e meus dados. Agora com dezoito anos eu já tenho a minha profissão, já tenho um emprego bom, nessa região eu posso falar que é bom. [...] No começo eles relatam, falam como [a empresa Citrosuco] começou, que veio do Karl Fisher, que veio se não me engano da Alemanha. Veio com intenção de crescer dentro do Brasil. Ele começou com quinhentos pés de laranja e agora tá essa multinacional, aí. [...] Lá no curso não fala mais '*você é tratalhador da Fisher*'. Não, você é colaborador da Fisher, colaborador da Citrosuco. É bem motivante, né? Saber que você tá colaborando com uma empresa, que você tá ajudando, que você não é só mais um trabalhador ali, qualquer um que chega e dispensa. Você é que tá levando a empresa a frente. Como se fosse uma máquina, né? Sem uma peça não funciona, então sem os tratoristas não tem desenvolvimento pra empresa*" (Tratorista, Borebi, 07/2012)

Além disso, de forma similar ao que vimos acima, atua também sobre estes trabalhadores uma hierarquia de intermediações entre os escalões superiores da fazenda e o pomar, visando individualizar e conter suas eventuais queixas. As duas seguintes citações de diferentes assalariados rurais permanentes nos pomares das indústrias processadoras de suco nos mostram o modo como esta hierarquia neutraliza, por exemplo, críticas dos trabalhadores referentes à extensão de sua jornada de trabalho. A primeira delas corresponde a um trecho de entrevista com um operador de máquinas contratado por uma empresa terceirizada para carregar as laranjas colhidas; a segunda delas corresponde a um trecho de entrevista com um ex-inspetor de pragas contratado diretamente pela agroindústria:

> "Eu sou operador de máquina, eu trabalho com a 660 Massey-Ferguson, é a máquina que carrega as laranja. O que a turma colhe, eu que tiro e carrego nos caminhão. Rapaz, eu vou falar a verdade pra você, a vida lá não tá boa não. A gente entra às sete hora da manhã, nós trabalha até nove hora da noite todo o dia! Ontem mesmo [sábado], nós trabalhou até oito hora da noite. Nas outras firmas têm horário pra trabalhar, cê chega sete hora, cê tem uma hora de almoço, quatro horas cê vai embora, dá oito horas trabalhado. Lá não! Pode ser assim pros tratorista, mas pra gente não! A turma que colhe vai embora e nós continua lá, enquanto nós não limpar, nós não vai embora, até oito, nove [da noite]. [...] O operador de máquina que colhe pra usina, em tudo quanto é firma que cê entrar, na carteira registrado é R$1.500,00. Lá não! Lá o tratorista tá ganhando setencentos e vinte real registrado na carteira. Pra ganhar novecentos real lá, ele tem que trabalhar sábado e domingo o mês inteiro. A gente que é operador da máquina que carrega as laranja ganha R$900,00 na carteira e trezentos real por fora pra fazer esses horário que eu te falei. Isso porque a gente na verdade é contratado por uma terceirizada, em toda empresa de laranja quem faz o carregamento é terceirizado. Aí eles faz o que eles quer com nós... Nós ganha um pouco mais que o tratorista, mas se for analisar, nosso salário ainda tá muito por fora do padrão [...] Lá sempre tem alguém no pescoço, cê fica ali trabalhando com a máquina, duas, três rua pra cima tem um cara de moto olhando cê trabalhar, pra ver se você não faz cagada, não derruba laranja no chão, não estoura bag. Ali cê não trabalha livre, nunca cê trabalha livre, sempre tem um de zóio, de moto, de carro. De noite, nós trabalha até nove hora, tem gente olhando, tem gente em cima. E a relação é de ignorância no último. Com eles é assim: vai, vai, se não vai, ele arruma outro e põe. Se você ameaçar de ir no sindicato, nossa senhora! Um colega nosso foi mandado embora por causa disso. Ele falou '*e se eu for no sindicato ver as minhas hora, que tá errado?'*. Foi mandado embora no dia seguinte" (Operador de máquina agrícola, Iaras, 07/2012)

"Os níveis lá dentro são ajudante geral, tratorista, encarregado de setor, que lá dentro é dividido em setor, e o gerente geral da fazenda. O encarregado na hora da entrada e na hora da saída, ele fiscaliza e manda cada grupo pra uma área dentro daquele setor, né? Por exemplo, manda os tratorista passar veneno, a gente era pra olhar doença ou fazer outro tipo de serviço. No meu caso, eu colocava meu trabalho na prancheta, quantos pés eu inspecionei, a rua que eu fiz. Depois esse papel ficava com o encarregado. A média do grupo era 900, 1100 pé [inspecionados] por dia. Então você tem que fazer aquela média. [...] Eu saí da empresa por causa de um conflito que eu tive por causa de hora extra. No horário de verão que escurece mais tarde, a gente tinha saída às quatro horas e tinha hora extra até as seis. Mas tinha pessoa que não concordava, que não queria fazer esse extra pro banco de hora. Aí o que eles fizeram? Tiraram o ônibus de saída das quatro horas e só colocaram o ônibus pra circular às seis. Depois eu descobri que todo ano quando entrava o horário de verão, eles fazia isso... Quem não queria fazer hora extra era obrigado a ficar lá. Depois pra marcar essas hora extra no banco de horas também tinha problema... Eu marcava num caderno que eu tinha feito dez, doze horas extras e lá tava marcado menos, tava marcado por exemplo que eu tinha feito só nove. Eu reclamava pro gerente do setor e o gerente do setor levava o problema pro gerente geral. Daí rolava e o gerente do setor vinha me dizer que o computador tava com problema, foi falha no sistema, tipo essas desculpas. Isso aconteceu mais de uma vez, não só comigo... Quando esses problemas aconteceram, eu falei pro gerente de setor que eu não queria mais fazer hora extra, que as hora extra não era pago em dinheiro e que hora extra pro banco de hora sempre vinha a menos e que se tivesse incomodado que me mandasse embora... Eu falei por causa do cansaço de levantar às cinco horas da manhã e chegar em casa às oito hora da noite, sete e meia da noite... Tava de saco cheio! Na hora o gerente não me respondeu nada, falou que tudo bem , só isso. Depois de três semana eu fui mandado embora. A empresa age sobre ameaça de mandar o pessoal embora e quem precisa tem que ficar lá. A gente conversava sobre isso, mas a maioria tinha medo de ir no sindicato. Ninguém é unido como devia ser, né? Eles falava que a empresa tinha dinheiro, ia comprar os advogado, comprar a justiça e não ia acontecer nada e que se eles fosse embora de lá, não ia ser contratado em outra empresa. Era assim que funcionava..." (Inspetor de pragas, Ibitinga, 07/2011)[88]

[88] No que diz respeito aos diferentes graus de complexidade e sofisticação das mediações de controle sobre a mão de obra no cinturão citrícola, é interessante comparar o discurso destes assalariados rurais permanentes no pomar das agroindústrias ao discurso de um assalariado permanente residente na fazenda de um fornecedor de laranjas. A percepção deste último a respeito das relações de dominação que lhe são impostas está destacada no seguinte trecho de entrevista: "*Aqui nessa fazenda eu já tô faz três ano, mas eu moro em sítio desde quando eu nasci. Os trabalhador que mora dentro das fazenda diminuiu uns 80% depois da entrada da cana. Hoje em dia fazenda que tinha vinte família tem uma, duas. Eu morei vinte ano numa fazenda lá em Monte Azul que tinha vinte e seis casa, hoje não mora mais ninguém, virou tudo cana. Aí o pessoal foi tudo pra cidade, né? Não tem mais serviço. [...] Nessa fazenda que eu to aqui, o patrão é bom demais. Ele ajuda, talvez cê ta sem condução pra ir na cidade, ele te leva, se precisar de remédio eles paga, às vez cê ta precisando de um dinheiro no fim do mês ele também ajuda... De resto ele só fala o que a*

No interior deste caleidoscópio de assalariados rurais volantes ou permanentes, migrantes ou "do lugar", com ou sem registro em carteira, contratados por condomínios e *gatomínios* para trabalhar nos pomares de fornecedores de laranja ou contratados diretamente pelas agroindústrias para trabalhar em seus pomares próprios, etc. o sindicalismo de trabalhadores e empregados rurais encontra inúmeros obstáculos. Para compreendê-los, devemos conhecer com maior detalhe as federações sindicais com presença na citricultura paulista: a Fetaesp e a Feraesp.

Como a maior parte do sindicalismo de trabalhadores rurais brasileiro, a Fetaesp (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo) consolidou-se sob égide da ditadura do capital sob tutela militar, submetendo-se aos marcos por ela impostos entre as décadas de 1960 e 1970. No plano ideológico, isso significou que os primeiros quadros da federação a partir de 1964 foram compostos por lideranças conservadoras identificadas com a Igreja Católica e seus Círculos Operários, na esteira da prisão de uma série de dirigentes e do fechamento de uma série de sindicatos ligados ao PCB. No plano organizativo, isso significou que a atividade da Fetaesp entre as décadas de 1960 e 1970 foi pautada prioritariamente pela relação entre sua burocracia e o aparelho do Estado, mantendo-se em grande medida desconectada das demandas concretas de pequenos proprietários, pequenos arrendatários, posseiros e assalariados rurais por ela representados. A título de exemplo, destacam-se o esforço da Fetaesp em implantar contratos coletivos de trabalho no campo paulista e o "ritual de dissídios" daí decorrente. Estas foram preocupações centrais da federação entre 1976 e 1983, apesar de seu pouco significado prático para a maioria dos trabalhadores rurais: em primeiro lugar, as negociações entre a Fetaesp e a federação patronal (Faesp) atingiam tão somente os assalariados mensalistas, de forma que o julgamento de dissídios coletivos não tinha qualquer conseqüência nem para a maioria dos pequenos proprietários, nem para a massa crescente de assalariados

---

gente vai fazer e vai embora, ele mora na cidade. Então ele vem uma, duas vez por dia, tem vez que nem vem também, tranqüilo. Aqui é o patrão que manda, nas outra fazenda era tudo fiscal, aí é mais complicado porque fiscal ta todo o dia no serviço... O fiscal fica de cima: 'que que cê ta fazendo, onde cê vai agora?' Fica em cima, que nem um gerente do banco, olhando o que que o pessoal ta fazendo. Ele quer mostrar pro patrão o trabalho e quer que o empregado trabalha mais. Os fiscal é mais implicado... Aqui já é o patrão que manda, ele vem cedo, vai embora, não tem ninguém pra fica olhando, fica mais fácil, assim é bem melhor" (Trabalhador residente em uma fazenda de laranja, Monte Azul, 07/2011)

volantes no campo paulista; em segundo lugar, na medida em que os dissídios eram julgados sem qualquer mobilização dos trabalhadores e o trâmite do julgamento estendia-se no Tribunal Superior do Trabalho (TST) até o ano seguinte, o processo como um todo tornava-se inócuo do ponto de vista prático e sem outro sentido que não o ritual burocrático em si mesmo. A consequência deste perfil ideológico e organizativo foi a consolidação entre os anos 1960 e 1970 de um arcabouço de funcionários e dirigentes marcadamente conservadores, atrelados ao aparelho do Estado e com pouco contato efetivo com as lutas e o cotidiano dos trabalhadores rurais em São Paulo (Graziano, 1997).

Como já destacado, ao longo da década de 1980 a Fetaesp foi colocada em xeque pelo ascenso de lutas de cortadores de cana e colhedores de laranja do interior do estado de São Paulo. As primeiras greves de assalariados rurais paulistas no ano de 1984 realizaram-se integralmente por fora da estrutura sindical oficial (como a greve dos cortadores de cana de Guariba em maio) ou mesmo contra ela (como a greve dos colhedores de laranja de Bebedouro em outubro). As greves dos anos seguintes, por sua vez, foram conduzidas no interior dos sindicatos vinculados à Fetaesp, mas permaneceram marcadas por contradições entre a mobilização crescente dos trabalhadores e a rígida estrutura sindical responsável por dirigi-la. Isso se verifica em dois sentidos: em primeiro lugar, no que diz respeito a conflitos entre interesses econômicos díspares das diferentes frações de trabalhadores rurais representadas nos sindicatos vinculados à Fetaesp[89]; em segundo lugar, no que diz respeito a conflitos

[89] A título de exemplo, podem-se citar as greves nas lavouras brancas do estado de São Paulo (milho, feijão, arroz, algodão), em que se contrapuseram os interesses de pequenos produtores que contratavam mão de obra durante a safra e assalariados rurais temporários encarregados da colheita: "*A greve de Guaíra [1984] e as demais mobilizações dos trabalhadores assalariados das lavouras brancas pelo cumprimento das cláusulas salariais e trabalhistas do acordo de Guariba colocam a nu a precariedade da unidade política dentro da Fetaesp. Uma parcela de dirigentes sindicais e do quadro social de vários sindicatos de trabalhadores rurais é composta por pequenos proprietários. Alguns conseguiram capitalizar sua produção e passaram também a contratar trabalhadores assalariados. Enquanto a greve dos assalariados atinge a cana e as empresas citricultoras, não há problema, mas quando ela passa a tingir também os pequenos proprietários capitalizados, ela passa a prejudicar uma parte do quadro social da Fetaesp, o que abala o equilíbrio de forças dentro da entidade*" (Alves, 1991, p. 171)

entre a inércia da maior parte das lideranças sindicais e a dinâmica da luta dos assalariados rurais[90]. O acúmulo de contradições em ambos os sentidos levou dirigentes sindicais mais próximos ao ascenso grevista que então se verificava a romper com a Fetaesp em 1989 para formar uma nova federação, a Feraesp (Federação dos Empregados Rurais do estado de São Paulo). Como já apontado, em primeiro lugar, a nova federação propôs-se representar especificamente os assalariados rurais, argumentando que o enquadramento sindical único de pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros e assalariados rurais imposto pela ditadura ao sindicalismo no campo encobria contradições e limitava as lutas que então se verificavam no estado de São Paulo (Alves, 1991). Em segundo lugar, a nova federação propôs-se assumir uma prática relativamente mais combativa em relação ao poder público e ao capital, confrontando o imobilismo e o atrelamento ao aparelho do Estado que marcavam a estrutura sindical de trabalhadores rurais no campo brasileiro e paulista (Coletti, 1998).

No interior do complexo citrícola em particular, ao longo dos anos 1990 a Fetaesp perdeu a maior parte de sua inserção e representatividade. Isso ocorreu, em um primeiro momento, devido à atuação da federação adversária em meio à mobilização dos colhedores de laranjas que marcou a primeira metade desta década. Como já apontamos, a greve de 1993 foi dirigida pela Feraesp e realizada a revelia dos sindicatos vinculados à Fetaesp, enquanto a greve de 1994 apenas contou com a adesão relutante da Fetaesp devido à dimensão estadual da paralisação e devido à filiação de sindicatos de sua base à federação adversária em meio às lutas (Folha de São Paulo, "Sindicato discute greve com fábricas de suco", 03/09/1994). Em um segundo momento, a proliferação das cooperativas de mão de obra no cinturão citrícola paulista ao longo da segunda metade dos anos 1990 enfraqueceu

[90]A título de exemplo, pode-se citar a greve na safra da cana de 1986, quando um acordo foi assinado entre a Fetaesp e os representantes patronais (Faesp e usineiros) no dia 25 de julho, desarticulado e independente das greves de cortadores que se iniciavam no mesmo momento: "*Na greve de 1986 ficou bastante claro que a distância que separava os assalariados rurais temporários de seus supostos representantes – a Fetaesp e seu Conselho de Representantes, formado pelo conjunto dos presidentes dos STRs – era imensa. Ficou evidente que a federação, talvez preocupada demais com o aspecto legal forma das negociações, ignorou a movimentação dos trabalhadores que começara antes mesmo da assinatura do acordo com a federação patronal (Faesp) e os usineiros e, o que é pior, parece não ter acreditado na capacidade de mobilização e pressão dos assalariados rurais temporários para melhorar a proposta patronal*" (Coletti, 1998, p. 194)

a representação das duas federações sindicais entre os assalariados rurais da laranja. Contudo, enquanto a Feraesp conseguiu manter alguma relevância no setor através da fiscalização ativa no local de trabalho e do encaminhamento das denúncias de irregularidades à justiça, a desorganização do mercado de trabalho rural no complexo citrícola afetou particularmente a Fetaesp, que viu esmorecer seu papel de interlocutora na realização de acordos ou convenções coletivas de trabalho com a federação patronal (Faesp) e com as agroindústrias.

Ao longo da década de 2000, sindicatos vinculados à Fetaesp voltaram a ter inserção no complexo citrícola devido à expansão de pomares das agroindústrias no sudoeste do estado de São Paulo. Na medida em que esta região foi menos afetada pelas greves de assalariados rurais na década de 1980, manteve-se ali em maior medida a estrutura sindical tradicional dos trabalhadores rurais paulistas, organizada em torno da Fetaesp. Por isso, o avanço da lavoura da laranja para esta região e o retorno à contratação direta pelas agroindústrias da mão de obra para a colheita de seus pomares próprios fortaleceram o espaço de negociações entre os sindicatos vinculados à Fetaesp e as indústrias processadoras. Até 2007 essas negociações foram conduzidas de maneira unificada entre a federação e as agroindústrias em São Paulo. Desde então optou-se por uma negociação fragmentada em nível regional ou municipal entre os sindicatos e as empresas. O seguinte trecho de entrevista com o presidente da Fetaesp assim apresenta a inserção da federação e de seus sindicatos no estado de São Paulo como um todo e no complexo citrícola em particular:

> *"Qual é hoje o papel da Fetaesp no estado e na citricultura em particular?*
>
> Existe uma divisão aqui no estado, existe uma federação de assalariados rurais do estado, a Feraesp. Ela acaba exercendo uma pressão em cima dos sindicatos com a questão de repasse de contribuições, de dinheiro... Então os sindicatos têm se afastado da federação, um grupo tem mandado algum dinheiro pra lá pra não ter problema. Outros sindicatos tão independentes, nem filiados aqui, nem filiados lá. Nós temos a maior parte dos nossos sindicatos filiados aqui [região de Bauru], no vale do Paraíba, no vale do Ribeira, na beirada do Paranapanema, toda a beirada do estado. Hoje a Fetaesp trabalha com pouco mais da metade dos sindicatos do estado, nós temos 130 sindicatos filiados. Tem um miolo, na região de Ribeirão Preto, Barretos, Bebedouro onde nós temos uma menor inserção. E é onde tá a maior parte da laranja. Apesar que aqui no sudoeste do estado tá

expandindo a citricultura, aqui em Santa Cruz do Rio Pardo, em Itapetininga, que são sindicatos filiados à Fetaesp. Mas nossa inserção nesse setor diminuiu, sem dúvida nenhuma. De qualquer forma, nós fazemos uma campanha salarial todos os anos. Desde 2007 a Fetaesp não assina mais a convenção estadual, nós fazíamos essas negociações antes em São Paulo, mas fica difícil porque lá eles acabavam impondo um parâmetro baixo. Acabava servindo de parâmetro pro estado, não pra melhorar o salário das pessoas, mas pra abaixar. Então eu comecei a questionar, dizer que a gente não devia mais fazer a convenção em nível de estado e sim cada sindicato fazer na sua localidade, ou quatro, cinco sindicatos juntos. Você fazia uma negociação lá em São Paulo, não saía uma cesta básica, não saía uma participação nos lucros, não saía nada. Ao passo que o sindicato vai lá com a C..., por exemplo, negocia e ganha uma série dessas coisas. Assim acaba trazendo alguns ganhos a mais pros trabalhadores. Hoje então os nossos sindicatos normalmente fazem acordos coletivos, entre o sindicato e aquela empresa, que só tem valor praquela empresa. Em alguns lugares que só tem a laranja, aí faz uma convenção coletiva no município pra abranger as fazendas que tenham laranja, aí faz diretamente com o sindicato rural. Mas é muito pouco, hoje a negociação é feita com as indústrias individualmente. Aqui na Federação, o que nós fazemos é uma sugestão de pauta unificada pro estado, nós reunimos todos os sindicatos filiados envolvidos no setor. O pessoal vem aqui, discute a pauta, se quiser acrescer alguma coisa, cada um faz o seu, fica livre. Mas predomina essa pauta padrão. Então nós acompanhamos as negociações, mandamos boletins pros sindicatos de quanto tá sendo praticado em cada região, quantos sindicatos fecharam, pra ninguém ficar abaixo. Nós temos um advogado que cuida disso, mas não tem sido grandes coisas não, em termos de salário da laranja. Esse setor tem altos e baixos, agora [safra 2012/13] tá um problema seríssimo, a indústria dizendo que vai deixar de moer 80 milhões de caixa de laranja por conta da crise na Europa, tão com estoque de suco alto... Quando eles tão colhendo a laranja, ganhando bem, eles já não querem pagar um salário bom pros trabalhadores, então imagina numa situação dessas" (Presidente da Fetaesp, Bauru, 07/2012)[91]

[91] Apesar da Fetaesp ser responsável pela representação sindical de pequenos proprietários, não há pequenos citricultores em sua base. Como já vimos, a Faesp organiza a maior parte dos pequenos citricultores paulistas. A esse respeito, o presidente da Fetaesp assim se coloca: "*A maioria dos pequenos citricultores não é representada por nós... É pela Faesp. Sabe o que acontece? Eu posso enumerar pra você trinta, quarenta, cinqüenta sindicatos que não querem saber de agricultura familiar. Vou te dar um exemplo, em Santa Cruz do Rio Pardo o sindicato é filiado aqui, mas ele não mexe com agricultura familiar. E tem agricultura familiar ali... É um problema. Você pode falar: '*Então justifica que tenha uma federação só de assalariados?*'. Eu acho que sim, né? Os caras só querem dinheiro, só querem arrecadar contribuição sindical e contribuição confederativa. E na agricultura familiar você não arrecada na folha de pagamento porque não tem folha de pagamento, o pessoal trabalha com a família ou com ajuda de terceiros eventual... Então nós não temos representação. Sobra o quê? Vai pra Faesp. E lá esses camarada não são bem atendidos, de um modo geral. Porque a Faesp se preocupa com os maiores, ela não se preocupa com o pequeno*" (Presidente da Fetaesp, Bauru, 07/2012)

O caráter fragmentado dos acordos entre estes sindicatos e as agroindústrias e a centralidade que tal negociação possui em sua prática são terreno fértil à multiplicação de irregularidades. No âmbito do complexo citrícola, o presidente da Fetaesp assim relata os desvios de conduta em sindicatos de sua base e os (frágeis) esforços da federação em corrigi-los:

> *"Como é a relação sindicato-indústria na citricultura?*
>
> Tem de tudo, tem indústria onde os cara são malandrão, tem sindicato onde os cara são espertão, tem sindicato que se vende pra indústria. A gente sabe que tem, não pode fugir disso... Em Matão, por exemplo, a gente tá com um problema. A C... chega lá e fala: '*Não rapaz, que é isso? Vamo fechar aqui, eu recolho pra vocês as contribuições tudo direitinho*'. Cresce o olho do sindicato, aí fecha um acordo ruim. Daí o vizinho quer fechar um acordo melhor e a indústria fala: '*Não, eu já fechei com fulano esse aqui*'. [...] Onde é o advogado que exerce influência no sindicato é um problema, advogado não quer saber de federação, de nada, ele quer saber se fazer lá os rolinho dele. Em Limeira, por exemplo, a documentação sumiu, não tem livro de registro, não tem nada. Tem uma advogada lá que toma conta do sindicato, é um sindicato que não vai atrás de nada, a maioria da arrecadação fica com o sindicato dos trabalhadores da alimentação. Lá a gente vai ter que tomar uma posição mais drástica, ir lá em época de eleição, formalizar uma chapa e tirar esse pessoal de lá, botar alguém que é trabalhador de fato, mais novo, que possa fazer uns cursos de formação pra dar um gás pra ele. Nós já consertamos vários sindicatos com curso de formação. Tem cursos bastante amplos de sete, oito dias, sobre questões sindicais, sobre história do movimento, uma formação geral pra pessoa. Eu tenho feito alguns cursos com livros de liderança que eu leio, tento adaptar algumas frases e fazer comentários, mostrando o que é o sindicato, como ele deveria ser. A gente exercita debates, eleições com duas chapas. A gente exercita mesas de negociação simuladas, uns são patrão, outros são empregado. A gente faz cursos de negociação coletiva, porque tem que treinar o pessoal pra enfrentar os patrões. Mas teve um período aí, antes de eu assumir, teve uns três mandatos aí, que a federação não fez nenhum curso de formação, só formava sindicato, a impressão que dava era que formava o sindicato pra arrecadar contribuição. Então o dirigente sindical não sabe nem o que que é um sindicato, pra que que serve um sindicato. Como você vai ter uma atuação boa de um dirigente desse, se ninguém orientou ele? E você trazer um cara que faz anos que tá no sindicato pra fazer curso, ele não quer, ele acha que é o dono de tudo, sabe fazer assembléia, sabe engrupir os trabalhadores, sabe fazer acordo fajuto com a usina, ele sabe um monte de coisa... Se a gente pede pra ele mandar alguém da diretoria aqui fazer um curso ele não manda, porque ele não quer que ninguém aprenda, ele quer ser dono lá... Tem isso dentro do movimento" (Presidente da Fetaesp, Bauru, 07/2012)

O posicionamento da Feraesp e dos sindicatos a ela vinculados é, via de regra, relativamente mais combativo face as agroindústrias citrícolas. Na medida em que a Feraesp não foi até o momento reconhecida como interlocutora pelas indústrias processadoras de suco de laranja em negociações salariais, sua principal atividade no complexo segue sendo o questionamento das múltiplas formas de intermediação na contratação de colhedores (desde as cooperativas, até os condomínios). De acordo com a Feraesp, há um descompasso entre o crescente controle econômico e político das agroindústrias sobre a cadeia produtiva citrícola como um todo e sua recusa em assumir qualquer responsabilidade social pela maior parte da força de trabalho que nela atua. Segundo esta federação, na medida em que as indústrias processadoras exercem o real poder de mando sobre o processo de trabalho na lavoura (seja em seus pomares próprios, seja nos de seus fornecedores) e na medida em que são as beneficiárias finais dos serviços de colheita, devem ser responsabilizadas pelos direitos sociais e trabalhistas da mão de obra empregada nesta função. Daí a necessidade, segundo a Feraesp, do retorno à contratação direta pelas agroindústrias citrícolas de *toda* a mão de obra utilizada na colheita de laranja destinada ao processamento. Por um lado, isto diminuiria significativamente as irregularidades trabalhistas que como vimos ainda marcam o setor; por outro, isto unificaria e fortaleceria o poder político e sindical dos assalariados rurais no complexo citrícola. O presidente da Feraesp assim explica este posicionamento:

> "A Feraesp foi fundada em 1989 e durante um longo período ela foi considerada ilegal. Nós ficamos praticamente na clandestinidade de 1989 a 2002. Em todo esse período houve mobilizações, houve uma série de greves, mas o setor patronal não recebia oficialmente nossas negociações. Hoje no caso da cana houve uma melhoria no diálogo, a Feraesp hoje é aceita na interlocução com as usinas. Mas com a indústria da laranja até hoje não há negociação, dado o choque que existe entre aquilo que a Feraesp propõe como projeto de defesa dos interesses dos trabalhadores e a estratégia de crescimento que essa agroindústria adotou. Neste ponto a questão mais importante é que a indústria é a cabeça econômica e política da cadeia produtiva, controla a cadeia de ponta a ponta, e não aceita a responsabilidade social pelas atividades. Então ela absorve todos os bônus e não aceita nenhum ônus. Ela pretendeu ao longo do tempo transferir para os produtores toda essa responsabilidade social. A contratação de mão de obra, por exemplo, já foi feita pelos produtores por intermédio de *gatos*, de *coopergatos*, hoje é feita por *gatomínios* e na verdade quem tem o controle de toda a atividade é a indústria. A indústria determina o preço, as condições de colheita, o grau de

maturidade da fruta, a quantidade de fruta que ela recebe, mas ela não quer assumir a responsabilidade pelo trabalhador. Muitas vezes ela compra a fruta no pé, a laranja que ta sendo tratada e colhida já é dela, e ela não quer assumir essa responsabilidade. Mesmo quando ela compra a fruta posta lá no portão, é ela que controla quando entrega e quando não entrega, porque ela tem que ter o controle do padrão do suco de laranja, que não nasce na fábrica, nasce na laranja. Enfim ela exerce papel de mando... E não tem concorrência entre eles, porque eles são um cartel, investigado pelo governo brasileiro lá no CADE. Com essa fusão mais recente Fischer-Citrovita, cada vez mais o processo de concentração tá ficando claro nesse setor. Nesse quadro eles agem de uma maneira irresponsável, também em relação aos produtores 'independentes' entre aspas. [...] Que que a Feraesp reivindica? A responsabilidade da indústria em relação a essa mão de obra que ela contrata. Não importa se ela contrata por meio do condomínio, do *gatomínio*, do produtor, ela que recebe em última análise o resultado da força de trabalho, ela que se beneficia do trabalho desses companheiros. Se ela é a beneficiária do trabalho, ela tem que responder pelas contrapartidas de direitos trabalhistas, direitos sociais, etc. Nos seus pomares próprios, embora na década de 1990 ela também tenha precarizado em demasia o trabalho através de cooperativa, coopergato, etc., depois da luta da Feraesp e no Ministério Público ela andou sofrendo um bocado de punições e acabou recuando. Houve melhorias nas relações de trabalho no interior dessas fazendas das indústrias, apesar de ainda ter problema grave. Agora nos pomares em que ela compra a laranja a coisa não mudou nos últimos vinte anos, cê tem uma situação muito ruim pros trabalhadores e até pros pequenos e médios produtores. Na nossa concepção, se a indústria cria uma série de regras de comportamentos contratuais que impõe condições pra esses produtores e pros trabalhadores, se ela subordina e fica com o resultado da atividade do trabalho, logo ela é responsável. Mas aqui no Brasil é uma festa, porque o capitalista faz o que ele bem entende... Ele não tem muito o que perder na relação social, aqui funciona assim: se eu gero emprego, eu sou Deus. Se eu gero emprego e dou dinheiro pra campanha eleitoral então, eu sou Deus e o diabo junto. Então fica complicado qualquer relação nossa com a indústria" (Presidente da Feraesp, Araraquara, 01/2012)

Face o poder público, o posicionamento da Feraesp é mais complexo. Como já vimos, esta federação nasceu da crítica ao atrelamento da estrutura sindical no campo ao aparelho do Estado. Contudo, em primeiro lugar, ao longo das décadas de 1990 e 2000 a Feraesp viu-se obrigada a submeter-se ao reconhecimento formal-legal do Estado, ainda necessário no Brasil para legitimar a representação sindical e seu poder de negociação com o capital. De fato, a continuidade da tutela estatal sobre o sindicalismo brasileiro levou e ainda leva a Feraesp a dedicar parcela significativa de sua energia e de seus recursos seja à obtenção de reconhecimento jurídico de sua existência, seja à disputa jurídica com outros

sindicatos e federações sobre a representação de segmentos de trabalhadores assalariados no campo[92]. Em segundo lugar, a relevância no campo de órgãos estatais como o Ministério Público do Trabalho (MPT) levou e ainda leva a Feraesp à construção de alianças com representantes do poder público para o enfrentamento de determinadas questões em contextos de frágil mobilização e organização dos trabalhadores. Exemplo disto no complexo citrícola, como já vimos, é o conjunto de iniciativas do MPT contra as *coopergatos* na década de 1990, contra os *gatomínios* nos anos 2000 e pelo retorno à contratação direta de todos os colhedores do estado pelas agroindústrias a partir de 2010. O presidente da Feraesp assim se coloca a respeito dos benefícios e atritos envolvidos nesta relação:

> "*O que a Feraesp pensa a respeito da ação civil pública do Ministério Público do Trabalho de fevereiro de 2010 que exige que as indústrias voltem a contratar toda a mão de obra utilizada na colheita dos pomares paulistas?*
>
> A Feraesp subsidiou durante muitos anos as ações do Ministério Público do Trabalho. Mas nós temos primeiro que entender que o Ministério Público é um órgão estatal. Ele tem uma função estatal que é a defesa dos indefesos, mas também a defesa da lei, da ordem jurídica. Não é papel da Feraesp fazer defesa da ordem jurídica. O papel da Feraesp é defender os trabalhadores, a Feraesp é uma entidade de classe. O Ministério Público, desde as *coopergatos*, tem sido uma ferramenta importante na defesa dos interesses do trabalhador. Até porque boa parte dos problemas que existem no setor diz respeito à lei. Há, então, um espaço de atuação importante para o Ministério Público e a Feraesp não só foi solidária como acompanhou e acompanha. Agora a disputa no judiciário é muito ingrata, porque o judiciário brasileiro não atua na prevenção do dano, ele só atua na reparação do dano, e muito mais no dano individual do que no dano coletivo. Então as ações do Ministério Público baseadas exclusivamente no judiciário, elas são muito lentas e caem muitas vezes na forma

[92] Apenas a título de exemplo, pode-se citar a respeito do setor canavieiro (onde estas disputas são mais acirradas) o acordo concluído em 12/2010 entre o *Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara* e o *Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, Urbanos, Rurais e das Indústrias de Cana-de-açúcar de Araraquara e Região*. Após anos de disputas, estabeleceu-se que perante a lei os motoristas de caminhões e outros veículos diretamente ligados à produção agrícola integrariam a representatividade do *Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara*. Enquadram-se neste conjunto os motoristas e equipes de caminhões tanque de combate a incêndio da lavoura canavieira, os motoristas de caminhões transportadores de máquinas agrícolas (prancheiros), os motoristas e equipes de abastecimento e manutenção de máquinas agrícolas, os motoristas de caminhões transportadores de vinhaça para fertirrigação nas lavouras, os motoristas de caminhão transportadores de torta de filtro ou outro resíduo das usinas para adubação nas lavouras e os motoristas dos ônibus transportadores dos trabalhadores em atividades nas lavouras.

de pensar de um juiz ou de um tribunal. Particularmente eu não acredito que a solução desses conflitos se dê por imposição do judiciário. Acho que a ação do Ministério Público é importante, ajuda a esclarecer o problema, manter o problema a tona, mas é um caminho tortuoso. Se os trabalhadores ficarem na dependência da ação estatal, seja do Ministério Público, seja do poder judiciário, executivo ou legislativo, o resultado final vai ser favorável ao capital. Além disso, o Ministério Público tem como espírito ser tutor, fazer a tutela. Algumas vezes ele ouve o professor, ouve a academia, mas não os trabalhadores organizados. Já houve caso em que ele não conseguiu compreender ou receber as informações do movimento organizado, assumiu uma posição e veio nos impor uma condição. Também por isso nossa relação é de tapas e beijos... Uma divergência que nós tivemos, por exemplo, foi com a criação dos condomínios, uma arte do Ministério Público e do setor patronal pra resolver o problema de contratação de mão de obra na laranja. A Feraesp não apoiou porque já sabia que ia sair *coopergato*, para entrar *gatomínio*. Então essas soluções de cima pra baixo, quase sempre não ajudam os trabalhadores. Essa é a principal área de atrito nossa com o Ministério Público. Eles têm um papel importante, reconhecemos que é necessário o fortalecimento do Ministério Público enquanto uma instituição de defesa dos trabalhadores e outros setores. Mas se o povo se organizar, reconhecer sua capacidade de ação, saber que são portadores de direitos com capacidade de ação em sociedade, daí não precisa do Ministério Público. Então a gente não vê as demandas do Ministério Público como nossa tábua da salvação. É uma questão importante em que a gente atua juntos, mas a Feraesp não aposta nos mecanismos estatais única e exclusivamente, nossa aposta são outros mecanismos de pressão" (Presidente da Feraesp, Araraquara, 01/2012)

Em sua contraposição ao capital agroindustrial e à estrutura sindical no campo brasileiro e paulista, a Feraesp aponta estrategicamente desde sua fundação para a necessidade de organização unificada de todos os trabalhadores da cadeia produtiva, desde a lavoura até o chão de fábrica no processamento de açúcar e álcool, suco de laranja, etc. Segundo esta federação, na medida em que o poder da burguesia agroindustrial não encontra limites setoriais ou territoriais, a perpetuação da fragmentação sindical dos trabalhadores em regiões ou categorias estanques impõe-lhes uma correlação de forças inevitavelmente desfavorável. De acordo com esta leitura, em um contexto em que a lavoura (especialmente em São Paulo) é crescentemente transformada em um momento da produção agroindustrial e a planta processadora afirma-se cada vez mais como centro nervoso de controle e planejamento do empreendimento como um todo, torna-se imprescindível a construção de ações unificadas entre assalariados das indústrias de

alimentação, transportadores e assalariados rurais que visem recuperar seu poder de barganha face o capital agroindustrial.

No complexo citrícola em específico as experiências neste sentido são escassas. Destaca-se especialmente a iniciativa conjunta da Feraesp e do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação de Moji em torno de um vídeo a respeito das *coopergatos*. Segundo o presidente da Feraesp, a divulgação deste vídeo entre trabalhadores da Cutrale no Brasil e da Coca-cola nos Estados Unidos teria gerado dificuldades à aliança comercial entre estas duas empresas e teria contribuído para que ao menos em seus pomares próprios as agroindústrias voltassem a se responsabilizar pelos direitos sociais e trabalhistas da mão de obra utilizada na colheita da laranja:

> "A realidade é que um novo sindicalismo precisa surgir... Sinceramente eu também não sei como ele vai ser, eu só sei o seguinte: enquanto o capital junta do banco ao fazendeiro, da pepsi-cola ao pé de laranja, nós estamos ainda absolutamente divididos. Este pra mim é um ponto de reflexão, é um desafio a ser superado. A Feraesp sempre propôs a organização sindical da cadeia produtiva. Nós sabemos que nosso trabalho, independente da função que nós exercemos no chão da fábrica, na boléia de um caminhão ou num pomar de laranja, tá contribuindo pro lucro da Cutrale, do cartel da laranja. Então a tarefa de construir união é nossa. Essa é uma tarefa política, a Feraesp já nasceu com essa vocação, de construir a unidade dos trabalhadores do complexo agroindustrial. Uma das alianças que nós fizemos, por exemplo, foi o vídeo sobre as *coopergatos* que o sindicato das indústrias de alimentação de Moji levou para os trabalhadores da Coca Cola nos Estados Unidos. Isso criou dificuldade enorme na aliança do Cutrale com a Coca Cola. Aliado às ações do Ministério Público e tudo o mais que foi feito aqui, essa propaganda internacional das *coopergatos* foi poderosa no sentido de fazer com que a indústria passasse pelo menos a registrar os trabalhadores nas suas fazendas. Mas na laranja a coisa é complicada, os trabalhadores ainda têm um grau de organização muito baixo, seja no setor rural, seja no setor da indústria. Ainda encontramos enormes dificuldades de nos organizar a ponto de levar a indústria pra uma negociação mais séria. Se o sindicato de Moji e a Feraesp fizerem uma pauta de reivindicação de negociação salarial com a indústria da laranja, ela nem vêm pra conversar. Como a gente sabe disso, nós não vamos perder tempo" (Presidente da Feraesp, Araraquara, 01/2012)

Neste contexto, merece destaque também a relativa aproximação entre a Feraesp e a Associtrus. De formas diferentes, ambas as organizações afirmam que assalariados rurais e pequenos e médios citricultores encontram-se hoje subordinados às indústrias processadoras de suco de laranja, podendo portanto construir ações unificadas de interesse mútuo. Daí que,

como já destacado, a Associtrus tenha apoiado a proposta da Feraesp e do MPT de retorno à contratação direta pelas agroindústrias dos colhedores em todo estado, seja em seus pomares próprios, seja nos de seus fornecedores. Daí também que Feraesp e Associtrus tenham atuado juntas na pressão sobre o governo brasileiro para que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) não encerrasse as investigações contra o cartel da laranja em 2007 em troca da assinatura de um Termo de Cessação de Conduta (TCC). Contudo, tal aproximação não é consensual no interior da Feraesp. Esta federação nasceu das contradições de interesses entre assalariados rurais e pequenos produtores no interior de uma única representação sindical. Nesse sentido, há forças no interior da federação que rejeitam qualquer aliança com setores patronais, sejam eles de grande ou pequeno porte, argumentando que isso feriria a independência de classe dos assalariados rurais. O presidente da Feraesp assim o coloca:

> "Nós temos tentado fazer ao longo destes últimos tempos possíveis alianças com produtores. A principal organização que tem dialogado com a Feraesp positivamente é a Associtrus. Até porque nós entendemos que muitos dos problemas que os pequenos e médios produtores passam também são consequência dessa subordinação com a indústria. Pessoalmente, eu acho que é uma relação que, com seus altos e baixos, tem dado frutos. Ela deu um fruto importante, por exemplo, quando a Associtrus e a Feraesp fizeram um aliança para impedir o governo brasileiro de interromper a investigação da operação Fanta. Enquanto a Associtrus fez um mandado de segurança contra o governo brasileiro, a Feraesp fez ação popular e disputou no judiciário. Impedimos os dois juntos que se fizesse um acordo com a indústria de suco de laranja e encerrasse as investigações do cartel. Isso foi o momento mais importante desse trabalho conjunto. Eu acho que tanto eles como nós padecemos do mesmo mal: a indústria nos subordina e ponto. Mas nossa relação poderia ser melhor. Dentro da Feraesp tem gente que entende que uma aproximação com a Associtrus é coisa de pelego, porque patrão é patrão, não importa o tamanho. Nessa visão, essa aproximação poderia significar uma defesa mais dos interesses empresariais dos produtores que dos trabalhadores. [...] Individualmente, eu acho que é um desperdício tanto para a Feraesp quanto para a Associtrus o nosso distanciamento. Acho que para os produtores médios e pequenos seria necessário que eles tivessem na Feraesp um parceiro pra um enfrentamento das agroindústrias. E que nós tivéssemos neles o mesmo parceiro. Porque nós estamos perdendo. Do jeito que tá, os produtores têm que ficar arrendando pra cana, eles não dão conta nem da sanidade dos pomares, eles estão absolutamente subordinados e, por tabela, nós numa condição um pouco pior. Uma aliança desses dois setores talvez pudesse criar as condições políticas capazes de equilibrar as relações no interior do complexo" (Presidente da Feraesp, Araraquara, 01/2012)

- *Assalariados rurais e a luta pela terra na citricultura paulista*

O processo de modernização do campo paulista foi marcadamente heterogêneo. Tradicionalmente, existem no estado de São Paulo ao menos dois cenários rurais distintos. De um lado, há o eixo dinâmico que se estende de Campinas a Ribeirão Preto, onde predomina o assim chamado "agronegócio" com destaque para a agroindústria da cana de açúcar e da laranja. Do outro lado, há uma vasta região entre o Pontal do Paranapanema e o Centro-Sul do estado com grandes estoques de terras aptas à produção agrícola, mas destinadas à valorização especulativa e/ou à pecuária ultra-extensiva. Estes cenários são marcados por lutas distintas da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial. Enquanto no eixo Campinas-Ribeirão Preto predominam as demandas típicas da mão de obra assalariada rural, na região que se estende do Pontal do Paranapanema ao Centro-Sul do estado predominam os conflitos em torno da posse e propriedade da terra (Aly Júnior, 2008).

Ao longo da década de 2000 ocorreram importantes transformações no campo paulista, em especial neste segundo cenário. Regiões marcadas pela presença de latifúndios improdutivos e por terras públicas federais e estaduais griladas no Pontal do Paranapanema e no Centro Sul do estado tornaram-se crescentemente atraentes para os capitais agroindustriais de determinados complexos. Enquanto retrocediam as áreas destinadas à pastagem, multiplicaram-se sobre os grandes estoques de terras subaproveitadas nesta região as lavouras de cana de açúcar, laranja e eucalipto. No que diz respeito à citricultura em particular, as duas tabelas seguintes mostram a redução da área de pastagens e o aumento da produção de laranjas em seis Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) do Centro-Sul do estado:

Tabela 6: Variação da área de pastagem (natural e cultivada) entre 2000 e 2011 no Centro Sul do estado de São Paulo

EDRs	2000	2011	2011 vs 2000
	área de pastagem (em ha)		%
Lins	377.069	220.800	-41%
Bauru	371.853	147.279	-60%
Jaú	141.710	59.046	-58%
Avaré	316.822	252.667	-20%
Botucatu	299.856	238.075	-21%
Itapetiniga	353.495	247.795	-30%
Total	**1.860.805**	**1.165.662**	**-37%**

(Fonte: IEA-CATI-SAA)

Tabela 7: Variação do número de pés de laranja em produção e de caixas colhidas entre 2000 e 2011 no Centro-Sul do estado de São Paulo

EDRs	2000		2011		2011 vs 2000 (%)	
	Pés em produção	Caixas Colhidas	Pés em produção	Caixas Colhidas	Pés em produção	Caixas Colhidas
Lins	2.369.422	5.816.030	7.286.329	15.687.954	208%	170%
Bauru	2.678.868	6.456.655	10.393.973	22.534.166	288%	249%
Jaú	5.571.600	10.757.200	7.979.252	16.117.130	43%	50%
Avaré	1.387.500	2.879.800	11.852.361	26.624.624	754%	825%
Botucatu	1.593.350	3.630.050	7.916.816	15.402.346	397%	324%
Itapetiniga	5.038.602	10.757.004	6.918.290	16.878.564	37%	57%
Total	**18.639.342**	**40.296.739**	**52.347.021**	**113.244.784**	**181%**	**181%**

(Fonte: IEA-CATI-SAA)

Como já vimos, a maior parte deste avanço da laranja sobre o Centro-Sul do estado corresponde à expansão de pomares próprios das agroindústrias citrícolas, o que coloca estas empresas no epicentro de conflitos fundiários. Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), há na região uma área de 50 mil hectares de terras públicas chamada "Grupo Colonial Monção", que abrange os municípios de Agudos, Lençóis Paulista, Borebi, Iaras e Águas de Santa Bárbara e é reivindicada desde a década de 1990 para a realização de assentamentos de reforma agrária. A partir de informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o movimento afirma que toda esta área teria sido comprada pela União em 1909 para um projeto de colonização e, posteriormente, teria sido irregularmente ocupada (grilada) por diversos pretensos proprietários privados. A primeira ocupação do MST nesta área data de novembro de 1995 e, na ação reivindicatória proposta em 1997, o Incra obteve tutela antecipada da área,

correspondente à fazenda Capivara, onde se instalou o assentamento Zumbi dos Palmares com cinquenta famílias. (Fernandes, 1996, p. 222-223; O Estado de São Paulo, "Área usada por Cutrale é da União desde 1909, diz Incra", 09/10/2009).

Na primeira metade da década de 2000 ocorreu um intenso fluxo de acampados do MST de todo o estado de São Paulo (especialmente do Pontal do Paranapanema) para a região, esperançosos de que o primeiro governo Lula aceleraria o processo de reforma agrária no campo brasileiro em geral e no Centro Sul do estado de São Paulo em particular. A partir de 2003 houve de fato relativo avanço na arrecadação de terras públicas e na desapropriação de latifúndios improdutivos em áreas correspondentes ao "Grupo Colonial Monção", fazendo com que o número de famílias assentadas na região saltasse de cinqüenta para quinhentas. Entretanto, na segunda metade da década de 2000 ocorreu uma virtual paralisia neste processo. O número de assentamentos manteve-se estacionado enquanto se acelerou significativamente a já apontada compra de grandes extensões de terras da região para a lavoura de cana de açúcar, laranja e eucalipto. Estabeleceram-se com isso as bases para conflitos fundiários entre famílias sem terra e o capital agroindustrial vinculado a estes complexos no Centro Sul do estado de São Paulo.

Dentre estes conflitos destaca-se aquele entre a Cutrale e o MST em torno da *fazenda Santo Henrique*, de 1100 hectares no município de Borebi (EDR de Bauru) [93]. Segundo o movimento, esta fazenda é parte do "Grupo Colonial Monção" e foi ocupada pela primeira vez em 2000. Na época tratava-se de um latifúndio de pecuária extensiva em que famílias sem-terra se instalaram e produziram por pouco mais de 2 anos, antes de serem despejadas em 2003. Em 2006 a Cutrale iniciou o plantio de mudas de laranjas na

[93] Segundo o Incra, a posse e propriedade detidas pela Cutrale seriam ilegais e ilegítimas, pois desde 3 de janeiro de 2006 a empresa já teria sido notificada de que aquela era uma área pública federal. Ainda segundo o Incra, seriam duas as irregularidades no registro da fazenda atualmente ocupada pela Cutrale. Em primeiro lugar, a matrícula número 4118 do cartório de imóveis de Cerqueira César em que está registrada a fazenda Santo Henrique não está embasada em títulos de origem anteriores, mas somente em supostas transcrições de seus 'primeiros proprietários'. Em segundo lugar, a área atualmente ocupada pela empresa (de 1.104,0087 ha, ou seja, um mil, cento e quatro hectares e oitenta e sete centiares) está apenas parcialmente registrada pela matrícula em questão. Nesta consta o registro de 870,2800 ha (oitocentos e setenta hectares e vinte e oito ares), de modo que uma área de ao menos 233.7287 ha (duzentos e trinta e três hectares, setenta e dois ares e sete centiares) encontra-se sem registro. (Ação reivindicatória Proc. N. 2006.61.25.002729-2, da primeira Vara Federal de Ourinhos/SP)

fazenda, instaurando um conflito com as famílias sem-terra que culminou na ocupação de dez dias do pomar da empresa a partir de 28 de setembro de 2009. A tensão assumiu dimensão nacional a partir da divulgação de imagens gravadas por um helicóptero da Polícia Militar de famílias sem-terra derrubando cerca de 7 mil pés de laranja com tratores para a plantação de feijão. Desencadeou-se na grande mídia e no Congresso Nacional uma ofensiva política e ideológica de criminalização de movimentos populares brasileiros em geral e do MST em particular. Vinte e dois integrantes do movimento foram processados, acusados de invasão e depredação da fazenda. No dia 11 de janeiro de 2011, contudo, o Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo decidiu pela anulação do processo, declarando a inépcia da denúncia e determinando a revogação das ordens de prisão preventiva que haviam sido expedidas contra os acusados.

A respeito deste caso, interessa-nos investigar qual a percepção dos assalariados rurais citrícolas do Centro-Sul do estado a respeito da luta pela terra em geral e a respeito do conflito entre o MST e a Cutrale em particular. Como destacaremos, há diversas tendências e contra-tendências na consciência e no discurso destes trabalhadores. Com vistas a registrar o complexo mosaico de condenações e aprovações das ações promovidas por famílias sem terra na região, analisaremos a seguir trechos de entrevistas com diferentes segmentos de assalariados rurais da citricultura, sejam eles moradores urbanos, assentados ou acampados.

No que diz respeito aos assalariados rurais citrícolas moradores de cidades próximas à fazenda Santo Henrique, predomina em seu discurso a reprovação das ocupações promovidas pelo MST. Em uma primeira aproximação, pode-se dizer que esta percepção é influenciada pelo discurso hoje hegemônico a respeito do movimento e pelo forte estigma de "vândalos" ou "desordeiros" que seus integrantes carregam na atual opinião pública brasileira. Contudo, o posicionamento destes trabalhadores não se resume a estes fatores. Está presente no discurso de muitos deles um marcado enraizamento no modo de pensar e viver assalariado e, conseqüentemente, um relativo desinteresse ou ceticismo quanto à possibilidade de reprodução de sua vida em uma pequena posse ou propriedade rural. Dentre muitos dos mais jovens, a cidade impõe-se como um espaço de socialização mais atraente que o campo, afastando-os da perspectiva da luta pela terra.

Dentre muitos dos mais velhos, a sobrevivência material sobre um lote de terra sem o assalariamento próprio ou dos membros de sua família parece virtualmente impossível. Os três trechos de entrevistas a seguir com um tratorista, um fiscal de campo e uma ajudante geral da fazenda da Cutrale, todos moradores da cidade de Borebi, assim ilustram estas determinações:

"*O que você pensa a respeito da ação do MST na fazenda da Cutrale que aconteceu em 2009?*

Sinceramente, aquilo foi um verdadeiro vandalismo. É uma firma que emprega tantos funcionários só dela e tá em alta produção, né? Na minha opinião foi um grande vandalismo o que aconteceu ali dentro, até porque destruíram maquinário, chegaram a derrubar quase quadra de laranja. Do MST que eu conheço, tem o pessoal gente boa e tem o pessoal que a gente tem o pé atrás... Pode ser que tenha alguma coisa a ver, à noite na fazenda tem muito problema de pessoas que vão roubar e sempre sabem o que tá acontecendo, aonde dá pra mexer, já vai fazer o negócio certo, provavelmente é alguém de dentro. [...] Eu mesmo não tenho interesse em um pedaço de terra pra cultivar, não. Até porque eu acho que não conseguiria viver no campo. Na cidade sempre tem alguma coisa pra você fazer, é um lugar mais movimentado, se você quiser sair, fazer alguma coisa. O pessoal mais novo gosta mais daqui, né? Da bagunça, do vuco-vuco do dia a dia, apesar de ser uma cidade pequena. Os mais velhos não, eles que preferem mais o sossego, né?" (Tratorista, Borebi, 07/2012)

"O que eu vi ali, o que o mundo inteiro viu, foi muito vandalismo, né? A gente ficou até chocado pelos estragos. Eu não acho justo. Eu não sei, não me interessa quem são os donos. Pra quem trabalha e vive do salário, fica bastante desconfortável você tá no meio de uma batalha dessa. Falam muito em terra improdutiva, mas como é improdutiva se aquela terra tá produzindo, tem funcionário trabalhando, tá dando emprego. Hoje o povo pensa isso... Eu sempre to vendo televisão e queria saber: de todos os assentados que tem no país, quantos sobrevive com a sua própria terra? Você vê pessoas anos e anos debaixo de uma barraca, em busca do seu pedaço de terra, mas e depois? Eu acho que hoje qualquer cidadão queria ter um pedaço de terra, mas acima de tudo eu queria saber como se manter nesse pedaço de terra. Se você tivesse a terra em que você pudesse se manter, ótimo! Mas hoje o que eu vejo é que você precisa do salário. Pelo que eu tenho visto, mesmo que você tenha um pedaço de terra, você precisa do salário. Eu não vejo mostrar na televisão: '*tem milhões de assentados hoje que sobrevive da terra*'. Então eu acho que hoje se faz necessário ter um salário" (Fiscal de campo, Borebi, 07/2012)

"Na sinceridade, eu não gostei... Eu achei que tava atrapalhando o serviço de muita gente lá. Porque muita gente perdeu dia, perdeu horas de serviço... Apesar que foi todo mundo compensado, mas

> atrapalhou bastante. [...] Eu já fui até lá, já fiz um barraco lá [em um acampamento do MST]. Eu fui porque minha filha tava lá e a maneira dela falar, dela explicar interessou da gente ir lá. Ela falava que era bom, que a gente ia ter um pedaço de terra que ia ser da gente, podia plantar, podia usufruir da terra. Isso interessou muito, né? Quem não quer? Só que no mesmo momento eu achei que não dava, eu achei que seria muito difícil em termos de eu trabalhar e manter a minha família. Porque tando lá, a gente vai passar apurado com uma coisa, com outra, é muito apertado. Então eu não fiquei, já desisti antes até de fazer meu cadastro... É uma coisa que eu penso muito, porque eu não gosto de ter minha casa passando falta, necessidade. Pra mim não ia adiantar nada ter um pedaço de terra e minha casa tendo falta, não ter como pôr dentro do meu armário, dentro da minha panela, cê tá me entendendo? Eu penso assim: se um trabalha e o outro cuida da terra, aí sim... Se a gente tivesse um pedaço de terra seria muito bom, né? Porque a gente tem força de vontade de plantar, fazer uma horta, ter as criação, isso é um sonho da gente. Eu nasci na fazenda, então pra mim é um sonho. Mas é um sonho que às vez eu acho meio impossível pela luta que a gente tem que enfrentar. Tem vários que trabalham lá na Cutrale que são assentados e fala que compensa, que hoje eles tão bem, já tá compensando o sofrimento que eles tinham passado, o que eles tinham perdido. Teve muita gente lá que vendeu tudo que tinha pra conseguir se alimentar pra chegar onde tá. Hoje eles falam que conseguiram vencer a luta, mas a gente já não pensa assim igual eles. Eu já tenho medo dessa luta, de lutar, lutar, lutar e acabar nem conseguindo. Esse é o meu medo" (Ajudante geral, Borebi, 07/2012)

Como já aponta a última citação, contudo, o posicionamento a respeito do MST dos assalariados rurais da citricultura que moram em cidades próximas à fazenda Santo Henrique não é homogêneo. Há dentre eles trabalhadores que destacam as irregularidades fundiárias da Cutrale e vêem legitimidade na perspectiva de luta pela terra. Este discurso é mais comum em trabalhadores que, apesar de assalariados, ainda são atraídos pelo modo de viver e pensar da pequena produção familiar. Ainda que tal perspectiva assuma em sua consciência o formato de um anseio longínquo e não de uma reivindicação concreta, ela nos mostra que a experiência do assalariamento não possui implicações simbólicas e políticas unívocas e pode comportar múltiplas aspirações sociais. A seguinte citação de um tratorista da Cutrale morador de Borebi ilustra as compatibilidades e incompatibilidades da perspectiva de luta pela terra na consciência de assalariados rurais:

"O que você pensa a respeito da ação do MST na fazenda da Cutrale que aconteceu em 2009?

Todo mundo que trabalha lá sabe, dentro da fazenda tem uma parte do setor dois com marcação de concreto, de uma parte pra cá é da fazenda, de uma parte pra lá é terra do governo. Se tá marcado como terra do governo, não sei o que eles apronta, que eles falam que é tudo deles. Os sem terra briga por causa daquele pedaço lá. Eu não sou contra o movimento deles... Tem uma fazenda vizinha lá enorme, talvez até maior que a da Cutrale. Só que lá o homem tem a documentação da propriedade inteira, então nunca ninguém tentou invadir lá. Agora a Cutrale o pessoal já invadiu umas pá de vez... Eu vejo todos os encarregado lá falando que a Cutrale é muito rica, praticamente compra uma fazenda por ano, eles têm uma rede de fazenda muito grande... Então porque então não compra o pedaço de terra que tá lá ilegal, ou devolve pro governo e reparte pra eles lá, né? Aí acaba esse problema de invadir... [...] Se fosse do governo, pra repartir, eu gostaria de ter um pedaço de terra. Eu não sou contra o pessoal de lá por causa disso, eu até muitas vezes defendi. Porque assim, o pessoal da cidade, eles tinha receio do pessoal dos sem terra, a turma comenta que quem invade fazenda é briguento, essas coisa. Mas depois viu que não era nada disso, é que se eles não fizer isso, o governo nunca vai dar de mão beijada. Se tivesse que dar, já tinha dado, que esse negócio de reforma agrária já vem arrastando anos e anos, desde o tempo que eu era molecote de tudo, eu to com quarenta e um anos. Desde quando eu me alembro por gente meu pai já falava de reforma agrária que até hoje não fizeram. Por causa do governo não fazer que saiu esse movimento aí, pelo que eu to entendido. Então eu nunca fui contra eles não. Tem gente lá na Cutrale que era meio contra: '*Ah, mas vai tomar terra dos outros?*'. Eu falava: '*Peraí, cê acha certo uma pessoa ter mil alqueires de terra, uma pessoa só, e outras pessoa não ter nada, nem um pedacinho de terra pra plantar? Ainda se aquele mil alqueire de terra fosse dele mesmo, fosse da família dele, aí tudo bem, não tem o que questionar... Só que eles sabem, o pessoal do movimento descobre que aquela terra foi roubado no papel, as terra que eles vai atrás é terra do governo e, se é do governo, o fazendeiro não é o dono. Pode até ter comprado mais barato, mas é terra enrolada*'. Eu acho que aconteceu muito isso daí, muito fazendeiro tem mil alqueire de terra, só que desse mil tem duzentos, trezentos, quinhentos, às vez até mais, que ele comprou assim, é terra que não é legal

O que seria mais importante na sua vida, um pedaço de terra ou o salário?

Aí depende... Eu morei aqui e morei em Minas. Em Minas não é como em São Paulo. Aqui em São Paulo tem muitos fazendeiros que tem muita terra e muito pessoal que não tem terra, é mais assalariado, né? Pra uma pessoa pegar um pedaço de terra aqui e viver só da terra é meio complicado, principalmente no começo. Lá em Minas tem muito sitiante pequenininho, dono de chácara, muita família com terra pequena. Eles planta, o que não dá no sítio dele, eles compra do outro, troca até dia de serviço. Aí a pessoa vive bem, até melhor do que assalariado... Na verdade, eu prefiro como é lá em Minas. Porque tendo a terra da gente, a gente trabalha sem patrão. Tem firma e

> patrão que ranca o coro do trabalhador. Praticamente a maioria dos lugar que eu vejo ranca o coro do trabalhador. Principalmente nessa parte rural. Por isso a maioria do pessoal que trabalha na lavoura gostaria de ter a sua terrinha. Tem muito pouco que tá contente. O pessoal gostaria de ter sua terra, só que eles não ia querer encarar a vida que esse pessoal do MST faz pra poder conseguir. Porque tem muitos ali que é muito sofrido, vive com filho, esposa debaixo de lona. Não é todo mundo que tem coragem de fazer isso. E tem outra: muitos ali consegue a terra, mas ainda tá trabalhando ali na Cutrale. O cara pega oito alqueire de terra, só que a família são seis, sete... Só aquilo ali pra eles viver todo mundo, não dá. Então tem muitos que sai pra trabalhar em empresa. Seria bom a pessoa ter a sua terrinha, só que também não é uma coisa que vai acabar o problema da pessoa não. Principalmente da família. Porque oito alqueire de terra, talvez dá pra você cuidar docê, sua esposa, um filho ou dois. Cê vai tocando. Mas depois falar assim que os seus filho vai viver daquilo ali também, aí já não dá. Aí já precisa de mais oito alqueire de terra. Hoje em dia, do jeito que tá o país, a maioria dos fazendeiro tem muita terra, alguns num assentamento desses do MST vai conseguir a sua terrinha, mas a maioria do brasileiro vai viver assalariado, isso nunca vai mudar, não" (Tratorista, Borebi, 07/2012)

Uma parcela significativa dos assalariados rurais da citricultura na fazenda da Cutrale em Borebi e em fazendas de outras agroindústrias próximas mora em assentamentos de reforma agrária ou em acampamentos de famílias sem terra. Segundo o depoimento de trabalhadores e dirigentes regionais do MST, há entre duzentos e duzentos e cinqüenta acampados e assentados que vendem sua força de trabalho em grandes pomares da região como colhedores, ajudantes gerais, tratoristas, motoristas, empreiteiros e fiscais de campo. Como veremos, o discurso e a consciência destes múltiplos trabalhadores a respeito da luta pela terra em geral e a respeito do conflito entre MST e Cutrale em particular não é homogêneo. Apenas a título de exemplo inicial, podemos destacar que a existência de empreiteiros e fiscais de campo morando em assentamentos e acampamentos cria clivagens na base do MST decorrentes de conflitos no interior dos pomares das agroindústrias. As seguintes duas citações, a primeira com um colhedor acampado e a segunda com uma empreiteira assentada, assim ilustram um destes conflitos:

> "A T... já é assentada lá. Ela trabalha lá na Cutrale como fiscal, ela que apontava nossas caixa de laranja. É acampado e assentado que trabalha com ela lá, é tudo da roça, é tudo sem terra colhendo laranja, né? [...] A firma foi enrolando nóis... Eu perdi muita caixa de laranja, último pagamento meu ficou quatrocentas caixa pra trás. Porque quando vinha no holerite não batia a quantidade de caixa

que a gente colhia. Aí a T... falava: '*Mês que vem eu aponto pra você*'. Aí sempre ficava um restante pra trás, cem, cento e poucas caixa. E a gente ia só perdendo, porque não vinha mesmo. Não adiantava. [...] Quando eu resolvi procurar o advogado, a T... falou lá que se nós ponhasse ela no pau, eles não pegava mais nós. Mas a gente não tem culpa, o errado foi eles, né? A T... falou: '*Cês têm todo o direito de ir na justiça, tudo. Mas depois cês não entra mais aqui*'" (Colhedor e acampado, Iaras, 07/2012).

"Há quatro ano atrás eu tava passando fome, eu não tenho vergonha de falar, não. A gente veio pra cá pra tirar o sustento do lote, mas a gente não conseguiu. Aqui a gente só conseguiu sustento porque a Cutrale abriu as portas pra nós. Vai fazer quatro anos que eu to com turma, eles me financiaram um ônibus velho pra mim começar. A gente tinha um pouco de medo de perder o lote, mas a gente falou assim: 'a gente já não tem muita coisa, só um pedaço de terra aí sem estrutura, então vamo meter a cara'. Então eu acho que a Cutrale tá dando oportunidade pra nós. Mas se eu falar pra você que eu tenho vontade de ficar velha trabalhando de líder de colheita, eu to mentindo pra você. Eu quero me ajeitar. Eu ainda quero viver do meu lote. Mas como você vai vender a sua mercadoria se você não tem uma condução? Então cê tem que trabalhar lá pra ter uma condução, pra plantar a sua verdura, o seu legume e ter como vender pra fora. De a pé? Não tem como ir..." (Empreiteira e assentada, Iaras, 07/2012)

No que diz respeito aos assalariados rurais da citricultura moradores de assentamentos de reforma agrária nessa região, sua percepção a respeito das ocupações do MST no pomar da Cutrale é marcada por ambigüidades. Por um lado, são trabalhadores que participaram de uma ou mais ocupações de terras ao longo de muitos anos e construíram laços de solidariedade e empatia a partir desta experiência. Não apenas vêem legitimidade na luta pela terra como também se mobilizam eles próprios em torno de demandas típicas da reforma agrária (disponibilização para os assentados de assistência técnica, infra-estrutura mínima de acesso à água e a vias de escoamento da produção, maior volume e cronograma adequado de crédito, canais de comercialização dos alimentos lá produzidos, etc.). Por outro lado, justamente devido à precariedade do atendimento pelo poder público a estas demandas, a maior parte destes trabalhadores não consegue manter a si e a sua família apenas com seu lote. O assalariamento nas lavouras de cana, eucalipto e principalmente laranja torna-se com isso a única perspectiva para muitos dos assentados da região. Neste contexto, as ocupações e o conflito MST-Cutrale aparecem-lhe como uma ameaça a sua sobrevivência imediata, principalmente pelo receio de que a empresa não

mais contrate trabalhadores vinculados ao movimento. As seguintes três citações com um tratorista, uma inspetora de pragas e dois operadores de máquinas que carregam laranjas, todos moradores de assentamentos da região, demonstram a existência de múltiplos nuances em sua percepção acerca da questão:

"*O que você pensa a respeito da ação do MST na fazenda da Cutrale que aconteceu em 2009?*

Sabe o que foi que passou na minha cabeça? Que o MST tava atrapalhando muitos pais a defender o pão deles de cada dia pra sustentar as família. Eu queria que você amanhã desse uma volta comigo aqui dentro do assentamento, eu ia te mostrar a realidade daqui de dentro, o sofrimento que os nossos companheiro têm aqui dentro. Hoje aqui pra sobreviver, todo mundo tá trabalhando na Cutrale. Então quando aconteceu aquela ocupação, tudo isso passou na minha cabeça... Muitos pai de família ficou preocupado. Sabe quantos funcionário tem daqui [do assentamento] lá hoje? Mais de cento e cinqüenta funcionário. Só no meu ônibus são quarenta e cinco tratorista. Tem mais dois ônibus da colheita com quarenta e cinco cada. Por quê? Porque o nosso lote não dá recurso pra nós. A partir do momento que eu pego o lote, a minha obrigação é produzir no meu lote e me manter no meu lote. Só que no momento o Incra não tá dando essa assistência pra nós. Eu tenho um lote de sete alqueire, eu tenho minha horta, eu tenho minhas vinte e cinco cabeça de gado, eu tiro hoje cinqüenta litro de leite por dia, mas não dá pra mim sobreviver só do meu lote. Por quê? Se eu for entregar a minha horta, eu tiro R$2000,00 ou R$2500,00 por mês. Só que você entrega, você fica três, quatro, cinco mês sem receber... Nós tem uma associação, nós entrega pra Conab, mas já faz quatro mês que nós não recebe um centavo. Como é que você sobrevive disso? Eu sou o titular do lote! Mas hoje quem cuida dele é minha mulher e meus filho. Se eu cuidar do lote e não entrar na firma, como é que eu vou dar um estudo pros meus filhos? Eu tenho que pensar no futuro dos meus filhos, não tenho?" (Tratorista e assentado, Iaras, 07/2012)

"A gente já veio da luta, a gente já fez ocupação, a gente não pode falar nem que sim, nem que não, né? Porque a firma fala que a fazenda é deles, o movimento fala que trinta por cento da fazenda é do governo. A briga é entre a firma e o movimento, né? Na época, como eu trabalhava lá, eu falei assim: '*Ai meu Deus, e meu serviço, e meu emprego?*' [risos]. Eu fiquei com medo de ser mandada embora, né? A gente precisava trabalhar, com filho pequeno... Mas a gente não pode falar que é ruim, né? Os coitado fica num barraco quatro, cinco anos, o Incra não faz nada, não ajuda. Com tanta terra que tem, o Incra devia assentar logo a turma, né? A gente sabe que se não fazer invasão, o Incra não libera a terra... Então eu fiquei dividida, né? Fiquei dividida, com medo do emprego e sabendo que os coitado precisava, que nós também já fez isso muitas vezes. O pessoal que era da cidade achava ruim, né? Falava que a turma era vagabundo, não sei o quê. Eles xingava e a gente

falava '*Não, não é assim*'. Como a gente veio de lá, a gente não acha que eles são vagabundo, né? Eles tão brigando por um direito deles" (Inspetora de pragas e assentada, Iaras, 07/2012)

"[interlocutor 1] Quem fez a ocupação não foi a turma daqui, foi a outra turma de lá, não foi os assentado, foi os acampado. Eles queria tomar a terra, mas o que eles fizeram lá não foi a turma que quer trabalhar, foi a turma que quer fazer vandalismo. Por causa daquilo lá a gente tomou culpa. Todo mundo aqui achou errado. Porque, como é que pode? Dar trabalho pra gente e vem uma pessoa lá do outro lado quebrar trator, pé de laranja... Foi um custo de um milhão e quinhentos reais! Pode ser ruim do jeito que for lá, mas pelo menos dá serviço pra todo mundo. Questão de dar serviço eles não tem preconceito, a questão é que o salário é muito pouco.

[interlocutor 2] O que eu penso é o seguinte: hoje eu sou assentado, mas pra pessoa conseguir um pedaço de terra é só assim. Eles não devolve, não libera nada. Chega, planta, cata a gente como escravo, a maioria do povo daqui [do assentamento] trabalha lá. Eu acho que tá certo, se não ocupar, eles nunca vai ter o pedaço de terra deles. Disseram que ia prender quem foi, que não ia dar serviço, mas depois disso já pegaram mais de cinqüenta que fez a ocupação. Inclusive eu fui um deles. Eu tava lá. Hoje eu sou operador de máquina lá, depende de mim pra laranja subir, pra ir pra Araraquara, pra ir pra exportação, pra tudo" (Operadores de máquina agrícola, Iaras, 07/2012)

No que diz respeito aos assalariados rurais da citricultura que moram em acampamentos de famílias sem terra na região, predomina em seu discurso a aprovação das ocupações do MST no pomar da Cutrale. Trata-se de trabalhadores que realizaram em geral um mesmo percurso: nasceram e cresceram no campo (seja no interior de uma fazenda, seja em sua posse ou propriedade familiar), migraram para a cidade ainda jovens e desejam hoje retornar à terra. Dentre as determinações para este movimento pendular, destaca-se em primeiro lugar o contexto brasileiro de altas taxas de desemprego e de exploração da força de trabalho. Na medida em que estes trabalhadores não encontram ocupação nas cidades ou se vêem repetidamente submetidos a atividades extenuantes com baixa remuneração e precária cobertura de direitos sociais e trabalhistas, eles optam por lutar por um pedaço de terra onde possam morar e de onde possam tirar (parte do) sustento. Em segundo lugar, fortalece este desejo a deterioração do ambiente urbano, especialmente nas periferias das grandes metrópoles. Na medida em que estes trabalhadores enfrentam um crescente custo de vida (especialmente de moradia) e um contexto de extrema violência na cidade, eles são atraídos pelo padrão de sociabilidade e solidariedade que se estabelece

nos acampamentos de famílias sem terra. As seguintes duas citações de acampados assalariados rurais da citricultura assim ilustram estas determinações:

> "Eu já fui fazer entrevista em firma aí, cê chega numa fila de cem pessoa, o cara pede o que procê? Chega uma psicóloga e pergunta '*Quantos anos cê tem?'*. Se você tiver mais que quarenta ano, cê já não serve pra emprego. Se você não tiver segundo grau completo, cê não serve pra emprego. Se você não tiver vários cursos, cê não serve pra emprego. Se você não tiver quatro, cinco ano de referência na carteira, cê não serve também. Por isso que eu falo, tudo é ilusão. Antigamente eu pensava que eu podia pegar um emprego bom, mas não consegue. Foi onde eu achei que eu tenho que ser meu próprio patrão. Como é que eu vou ser meu próprio patrão? Dependendo de onde eu nasci, a minha origem. É terra. [...] Negócio de laranja eu nunca tinha trabalhado, foi primeira vez nessa safra. Como a gente tá acampado aqui, não tem uma renda, não tem nada, então eu fui lá pra trabalhar... Eu tô fazendo um negócio meio contrário, porque desde quando eu entrei no movimento, minha vontade era vim num dia e no outro já pegar meu lote e tá produzindo dentro. Só que não é assim, a coisa é meio complicada e parece que cada dia que passa não tá muito fácil da gente chegar, né? Mas a gente vai com fé e esperança... O que eu não acho legal é cê tá sonhando com um objetivo e tá fazendo um negócio contra a sua natureza. Qual é a minha vontade? Se eu to dentro do meu lote, o que eu ia fazer? Eu ia aplicar dentro dele, plantar uma verdura, plantar mandioca. Aqui mesmo, aqui eu já tenho mais de mil pé de mandioca. O sonho da gente é tá evoluindo dentro disso. Eu criar um porco, uma galinha, fazer um movimento dentro do sítio, dentro do lote" (Colhedor e acampado, Iaras, 07/2012)

> "Eu morava em Presidente Epitácio, eu sou do Pontal, eu mexia com obra, trabalhava de pedreiro, carpinteiro, trabalhei muito tempo nas firma, na Camargo [Correa] eu trabalhei um bom tempo. Eu nasci em sítio, em Santa Cruz do Cabral, lá no pontal. Era terra arrendada, lá tinha muito fazendeiro, meu avô arrendava três alqueire e tocava a rocinha dele. Eu fui pra cidade quando eu tinha treze anos pra estudar, não estudei muita coisa, terceiro primário. Hoje eu to com catorze anos no movimento sem terra, na luta pela reforma agrária, que o meu sonho é ter um pedaço de terra. Eu gosto de ter minha vida sossegado, eu gosto de plantar, eu gosto de colher, eu gosto de ter as coisas pra dar pro pessoal, meus irmão leva coisa daqui de caixa. Eu lembro dos meus avô, quero deixar pros meus netinhos alguma coisa também... Dá bom exemplo pros filhos, cê não é um cara de cidade, não tá fazendo nada de errado. Hoje em dia a cidade tá gerando muita droga, até em esquina de escola. Cidade é muita coisa na cabeça, muita correria, muita poluição, hoje em dia não tem como ficar em cidade. [...] Eu vou falar uma coisa pra você, a Cutrale aqui na região de Iaras, o trabalhador pra ela é um cativo. Ela não quer saber, mesmo se você tiver doente, cê tem que colher laranja. Eles não dava cesta básica, foi só depois que a turma invadiu lá, foram batendo, foram achando muita coisa errada, aí gerou esse negócio de ter a cesta básica, nunca tinha isso daí. Quando

> o sem terra invadiu lá, aí a situação dos colhedor de laranja deu uma melhorada. A força dos colhedor de laranja aqui é os sem terra. Porque trabalha muito sem terra lá. Nisso eles aproveita, eles cativa os sem terra. A coisa é feia lá dentro, eu quero é trabalhar no meu lote, não quero mexer mais com isso não" (Colhedor e acampado, Iaras, 07/2012)

Como já aponta a última citação, a demanda por acesso à terra e por melhores condições de trabalho e salário não são necessariamente excludentes. No discurso destes acampados e assentados misturam-se, por um lado, a crítica à lentidão na arrecadação de terras públicas e às deficiências do crédito e da assistência técnica para a reforma agrária e, por outro, a crítica à baixa remuneração e à precariedade das condições de trabalho nos pomares das agroindústrias. A articulação destas distintas demandas em um único projeto político e sindical é um desafio que ainda encontra inúmeros obstáculos. Primeiramente, segundo o discurso de acampados e assentados, a estrutura sindical tradicional na região de que viemos tratando segue em sua maior parte completamente alheia ao cotidiano e ao local de trabalho dos assalariados rurais da citricultura. São especialmente comuns as críticas à acessória jurídica dos sindicatos da região[94] e à proibição do seu acesso ao interior das fazendas das agroindústrias[95]. Além disso, multiplicam-se aqui as segmentações simbólicas entre estes trabalhadores: às clivagens já descritas mais acima entre os assalariados rurais neste setor acresce-se nesta região a divisão entre aqueles com algum vínculo com o MST e aqueles que moram nas cidades. A seguinte citação de um acampado colhedor da Cutrale descreve com precisão como estas divisões impactam na

[94] "*Eu tive duas falta, só que no holerite constava catorze falta. Aí eu fui lá no advogado do sindicato, mas ele falou que cobrava trinta por cento. Aí eu falei pra ele: '*Mas você olha aí que eu pago tanto de sindicato, se a gente paga o sindicato é pra correr atrás disso daí pra gente*'. Aí ele falou que tinha que falar primeiro com o Donizete, que era o encarregado lá da C... Quando nós trabalhava lá dentro o pessoal já falava que o sindicato é comprado pela C... A hora que eu cheguei lá que eu vi que é mesmo. O advogado falou que quarta feira ligava pra gente. Eu saí de lá e falei pro meu colega: '*Vamo caçar um particular pra ver o que que vai falar*'. Porque é dezesseis família... dezesseis família jogando doze dia um pelo outro é muita coisa, né?*" (Colhedor e acampado, Iaras, 07/2012).

[95] "*Na nossa região aqui a gente precisava mais de uma fiscalização muito séria do sindicato. O sindicato aqui da região, ele não vê o nosso trabalho, ele vê o lado do rico, do pobre não. Quando chega o sindicato na empresa, lá em cima ele fica [na portaria]. Lá onde tá os funcionário eles não desce. Eu acho que todo o pobre e todo trabalhador tem o seu direito, não tem? O sindicato de Agudos e Lençóis Paulista, quando chega lá eles barram, eles não deixa entrevistar o funcionário. Isso que nós precisava*" (Tratorista e assentado, Iaras, 07/2012).

criação de ações unificadas e de laços de solidariedade entre os trabalhadores em momentos de conflito nos pomares das agroindústrias:

> *"O que você acha que o trabalhador que é da cidade pensa do movimento dos sem terra?*
>
> Os trabalhador da cidade, eles não concorda com muita coisa com o pessoal dos sem terra, eles não concorda com muita coisa que a gente faz. Quando teve mesmo a invasão da Cutrale, era uma discriminação: '*Esses sem terra é só vagabundo, quer tomar uma fazenda que não tem nada a ver*'. É que na cidade tem uma água quente, tem uma luz... No sem terra você vê a minha situação, tenho água encanada da caixa, eu tô pegando água da chuva... O pessoal da cidade eles não quer saber, se você faz uma greve na Cutrale, muitos não apóia. O pessoal lá sempre faz uma grevinha por causa de preço de laranja, o pessoal da cidade não concorda com o pessoal do movimento, olha meio feio, não gosta muito não. Mas a gente pára e outro ônibus vai trabalhar? Não existe isso. Eles fica meio carudo... Mas não é todos também, tem uns que apóia, tem uns que já conversa, sempre tem um que tem que falar. [...] Essas greve são assim... vamos supor que eles põem a gente num talhão que não chegou a madurar todo o pomar. Eles quer pagar uma mixaria, você vê que você vai se matar e o máximo que você vai tirar vai ser vinte conto. Sendo que numa laranja mais ou menos, você tira quarenta, cinqüenta conto. Eles te joga num pomar fraco, que que a gente vai fazer? O ônibus pára no carreador, aí um sai, vai no outro ônibus e fala: '*Eles quer pagar essa mixaria aí pra nós, não vai dar. Cês tão vendo que não tem laranja nos pé, não tem como a gente ganhar um dia aqui, vamo fazer uma greve, vamo parar uma hora, vamo ficar na beira do carreador pra ver se vem alguma ordem de lá pra aumentar o valor da caixa*'. Aí chega o fiscal, a gente conversa, ele anda com rádio, liga lá pro escritório. Lá em cima eles quer saber o número do pomar, eles perguntam pro fiscal como tá o pomar. Tem fiscal que cê sabe, né? Pra não ser mandado embora até joga com a firma, tá nem aí com o trabalhador. Sendo que tem fiscal que é aqui dos sem terra, entrou lá, tem um estudinho a mais... Os turmeiro é a mesma coisa. Tem turmeiro que é assentado do movimento, mas eles também não acha essas greve muito bom não, porque eles ganha uma porcentagem em cima da caixa, eles ganha em cima da gente um pouco... No final eles pega e entra num acordo, talvez aumenta cinco, dez centavos a caixa e a turma vai trabalhar" (Colhedor e acampado, Iaras, 07/2012)

Existem experiências germinais promovidas pelo MST para superar estas clivagens e aproximar politicamente famílias sem-terra e demais assalariados rurais dos complexos agroindustriais[96]. Dentre as experiências mais recentes no estado de São Paulo, destaca-se a ocupação da usina pertencente ao grupo Cosan no município de Barra Bonita no dia 09/03/2009, em que se denunciou de forma conjunta a concentração de terras e as condições precárias de trabalho rural na usina[97] (www.mst.org.br, *Trabalhadoras ocupam área do grupo Cosan em SP,* 09/03/2009). Destaca-se também a experiência de ocupação da usina Guaricanga no município de Presidente Alves no dia 16/04/2011, em que cerca de 250 famílias sem terra mobilizaram-se em solidariedade a 800 assalariados rurais demitidos sem receber seus direitos após a falência e fechamento da usina (www.mst.org.br, *Jornada do MST ocupa seis latifúndios em São Paulo,* 21/04/2011).

Estas experiências ainda seguem, contudo, pouquíssimo desenvolvidas no interior do MST. Desde um ponto de vista organizativo, isto tem relação com o refluxo ao longo da década de 2000 da força política do movimento e, conseqüentemente, de sua capacidade de penetrar por meio do trabalho de base em cidades pequenas e médias do interior, onde existe grande quantidade de cortadores de cana, colhedores de laranja, etc. A seguinte

[96] No início da década de 1990 esta articulação ainda era parte essencial do horizonte estratégico da reforma agrária proposta pelo MST. João Pedro Stédile assim o colocou em uma palestra no Seminário sobre o Socialismo, promovido pelo CEPIS do Instituto Sedes Sapientiae em São Paulo em junho de 1991: "***Uma reforma agrária hoje necessariamente teria que atingir em primeiro lugar a descentralização da propriedade****. É um absurdo que 46 grupos econômicos detenham sozinhos mais de 20 milhões de hectares. Só desapropriando essas 46 empresas, já daria para assentar em torno de 1,5 milhão de famílias sem terra e beneficiar em torno de 6 milhões de pessoas.* ***A segunda característica da reforma agrária hoje é que necessariamente ela vai ter que organizar a propriedade coletiva dos meios de produção, porque a agricultura já está organizada de uma maneira capitalista****. Hoje não adianta mais ter só terra. É preciso ter a propriedade dos tratores, dos armazéns, dos trens que conduzem a produção. Não adianta mais o cara pegar um pedacinho de terra e dizer: 'tá feita a reforma agrária'. Necessariamente com esse desenvolvimento que o capitalismo teve no campo, uma reforma agrária tem que abranger a propriedade coletiva de todos os meios de produção que afetem a agricultura.* ***A terceira característica da reforma agrária é que necessariamente ela precisa devolver a cidadania aos trabalhadores, os direitos mínimos que qualquer cidadão deveria ter****, e isso nós não vamos conseguir no capitalismo. Direito à educação, à saúde, a votar sem cabresto do patrão. Oitenta por cento dos assalariados rurais do campo não têm carteira assinada. No campo ainda não chegou a Carteira Profissional. Não chegou a aposentadoria, que é de apenas meio salário mínimo*" (Stédile, 2004, grifos nossos)

[97] À época o grupo Cosan não apenas explorava sozinho 605 mil hectares, mais que o dobro dos 300 mil hectares até então destinados para assentamentos de Reforma Agrária do estado de São Paulo, como também tinha contra si 103 denúncias trabalhistas no Ministério Público de São Paulo, envolvendo problemas relativos a terceirização fraudulenta, assédio moral e desvio de FGTS.

citação de uma dirigente estadual do MST-SP, moradora de um assentamento na região de Iaras, assim aponta esta relação:

> "A gente ainda não chegou num debate de falar da unidade de classe, a gente individualiza: o camponês ali, o cortador de cana, o motoqueiro que trabalha com a moto-serra... Vamos ser bem sincera, o cara que tá lá cortando cana, que tem o salário mensal, ele se sente uma categoria de assalariado... Aí já gera uma divisão, porque o sem terra não tem de onde tirar, né? É uma cesta básica da Conab, uma bolsa do governo... Por si só eles se separam. Essa fragilidade é que dificulta que a gente consiga se somar, fazer a unidade, fazer de fato um enfrentamento. As próprias empresas em que eles trabalham usam isso. Por exemplo, um cortador de cana que tá lá na usina vai ver um sem terra como? Se até a informação que ele tem ou é pela Rede Globo ou é pelo dono da usina ou pelos funcionários da usina? Aí já gera um distanciamento... O sem terra por si só tenta... Antigamente quando a gente fazia trabalho de base, na época que a gente saía pra toda cidade, a gente tinha mais facilidade. Não era esse distanciamento total. Hoje não, é uma dispersão de fato, também um pouco por que nós não provocamos nesse último período esse debate, né? Nós não fomos pros grandes centros, nós não fomos pras cidades onde a gente sabe que a população toda é cortador de cana pra dialogar. Eu acho que nós também paramos um pouco, né? Não entendendo que a responsabilidade seja só do movimento social, do MST. Tem essa conjuntura, essa falta de estrutura... Mas antes a gente ia sim pras cidades, a gente dialogava mais. Uns sete, oito anos atrás a gente tinha militantes em várias cidades fazendo trabalho de base. Hoje a gente tem uma dificuldade. Mas eu acho que na medida da crise ou da necessidade, a gente vai ter de fato que olhar pra essa situação de distanciamento e tentar se somar ao assalariado rural. Mas como organizar esse trabalhador lá na cidade? Isso é um desafio pra nós. Pra esquerda, não só pro MST" (dirigente estadual do MST, Iaras, 04/2012)

Desde um ponto de vista programático, o MST também enfrenta empecilhos que diminuem seu potencial de organização e encaminhamento das demandas de assalariados rurais em geral e de acampados e assentados impelidos ao assalariamento em particular. Segundo o discurso ainda hegemônico no movimento, a contradição fundamental no campo brasileiro hoje se dá entre o assim chamado "agronegócio" (marcado pela concentração de terras nas mãos de poucas empresas e pela degradação ambiental decorrente da monocultura e da utilização de agrotóxicos) e a agricultura familiar camponesa (detentora de pequena parcela do território nacional, mas responsável pela maior parte da geração de empregos e da produção de alimentos no campo brasileiro). Como vimos nos capítulos anteriores, esta contradição de fato está presente no campo

brasileiro e no complexo agroindustrial citrícola paulista. Contudo, o discurso ainda hegemônico no interior do MST atribui-lhe absoluta centralidade estratégica na concepção de reforma agrária, unilateralizando esta contradição em detrimento de todas as demais (Bernardo, 2012 a, b, c).

Por tudo que mostramos até aqui, a luta pela terra e a constituição de assentamentos de pequenos produtores familiares são horizontes insuficientes para a unificação dos interesses econômicos e aspirações sociais das múltiplas frações da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial. Unicamente com esta perspectiva, minimiza-se a possibilidade de articulação política de famílias sem terra, assalariados rurais manuais, operadores de máquinas agrícolas, transportadores de matéria prima às agroindústrias, assalariados de chão de fábrica das usinas de álcool e açúcar, das indústrias de processamento de suco de laranja e de produção de papel e celulose, etc. Todos estes sujeitos estão imersos em contradições que atualmente não são politicamente acionadas pelo discurso do MST, o que implica em uma significativa perda de sua capacidade de mobilização e organização. A seguinte citação de um dirigente nacional do movimento nos mostra como este debate tem sido realizado no MST:

> "O Brasil foi historicamente uma sociedade agrícola, baseada nas grandes propriedades, nos latifúndios, com uma grande população rural. Essa população foi se transferindo para as cidades nos últimos cinqüenta anos. E hoje a grande verdade é que o público da reforma agrária, principalmente no estado de São Paulo, não é mais o camponês. São esses trabalhadores que foram pra cidade, mas que não se tornaram trabalhadores urbanos, que ainda vivem do trabalho no campo, cortando cana, apanhando laranja, trabalhando de vaqueiro, de tratorista... A reforma agrária depende dos assalariados hoje. Esse é o grande desafio do movimento! A reforma agrária vai ser feita com os trabalhadores que estão trabalhando na cadeia produtiva do agronegócio e estão morando basicamente nas pequenas cidades do interior. O nosso grande desafio é organizar esses trabalhadores. Principalmente no estado de São Paulo, onde noventa por cento dos acampados do MST são assalariados. [...] Aí tem um outro debate que é mais complexo ainda... Ao fazer a reforma agrária você tá tornando esses trabalhadores camponeses ou não? É um debate. Dá pra transformar assalariados rurais que tão morando na cidade em camponeses novamente? É uma questão a ser discutida. Eu acho que não dá. Na verdade o processo de organização é outro, a própria experiência dos assentamentos hoje aponta pra isso. Hoje a realidade aponta mais pra uma semi-proletarização dos assentados, do que para uma campesinificação dos assalariados. Esse é um debate de concepção

de reforma agrária, isso tá em debate no movimento. Dentro do movimento você pode ter opiniões diferentes, mas essa é uma discussão que o MST tá fazendo hoje. Você pode pegar documentos do movimento que você vai ler: '*precisamos organizar os assalariados*'. Mas isso não explica... organizar pra quê? Tá genérico ainda o debate. A grande verdade é essa: organizar pra quê? '*Pra fazer a luta pela reforma agrária*'. Mas a luta pela reforma agrária hoje é muito mais que fazer a luta pela terra. A reforma agrária hoje significa organizar os trabalhadores pra enfrentar esse sistema de produção baseado nessa cadeia de proprietário da terra e proprietário da indústria, proprietários dos meios de produção. Reforma agrária significa dominar a cadeia agroindustrial. Se a gente dominar só a produção na terra e o resto a agroindústria capitalista tomar conta, nós não teremos reforma agrária. Nós vamos ter que tomar as terras e derrotar a agroindústria pra fazer a reforma agrária. Não tem mais possibilidade, principalmente aqui na região sul e sudeste, de fazer a reforma agrária com camponês. O público da reforma agrária hoje, o público que o MST tem que organizar hoje é outro... E isso pode ser tanto pra ocupar a terra, como pra ocupar fábrica" (dirigente nacional do MST, São Paulo, 08/2012)

Ao longo de todo este capítulo nós buscamos apresentar o nuances da consciência dos assalariados rurais a respeito de duas das principais lutas sindicais e políticas que marcam o complexo agroindustrial citrícola paulista hoje: a *luta pela universalização de direitos sociais e trabalhistas* especialmente para a massa de colhedores de laranjas e a *luta pelo acesso à terra*. Por um lado, mostramos a fragmentação e as múltiplas leituras dos assalariados rurais a respeito de ambas as questões. Por outro, mostramos as perspectivas e os obstáculos da síntese destes múltiplos posicionamentos em projetos minimamente unívocos e coerentes no interior das organizações políticas e sindicais dos trabalhadores rurais. Alcançamos com isso um rico complexo de continuidades e descontinuidades que marca esta fração da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial.

Devemos ainda, contudo, para completar nossa pesquisa acerca do mundo do trabalho no complexo agroindustrial citrícola, investigar da mesma forma que fizemos neste capítulo as tendências e contra-tendências que marcam a consciência de assalariados do chão da fábrica das indústrias processadoras de suco de laranja.

Capítulo 5: Vozes do trabalho – Assalariados industriais, reestruturação produtiva e fechamentos de fábricas no complexo citrícola paulista

Neste capítulo apresentaremos o modo como a contradição entre o capital agroindustrial citrícola e os assalariados industriais aparece à consciência destes. Através da seleção e análise de trechos de entrevistas com membros desta fração da classe trabalhadora, analisaremos a multiplicidade de contextos em que se inserem transportadores de laranjas da lavoura à indústria; trabalhadores terceirizados no chão da fábrica; ajudantes de serviços gerais e operadores de máquinas contratados por tempo determinado ou indeterminado, etc. Investigaremos em especial sua leitura a respeito da *reestruturação produtiva* e dos *fechamentos de fábricas* que vêm marcando o complexo agroindustrial citrícola paulista.

- *Introdução*

De início, devemos oferecer apontamentos quantitativos mínimos a respeito dos trabalhadores assalariados no interior das indústrias de suco de laranja, bem como apresentar uma descrição geral acerca de seu trabalho na linha de processamento. No que diz respeito aos dados quantitativos, podemos nos basear nos dados elaborados pela intelectualidade mais próxima ao capital agroindustrial em torno do Markestrat (Centro de Pesquisa de Marketing e Estratégia) a partir do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). A tabela abaixo refere-se à flutuação da mão de obra na agroindústria citrícola, destacando o saldo de trabalhadores e o fluxo de admissões e demissões entre julho de 2009 e junho de 2010. De acordo com os dados, entre dez e onze mil pessoas trabalharam na indústria de suco concentrado de laranja ao longo deste ano agrícola, das quais cerca de seis mil eram trabalhadores permanentes e cerca de quatro mil eram trabalhadores temporários, contratados por tempo determinado.

Tabela 8: Número de trabalhadores na indústria de suco de laranja ao longo o ano agrícola 2009/2010

Saldo de trabalhadores em 01/07/2009	6.162
Admitidos de 07/2009 a 06/2010	4.258
Total (permanentes + temporários)	**10.420**
Demitidos de 07/2009 a 06/2010	3.671
Saldo de trabalhadores em 30/06/2010	**6.749**

Fonte: Neves, 2010, p. 66

O esquema abaixo oferece uma descrição geral das etapas do processamento industrial da laranja em que se distribuem estes trabalhadores. Inicialmente as laranjas são transportadas até a fábrica por meio de caminhões e, após pesagem, identificação de procedência e análise preliminar de características físico-químicas das frutas, elas são levadas por meio de correias e elevadores até silos de armazenagem. As laranjas são posteriormente encaminhadas à lavagem com água e solução sanilizante, à seleção manual para a retirada de frutas deterioradas e verdes e à classificação conforme seu tamanho. Em seguida, são conduzidas às máquinas extratoras que esmagam as frutas, separando três produtos diferentes: suco com polpa, bagaço da laranja e emulsão de água com óleo e fragmentos de casca.

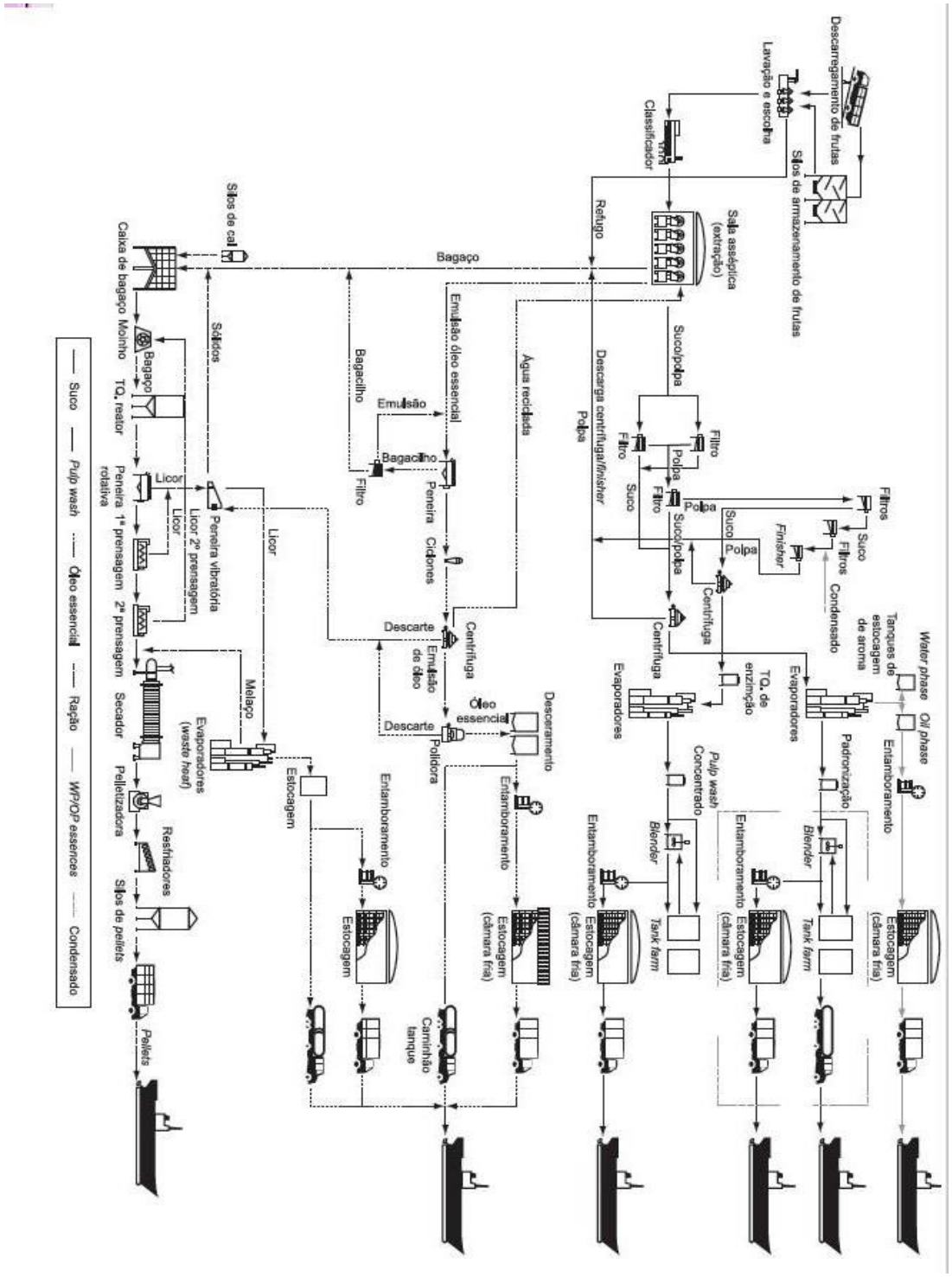
O bagaço da laranja é conduzido ao setor de ração, onde é armazenado em silos e processado. Após a adição de cal, ele é triturado em moinhos e enviado para tanques, para que a cal tenha tempo de reagir com o bagaço. Em seguida, ele é peneirado e prensado para retirar o licor, do qual se extrai em evaporadores o óleo d'limonene, armazenado em tambores para ser comercializado e utilizado principalmente como solvente industrial. O restante do bagaço passa por secadores e é convertido em *pellets* de polpa cítrica, componentes de ração animal.

A emulsão de água com óleo e fragmentos de casca de laranja passa inicialmente por um sistema de peneiramento e filtragem. Os fragmentos de casca são transportados com o bagaço de laranja para o setor de ração. A solução de água e óleo é separada por centrifugação, após a qual a água é reutilizada no setor de extração e o óleo essencial é

encaminhado para tanques de desceramento e, enfim, para tambores para ser comercializado e utilizado em diferentes segmentos da indústria química (perfumaria, cosméticos, etc.).

O suco com polpa é transportado ao setor de filtragem e centrifugação, onde se efetua o ajuste do teor de polpa do produto. O suco filtrado é concentrado em evaporadores, as bases de sucos de diferentes frutas são misturadas e homogeneizadas em *blenders* de acordo com as especificações demandadas pelo comprador e o suco é enfim congelado a temperaturas ao redor de - 5 graus Celsius. Alcança-se assim o produto principal de toda a cadeia produtiva (em uma proporção de uma tonelada de suco concentrado congelado para aproximadamente 10-12 toneladas de laranjas processadas), armazenado em tambores metálicos de 200L ou enviado a tank farms, de onde será carregado em caminhões especiais e transportado para os terminais portuários das agroindústrias citrícolas (Munhoz e Morabito, 2010; Darros-Barbosa, 2006).

Figura 3: Etapas do processamento industrial de laranjas



Fonte: Munhoz e Morabito, 2010

Todo este processo refere-se às atividades da agroindústria citrícola durante os seis a oito meses de safra, para cujas atividades suplementares são contratados trabalhadores temporários, via de regra como ajudantes de serviços gerais. Assim como os volantes na lavoura, os trabalhadores safristas no chão da fábrica também têm seu modo de vida profundamente influenciado pela sazonalidade do emprego. De acordo com a tabela acima, dentre os 4.258 trabalhadores admitidos durante o ano-agrícola 2009/2010, 3.671 não foram efetivados por tempo indeterminado e perderam seu emprego ao final da safra. Tal intermitência no vínculo empregatício obriga os safristas à sobrevivência através de "bicos" durante os quatro a seis meses da entressafra em que a indústria não recebe frutas e realiza a manutenção de seu maquinário. São extremamente comuns os relatos de safristas que oscilam entre o trabalho na indústria e ocupações formais ou informais, especialmente como mototaxistas e serventes de pedreiros no que diz respeito aos homens e em atividades de faxina e manutenção do lar no que diz respeito às mulheres. Assim o ilustram os dois trechos de entrevistas abaixo, com um homem e uma mulher contratados por tempo determinado pelas agroindústrias citrícolas:

> "A primeira empresa de suco que eu trabalhei foi na C... Trabalhei lá cinco safra, eu era ajudante geral. No começo eu ficava na escolha de fruta, separando fruta ruim e fruta boa. Tinha uma esteira, a gente ficava em doze pessoas tirando os refugo e jogando de lado. Depois eu trabalhei varrendo os caminhão. O caminhão chegava, descarregava as laranja, ficava terra, bagaço... No começo a laranja vinha bonitinha, tipo agosto, setembro. Mas depois a laranja já vem meio podre, meio judiada, aí cê tem que ficar catando bagaço, né? Depois eu trabalhei na C..., também de ajudante. Lá eu trabalhava na portaria. Ganhava R$720,00 por mês registrado na carteira, mas tirando os descontos, em agosto eu cheguei a pegar R$560,00... Graças a Deus eu não pago aluguel, minha mulher trabalha também, porque quinhentos contos pra sustentar a família, não dá não... [...] A gente é contratado direto da empresa, mas ali é temporário, só seis mês, depois eles não segura quase ninguém. Você entra começo de junho, parece que vai até fevereiro esse ano. Primeiro de fevereiro acerta com você e acabou. Se você foi bem nesse ano, você vai voltar, senão já nem volta. Aí muitos fica parado, outros vai trabalhar de mototáxi, pega o que aparece. As mulher, de cada cem, oitenta trabalha só na safra, as outras vinte faz limpeza, faxina... Eu acho que isso é pouco caso com o funcionário. Lá tem pai de família, tem solteiro também que quer comprar seu carro, sua moto. Agora trabalhando de seis mês vai comprar a moto de que jeito? Se você for comprar uma moto de R$10.000,00, em seis mês cê vai pagar ela de que jeito? Depois cê vai rodar no mototáxi pra tentar pagar ela" (Safrista, Bebedouro, 07/2011)

> "Essa é a minha segunda safra, o trabalho lá é assim: fica duas meninas em cada máquina escolhendo as frutas. É uma esteira que desce um monte de laranja e você fica do lado, tirando as frutas verdes e os bagaços, fruta cortada, deteriorada. Quando não tem a escolha a gente fica nas linhas ajudando as frutas a descer, porque enrosca. Além dessa parte, todo domingo tem o dia de lavação, então todo o domingo a gente tem que ajudar a limpar a fábrica. Em tudo isso sempre tem uma pessoa a mais que já sabe fazer o serviço. Você nunca pode ir sozinho, sem saber fazer. Esse ano, por exemplo, são catorze novatas, então toda vez eles chamam eu e uma menina mais velha pra gente tá passando, tá orientando pra tomar cuidado, pra não sofrer acidente. Esse ano foi o que entrou mais novata numa área só. Teve meninas que mudaram de cidade, teve meninas que não voltaram a trabalhar, o marido não deixou. Então foi entrando gente nova. [...] O trabalho dura seis, sete, no máximo oito meses. Na safra passada teve gente que ficou seis meses porque não quis renovar o contrato. Teve gente que renovou, no meu caso eu renovei, fiquei mais um mês. Algumas escolhidas renovaram ainda um mês a mais e ficaram oito meses. Como são mulheres novas e a maioria é casada ou ainda mora com os pais, normalmente a mulher não tá lá porque precisa. A mulher tá lá porque ela quer, porque ela quer ser independente. No meu caso, ontem mesmo a gente tava conversando, ele [marido] falou '*eu nunca te obriguei a trabalhar*'. Eu não trabalho porque eu preciso, se eu não trabalhar eu não vou passar fome, eu trabalho porque eu quero, pra eu ter o meu dinheiro, comprar as minhas coisas. Claro que nesse período que fica parado a maioria fica sempre tentando procurar serviço, fica sempre entregando currículo pra ver se arruma algo fixo, tem umas que consegue, mas tem outras que não consegue. Aí fica esperando pra ver se chama de novo. Mas é melhor um serviço fixo do que safra, né? Eu brinco que não posso nem comprar uma moto pra mim, porque depois eu vou pagar como nos quatro meses que eu tiver parada? Serviço fixo você sabe que você pode fazer alguma conta, porque você sabe que você vai ter o dinheiro todos os meses pra pagar. Tem meu marido, mas ele também tem as contas dele, tem as contas de casa. Por isso a maioria fala: '*Eu mandei currículo não sei pra quanto lugar, to esperando*'. Fica na expectativa. Quem não consegue volta lá" (Safrista, Matão, 07/2012)

No que diz respeito aos trabalhadores permanentes, as indústrias citrícolas têm cada vez mais exigido deles um perfil generalista e polivalente, demandando não apenas seu envolvimento com as atividades específicas de seu posto, mas também com o diagnóstico de problemas e com a construção de soluções com áreas conexas. No cotidiano do chão da fábrica, como veremos, isso significa o enxugamento de postos mediante a multiplicação de atividades ao encargo de cada trabalhador individual e a otimização dos processos mediante o aumento da exploração da componente intelectual da força de trabalho. São extremamente comuns os relatos de operadores a respeito da crescente "pressão

psicológica" cotidiana, seja no contato direto com as máquinas, seja no controle do processo através dos painéis e computadores. A descrição abaixo de um operador de extratoras a respeito de suas múltiplas atribuições no dia-a-dia de trabalho nos oferece uma boa ilustração introdutória deste quadro:

> *"Você pode descrever como é seu dia de trabalho?*
>
> Meio dia eu chego lá, pico o cartão e vou pra área. Onde eu trabalho são 180 máquinas [extratoras] pra mim olhar. Meu trabalho é o seguinte: as máquinas são uns copos programados pra moer fruta pequena, média e grande, então eu tenho que ficar olhando as máquinas que classificam e separam as frutas. Tem que ficar controlando pra chegar a fruta certa na máquina certa, porque se na máquina pequena chega uma fruta média, não vai moer, ela vai estourar. Além disso tem que olhar as máquina que tão alimentando laranja, tem que ver se tá faltando fruta, se tá caindo bagaço, tem que ficar de olho. Pra isso tem também os ajudantes, né? Tem uns três ajudantes por turno, que ficam lá no meio das máquinas, não deixando a máquina entupir, se tiver algum vazamento eles avisam pra gente [operadores]. Além disso eu também tenho que orientar 16 mulheres que ficam na escolha da fruta, explicar pra elas que frutas que tem que tirar e, quando não tá escolhendo, instruir elas pra limpeza, pra lavar chão, equipamento. [...] Na extração a gente não mexe com a máquina, ela funciona automaticamente. Se eu quiser parar ela, eu paro. Vamo supor, tem máquina que entope com bagaço. Aí a gente vai lá e desliga a máquina manualmente ou pelo painel, eu falo lá do campo via rádio pra quem tá no painel '*desliga a máquina tal*'. Porque tem o operador que trabalha no campo e tem o operador que trabalha no painel. No painel ganha muito mais do que a gente ganha no campo. Se o operador do campo ganha R$7,20 [por hora] o do painel ganha R$7,80. No painel são seis computador na sua frente pra você olhar bomba, correia, válvulas, nível de tanque de suco, nível de tanque de água, lavação de módulo. Vamo supor que eu to no campo e têm três máquina que tá sem fruta, do campo eu chamo o meu parceiro no painel e falo '*aumenta três por cento da linha tal*'. Aí ele vai aumentar a rotação da correia lá atrás pra vir mais fruta. De vez em quando eu faço esse serviço de painel também. Quando o operador que fica lá não vai, vamo supor que hoje é folga dele, eu tenho que ir lá pro painel. No horário de janta e almoço também, eu tenho que soltar ele e eu fico no painel. Então quando eu não to no campo, eu to no painel. A gente trabalha com o corpo e com a mente. A gente fica doido... O encarregado ou o supervisor em cima olhando pra você. *'Por que parou equipamento? O que tá acontecendo?'*. Eles chega lá e fala '*Ó, o primeiro turno moeu 120 mil caixa, cês têm que moer 125, hein?*' Aí cê tem que tentar moer 125... Cê fica doido, velho, cê fica louco" (Operador, Matão, 07/2012)

A principal queixa de trabalhadores temporários e permanentes no chão de fábrica das agroindústrias citrícolas refere-se ao que consideram baixos salários. Apenas a título de

ilustração e sem qualquer pretensão de estabelecer com precisão a banda salarial no interior das diferentes empresas do setor, em nossas entrevistas entre os anos de 2011 e 2012 nas cidades de Bebedouro e Matão podemos afirmar que ajudantes de serviços gerais relataram receber entre R$3,00 e R$3,50 por hora; operadores recém contratados por tempo indeterminado relataram receber entre R$3,50 e R$ 4,00 por hora; operadores com até dez anos de empresa relataram receber até R$ 6,00 por hora e operadores com mais de dez anos de empresa relataram receber até R$8,00 por hora.

Insatisfeitos com este espectro salarial, muitos ajudantes e operadores acionam variadas estratégias individuais para complementar sua renda, dentre as quais duas se destacam. Em primeiro lugar, são comuns relatos de trabalhadores que também atuam como serventes de pedreiro, mototaxistas, pintores, comerciantes, etc., em complemento a suas jornadas no interior das indústrias de suco. Em segundo lugar, são comuns relatos de trabalhadores dispostos a estender suas jornadas diárias ou durante suas folgas em todas as circunstâncias requisitadas pelas agroindústrias citrícolas. Os quatro trechos de entrevistas abaixo com operadores assim ilustram ambas as estratégias:

> "Hoje o mais velho lá tira por hora R$7,20. Dá R$1.500,00 ou R$1.600,00 por mês. Eu to com R$5,25 [por hora], dá R$1.200,00 por mês mais ou menos. Eu tô triste, eu tô cansado dali. Se eu arrumar outra estrada, eu to vazando de lá, porque não dá. É uma firma boa de trabalhar ali. Só que o salário é muito baixo, cara. Tem ainda os desconto de sindicato, banco, fundo de garantia, alimentação, convênio... Por isso que eu trabalho em dois serviços, eu trabalho das sete até o meio dia de servente de pedreiro, meio dia eu venho embora, tomo banho, almoço e vou trabalhar na firma. Entro lá as duas e saio às dez e meia. Tem um monte de gente que faz isso, trabalha de pedreiro, servente, pintor, tem um colega que busca roupa lá em São Paulo e vende aqui..." (Operador, Matão, 07/2012)

> "[Interlocutor 1] A gente recebe R$7,07 por hora, dá R$1.552 por mês. Ajudante geral deve tá com uns R$780,00, o pessoal que tá chegando agora. Com esse salário você trabalha de dia pra comer a noite, se cê quer comprar um tênis, uma roupa, um sapato pra sua esposa, tem que dar os pulos fora. Eu mesmo trabalhava numa churrasqueira a noite. Eu deixei essa função porque eu consegui aposentar agora e eu não vou só trabalhar, né? Mas eu fazia duas função, era churrasqueiro durante a noite e durante o dia na empresa. Eu fazia as oito hora na empresa e mais sete fora.

> [Interlocutor 2] Isso é comum, eu também trabalhava durante o dia de mototáxi e trabalhava a noite na empresa. Ou seja, eu saía da empresa ás seis da manhã já começava a correr no mototáxi pra ter

alguma coisa a mais. Aí eu trabalhava mais ou menos até meio dia, a hora que ficava fraco, aí eu ia pra minha casa, dormia até as três, voltava pra correr até as sete hora, dormia até as nove e meia e ia trabalhar na firma de novo" (Operadores, Matão, 07/2012)

"Na empresa nossa é 5x1, a cada cinco dias [de trabalho] tem direito a uma folga. Mas todo ano entra o pessoal que faz a safra. Esse pessoal você tem que treinar pra, quando você folgar, ele ficar no seu lugar. E nesse período de treinamento a gente trabalha direto. Agora mesmo nós tamo trabalhando já faz um mês e pouquinho sem folga, sete dias por semana. Só na semana que vem a gente vai começar a folgar. Hoje mesmo eu tava conversando com o cara que trabalha no blender e ele disse que não sabe quando vai folgar, porque o cara que tá lá não conseguiu aprender ainda, entendeu? Todo começo de safra é dessa maneira. [...] Pra falar a verdade, por a gente ganhar pouco a gente ficou esse tempo todo sem folga por opção da gente mesmo, por que não foi tão necessário assim. Se quisesse folgar mais cedo até folgaria. O pessoal vai folgar na semana que vem porque já tá estressado, não tá agüentando, mas se quisesse esticar um pouco mais esticaria, pra ver se ajuda financeiramente no final do mês. Durante a safra nós também estica a jornada, o pessoal fica duas horas, duas horas e meia, três vezes por semana, às vezes a semana inteira. Porque eles pagam como hora extra, é 60% a mais na hora. Então tem muitas pessoas que esticam na hora pra contribuir um pouco. As pessoas que não faz bico, que não tem outro emprego, eles preferem esticar por isso" (Operador, Matão, 07/2012)

"Na C... [primeira indústria de suco em que trabalhou] cê podia fazer quantas horas [extras] cê quisesse. Ia pro banco de hora, mas ele enchia rápido. A partir do momento que encheu, já não podia mais ir pro banco, aí já pagava como hora extra. Chegava no final do mês vinha uma quantidade de hora boa pra você. Lá eu já cheguei a trabalhar quarenta dia corrido, doze hora por dia, sem folga sem nada. Tinha uma época de fruta orgânica, era três vez na safra, quando ela vinha pra moer não podia parar o processo de jeito nenhum. Até acabar a fruta cê não podia parar, chegava dia de folga cê não parava, então a gente ficava às vezes trinta e cinco dia, quarenta dia sem folga... Na C... [indústria de suco em que atualmente trabalha] já não tem isso, um pouquinho de hora que cê faz, eles já pede pra você ficar em casa pra poder abater aquelas hora. Vai duas, três hora pro banco e quando tá quase pra encher, eles começa a pedir pra você ficar em casa dois, três dia. Quando você vai pegar férias também, eles querem que você volte das férias devendo pro banco, eles já te dão três, quatro dias pra você ficar em casa, tudo isso pra não poder gerar hora pra eles. [...] Entre um e outro eu prefiro a C... [primeira indústria] justamente por causa do salário tá baixo. Se o salário fosse razoável, que você se contentava no final do mês, não precisava fazer todo esse monte de hora, trabalhando na folga, nada. Mas como é um salário muito baixo, é como se fosse preciso você fazer essas hora" (Operador, Matão, 07/12)

Para além destes traços introdutórios a respeito de trabalho, tempo e remuneração, o chão de fábrica nas agroindústrias citrícolas passou por importantes transformações ao longo das últimas décadas. A seguir, vamos apresentar as leituras de diferentes trabalhadores a respeito das flexibilizações empregatícias, da automação, das transformações na hierarquia do chão de fábrica e dos fechamentos de unidades de processamento que caracterizam o complexo entre as décadas de 1990 e 2000.

- *Flexibilizações empregatícias, automação e transformações na hierarquia do chão da fábrica no complexo citrícola paulista*

No que diz respeito às ***flexibilizações empregatícias***, podemos inicialmente destacar que o fim do contrato-padrão entre a indústria e seus fornecedores de laranjas em 1995 impactou não apenas os colhedores, como já destacado, mas também os transportadores das frutas da lavoura às unidades de processamento. Até a primeira metade da década de 1990 as agroindústrias citrícolas possuíam frotas próprias de caminhões e contratavam diretamente os motoristas que realizavam o transporte da matéria prima. Posteriormente este serviço foi terceirizado e hoje o transporte de laranjas dos pomares próprios das agroindústrias é em geral realizado por empresas transportadoras, enquanto o transporte de laranjas dos pomares de fornecedores é realizado por donos de caminhões que atuam como motoristas autônomos.

Neste contexto, o pátio das indústrias de suco tornou-se lócus de significativas tensões. Motoristas que conduzem as frutas dos pomares próprios das agroindústrias recebem uma remuneração relativamente menor, mas possuem preferência para descarregar nos silos onde as laranjas são armazenadas. Por outro lado, motoristas que conduzem as frutas dos fornecedores das agroindústrias recebem uma remuneração relativamente maior, mas chegam a esperar até 70 horas na fila ou no pátio para descarregar. Segundo o relato destes motoristas, as agroindústrias citrícolas não cumprem a lei de estadia, que determina que a partir da vigésima quinta hora de espera eles deveriam

receber R$1,00 por hora por tonelada. Ainda segundo relatos, motoristas que moram a grandes distâncias das fábricas e não conseguem caronas para voltar para suas casas durante o período de espera têm de conviver com uma estrutura precária nos pátios das empresas[98].

Ocorre, portanto, uma socialização dos custos de estocagem das indústrias de suco[99]. Na medida em que a capacidade de armazenagem nos silos é insuficiente para garantir o processamento contínuo das laranjas, as agroindústrias citrícolas apropriam-se gratuitamente da estrutura dos caminhões e do tempo de trabalho dos motoristas para ter "estocado" a sua disposição o volume adequado de frutas. Tal socialização de custos atinge também os citricultores na medida em que carregamentos de laranjas que se deterioram com a longa espera antes da entrada do caminhão no pátio são comumente recusados pela indústria e enviados de volta aos produtores, com prejuízos significativos especialmente para os pequenos produtores familiares de laranjas. Dessa forma, proprietários de caminhões motoristas autônomos e pequenos proprietários de terras vêem seu trabalho explorado e seu patrimônio dilapidado pelas agroindústrias citrícolas. O trecho de entrevista a seguir com um transportador de laranjas assim o descreve:

---

[98] Em julho de 2011, motoristas chamaram a imprensa para denunciar a longa espera para a descarga de laranjas na fábrica da Citrovita em Catanduva. Desde então, jornais do cinturão citrícola paulista realizaram reportagens acerca da situação: *"Ricardo Francisco Julio viajou 300 km e não tinha expectativa de quando ia conseguir entrar na fábrica para completar o ciclo de sua jornada. Seu caminhão estava na fila dos terceirizados, caminhoneiros que trabalham por conta própria fazendo o transporte para produtores. [...] A fila é organizada pelos próprios caminhoneiros, no pátio da empresa não existe senha ou qualquer tipo de controle para que a ordem de chegada seja obedecida. É preciso contar com a boa vontade de cada um. Edison Braz Cordisco veio de Cravinhos, chegou às 14h da quarta-feira e acreditava que só iria descarregar na sexta-feira. '*Esta safra está mais demorada, principalmente para os terceirizados'*, conta o caminhoneiro, que na semana passada ficou 70h na fila, chegou na segunda e foi embora na sexta-feira. Carlos de Paula possui dois caminhões e teve o mesmo problema que Edison, esperou por 72h com um dos veículos para completar o trabalho de entrega da laranja na indústria, com o outro foram 60h. Outros problemas são apontados pelos caminhoneiros. O pátio da empresa é muito mal iluminado, apenas um poste de energia elétrica. As condições de higiene são precárias, de acordo com eles os serviços do restaurante foram terceirizados pela indústria e não há fiscalização com relação à qualidade. O banheiro, além de sujo, fica ao lado da cozinha, obrigando-os a sentir o mau cheiro dos sanitários enquanto comem. A água também apresenta problemas. '*Se você tirar um copo de água vai ver a cor que apresenta, além do gosto estranho'*, conta Carlos*" (Jornal Impacto Bebedouro, "Motoristas chegam a ficar 72 horas para descarregar laranja na indústria e produtores têm mais prejuízo", 24/09/2011)

[99] Para uma análise da socialização dos custos de estocagem enquanto uma determinação da reestruturação produtiva e da circulação *just in time* de mercadorias e insumos, ver Ferrari, 2012.

> "A indústria tem os pomar dela próprio e a maioria colocou transportadora no meio pra carregar as laranja. Direto com as indústria eles já pagava pouco, agora cê imagina entrando a transportadora no meio, mais um pra ganhar... Nos pomar de terceiro os produtor paga um frete até um pouquinho maior pro motorista, porque a indústria dá preferência na laranja dela na descarga. Vamo supor, eu chego lá meio dia com fruta de um fornecedor, vai ter caminhão da indústria que vai chegar oito hora da noite que vai descarregar na minha frente. Por isso o produtor tem que pagar um pouco melhor o frete, uns trinta por cento a mais, porque se ele pagar pau a pau com a indústria não compensa a espera. [...] Na C... a capacidade do bin [silo] é de cento e cinqüenta caminhão de laranja. Mas nas vinte e quatro horas eles têm a meta de esmagar trezentos e cinqüenta caminhão. Então pra movimentar essa indústria as laranja que tão no bin não é suficiente. Por isso que precisa ter no pátio? O caminhão. Cê entendeu? Chega do meio da semana pra frente, a gente fica cinqüenta, sessenta hora de espera... [...] Eu chego, deixo meu caminhão lá, se eu sei que vai descarregar no outro dia, eu já pego uma carona e venho pra minha casa. No dia seguinte pego a informação por telefone, pego carona de novo e vou mais ou menos no horário que vai descarregar. Agora isso é pra quem mora até uns sessenta quilômetros. Pro resto do pessoal fica inviável ir pra casa e voltar, então fica lá no pátio da indústria. Tem banheiro, tem cantina, mas a indústria não dá nada. Um café, um lanche, qualquer tipo de refeição, é tudo por conta do caminhoneiro, mesmo depois que ultrapassa as hora normal da descarga. [...] No pátio é o seguinte: televisão, jogo, um baralho ou um bilhar lá e ficar dentro da cabine. Conversando um pouco e tal, mais nada. E esperar. Cê imagina a pessoa esperar quarenta horas. Porque ela não te na casa dela, ela ta trabalhando ali. Então a pessoa fica nervosa. Nervosa com a situação de ver que ninguém faz nada, a indústria faz o que quer, descarrega a hora que quer, cê não pode falar nada que você é cortado" (Motorista, Bebedouro, 01/2012)

Demais trabalhadores terceirizados no interior das agroindústrias citrícolas realizam diferentes atividades em diferentes empresas, com destaque atualmente para vigilância, limpeza e manutenção mecânica e elétrica. Possuem em geral perfis bastante heterogêneos, desde trabalhadores com mínimo ou nenhum nível de instrução em atividades de limpeza, até seguranças com segundo grau completo e cursos de especialização. Notadamente em atividades de manutenção mecânica e elétrica há uma grande variedade de níveis de conhecimento, desde trabalhadores com longa experiência em diferentes setores industriais e com mão de obra altamente especializada (a despeito do baixo grau de instrução formal) até jovens buscando iniciar uma trajetória na indústria a partir de empresas terceiras.

Independentemente de suas diferentes funções e diferentes perfis, apesar de todos estes trabalhadores realizarem suas atividades nas dependências das indústrias de suco e sob sua subordinação direta, não recebem quaisquer dos benefícios de empregados efetivos (Programa de Participação nos Resultados, assistência médica, tíquete alimentação, etc.), além de se verem obrigados a submeter-se a diversas burlas em seus direitos sociais e trabalhistas por parte de empresas terceiras. Experimentam, neste sentido, um descompasso entre o vínculo real de subordinação de seu trabalho (para com as agroindústrias citrícolas) e o vínculo formal de sua contratação (para com as empresas terceiras). O trecho de entrevista abaixo com um trabalhador terceirizado da manutenção ilustra claramente este quadro: por um lado, o trabalhador relata ter sido procurado e indicado por uma indústria citrícola a diferentes e sucessivas empresas terceiras, demonstrando que o vínculo para com estas era apenas formal; por outro lado, o trabalhador relata diferentes dificuldades no recebimento de seu salário e de seus direitos, demonstrando sofrer o impacto do repasse de obrigações sociais e trabalhistas das agroindústrias citrícolas para empresas terceiras pouco estruturadas:

> "Eu sou aposentado, eu trabalhei sempre na área metalúrgica. Aposentei novo, com 55 anos, e não vou ficar parado. Então a turma começou a me chamar pra eu trabalhar com terceiro. Lá na C... eu já trabalhei com três empresas de terceiro diferentes na área de manutenção. Esta última [empresa terceira] eu nem conhecia, mas quando ela pegou o serviço na C..., os cara lá já falaram: '*Você vai ter que buscar o seu J... Eu te dou o serviço, mas o mecânico pra mexer nesses aparelho aí tem que ser o seu Zé*'. Aí eu nem conheço os cara, mas vou já guiado pela C..., combino o salário e vou trabalhar. [...] O terceirizado hoje é ruim por um lado e por outro é bom. Pro aposentado hoje, a firma de terceiro é muito bom. Porque às vez paga um pouquinho a mais, mas esse a mais fica fora da carteira. Você já combina: se você vai receber vamos supor R$2.000,00, fica mil na carteira e mil por fora. Agora isso é ruim praquele que não tá aposentado, porque se o cara ganha dois mil mas na carteira tá mil e pouco, lá na frente quando esse cara for aposentar ele tá perdido na vida! [...] Pro aposentado a empresa terceira também é importante porque, acima de quarenta anos, hoje você já tá fora do mercado de trabalho. Eu mesmo, eu tenho um conhecimento muito grande, mas eu não trabalho lá na C... direto pra ela. Primeiro por causa do salário, que o salário que eles pagam é baixo e eles não aceita pagar nada por fora. Segundo que eles exigem um grau de escolaridade muito grande pra fazer o serviço ali dentro, uma coisa que não tem cabimento. Hoje a turma só quer trabalhar com o computador, com a memória, ninguém quer pôr a mão em nada. E por mais que a tecnologia avance, principalmente nas grandes indústria tem muitas parte que vai precisar alguém

pra pôr a mão na massa. Porque eles não vai fazer um robô pra arrumar a máquina. Então mecânico hoje tá em falta, os velho que tão aposentado já tão voltando pras empresa contratado por essas firma de terceiro

O senhor já teve algum problema trabalhista com alguma das empresas terceiras onde trabalhou?

Nessa daqui [mostra na camisa o logo de uma empresa terceirizada] deu um problema. Eu já tinha falado '*eu vou parar de trabalhar, to aposentado, vou parar de trabalhar'*. Mas vieram atrás de mim e falaram que pagavam a mais, coisa e tal. Eu perguntei como seria a forma de pagamento, eles disseram dia cinco e dia vinte. Sabe Deus que eu não trabalho por boniteza igual o pavão! Chegou aquele dia e não pagaram, já fazia quarenta dia que não saia o pagamento, eu cheguei nos cara da C... e falei: '*cês me buscaram, mas cês me desculpe, eu to parando'. 'Ah seu J..., mas o serviço tá pelo meio e nós precisa de você'*. Eu falei: *'Eu fui bem claro que eu não trabalho por amor à empresa e por amor à camisa de ninguém não. Sou aposentado, eu não vim procurar serviço em porta de fábrica, cês que foram me procurar na minha casa. Só que eu sou honesto, pagou direitinho a minha parte eu faço, não pagou dentro do nosso combinado, não interessa onde o nosso serviço tá*'. Cheguei em casa, no outro dia veio o cara da C... atrás de mim, pra mim terminar esse serviço com uma outra firma. Então tem esse lado da história, muitas empresa não paga, se for colocar na ponta do lápis nós sabe que o FGTS é sempre um roubo desgramento, é um monte de maracutaia... Eu vejo pra um jovem hoje que tá no mercado de trabalho e pensa de um dia aposentar tá difícil hoje. Tá difícil. Porque quando você vai ter um salarinho melhor nessas firma de terceiro, ele quer te jogar uma boa parte fora da carteira. É um salário extra que eles falam... Fica difícil. E isso aí não vem de hoje não, vem de muito tempo. Muitas empresa tão terceirizando e ninguém tá vendo, um dia o país tá terceirizado, o Brasil inteiro com firma só de fachada" (Trabalhador terceirizado da manutenção, Matão, 07/2012)

Esta precária relação de trabalho tem importantes conseqüências sobre a percepção de trabalhadores terceirizados acerca de si mesmos e de suas atividades. A experiência cotidiana de segmentação de espaços e benefícios, assim como a experiência periódica de burlas em obrigações sociais e trabalhistas contribuem para a construção de uma auto-imagem marcada pela desvalorização e vulnerabilidade face a seus contratantes e pela diferenciação e distanciamento face aos demais trabalhadores. Além disso, tornam-se mais prováveis neste cenário falhas técnicas decorrentes de um menor envolvimento do

trabalhador com suas atividades[100]. O seguinte trecho de entrevista com um trabalhador de manutenção elétrica acerca de suas experiências como terceirizado e acerca das transformações após sua efetivação pela agroindústria citrícola assim o ilustram:

> *"Como foi sua experiência como terceirizado?*
>
> Eu era eletricista de manutenção, eu fazia montagem e manutenção. Aquele tempo, eu vou falar pra você, foi meio sacrificado, viu? Aquele tempo foi bastante sacrificado. Era uma jornada de doze horas de domingo a domingo, a gente não tinha folga. Era difícil, viu? Sem final de semana, sem nada. Como eu queria esquentar a carteira, registrar como um eletricista de indústria pra ter uma profissão melhor no futuro, eu precisei suportar isso daí. [...] Na época a gente era registrado, mas a gente também recebia alguma coisa por fora... Esse esquema, quem topa isso daí é principiante, hoje eu já não faria um negócio desses, eu acho que a gente perde lá no futuro, perde aposentadoria, perde nas férias, perde no décimo terceiro, perde em tudo. Além disso, tinha também o problema de alimentação, a gente comia num restaurantinho que era de péssima qualidade. Tinha o problema de transporte, que às vezes cê saia da empresa e não tinha transporte, às vez tinha de vim na canela, pegar carona. Tinha problema com vestiário, tinha problema com ferramenta, tinha bastante probleminha. Sem contar que teve caso de trabalhar e na hora do acerto o fundo de garantia não tá depositado, passei por esses processos também. Não perdi, acabei recebendo, mas cê acaba sofrendo, perdendo tempo atrás disso daí... [...] Eu tinha uma boa experiência, eu tinha uns curso, mais a experiência de chão de fábrica há cinco anos e surgiu uma vaga. Nessa vaga eu concorri, fiz o teste e fui aprovado. Sei que quando eu entrei na empresa as pernas tremeu, eu assumi uma responsabilidade de não poder atrasar produção, com vidas na mão. A responsabilidade pesou na verdade. Com o tempo acaba acostumando, mas quando você fala '*a partir de hoje eu sou responsável*', cê sente o peso nas costas" (Eletricista, Matão, 07/2012)

[100] Por esse motivo, como já destacado, atividades que haviam sido em determinado momento terceirizadas foram posteriormente atribuídas a safristas no interior das agroindústrias citrícolas. Um diretor sindical assim descreve este processo: "*Eles tentaram terceirizar, mas não deu certo. É a diferença da terceirização brasileira pra terceirização de qualquer outro país, né? Eles querem a terceirização aqui pra baratear o custo. Só que o Brasil não tem empresa preparada pra isso, ela quer tomar muito do trabalhador, ela paga uma mixaria pro cara. Quando terceirizou o trabalhador não tinha motivação, além de ganhar pouco e fazer muito, os próprios efetivos da empresa sobrecarregavam estes terceiros, eles eram normalmente os ajudantes. Eles não eram contratados da empresa, eram funcionários de outra empresa que não tratava eles de forma correta, não tinham sindicato pra defender eles, porque esses caras compram sindicato, compram tudo. Eles trabalhavam desmotivados por isso, eles sabiam que não podiam visar nada na empresa, porque no final de safra, no final de contrato, rua. E a empresa começou a perder qualidade no trabalho. Então hoje eles trabalham com safristas. O que eles dão pros safristas? Dão salário razoável, dão uniforme, dão convênio médico, convênio com dentista, dão PLR. Então o cara trabalha mais motivado:* 'eu vou trabalhar, porque quem sabe sobrando uma vaguinha se eles gostarem de mim eles me contratam de vez'" (Dirigente sindical, Matão, 07/2012)

Assim como a terceirização, o contrato de safrista também representou uma flexibilização das relações empregatícias no interior das agroindústrias citrícolas. A Lei 9.601 de 21/01/1998, que estabeleceu o contrato por tempo determinado, retirou destes trabalhadores tanto seu direito à multa de 40% do FGTS após seu desligamento ao final da safra, quanto seu direito de acessar o seguro desemprego nos meses de entressafra. Isso terminou por colocar estes trabalhadores a meio caminho entre a formalidade e a informalidade: sem emprego, sem seguro e com menor acerto ao final do contrato, eles são levados a ocupar-se com uma grande variedade de "bicos" sem registro em carteira ao longo da entressafra. Segundo relatos, muitos optam por maiores rendimento líquidos imediatos em ocupações informais e abrem mão de retornar às indústrias de suco devido ao que consideram baixos salários e à sazonalidade. Os dois trechos de entrevista a seguir, com um operador e com um safrista, ilustram este quadro:

> "Durante a safra, que que as indústrias fazem? Onde tinha quatro, cinco operadores, eles colocam um ou dois operadores e contratam cinco ajudante, os safristas. Graças à lei do Fernando Henrique que implantou isso aí [contrato por tempo determinado], pros empresários foi um prato cheio. Antigamente o pessoal entrava com contrato de experiência de três meses e depois efetivava, se a empresa dispensasse, ela pagava os 40% de multa de FGTS. Ou seja, pensava duas vezes. Hoje o cara já entra sabendo que vai ser dispensado e a empresa não tem a obrigação de pagar os 40%. Esse ano [2012] deu uma boa melhorada na mão de obra, eu acredito que devido à Copa do Mundo apareceu bastante emprego de construção e as empresas ficou com dificuldade pra achar gente pra trabalhar sabendo que era por seis, cinco meses. Foi aonde que eles seguraram um pouco mais no ano passado. Mas em outros anos, com a oferta de mão de obra em alta, as empresas fazia o que queria" (Operador, Matão, 07/2012)

> *"*No final da safra a gente recebe o tempo de serviço, como qualquer trabalhador. Mas como o nosso contrato é por tempo determinado, se a gente fizer a safra toda de ponta a ponta, a gente não pega seguro desemprego. A gente também não pega a multa de 40% em cima do fundo de garantia. A gente só pega essas coisas se a firma dispensar no meio da safra. Como não tem essas ajuda, na parada da safra o pessoal tem que fazer bico de pintor, pedreiro, servente de pedreiro, vigia, colhedor de laranja. Sempre temporário, não é aquela coisa fixa, um ou outro tem sorte de arrumar alguma coisa fixa. Aí a pessoa vê que tá ganhando mais fora, sem um registro em carteira, e fica lá mesmo, não volta mais pra firma. A safra que a gente fez no ano passado tinha muita gente nova, muita gente da safra anterior não voltou em virtude do salário e desse negócio de contrato de safra. Eu conheço gente que tava lá, deixou de trabalhar e tá trabalhando de pedreiro, não é registrado, mas

a pessoa acha que tá ganhando mais do que trabalhando na firma. Ele trabalhou três ou quatro safras de safrista e nunca foi efetivado, aí desanimou. Mas ali eu te falo o seguinte: se a pessoa conseguir entrar num setor onde no final da safra precisa de uma pessoa pra ficar efetivo, a firma te levanta. Sobe o seu salário, te dá mais benefício, cê aprende mais" (Safrista, Bebedouro, 12/12)

Também os safristas têm sua relação cotidiana com os demais trabalhadores profundamente influenciada pela precária relação de trabalho em que se inserem. Aos olhos dos operadores, a presença sazonal de novos trabalhadores a cada safra implica em tarefas e desgastes adicionais, devido à necessidade anual de um período de sua formação e adaptação. Aos olhos dos safristas, por sua vez, o contrato a tempo determinado e a sazonalidade implicam em uma permanente posição de subalternidade no cotidiano e no local de trabalho. Gera-se assim um contexto de segmentação dentre os trabalhadores efetivos das agroindústrias citrícolas. Segundo relatos de operadores, como já destacado mais acima, a formação de novos safristas impõe-lhes periodicamente extensões da jornada e intensificações do ritmo de trabalho. Segundo relatos de safristas, por outro lado, há circunstâncias em que operadores se colocam de maneira autoritária, repassando menos informações ou mais tarefas do que o considerado adequado. Os seguintes três trechos de entrevistas, com um operador e dois safristas, ilustram algumas das conseqüências da clivagem entre estes trabalhadores:

"O pessoal [safristas] entrava novo e ia aprendendo. Porque cê não adquire conhecimento, experiência de uma hora pra outra. Durante aquela safra o pessoal aprendia tudo, tanto na operação quanto na qualidade, segurança, costumes da empresa, tavam bons já. Aí no final da safra mandava embora e na outra safra não conseguia pegar as mesmas pessoas. Alguns voltavam, mas não eram muitos. Pegava outros novos e tinha que ensinar de novo. É complicado isso aí. A gente tentava fazer com que eles se adaptassem, colocava geralmente junto com outras pessoas que já sabiam mais, mas é bem difícil. Esse é um problema sempre. O funcionário entra lá, não conhece e na outra safra entra outro novo que não conhece, na outra entra outro novo que não conhece..." (Operador, Matão, 07/2012)

"Às vezes você é ajudante e tem uma oportunidade. Mas é pouco, né? Eu acho que devia segurar mais gente... Pra você começar a ser operador, cê tem que tá tocando tudo do setor. Eu mesmo já operava, na hora que um operador de um setor ia almoçar, eu ficava no lugar dele. Agora, por que eu continuava ajudante, sendo que eu já operava e quando dava os pepino, eu que resolvia? O operador ganha uns quatrocentos conto a mais e só manda, o ajudante que tem que trabalhar! [risos] É que o operador tá num grauzinho a mais e dá sempre uma pisadinha. Muitos deles, viu? Não é um ou dois,

são vários. O operador tem medo de te ensinar e perder o serviço, o cargo deles. Se eu sei fazer tudo de suco e você tá entrando agora, cê acha que eu vou ensinar você pra firma me mandar embora? Muita gente pensa assim" (Safrista, Bebedouro, 07/2011)

"Na escolha da fruta são só mulheres, né? Lá homem é só o supervisor e os meninos que ficam na parte de baixo, nas máquinas. Mas lá em cima [na escolha das frutas] são só mulheres. A maioria é nova, é muito difícil ter mais que trinta, esse ano entrou gente lá comigo meninas de vinte e oito, vinte e seis, vinte e dois, dezoito. Eu mesma vou fazer vinte e um. [...] Eu brinco que lá na C... se não fosse as mulher não ia pra frente. É só as mulher que faz o serviço lá, porque os homem é tudo sossegado. Claro que você não vai poder falar isso pra um homem que o cara até te bate, né? Mas a gente fala... Porque eles falam '*pega lá você, vai fazer você*'. Então é sempre a gente que tá ali. Claro os homem também tem o seu serviço, mas eles tão sempre no radinho, passando serviço, então é mais fácil..." (Safrista, Matão, 07/2012) [101]

Em paralelo a estas flexibilizações de relações empregatícias nas últimas décadas, o interior das agroindústrias citrícolas sofreu transformações também devido à ***automação do processamento de laranjas***. A instalação de sistemas de máquinas integradas por válvulas automáticas diminuiu a um mínimo o trabalho manual e o esforço físico no chão de fábrica, possibilitando que a maior parte das tarefas seja realizada a partir de computadores, nos quais o anterior saber-fazer dos trabalhadores encontra-se sistematizado em rotinas programáveis. Em um primeiro momento, isso significou uma redução drástica de postos de trabalho nas agroindústrias citrícolas entre as décadas de 1990 e 2000, além de uma mudança significativa do perfil dos trabalhadores contratados por estas empresas. Operadores de máquinas mais antigos foram em geral substituídos por outros mais jovens e com maior grau de educação formal, dotados das habilidades necessárias à interface cotidiana com computadores lógicos programáveis: capacidade de interpretar o conjunto de informações em um supervisório, capacidade de elaborar e interpretar planilhas de dados com base em tais informações, etc.

[101] Um gerente industrial, já citado no segundo capítulo, afirma que a suposta maior obediência das mulheres é um critério para sua contratação para determinadas atividades no chão de fábrica da agroindústria citrícola: "*A mulher tem uma característica de fazer um trabalho repetitivo com a mesma qualidade por mais tempo. Você treina um operador e depois de 6 meses, o funcionário homem tenta achar alguma forma de tornar mais fácil o trabalho dele. Sempre acontece isso. A mulher não. Ela continua trabalhando da forma que ela foi treinada para trabalhar. Ela faz o ambiente de trabalho estar muito mais organizado, mais limpo e traz menos problemas de casa para dentro da empresa. Então na hora de contratar, no nosso caso na indústria de alimento, é preferível ter uma mulher que um homem no posto de trabalho*" (Gerente industrial, Monte Azul, 07/2011)

Ao mesmo tempo, a instalação de computadores lógicos programáveis possibilitou às agroindústrias citrícolas um controle mais centralizado de todas as etapas do processo de trabalho. A automação no interior destas empresas foi estruturada em torno de sistemas integrados de gestão, que permitem acesso diferenciado a depender do nível hierárquico do indivíduo a informações e decisões a respeito da produção. Nesse sentido, ajudantes de serviços gerais usualmente têm acesso ao sistema unicamente para notificar falhas técnicas; operadores têm acesso às telas de sua etapa e de etapas conexas no processo produtivo, podendo ajustar determinadas variáveis em comunicação com demais operadores; operadores de nível superior nas "salas de controle" têm acesso a informações globais a respeito de cada área da produção, podendo supervisionar e interferir em cada uma de suas etapas; gerentes e diretores, por fim, têm acesso às informações e decisões chave que vão além do trivial no processamento de frutas, garantindo limites claros à participação intelectual dos operários na condução da produção através de uma estrutura informacional verticalizada. Os dois trechos de entrevistas abaixo com operadores de níveis superiores de uma indústria integralmente automatizada assim o ilustram:

> "Com a automação o processo em si é o mesmo. O que muda é o seguinte... Por exemplo, uma área com quatro ou cinco centrífugas, antes você não conseguia operar com apenas um funcionário, porque tinha pressão de máquinas pra controlar, tinha RPM de máquinas pra controlar, tinha abertura de válvula que o operador tinha que fazer o tempo todo... Com a automação, uma área com cinco centrífugas, você consegue ter só um funcionário lá, porque ele só vai observar e o resto da operação é feito tudo automático. Essa planta da C... aqui em Matão, quando começou em 1992 como Cambuhí tinha 400 funcionários, quando ela foi vendida em 1997 tinha 210 funcionários. Hoje ela opera com 190, mas se você deixar 130 funcionário ela opera. O que aconteceu nesse processo? Os trabalhadores com menos qualificação acabaram perdendo o posto de trabalho porque não tavam aptos àquilo, às novas necessidades da empresa. Hoje pra nível de operação, eles não aceitam menos que o colegial. Muitos funcionários que eles gostavam e não tinham o segundo grau, eles cederam até cursos lá. Quem não aceitou fazer aquele curso, depois que o pessoal se formou, foi demitido [...] O controle sobre o processo hoje tá mais centralizado, com certeza, isso eu não tenho dúvida nenhuma. Hoje o operador pode opinar, pode até fazer mudanças. Mas tem coisas que não são do escopo dele, coisas mais sérias, porque não existe só o trivial na operação. É uma questão de acesso no sistema. O operador pode opinar em tudo, mas ele não tem acesso ao sistema SAP [**S**istemas, **A**plicativos e **P**rodutos para Processamento de Dados] pra modificar, o perfil dele de acesso não tá naquele nível. No meu caso, meu perfil no SAP chega até um certo ponto. Dali pra lá

não posso mais porque é só da gestão pra cima. Eu posso chegar pra um superior e falar '*Cê tem acesso? Então faz isso pra mim...'*. Se ele julgar que deve, ele vai fazer, se ele julgar que tem algum problema, ele vai me questionar *'Por quê?'*. Tem que ser no mínimo questionável, é uma margem de segurança. Não é que o operador não pode fazer, mas ele tem que ser no mínimo questionado '*por que você quer fazer isso?'"* (Operador, Matão, 07/2012)

"Quase nenhuma válvula nessa fábrica é manual, é tudo automático, é tudo por computador. Dependendo do setor, hoje o operador fica a maior parte do tempo na sala de controle, na tela. No evaporador de suco, por exemplo, poucas vezes o operador vai no campo, porque ele tem todas as informações na tela. Lá no campo ele não consegue acompanhar, ele quase que não vê nada lá, é tudo interno, tubulação, tanque... Já na tela ele vê tudo, então ele tem que acompanhar ali. Ele só vai no campo quando ele vê algum problema, por exemplo, se alguma bomba não tá rodando... Mas tiver tudo normal na tela, ele não precisa nem ir lá. No setor de ração os operadores também ficam bastante tempo na tela, só que a ração é um lugar que dá muito problema, aí o pessoal tem que ficar mais no campo pra ver se o pellet tá normal, se a temperatura tá boa, se a umidade tá boa, se o formato tá bom, pra acompanhar os evaporadores na ração. Ele acompanha lá, mas tudo que ele fechar, mexer em equipamento ele faz lá no micro. [...] Como operador líder eu tinha as telas de todas as etapas da produção no meu micro, se eu quisesse eu entrava lá e via como tava. No evaporador a gente não mexia, porque tem um operador lá que conhece o evaporador. A centrífuga eu acompanhava um pouco, porque os níveis de tanque da centrífuga poderiam fazer parar o processo. Se o tanque atingisse um certo nível com risco de derramar, paravam as extratoras, então eu tinha que acompanhar isso. As extratoras eu também acompanhava, tinha um operador lá, mas lá eles não têm micro, não tem tela, o operador da extratora só fica andando ali no meio, olhando a alimentação, a água amarela, a limpeza. Lá na extração os operadores até conseguiam parar uma máquina manualmente. Mas ligar as máquinas automático, que é o correto, é só pela sala de controle... Além disso eu também enchia os blenders, acompanhava o envio de suco pro farm, a rota de descarregamento, isso só nós tínhamos acesso. Se não fosse a automação eu não teria acesso a nenhuma dessas áreas" (Operador, Matão, 07/2012)

A automação no interior das agroindústrias citrícolas não foi, contudo, uniforme e homogênea: existem lado a lado no complexo citrícola paulista fábricas integralmente automatizadas, fábricas semi-automatizadas e fábricas não automatizadas. Esta concomitância de diferentes níveis de modernização impôs uma significativa intensificação do processo de trabalho em determinadas unidades ou etapas produtivas. Na medida em que o tempo socialmente necessário de produção do suco e demais subprodutos da laranja é hoje determinado por fábricas mais modernas, os trabalhadores das demais unidades têm

de acelerar o ritmo de trabalho para acompanhar seus critérios de produtividade. No mesmo sentido, na medida em que determinada etapa de determinada fábrica possua um nível de automação maior que as outras, os trabalhadores das demais etapas têm de intensificar seu trabalho, especialmente quando a automação parcial é acompanhada de enxugamento de postos de trabalho no interior de toda a planta fabril. Os três trechos de entrevistas abaixo com operadores assim ilustram estas questões:

> "Eu ainda trabalho diretamente com a máquina, porque lá nessa fábrica nem tudo é automatizado. No evaporador onde eu trabalho a entrada de vapor pra concentração e a estabilização da pasteurização são automáticas. Já a entrada de suco é manual, é eu que controlo. Óleo que vai tirar e mandar pra algum setor, a gente que tira manualmente. A água condensada que é tirada a gente vira a válvula manualmente. De cem por cento, eu diria que oitenta por cento ainda é manual e vinte por cento é automático. [...] Tem empresa que é mais automatizada, os setores que a gente trabalha pra eles são mais tranqüilo. Até operador das outras fábricas dessa nossa empresa, quando chegam aqui eles falam '*Cês trabalham igual louco, cês trabalham demais, lá onde a gente trabalha é tudo automatizado, é tudo diferente, o serviço é mais leve, mais tranquilo*'. A gente tem que dar o duro pra poder produzir aquilo que a gente quer. Em outras empresas não, já tão bem mais avançado que nós" (Operador, Matão, 07/2012)

> "A C... é mais antiga, então eles tão começando a automatizar agora. Tem alguns setores, que nem o de ração, que da sala o pessoal controla praticamente metade das operações. Na ração a gente tinha um trabalho antes, três anos atrás, que exigia muito do operador, é tudo manual, subir escada, descer escada, abrir a válvula, fechar a válvula, muitas vezes acontecia do secador dar pau e existia uma manivela que você tinha que ficar girando... Hoje não, hoje mudou tá ficando mais automatizado. Se antes precisava subir uma escada lá em cima pra abrir uma válvula, hoje não precisa mais, você aperta o botão e já joga o licor, a ração pra onde você quer, dependendo da sua necessidade. Tudo relacionado às bombas, às roscas, é tudo controlado através de quatro computadores em uma sala com dois operadores, enquanto um ou dois ficam no chão da fábrica, andando, olhando, vendo se não tem vazamento que não tá detectando lá na tela. [...] O mais avançado que tem hoje nessa fábrica é a ração, em outras partes não tá tão informatizado assim. Então o que acontece? Com a automatização da ração, o trabalho nessas outras partes ficou mais rápido. Até uns três, quatro anos atrás, por exemplo, a empresa tinha só sessenta máquinas extratoras. Aí aumentou mais dez máquinas, foi pra setenta máquina. Então tem dia que a extração trabalha com setenta máquina. E a ração vence" (Operador, Matão, 07/2012)

> "Quando eles automatizaram, a área de carregamento de suco que tinha três funcionários, ficou só com um. Aí o serviço aumentou, sobrecarregou todo mundo. Antes já era corrido, era quatro balança de suco, nós envasava uma média de mil tambor por turno, não podia parar porque senão não tinha lugar pra pôr suco. Na hora que nós esvaziava um tanque, já tava entrando com produção atrás. Era a safra inteira desse jeito. Quando automatizou ficou bom porque você não tinha que se preocupar, a bomba cortava o carregamento de suco sozinha. Vamo supor, eu apertava no painel 'carregar', as bombas já abriam tudo sozinhas, o suco já entrava dentro do tanque. Mas ficou ainda mais corrido, como eles mandaram o pessoal tudo embora, quem ficou teve que se virar, ficou muito carregado. Enquanto carregava o caminhão eu tinha que pegar uma amostra do suco e levar pro laboratório liberar. Na hora que eu voltava do laboratório aquele caminhão já tava pronto, eu tinha que lavar a boca, clorar. Nessa altura o outro caminhão já tava subindo atrás e você sozinho! É muito corrido, cê não tinha tempo pra nada, às vezes você ia almoçar a hora que tivesse um intervalinho de um caminhão. Mas o guarda já ligava: '*ó, tem caminhão pra descarregar aqui fora*'. É uma loucura. Só que o salário não aumenta, cê fica naquele mesmo salarinho" (Ex-operador, Bebedouro, 12/12)

Todo este conjunto de transformações decorrentes da automação das agroindústrias citrícolas tiveram impacto significativo sobre a auto-imagem dos assalariados fabris, especialmente em comparação com os trabalhadores rurais manuais da cadeia produtiva da laranja. Por um lado, muitos dos operadores de máquinas mais antigos relatam ter colhido laranjas quando mais jovens e destacam que o maior esforço físico do trabalho rural em relação ao trabalho fabril era compensado pela maior "liberdade" na lavoura em comparação com a indústria. Seu discurso, nesse sentido, tende a ser pontuado por uma relativa nostalgia em relação à menor "pressão psicológica" e ao menor controle a que eram submetidos quando colhedores de laranjas. Por outro lado, muitos dos operadores de máquinas mais jovens relatam nunca ter realizado trabalho rural manual e destacam que seu maior nível de estudo formal os atrai para atividades de maior esforço intelectual, em especial envolvendo a interface com máquinas programáveis. Seu discurso, portanto, enfatiza a distância que sentem em comparação com o modo de vida e trabalho da massa de colhedores de laranja, ainda que normalmente possuam vizinhos ou parentes com esta ocupação. Os dois trechos de entrevista a seguir, o primeiro deles com um operador mais velho e o segundo com um operador mais jovem, ilustram esta transformação na auto-imagem destes trabalhadores:

*"*Eu vim da roça, eu colhi laranja e eu acho que é um trabalho mais judiado. É um trabalho que não tem tanto valor. Muitas pessoas gostam daquilo também, não conseguem trabalhar trancado dentro de uma empresa. Na empresa você tem que cumprir hora pra tudo, né? Na roça você vai pro seu serviço de manhã e volta de tarde, mas na roça tem um pouco mais de ar livre, não é preso, trancado no lugar. Quem trabalha na roça faz esforço fisicamente, mas sua cabeça tá livre. Na empresa é o contrário. Tem situações de muitos trabalhadores, inclusive eu sou um deles, que você não consegue dormir a noite. Ou até sonha com o equipamento. De tanta correria que é, é muitas coisas pra você desenvolve ao mesmo tempo. No meu serviço mesmo eu tenho que fazer uma coisa pensando em outra. Eu subo umas três escadas pra fazer uma função, chegando lá em cima de tanto que minha cabeça tá em outro que eu até esqueço o que eu ia fazer. Eu desço as escadas, chego lá embaixo e lembro o que eu ia fazer, torno a subir de novo. O cansaço psicológico é muito grande. Na roça é diferente, você tem cansaço físico, mas não tem barulho, perda de audição, não mexe com produto químico que você pode se queimar. Mas pessoas que já passou pelo mais pesado e pega um serviço mais psicológico, aí você não quer mais voltar pra trás" (Operador, Matão, 07/2012)

"Eu moro aqui desde os dez anos e naquela avenida subia carreta e caminhão, nós era criança e pegava rabeira de caminhão de bicicleta... Aqui quem não trabalhava na fábrica, trabalhava na fazenda. Todo mundo morava no mesmo lugar, as pessoa se conhecia. Até saía no mesmo horário, seis horas o pessoal tava indo pro ponto, então tinha esse convívio... Na minha rua mesmo tem um monte de pessoas que trabalham na fazenda da Cutrale, em outras fazendas da região. A gente saía pra tomar cerveja, a gente tinha esse convívio. Mas agora já não tem mais... Não sei porquê. Talvez seja eu [risos]. É que o pessoal é mais chucro, a conversa que a gente tem com a pessoa é diferente, né? As idéias não casam, até o estilo de música que eu gosto é raro eles gostar. Como é que eu posso dizer... Eu já trabalhei na lavoura, eu já colhi laranja, mas as pessoas que colhem laranja são pessoas que geralmente não tiveram oportunidade de estudar. Então quem estudou um pouco mais tem umas idéias diferentes" (Operador, Bebedouro, 07/2011)

Tais mudanças no perfil dos operadores foram também determinadas por ***transformações na hierarquia do chão de fábrica*** das agroindústrias citrícolas ao longo das décadas de 1990 e 2000. Com alcance e formato diferentes, as diferentes empresas do setor reduziram postos e alteraram atribuições dos níveis hierárquicos intermediários (supervisores, encarregados, etc.), repassando parcela de suas anteriores responsabilidades às equipes de operadores e ajudantes no local de trabalho. Tais equipes assumiram maior autonomia tanto na realização cotidiana de diagnósticos acerca de falhas ou resultados fora das metas, quanto na construção de soluções a estes problemas. Trabalhadores foram

instados a identificar deficiências no processo de trabalho e a discuti-las, seja em reuniões diárias de sua equipe, seja em interações cotidianas com as demais equipes. Com isso, por um lado, acentuou-se a fiscalização mútua e horizontal entre os trabalhadores, convertendo-os em "olhos e cérebros da empresa"; por outro lado, fortaleceu-se a internalização da disciplina e da participação no local de trabalho, levando cada trabalhador individual a incorporar tarefas independentemente de determinações superiores.

Paralelamente, os "líderes" ou "facilitadores" em posições hierárquicas intermediárias tiveram de alterar (em diferentes graus nas diferentes empresas do setor) sua relação de comando verticalizado sobre operadores e ajudantes. Em oposição à distribuição unilateral de tarefas e sanções, sua função tornou-se crescentemente construir ambientes que maximizem a iniciativa dos trabalhadores e organizem sua comunicação e suas contribuições. No interior deste novo cenário, tais "líderes" assumem o papel de articular os níveis hierárquicos superiores aos trabalhadores no chão da fábrica em um contato mais freqüente e estreito, encaminhando à gerência as sugestões e inovações propostas pelos operadores e ajudantes e distribuindo entre estes as premiações e sanções determinadas pela empresa. O trecho de entrevista a seguir com um operador nos oferece um exemplo introdutório do modo de funcionamento de tais transformações em uma determinada agroindústria citrícola:

> "Mininegócio é um setor, dentro da empresa são nove mininegócios. Ração é um mininegócio, produção é um mininegócio, laboratório é outro mininegócio, mecânico, eletricista e instrumentação é outro mininegócio, são vários. Cada mininegócio tem as suas metas, tem seus gráficos e tem as reuniões diárias, que é pra você tá por dentro de tudo, sobre inovação, sobre produção. A gente chega, se reúne, existe uma relação de todos os funcionários do setor, existe uma pessoa que fica lá no canto olhando, fulano tá, fulano tá, fulano não veio. Vermelho pra ele. Se ele tiver muita falta ele vai receber uma cobrança. Dependendo o quanto você faltou, você pode até ser mandado embora. Na reunião tem os gráficos que você tem que seguir: você tá no vermelho, você tá no azul? No gráfico eles pegam a maior produção, se você manter naquele gráfico cê vai ter um azul, pra baixo baixo do gráfico é vermelho. Aí vai ter o porquê que você não alcançou. Por exemplo: a produção de delimoleno não atingiu [a meta]. '*Por que não atingiu a produção de óleo delimoleno?*', aí eu vou ter que justificar, *'Porque eu não tive temperatura, a temperatura tava horrível, eu pedi pra caldeira me mandar 12 toneladas de vapor e eles me mandaram só 8'*. Aí nós vamos ver com a

caldeira porque eles não forneceram, eles vão ter que dar uma justificativa pra nós. '*O que nós, no mininegócio, vamos fazer pra corrigir esse problema?'*, nós vamos fazer isso e isso, tá resolvido. Outro exemplo, no setor de ração você tem que manter a umidade da ração no valor 11 a 11,5. A gente pega uma amostra dessa ração, leva pro laboratório a cada hora. Se chegar no finalzinho e no total geral do turno deu 11,7, cê não atingiu no gráfico seu. Então você vai colocar em vermelho e embaixo você vai ter que justificar porque você não atingiu. Depois na reunião a gente vai discutir: '*A umidade da ração tá saindo alterada, o que nós vamos fazer?' 'Vamo fazer uma coleta mais constante, ao invés de 1 em 1 hora, vamo fazer de 40 em 40 minutos, pra gente poder acompanhar mais de perto*'. [...] Tem também a questão das inovações. Isso é uma coisa bastante interessante. Depois que implantou esse sistema, as inovações funcionam de que forma? Você tá trabalhando no seu setor, você vê que se fizer aquela tubulação ou se alongar mais aquele cano você vai ganhar tempo, vai ser mais pratico o trabalho, mais eficaz. Então você escreve a sua idéia num papel e passa pro encarregado. O encarregado vai anotar na planilha e os grande, a chefia, vão ver e analisar. Eles conversam com você: *'cê acha que isso é viável, cê acha que dá pra fazer, cê acha que vai melhorar?'*. Faz, deu certo, beleza. Aí existe um troféu. Por exemplo, aquela inovação de segurança foi de fulano, no final do mês existe um julgamento, uma votação do projeto mais importante. O que ganha leva um troféu grande assim, montado pela empresa, uma coisa simbólica que fica lá no setor dele, no mininegócio dele" (Operador, Matão, 07/2012)

Operadores e ajudantes experimentam tais transformações como uma maximização da exploração do componente intelectual de sua força de trabalho. Primeiramente, segundo seus relatos, as alterações da hierarquia no chão de fábrica implicaram em uma transferência de responsabilidades e em uma multiplicação de atribuições cotidianas sem qualquer contrapartida no que diz respeito à remuneração. Ademais, operadores e ajudantes afirmam que a maior "liberdade" para contribuir com os diagnósticos, as soluções e as transformações no processo produtivo tende a se converter em grande pressão e cobrança para que ofereçam constantes respostas e inovações à empresa. Os relatos de alguns destes trabalhadores indicam que se sentem "aprisionados" em um circuito cada vez mais sistemático e acelerado de apropriação privada de seu saber-fazer coletivo por parte do capital agroindustrial. Os dois trechos de entrevistas a seguir com operadores de uma determinada agroindústria citrícola ilustram claramente sua percepção acerca desta questão:

"Esse mininegócio é um programa que a empresa implantou. O produto vem dele pra mim, ele é meu fornecedor, eu sou cliente dele. Eu passo esse produto pra outro, aí eu passo a ser fornecedor e o outro é meu cliente. No mininegócio tem uns quadros de satisfação, se eu não tiver contente com o que ele tá me fornecendo, eu vou lá e coloco '*eu não tô contente com o seu produto, tem que melhorar'*. Isso é feito o acordo de serviço, onde eu coloco a minha exigência pra ele e ele coloca a dele pra mim. Do meu ponto de vista particularmente, é bom para a empresa porque aumentou um pouco ainda a nossa atividade. Porque você tem que correr atrás dos problemas. Tem problema que o encarregado às vezes não consegue identificar, porque ele não tá pondo a mão na massa, de repente o produto não sai e ele não sabe porquê, então criaram isso aí pro operador descobrir e já passar mastigado pra ele. Quando a coisa não dá certo, você tem que justificar, aí pega a opinião sua. A parte boa é que o pessoal do chão de fábrica começa a entender um pouco como é que tá funcionando o desenvolvimento da empresa, porque através disso ele também começa a passar pra você quais são as metas que foram atingidas, que não foram atingidas, o que tem que melhorar. Por outro lado, você se sente mais pressionado, mais preso. Porque você é cobrado e tem que dar resposta praquilo lá. De repente você nem sabe o que aconteceu e você tem que ficar dando tiro pra tudo quanto é lado e você tem que dar uma resposta" (Operador, Matão, 07/2012)

"A empresa fala pra você: *'você tem que dar idéia, você tem que ir atrás'*. No começo tudo bem, todo mundo tem um milhão de idéia pra fazer. Chega uma hora que acaba essas idéia. Chega uma hora que você já mudou seu próprio setor, cê mudou oito coisa, não tem mais coisa pra mudar. A não ser que venha uma pessoa de fora com uma outra visão e veja que aquilo lá tá precisando de um detalhe que vá resolver o problema... Mas você tá no dia a dia ali, você não tem mais o que melhorar. Aí há essa cobrança *'por que você não tá apresentando proposta de inovação, por que você não tá apresentando proposta de segurança'*. Então os funcionário fica meio acuado, entendeu? '*Por que a empresa cobra tanto de mim? Eu não sou obrigado a dar idéia pra empresa, já existe engenheiro, projetista que é pago pra isso, por que eu tenho que ficar dando idéia?'*. Aí acontece muitas vezes que você dá uma idéia que não dá certo, aí é uma cobrança *'por que não deu certo?'*. Essa é a preocupação do funcionário, eles ficam acuado" (Operador, Matão, 07/2012)

As agroindústrias citrícolas mobilizam diferentes meios para neutralizar tal contradição entre a crescente participação intelectual coletiva dos trabalhadores no processo produtivo e o acirramento da apropriação privada de seus resultados. Um destes meios são os já apontados sistemas integrados de gestão, que reforçam a clivagem entre capital e trabalho no acesso a informações e decisões estratégicas e impõem estritos limites ao alcance da participação de operadores e ajudantes na condução da produção. Nesse sentido, eles garantem que o domínio de classe no interior das unidades produtivas não

será colocado em risco seja pela organização de equipes com maior grau de autonomia no chão de fábrica, seja pelo estímulo para que os operadores e ajudantes não se limitem a tarefas manuais e assumam parcela das tarefas intelectuais necessárias ao processo de trabalho.

Paralelamente, as agroindústrias também acionam múltiplos instrumentos de cooptação da subjetividade de seus trabalhadores. Sistemas de premiação às melhores inovações ou a resultados acima das metas têm forte impacto sobre a auto-imagem de operadores e ajudantes, reforçando sua posição de subalternidade face os níveis hierárquicos superiores da empresa. Ademais, tais sistemas de premiação geram competições e segmentações entre os assalariados industriais, obstaculizando sua auto-construção enquanto sujeitos políticos coletivos. O seguinte trecho de entrevista com um safrista de determinada agroindústria citrícola ilustra claramente este esforço de cooptação de sua subjetividade com vistas a reproduzir o domínio do capital sobre o trabalho no espaço fabril:

> "Ali no nosso setor foi feito um mininegócio, isso é muito interessante. Naquele mininegócio a gente resolvia o nosso problema ali dentro, não passava pros outros. Tinha coisa que acontecia dentro do nosso mininegócio que o restante da fábrica nem sabia. Ali naquele mininegócio tem um quadro e cada pessoa tem que pôr duas inovações. Então a gente roda todo o nosso setor e vê o que tá precisando: uma escada pra facilitar o serviço, troca de piso, troca de uma torneira, troca de válvula, vapor a mais, vapor a menos. Tinha uma reunião todo o dia de oito minutos do nosso mininegócio, a gente fazia a nossa explanação na lousa, fazia a marcação do que era necessário e passava adiante. Lá no mininegócio também tinha as metas a serem batidas no mês. Se a gente batesse a meta, a gente ganhava um prêmio, a gente ganhava um jantar num restaurante VIP. Dentro da firma tem um restaurante comum, normal, gigantesco, onde todo mundo come junto. Se a gente ganhasse aquele mês, a gente ia comer num restaurante separado, a comida era diferente. Todo mundo trabalhava mais pra ganhar esse prêmio, que era muito bom. Ganhava troféu, tirava foto da gente, saía na revista da empresa, vai pra todas as unidades. Era um incentivo a mais" (Safrista, Bebedouro, 12/2012)

Sinteticamente, podemos dizer que o processo que viemos descrevendo de reestruturação produtiva das indústrias de suco ao longo das décadas de 1990 e 2000 teve como principais conseqüências o acirramento da segmentação entre os trabalhadores

fabris, a diminuição massiva de postos de trabalho e a sofisticação da cooptação da subjetividade de operadores e ajudantes sob os interesses e diretrizes do capital agroindustrial. No interior deste cenário, tornaram-se ainda menos dinâmicos os sindicatos de trabalhadores das indústrias da alimentação paulistas, organizados em torno da Fetiaesp (Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo) e filiados em sua grande maioria à Força Sindical. Dirigentes sindicais com atuação no setor afirmam que o aumento da terceirização, o estabelecimento do contrato por tempo determinado e o temor da perda de empregos para a automação enfraqueceram a organização e mobilização dos assalariados das indústrias de suco paulistas e impossibilitaram uma atuação mais contundente de enfrentamento com o capital agroindustrial citrícola no último período. O seguinte trecho de entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação de Matão exemplifica em detalhes tal interpretação da correlação de forças no setor:

> "Tem um velho ditado que diz assim, a gente tem que dançar conforme a música. O cenário hoje é totalmente diferente de tempos atrás. Até o começo dos anos 1990 tava todo mundo mais tranquilo porque sabia que podia pleitear um outro trabalho, era muito mais fácil arrumar emprego. Era assim: eu quero isso, se você não quer, nós vamos fazer uma paralisação. E parava, principalmente no segmento metalúrgico, que é onde todo mundo se inspira. Hoje o que tá acontecendo é que o sindicalismo teve que repensar os seus passos. Porque eu não posso contar hoje mais com a adesão dos trabalhadores para uma possível paralisação, é muito complicado. Hoje a situação tá muito complexa pelo fato de que tá se reduzindo cada vez mais a mão de obra pelo avanço da tecnologia. Isso tem minado a força do sindicato. Não que a automação não seja importante. De fato, ou você caminha nesse processo, ou a empresa fica pra trás. Mas aí o trabalho que era desenvolvido por dez pessoas, fica na mão de três, seja por causa da tecnologia, seja sobrecarregando o trabalhador, que tem que dar conta. A pressão é muito forte pra dar conta. O resultado é uma redução drástica de 70% na média da mão de obra. E vai colocar esse pessoal aonde? Se lá atrás a gente não tava preocupado com isso, hoje o trabalhador tá lutando pra permanecer no emprego, manter o emprego. Pela necessidade que o trabalhador tem de sustentar a sua família, ele acaba se submetendo a qualquer tipo de coisa. Ele nunca vai dizer não, ele vai dizer sempre sim. [...] Se não bastasse isso daí, com as leis que existem, com a possibilidade de contrato temporário, isso tem atingido o âmago de todos os trabalhadores. Cê tem um pessoal fixo, mas uma boa parte dos trabalhadores só trabalha na safra. Pro sindicato esse contrato de safristas criou uma dificuldade. Os safristas têm sido decisivos nas assembléias. Porque pra eles tanto faz, como tanto fez. O que vier é lucro. Eles trabalham só quatro,

> cinco meses, enquanto tiver a safra, depois vão embora e não sabem se voltam. Então qualquer coisa que oferecerem pra eles, eles vão pegar. Eles não têm aquela consciência '*se é dez vamo tentar quinze, porque se eu voltar o ano que vem, eu vou começar com quinze, não vou começar com dez*'. Eles não têm essa consciência. Cê não consegue, é muito difícil... Por exemplo, no acordo com uma empresa existia uma moeda de troca: precisava aprovar o banco de horas pra eles [safristas] terem direito ao PPR [Programa de Participação dos Resultados]. Então os safristas vinham aqui pra aprovar o banco de horas! [...] Além disso, houve um período em que a terceirização esteve muito grande. Lá nos anos 1990, quando terminava a safra da laranja, nós mesmos desmontávamos o maquinário e dávamos manutenção. O período de entressafra é pra fazer manutenção da fábrica, trocar o que tem que trocar, substituir o que tem que substituir. Isso era feito pelos funcionários. Uma ou outra empresa vinha fazer isso aí, mas era feito principalmente por nós mesmos. Em determinado momento, segundo eles por contenção de despesa, eles começaram a contratar terceiros. Eles botam os terceiros pra fazer o serviço, acompanhado de alguém de lá de dentro. Isso impactou a gente. Nós tínhamos um quadro de funcionários estáveis lá atrás, que ajudava no sindicato em termos de contribuição. Com a terceirização, a gente viu nosso orçamento ir lá embaixo. Serviço que nós realizávamos com trabalhador fixo foi terceirizado, consequentemente a arrecadação do sindicato pra investir no próprio trabalhador também diminuiu. Isso porque o trabalhador terceirizado não é representado pelo sindicato da alimentação. Se ele é da área metalúrgica e vem fazer um trabalho nessa área, às vezes o sindicato dos metalúrgicos dá respaldo. Dependendo do tipo de serviço, na maioria das vezes é feito pelo sindicato da construção civil. Então houve um grande impacto da terceirização no segmento da alimentação em relação a representação. Pra empresa foi bom? Deve ter sido. Mas pros sindicatos foi uma péssima experiência" (Presidente do sindicato dos trabalhadores das indústrias de alimentação, Matão, 07/2012)

Face a tal cenário de fragmentação, duas opções políticas se impõem. Por um lado, há a opção de articular em escala local e estadual as diferentes frações de trabalhadores que sofrem com a ofensiva das agroindústrias citrícolas, colocando em xeque as segmentações que os dividem ao longo de toda a cadeia produtiva com vistas a recuperar seu poder de mobilização e enfrentamento contra o capital agroindustrial. Por outro lado, há a opção de abrir mão por completo de recuperar a mobilização política deste trabalhadores, encaminhando negociações entre as burocracias sindicais e os dirigentes das indústrias de suco com vistas a alcançar conquistas pontuais em termos de remuneração e benefícios para os trabalhadores efetivos destas empresas. A ausência de uma tradição de luta dentre os sindicatos de trabalhadores das indústrias de alimentação paulistas levou-os sem

maiores questionamentos para esta segunda opção. O seguinte trecho de entrevista com o presidente do Sindicato de Trabalhadores da Indústria de Alimentação de Araraquara e diretor da Fetiaesp ilustra claramente tanto a opção política seguida por estas instituições, quanto sua consequência para os assalariados industriais por elas representados:

> "Ainda hoje nós tivemos uma conversa com o vice presidente da Fiesp, nós dizíamos pra ele o seguinte: *'nós estamos dispostos a trabalhar junto com as empresas'*. Quando eu falo isso alguém pode perguntar: *'trabalhar de que jeito junto com a empresa?'*. Nós tivemos um momento no setor sucroalcooleiro em que o setor tava totalmente quebrado. Através de ação do movimento sindical, dos trabalhadores, com passeatas, reuniões com o governo do estado, reuniões com o governo federal, nós conseguimos mudar um pouco essa situação. Nós tamos dispostos a fazer isso também no setor da laranja, caso realmente o setor esteja com dificuldade e nós possamos trabalhar juntos. Por exemplo, podemos tentar junto ao governo do estado colocar o suco na merenda, ou nas cidades. É isso que nós pretendemos fazer: uma linha de ação juntamente com as empresas e o sindicato patronal pra buscar dar mais evasão à venda desse produto, pra não ficar encalhado, pra não dizer que tá fechando uma empresa porque não vende. [...]
>
> *Por que esses setores da alimentação têm um salário tão mais baixo que a média dos outros setores industriais?*
>
> Boa pergunta. Não é falta de trabalho dos dirigentes sindicais, até porque todo ano existe uma negociação. Mas a verdade é a seguinte: já teve ano de negociação com as usinas e com as indústrias de suco em que, levando em conta a situação do setor, em algum momento o trabalhador cedeu, não teve um reajuste que era merecido naquele momento, até pra tentar levantar o setor. Só que isso nunca mais foi levado em consideração, nunca deu retorno pros trabalhadores. Hoje os nossos reajustes vêm acontecendo sempre com um, dois por cento de aumento real, no setor de usina. Nos setor de suco nesse ano, a nível regional [Araraquara] foi 6% e a nível estadual foi 7%. Eu acredito que, em Araraquara, as usinas de açúcar tão bem pior do que o setor de suco, o setor de suco ainda é um pouco melhor. Mas do jeito que as coisas vão indo, vão igualar as condições, porque tá muito ruim" (Presidente do sindicato de trabalhadores da indústria de alimentação, Araraquara, 07/2012)

Ao longo especialmente da década de 2000 a fragilidade deste posicionamento sindical ficou clara a partir das fusões entre algumas das principais agroindústrias citrícolas e do conseqüente fechamento de grandes unidades produtivas, sem que as demissões em massa encontrassem qualquer enfrentamento contundente por parte dos trabalhadores. A título de conclusão do capítulo, descreveremos a seguir dois destes casos (o fechamento da

Citrosuco de Bebedouro em fevereiro de 2009 e o fechamento da Citrovita de Matão em fevereiro de 2012) e analisaremos traços dos discursos de assalariados industriais do setor a seu respeito.

- *Fusões, aquisições e fechamentos de fábricas no complexo citrícola*

Conforme mencionado anteriormente, ao longo das décadas de 1990 e 2000 uma série de pequenas e médias indústrias de suco fechou e/ou foi adquirida por grandes empresas do setor. Dentre as que paralisaram suas atividades destacam-se a Central Citrus, fundada em 1978 em Matão e desativada em 1995; a CTM Citrus, fundada em 1984 em Limeira e desmantelada em leilão em 1999; a Frutax, fundada por um grupo de citricultores em 1994 em Monte Azul Paulista e desmantelada em leilão em 1999. Dentre as adquiridas por grandes empresas do setor destacam-se a Frutesp, controlada pela Coopercitrus desde 1979 em Bebedouro e vendida à Louis Dreyfus em 1993; a Branco Peres, fundada em 1980 em Itápolis e incorporada pela Cutrale em 1998; a Cambuhy, fundada em 1992 em Matão e adquirida pela Citrovita em 1998; a Sucorrico, fundada em 1996 em Araras e vendida à Citrovita em 2005; a Citrus Kiki, fundada em 1999 em Engenheiro Coelho, arrendada desde 2005 e posteriormente comprada pela Louis Dreyfus; a Royal Citrus, fundada em 1990 em Taquaritinga e assumida pela Cutrale em 2011.

Paralelamente, a década de 2000 foi também marcada por fusões ou aquisições dentre algumas das maiores agroindústrias citrícolas no estado de São Paulo. Em julho de 2004 a Cargill anunciou que havia vendido seus ativos no setor de citros no Brasil, com o objetivo de se concentrar em setores do "agronegócio" em que já era líder de mercado ou tinha condições de alcançar esta posição. Dentre seus ativos vendidos, a Citrosuco adquiriu duas fazendas, um terminal de armazenamento de suco e uma unidade de processamento em Bebedouro, enquanto a Cutrale adquiriu outras duas fazendas e uma unidade de processamento em Uchôa. O negócio foi aprovado pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em setembro de 2005, a despeito dos protestos da Associtrus de que

prejudicaria os citricultores paulistas ao acirrar ainda mais a concentração industrial do setor.

Posteriormente, em maio de 2011 Citrosuco e Citrovita anunciaram seus planos de fusão, com vistas a tornarem-se líder no setor com 45% do mercado de suco, superando a Cutrale com 35% à época. Em dezembro de 2011 o CADE aprovou os planos, mas determinou que as empresas assinassem um Termo de Compromisso de Desempenho, buscando preservar minimamente os citricultores do impacto da fusão. Segundo o TCD, as empresas deveriam abrir informações aos produtores, congelar a expansão de seus pomares próprios e assinar contratos de longo prazo para o fornecimento das frutas. Estas decisões da autarquia de defesa econômica estiveram pautadas na política industrial do governo brasileiro ao longo da década de 2000, que explicitamente deu aval ou estimulou fusões e aquisições entre empresas brasileiras, principalmente exportadoras de *commodities* agrícolas e minerais, com o objetivo de induzi-las a conquistar ou manter lideranças no mercado internacional[102].

Se aos olhos dos produtores de laranjas estes processos reduziram ainda mais seu poder de barganha, na medida em que apenas três empresas passaram a concentrar cerca de 95% da capacidade de esmagamento da fruta no estado de São Paulo, aos olhos dos assalariados industriais do setor estas fusões e aquisições implicaram no fechamento de grandes fábricas, na diminuição de postos de trabalho e na deterioração relativa de sua condição econômica. Isso porque ao longo das últimas décadas o complexo citrícola paulista tem sido marcado pela tendência de compra e encerramento de unidades de processamento de laranjas com vistas à neutralização de concorrentes e à consolidação do controle de empresas remanescentes sobre o mercado internacional em estagnação. Nestes casos, como em outros já destacados anteriormente, têm permanecido politicamente inquestionadas as estratégias de apropriação privada dos lucros e socialização dentre os

[102] Estes processos fizeram com que os indicadores de concentração na indústria de suco, que haviam caído com a entrada e crescimento de novas empresas no setor ao longo da década de 1990, aumentassem significativamente nos anos 2000. De fato, o grau de concentração do setor nas mãos das duas maiores empresas havia caído de 61,5% em 1990 para 45,6% em 2000, mas retornou ao patamar de 61% já em 2004. No mesmo sentido, o grau de concentração do setor nas mãos das quatro maiores empresas havia caído de 86,8% em 1990 para 73% em 2000, mas retornou ao patamar de 89,6% também em 2004 (Amaro, 2004)

trabalhadores dos custos do prevalecimento de grandes empresas do "agronegócio" em condições adversas de mercado.

No que diz respeito à venda das fábricas da Cargill para Cutrale e Citrosuco, a empresa americana determinou em contrato que as empresas brasileiras deveriam fornecer-lhe suco concentrado congelado pelo período de cinco anos, visando garantir a distribuição do produto para seus clientes no mercado europeu. Ao final deste período, em fevereiro de 2009 a Citrosuco anunciou o fechamento da fábrica recém-comprada em Bebedouro e a demissão de 208 de seus funcionários locais. O depoimento abaixo de um ex-operador desta fábrica nos oferece detalhes do modo como a empresa tomou esta decisão e do modo particularmente agressivo como a transmitiu aos trabalhadores:

> "Eu trabalhei nessa unidade aqui de Bebedouro vinte e oito anos, oito meses e oito dias. De 1980 até dia 7 de fevereiro de 2009, quando aconteceu o fechamento. Já em 2004 a venda da fábrica da Cargill para a Citrosuco não foi preparada pros funcionários, foi um negócio meio de surpresa, chegaram falando que a unidade de Bebedouro ia ficar com a Citrosuco e a de Uchôa ia ficar com a Cutrale. Na época a Cargill tinha contratos com os clientes dela que ela não podia de uma hora pra outra quebrar, então ela fez um contrato com a Citrosuco e a Cutrale para eles fornecerem produto pra ela por mais cinco anos. O que eles foram fazendo? Eles foram pagando a Cargill com o suco que eles foram fabricando. A partir do momento que eles pagaram isso aí, fecharam a fábrica... Porque nesse meio de suco a disputa vai ficando pra poucos, ou você compra a outra empresa ou você se vende pra ela. E eles compram e eles fecham. É uma disputa de mercado, esses fechamentos de fábrica são coisa programada pelas indústrias grandes. [...] No dia que todo mundo foi dispensado eu tava tomando café na minha casa, minha esposa falou: '*Parece que tá tendo uma confusão lá na Citrosuco, tem polícia lá na porta, parece que a empresa fechou e não quer deixar nenhum funcionário entrar'*. A polícia tava lá por questão de segurança, eles ficaram com medo de funcionário invadir a fábrica. Eles também trouxeram seguranças novos e anunciaram que não era pra entrar mais nenhum funcionário. Isso foi no sábado, 7 de fevereiro, no dia em que a gente recebeu o telegrama notificando nosso desligamento da empresa. Na semana seguinte nós entregamos o uniforme, fizemos a baixa, um exame médico bem superficial e dispensaram todo mundo... Muitas pessoas na hora desesperaram, choraram muito. [Voz embargada] Era muita gente que se conhecia há muito tempo, então você sente falta dos colegas, daquele ambiente que você criou" (Operador, Bebedouro, 12/2012)

Em comunicado oficial a respeito do fechamento da fábrica, a Citrosuco informou estar racionalizando seus processos de produção mediante o melhor aproveitamento de seus ativos industriais, visando "ganho de eficiência numa conjuntura de estagnação da demanda internacional de suco de laranja". No mesmo comunicado, a empresa reconheceu que a recém comprada fábrica de Bebedouro representava capacidade excedente e ociosa de processamento ao afirmar que suas unidades de Matão e Limeira estavam "preparadas para manter os mesmos níveis de produção total da empresa sem que houvesse qualquer redução nos volumes comercializados". Por fim, a Citrosuco pontuou que a unidade de Bebedouro seria "mantida em condições de retomar suas operações de produção a qualquer momento em que se tornasse necessário". Contudo, parte do maquinário da indústria começou a ser desmontado e removido já em abril do mesmo ano, mantendo-se desde então em Bebedouro tão somente o setor de armazenamento e refrigeração de suco (Jornal Folha da Cidade de Bebedouro, "Citrosuco fecha parcialmente em Bebedouro", 11/02/2009; Jornal Impacto, "Sem esperanças: aos poucos fábrica de suco pode estar deixando Bebedouro", 09/04/2011).

Desde o ponto de vista dos trabalhadores, após o anúncio do fechamento da fábrica formou-se um *Comitê em Defesa do Emprego e Pela Permanência da Citrosuco*, responsável pelo lançamento do manifesto "*Citrosuco/Fischer, Bebedouro merece respeito!*" e pela organização de uma única manifestação em frente ao portão da empresa no dia 20 de fevereiro. A manifestação contou com cerca de 80 pessoas entre trabalhadores demitidos e apoiadores de diferentes entidades da cidade – Associtrus, Sindicato dos Empregados Rurais, Sindicato Rural patronal, Sindicato dos Empregados do Comércio, Sindicato dos Correios, Assembléia Popular, OAB-Bebedouro, Sindicato dos Servidores Municipais, Apeoesp, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, além de representantes dos poderes legislativo e executivo (Jornal Folha da Cidade de Bebedouro, "Manifesto reúne diferentes entidades em prol da reabertura da Citrosuco", 21/02/2009). Apesar da articulação de apoiadores, a ausência de outras manifestações e a baixa participação de empregados demitidos ou atuantes em outra indústria de suco da cidade são indício tanto do esforço irrisório de mobilização realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de Bebedouro, quanto da incapacidade dos

trabalhadores do setor de oferecer respostas contundentes às imposições do capital agroindustrial citrícola na atual conjuntura[103].

Por sua vez, a fusão entre Citrovita e Citrosuco colocou a disposição de uma única empresa duas unidades de processamento de laranjas em Matão: uma da Citrosuco com 180 extratoras e outra da Citrovita com 56. Daí que esta última tenha anunciado pouco mais de dois meses após a aprovação dos planos de fusão pelo CADE o fechamento de sua fábrica na cidade e a demissão de 111 funcionários a partir de fevereiro de 2012 e de outros 62 a partir de maio do mesmo ano[104]. Tendo por pano de fundo o grande descontentamento três anos antes com a decisão da Citrosuco de informar os trabalhadores acerca de seu desligamento por meio de telegramas, a Citrovita optou por comunicar direta e conjuntamente as demissões e o encerramento das atividades na fábrica a seus funcionários locais. O seguinte trecho de entrevista com um dirigente sindical dos trabalhadores da indústria de alimentação de Matão assim ilustra as circunstâncias em que esta decisão foi tomada e transmitida:

> "Quando a fusão entre a Citrovita e a Citrosuco foi anunciada, ela nos deixou muito preocupados, porque nós temos conhecimento do que significa uma fusão. Nenhuma fusão até o presente momento foi favorável ao trabalhador. Quando eles fazem a fusão, eles pensam unicamente no status empresarial: *'Nós vamos nos juntar pra sermos a maior empresa produtora e exportadora de suco do mundo'*. Não existe da parte das empresas que estão se fundindo a preocupação com o funcionário, com o empregado. Elas sabem que vai ter que mandar gente embora, se não é de uma é da outra, ou é das duas, como tá acontecendo agora. E o trabalhador não tem nenhum órgão competente que possa sair em defesa dele quando se trata de fusão. Não tem! O CADE não trata de

[103] À época, a Associtrus e 40 produtores de laranjas declararam interesse em assumir a gestão da unidade da Citrosuco em Bebedouro, o que garantiria tanto a permanência dos empregos fabris, quanto a demanda de suas frutas. Segundo a Associtrus, a fábrica mantida por agricultores poderia negociar com os poderes municipal ou estadual com vistas a fornecer suco de laranja para a merenda escolar. A proposta recebeu apoio do presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Bebedouro, segundo o qual ela poderia extinguir a terceirização da mão de obra e estabelecer a contratação direta dos colhedores de laranja nos pomares de fornecedores da fruta. A reivindicação não foi, contudo, aceita pelo poder público ("Governo de SP analisa proposta de arrendamento de fábrica de suco" in www.associtrus.com.br/noticia, 10/06/2009).

[104] É relevante lembrar que ao longo da safra 2011/2012 as agroindústrias citrícolas haviam recebido do poder público uma linha especial de crédito no valor de R$300 milhões a juros de 6,75% ao ano para a recomposição de seus estoques, em troca do pagamento de um preço mínimo de R$10,50 por caixa de laranja.

> assuntos relacionados ao trabalhador, eles não perguntam: '*Qual o reflexo dessa fusão pro trabalhador?*'. É o contrário: '*Qual o reflexo dessa fusão pro empresariado?*' [...] Nós fomos comunicados que haveria demissões na empresa, na Citrovita pra começar. Disseram naquele momento que não tinha nada a ver com a fusão, mas tinha tudo a ver com a fusão, não adianta. Mandaram 111 trabalhadores. A princípio era menos, dois dias antes eram 40 e poucos trabalhadores que seriam demitidos, segundo eles por outras razões. Mas depois a gerente de Rh da empresa me ligou e disse: '*Infelizmente nós temos que fazer mais algumas demissões. Nós estamos reunidos com os funcionários, com todo o aparato aqui*'. O pessoal tava como se tivesse indo pro abatedouro, todo mundo enfileirado pra ir pra sala de RH, passar pelo médico, passar pelo psicólogo pra assinar a carta de demissão..." (Dirigente sindical, Matão, 12/2012)

Segundo a Citrovita, o fechamento da fábrica não teve relação com a fusão e se deveu estritamente ao excesso de frutas no mercado e à falta de estrutura para realização do estoque. Aos ex-funcionários, a empresa ofereceu 90 dias de vale refeição, PLR (Participação nos Lucros e Resultados) proporcional, um salário de bônus para aqueles com um a dez anos de empresa e dois salários para aqueles com mais de dez anos, assessoria para recolocação no mercado de trabalho e assistência médica a ser avaliada caso a caso. O sindicato enviou uma contraproposta em que reivindicava aos ex-funcionários extensão do convênio médico e odontológico, extensão do vale refeição e vale transporte por 12 meses, pagamento de cursos universitários em andamento até sua conclusão e PLR equivalente a dois salários nominais. Diante da ausência de resposta por parte da empresa, organizou-se uma única manifestação com cerca de 200 pessoas no dia 5 de março de 2012 desde a sede do sindicato até a fábrica da Citrosuco, com o objetivo de alertar os trabalhadores daquela unidade acerca das demissões que também ocorreriam ali. ("Fábrica de suco de laranja demite 111 e anuncia fechamento em Matão" in www.g1.globo.com/sp/araraquara-regiao/noticia, 29/02/2012; "Passeata contra fechamento da Citrovita toma ruas de Matão" in www.sinalcatanduva.org.br/noticia, 05/03/2012). A presença nesta manifestação de representantes de Sindicatos de Trabalhadores da Indústria de Alimentação de diversas cidades do estado de São Paulo com unidades de processamento de suco de laranja foi um indício de que o fechamento de fábricas vem se tornando uma das principais expressões da contradição entre capital e trabalho no

complexo citrícola e, portanto, um grande desafio à estratégia predominante neste meio sindical de não enfrentamento com o capital agroindustrial[105].

A respeito dos impactos decorrentes dos fechamentos de indústrias de suco paulistas, os trabalhadores demitidos destacam em seu discurso primeiramente a deterioração de suas condições econômicas. Segundo seus relatos, diversos ex-funcionários da Citrosuco em Bebedouro e da Citrovita em Matão viram-se obrigados a aceitar diferentes modalidades de vínculos empregatícios informais ou por tempo determinado, com remunerações significativamente mais baixas e acesso precário a direitos sociais e trabalhistas. Em sua leitura dos fatos, estes trabalhadores destacam também o descompasso entre as exigências a que estavam submetidos no cotidiano de trabalho e o descaso com que consideram ter sido tratados quando do encerramento das fábricas. É representativa deste sentimento a expressão utilizada recorrentemente por trabalhadores demitidos em Matão, que comparam o momento de sua dispensa com o de uma "*boiada indo pro abate*". Os dois trechos seguintes de entrevistas com operadores assim ilustram este quadro:

[105] Exemplo disto é a suspensão de atividades nas fábricas da Cutrale em Itápolis e Taquaritinga em 2012, questionada judicialmente pelo Ministério Público do Trabalho pela ausência de negociação com o sindicato local antes das demissões: "*O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Araraquara pediu à Justiça trabalhista nesta terça-feira (23/10) a condenação da Cutrale, uma das maiores produtoras de suco de laranja do mundo. A empresa é acusada de demitir 83 trabalhadores sem ter negociado previamente com os sindicatos das categorias. O pedido do Ministério Público é que a Cutrale seja condenada a pagar R$ 10 milhões por danos morais. De acordo com o MPT, a produtora de suco de laranja demitiu 39 trabalhadores em sua planta fabril em Itapólis (SP) e outras 44 pessoas que trabalhavam na fábrica da empresa em Taquaritinga (SP). Os dois sindicatos que representam os trabalhadores demitidos dizem que não houve negociação antes das dispensas e que a empresa recusou-se a receber os sindicalistas para conversar sobre as demissões. Ainda segundo o Ministério, a Cutrale negou o caráter coletivo das demissões e disse que o quadro de funcionários estava sendo ampliado em outras fábricas da empresa. '*Não houve qualquer preocupação em se atenuar o impacto do súbito e inesperado desaparecimento de dezenas de empregos nas duas cidades*', disse o procurador Rafael de Araújo Gomes, por meio de nota*" ("MPT pede condenação da Cutrale por demitir funcionários sem negociar com sindicatos" in www.associtrus.com.br,25/10/2012).

"Sobre o fechamento da fábrica da Citrosuco aqui em Bebedouro, o que você sentiu quando você ficou sabendo da notícia?

Tinha boatos na rua, na boca do povo, mas a diretoria nunca chegou pra gente e falou '*Vai fechar*'. A gente trabalhou até as cinco horas na sexta feira, no sábado chegou os telegramas em casa. Pra nós foi um baque sim e não só pro pessoal da indústria, mas também pra prestador de serviço terceiro, o pessoal da apanha... Depois cada um foi se encaixando, correndo atrás de uma coisinha e se encaixando. Eu agora to na Catupiry, só lá nós tamo em oito. Na Louis Dreyfus tem um bom tanto lá também. Na Granol também tem. Porque na Cargill e na Citrosuco a gente tinha muito treinamento, isso aí no currículo pesa. Onde você vai numa fábrica e o cara vê que você tem um bom curso de segurança, os cara te dá oportunidade. Mas não tem a mesma renda salarial... Dá uma diferença de uns quinhentos reais ou mais. Porque em qualquer outra firma você vai entrar de safrista, você não vai ser contratado com a vaga de operador duma área. E safrista tem emprego sete, oito meses, no resto do tempo tem que trabalhar de pedreiro, de pintor, de auxiliar de alguma coisa. Só pra defender o dia, entendeu?" (Ex-operador, Bebedouro, 12/2012)

"Sobre o fechamento da fábrica da Citrovita aqui em Matão, o que você sentiu na hora que você recebeu a notícia?

Pra mim foi um impacto, né? Porque eu não esperava, eu gostava de trabalhar nessa firma, né? Uma firma boa, de repente fizeram uma fusão e foi quase 200 funcionário pra rua, de uma hora pra outra dispensaram esses funcionário, sem a mínima atenção, não perguntou nada, simplesmente dispensaram o funcionário. Ao invés de eles chamarem você em particular, conversarem com você, dizerem '*olha, tamo dispensando você por isso e isso*', não... Foi como boiada pro abate. Não trataram a gente como funcionário, no caso eu trabalhei lá quase quatro anos e não perdi um dia de serviço, não levei um atestado, não perdi uma hora de serviço, mas não deram atenção pra mim. [...] Tem uns colegas que tá empregado em outras empresa, tem outros que tá parado. Tem uns aí que tá recebendo seguro desemprego, outros trabalhando de servente de pedreiro, outro aguardando uma oportunidade em metalúrgica, em outras fábricas. No caso eu to quebrando galho no mototáxi. Não é um emprego, é um quebra galho. Esperando novamente aparecer uma vaga no mercado de trabalho pra poder trabalhar" (ex-operador, Matão, 07/2012)

Como indica esta última citação, o impacto econômico dos fechamentos de fábrica e das demissões massivas é acompanhado por outro de caráter cultural e político: com diferentes matizes e alcances, é possível identificar no discurso de muitos ex-funcionários a deterioração dos laços que os solidarizavam com os interesses e as diretrizes das agroindústrias citrícolas, suas anteriores contratantes. Particularmente significativo a este

respeito é a contraposição entre, por um lado, momentos do discurso destes trabalhadores construídos a partir de instrumentos empresariais de cooptação de sua subjetividade e, por outro, momentos do discurso destes trabalhadores construídos a partir da experiência recente de demissão: enquanto os primeiros reproduzem a dissolução mistificadora da clivagem entre capital e trabalho, os segundos visualizam claramente o significado desta clivagem para suas vidas; enquanto os primeiros caracterizam de maneira ideológica as relações de trabalho como autônomas e horizontais, os segundos identificam o caráter heterônomo e vertical destas relações. Os seguintes trechos de uma mesma entrevista com um operador demitido pela Citrovita após o fechamento de sua fábrica em Matão ilustram exatamente esta contraposição: o primeiro trecho descreve os conteúdos transmitidos aos trabalhadores em treinamentos da empresa; o segundo descreve sua percepção acerca dos sentimentos e reflexões dos trabalhadores após o encerramento da fábrica:

> "Sempre falaram, sempre exigiram, eles frisavam bastante isso, o pessoal que dava os treinamentos: '*Faz de conta que você é dono aqui, você é o dono. Nas oito horas que você tá aqui, você é dono disso aqui. Não é o Antônio Ermírio, você tem que cuidar disso aqui como se fosse a sua casa*'. Na minha área eu não tenho supervisor, eu tenho que considerar que isso aqui é meu, que eu sou dono disso aqui, que esse pedaço da fábrica é meu. *'Você tem que considerar que isso aqui é teu, você precisa do salário e precisa então produzir pra isso, fazer isso aqui funcionar direito depende de você, você não pode esperar por ninguém'*. Outra coisa que frisavam bastante nos treinamentos é o trabalho em equipe, saber como trabalhar em equipe, ajudar um ao outro dentro da equipe e fora da equipe. Por exemplo, eu to bem aqui, minha área tá bem. Só que pra eu tá bem aqui, eu tenho que saber se na frente quem tá recebendo tá bem também. Eu tenho que saber se ele tá contente com o que eu to enviando pra ele, se o meu cliente tá bem. E aqui atrás também, o que vem antes de mim. Se eu to bem eu vou ver se o meu amigo lá tá precisando de ajuda. Isso é aprender a trabalhar em equipe... [...]
>
> *O que você sentiu quando você recebeu a notícia de que a fábrica da Citrovita aqui em Matão ia fechar?*
>
> Sente mal, né? Muito mal. Todo mundo se sente mal, primeiro porque é o emprego de todo mundo que tá rodando. E é difícil de encontrar outro, às vezes encontra pra ganhar muito menos. Igual um colega que saiu de lá falou pra nós '*porcaria cê acha bastante, mas emprego em empresa boa é difícil'*. Então a gente se sente mal primeiro por isso, você sente um fracasso, né? E outra é que cê tá lá há tanto tempo que cê fica parecendo dono. Principalmente quem tá lá há bastante tempo, cê sabe

que não é, mas cê fica se sentindo dono. Então parece que tá tirando alguma coisa que é da gente, né? Então cê vê o pessoal abalado mesmo, com cara de velório. No dia [do anúncio das demissões] você precisava ver aquela fábrica, a cara das pessoas, parecia que alguém tinha morrido. Uma rodinha aqui, falando baixinho, sem nenhum ânimo" (Ex-operador líder, Matão, 07/2012)

Paralelamente, é também possível encontrar após o fechamento das fábricas expressões fragmentadas e assistemáticas de solidariedade no discurso de funcionários e ex-funcionários destas e outras empresas do complexo citrícola. Para além da quebra de laços cotidianos, muitos trabalhadores das demais indústrias de suco de Bebedouro e Matão afirmam que as demissões massivas também os afetam por ter um impacto baixista sobre o mercado de trabalho local e, portanto, sobre sua remuneração presente e futura. As expressões de solidariedade daí decorrentes tendem a limitar-se, contudo, a um caráter econômico-corporativo e permanecem não articuladas e desenvolvidas pelas organizações de trabalhadores do setor no sentido de um discurso crítico ao capital agroindustrial citrícola. Assim o ilustram três citações de trabalhadores não demitidos após os fechamentos de fábrica, a primeira de um trabalhador terceirizado da segurança, a segunda de um trabalhador safrista e a terceira de um operador de indústrias de suco remanescentes em Matão e Bebedouro:

"O que você sentiu quando a fábrica da Citrosuco aqui em Bebedouro fechou?

Eu senti muito. Porque eu vi muito pai de família chorar. Tinha funcionário aqui, não importa que ele fez quatro safras, cê pega uma rotina, um vínculo de amigos. Aí de repente aquilo é quebrado, do dia pra noite. Cê sai de casa e é funcionário, cê acorda e não é mais. Tem gente que não esqueceu até hoje, ainda alimenta aquela esperança de reabrir. Você tá acostumado com aquele movimento, aquele monte de gente, todos entrando, cantina, caminhão, motorista, então você sente. Poderia tá um monte de gente aí, um movimento tão gostoso. É uma situação que até incomoda a gente. '*Eu tô bem, cê que se lasque*', não é assim. Eu penso diferente, eu gosto que todo mundo trabalhe. É duro o cara levantar de manhã e não ter pra onde ir. É terrível. Até hoje eu olho com aquela esperança, com fé em Deus que abra" (Segurança terceirizado, Bebedouro, 12/2012)

"O que a gente falava lá na firma era o seguinte: se a Citrosuco voltasse a funcionar, fosse uma concorrente de mão de obra, talvez aqui pagasse um pouco mais... Porque eles selecionaram os melhores da Citrosuco e levaram, eles pegaram uma mão de obra mais qualificada e mais barata. Um efetivo que trabalhava antes pra Fischer me disse que lá ele ganhava bem mais. Então no ano

passado ficou na expectativa: abre ou não abre? Mas não virou nada... [...] O aluguel aqui em Bebedouro hoje tá quinhentos reais na média. Se você pagar aluguel, cê não come. Então a gente pensa assim: '*Poxa, uma multinacional tão grande, tão rica, com tantos setores produzindo e batendo meta, só crescendo e a gente só nesse mundinho aqui, nesse salarinho*'. Aí a pessoa desanima" (Safrista, Bebedouro, 12/2012)

"*O que você sentiu quando a fábrica da Citrovita aqui em Matão fechou?*

Quando se fala fusão já se fala desemprego, sofrimento. Geralmente quando a classe trabalhadora junta as forças, é pra melhorar a situação de vida. Quando os empresários decidem juntar força, é pra melhorar a deles. E eles não têm um pingo de contato com o pessoal que trabalha nas empresas. Eles não vão ter sofrimento porque eles não conhecem. Só traz prejuízo pra cidade pro trabalhador. Enquanto os empresários estão lá nos seus iates viajando, eles não tão nem sabendo o que tá acontecendo com os pais de família, família chorando, preocupada com as contas, com o que vai fazer agora. Quando tem mais empresa na cidade, tem mais opção de trabalho e as empresa valoriza mais seu trabalhador. Se você não valorizar a outra pega. Então fusão é só sofrimento pro trabalhador, pra cidade, pro governo" (Operador, Matão, 07/2012)

Chegamos com isso ao fim deste capítulo, ao longo do qual buscamos apresentar traços da leitura de assalariados do chão de fábrica do complexo citrícola acerca das transformações no interior das indústrias de suco de laranja entre as décadas de 1990 e 2000. Buscamos destacar os diferentes nuances do discurso de diferentes grupos de trabalhadores (transportadores de laranjas, trabalhadores terceirizados, safristas, operadores, etc.) a respeito da *reestruturação produtiva* e dos *fechamentos de fábrica* que vêm marcando a agroindústria citrícola ao longo deste período.

Concluímos desta forma nossa pesquisa acerca da multiplicidade de vozes do trabalho atuantes neste complexo. Partindo da proletarização de pequenos citricultores familiares, passando pela persistente informalidade nos vínculos de contratação de colhedores de laranjas e pelas disputas entre famílias sem terra e agroindústrias citrícolas e chegando às demissões massivas ocasionadas por fusões e aquisições entre as grandes empresas que dominam o setor, buscamos aqui retratar os momentos chave da luta de classes no interior deste complexo agroindustrial.

Considerações finais

"O andar de cima só fica de pé porque o andar de baixo é dividido"

(Anônimo)

O que nós hoje chamamos de "agronegócio" é fruto de décadas de transformações econômicas e institucionais no campo brasileiro, paralelas à neutralização coercitiva e simbólica das lutas de trabalhadores rurais desde a implantação da ditadura do capital sob tutela militar em 1964 até a hegemonia neoliberal entre as décadas de 1990 e 2000. O desenvolvimento desigual e combinado da articulação entre lavoura e indústria no Brasil foi uma relativa resposta aos imperativos de ampliação da produtividade das atividades agrícolas, mantendo-se o caráter ultra-concentrado de nossa estrutura fundiária e reprimindo-se a luta pela terra ao longo de toda a segunda metade do século XX e início do XXI. No mesmo sentido, o desenvolvimento desigual e combinado das mediações de controle sobre a mão de obra rural foi uma relativa resposta aos imperativos de transformação das relações de produção no campo brasileiro, mantendo-se o contexto de super-exploração da força de trabalho rural e reprimindo-se a luta pela efetiva universalização de direitos sociais e trabalhistas a esta parcela da população. Ao fim e ao cabo, tal modernização conservadora efetivou-se sob a égide da perpetuação das relações de propriedade e de exploração herdadas dos primórdios de nossa formação social, renovando com sucesso até o momento a subalternidade daqueles que efetivamente produzem riqueza no campo brasileiro.

Ao longo desta pesquisa, buscamos mostrar que o complexo citrícola paulista é particularmente representativo das múltiplas determinações que compõem este quadro. Em primeiro lugar, apresentamos como as estratégias mobilizadas pelo capital agroindustrial citrícola a partir da primeira metade da década de 1990 contribuíram para rebaixar o preço pago pela caixa de laranja aos citricultores em geral, acentuando a concentração de terras no setor devido tanto à proletarização acelerada de milhares de pequenos produtores, quanto à expansão de pomares próprios das agroindústrias. Paralelamente, vimos também que algumas destas empresas são acusadas de apropriarem-se privadamente de estoques de terras públicas na região centro-sul do estado de São Paulo para formarem seus pomares,

com conivência do poder público apesar de questionamentos e enfrentamentos levados a cabo por famílias sem terra na região. Em segundo lugar, mostramos como o capital agroindustrial citrícola esforçou-se entre as décadas de 1990 e 2000 para flexibilizar o mercado de trabalho rural do setor através da criação de "gatoperativas" e "gatomínios", com vistas a desorganizar as lutas de colhedores de laranjas e manter o baixo custo da numerosa mão de obra rural manual de que necessita. Complementarmente, vimos ainda o impacto sobre operadores de máquinas na lavoura e na indústria da subordinação de seu trabalho às agroindústrias citrícolas, tanto devido ao contato indiscriminado com agrotóxicos por tratoristas ou à socialização de custos de estocagem entre transportadores de frutas, quanto devido às flexibilizações empregatícias ou às demissões massivas nas linhas de processamento de suco de laranja.

Em todos estes casos podemos ver como os mais modernos complexos agroindustriais reproduzem traços primordiais da formação social brasileira, na medida em que o controle superdimensionado do capital sobre a terra e sobre a força de trabalho segue sendo a base do prevalecimento de empresas exportadoras de *commodities* agrícolas no mercado internacional. Desde este ponto de vista, a comparação entre a dinâmica do complexo agroindustrial citrícola nos Estados Unidos e no Brasil nos permite visualizar a permanência de certas particularidades da via colonial de formação e consolidação do capitalismo brasileiro: enquanto nos Estados Unidos a produção de suco de laranja concentrado congelado é voltada quase integralmente para o mercado interno e mantém-se especialmente pela maior produtividade relativa de terra e trabalho, no Brasil a produção da *commodity* é voltada quase integralmente para exportação e mantém-se especialmente pela menor remuneração relativa de fornecedores e colhedores de laranjas. Vieira assim detalha a comparação:

> "Quanto aos itens de custos, na Flórida operação de máquinas, irrigação e mão de obra são os mais altos, enquanto que em São Paulo os itens mais significativos são os defensivos, adubos e corretivos. A mão de obra é um grande diferencial entre os custos das duas regiões, uma vez que no Brasil ela é bem mais barata. As despesas com operações de máquinas são bem mais elevadas no estado americano, principalmente em razão do uso intensivo em irrigação (aproximadamente 90% da área cultivada), que no Brasil é muito restrita. ***Além da baixa remuneração da mão de obra, a remuneração dos produtores agrícolas em São Paulo também contribui para definir a***

competitividade da laranja e, portanto, do suco brasileiro no exterior, uma vez que ambas são bem inferiores às da Flórida. Uma análise realizada para um período de 10 anos (1982/82 a 1991/1992) verificou que, na média daquele período, a receita líquida obtida pelos produtores americanos foi de US$2,49 por caixa, enquanto os produtores brasileiros receberam em média US$0,79 por caixa. No mesmo período, a média de preços pagos aos citricultores na Flórida foi de US$5,76 pela caixa, ao passo que na citricultura paulista o preço médio foi de US$2,15 (Neves, 1996). Já na safra 2003/2004 a receita líquida dos produtores brasileiros (calculada por Ghilard, 2005), foi ainda mais reduzida, ficando em US$0,19 por caixa. Essa diferença nos preços pagos e no rendimento dos produtores é influenciada pelo relacionamento entre indústria e agricultura existente nos EUA, onde o setor industrial sempre foi menos concentrado e a comercialização se dá de forma diferente da brasileira. ***Verifica-se, pois, que tanto os trabalhadores do setor, devido aos baixos salários pagos, quanto os produtores de citros, devido à baixa remuneração por caixa de laranja, comparativamente aos produtores na Flórida, contribuem para tornar o suco de laranja brasileiro competitivo internacionalmente***" (Vieira, 2006, p. 316, grifos nossos)

Postando-nos desde a perspectiva daqueles que mais sofrem com a permanência de tal ordem do capital e do "agronegócio" no campo brasileiro, buscamos nesta pesquisa investigar as vozes de diferentes frações da classe trabalhadora subordinada ao capital agroindustrial no complexo citrícola paulista. Através da reprodução exaustiva de depoimentos, procuramos mostrar as continuidades e descontinuidades sociais e políticas existentes entre pequenos produtores de laranjas que mantêm seu modo de vida e trabalho familiares; pequenos produtores de laranjas em acentuado processo de proletarização; pequenos proprietários ou posseiros migrantes que se assalariam periodicamente em pomares paulistas; famílias sem terra em acampamentos ou assentamentos de reforma agrária, cujos membros se assalariam periódica ou permanentemente em pomares paulistas; assalariados rurais manuais com e sem registro em carteira; operadores de máquinas agrícolas e transportadores de laranjas às agroindústrias; trabalhadores de chão de fábrica terceirizados ou efetivos, safristas ou permanentes. Alcançamos com isso uma heterogênea visão de conjunto da classe trabalhadora no setor: una em sua multiplicidade, na medida em que todos estes sujeitos encontram-se subordinados a um conjunto crescentemente restrito de detentores dos meios de produção agroindustriais; múltipla em sua unidade, na medida em que cada um destes sujeitos possui especificidades econômicas, políticas e ideológicas que os diferenciam dos demais.

A construção de um novo ordenamento no interior do complexo agroindustrial citrícola (assim como em todos os demais) depende neste cenário da elaboração de um projeto capaz de sintetizar de maneira minimamente coerente e unívoca discursos e ações de diferentes frações da classe trabalhadora em uma nova perspectiva de equalização da cadeia produtiva como um todo. Desde esta perspectiva, a síntese possível da miríade de depoimentos selecionados e organizados ao longo deste texto não é uma tarefa teórica, cabível às considerações finais de uma dissertação, mas sim uma tarefa prática, cabível à arena da luta de classes. A nós resta aqui fundamentalmente oferecer subsídios a tal tarefa, reafirmando a necessidade política de compreender em sua totalidade a classe trabalhadora que compõe este e outros complexos agroindustriais e questionando a tendência de organizações sindicais e políticas de unilateralizar em sua prática e em seu discurso determinadas contradições da ordem do capital no campo em detrimento de todas as demais.

Compreender em sua totalidade a classe trabalhadora que compõe o complexo agroindustrial citrícola (assim como todos os demais) equivale não somente a investigar os trabalhadores ocupados em todas as etapas desta cadeia produtiva, mas também e principalmente a perscrutar as tendências e contra-tendências que se inscrevem em seu modo de vida e trabalho. A classe trabalhadora não se reduz a um aglomerado de não-detentores dos meios de produção, apesar de esta permanecer sua determinação mais simples e abstrata. A classe trabalhadora é em realidade composta de uma miríade de fragmentos, no interior dos quais a clivagem entre capital e trabalho se concretiza polimorficamente em sentimentos, leituras e estratégias heterogêneos e, por vezes, mutuamente contraditórios. É na arena da produção e reprodução cotidiana do modo de vida das diferentes frações da classe trabalhadora que se ancoram ora a segmentação e o silenciamento impostos pelo capital aos subalternos, ora a aproximação e mobilização de sujeitos explorados sob formas distintas em direção a horizontes afins. Daí que ao longo desta pesquisa tenhamos buscado investigar, por um lado, o modo como as relações de propriedade e de exploração do trabalho pelo capital agroindustrial atualizam-se no cotidiano e no discurso de pequenos produtores familiares de laranjas, assalariados rurais e assalariados industriais e, por outro, o modo como suas leituras a respeito destas relações

concretas antecipam molecular e esporadicamente perspectivas de crítica e de construção de novas relações. A seguinte síntese de Dias expressa claramente as concepções de classe e de luta de classes que buscamos utilizar ao longo desta pesquisa:

> "As classes não se caracterizam apenas pela lógica do capital. Elas criam e são criadas pelas relações sociais de um determinado modo de produção que se constitui como matriz das formações sociais. São proletários, camponeses, mas existem também como individualidades, como mulheres e homens, como Joana, Pedro e José, como Gramsci amava afirmar. Precisamos, mais que nunca, tematizar os subalternos e as periferias, vale dizer, a história vivida, desafio que poucas vezes foi trabalhado corretamente. Na imensa bibliografia já produzida aparece um fosso aparentemente intransponível entre a classe e os seres que a constituem. [...] Iremos trabalhar a idéia de que é através do *modo de vida* que se passa das macro-determinações do modo de produção às micro-relações entre os indivíduos: se não realizarmos essa análise, a um tempo micro e macro, sob o pretexto de uma análise "científica", o que desaparece é a *história como laboratório da luta e da teoria*. Quando falamos *modo de vida* estamos nos referindo às formas de produzir e de consumir (bens, valores, formas de pensar). Em todas as esferas do real as classes trabalhadoras são educadas pelo capital e por tradições que são apropriadas e reinscritas pelo capital. Da família ao trabalho, passando pela escola, o trabalhador explorado e oprimido é formado como elemento da ordem do capital" (Dias, 2012, p.13, grifos do autor)

Às organizações sindicais e políticas atuantes no complexo agroindustrial citrícola (assim como em todos os demais) cabe o desafio de sintetizar os apontamentos críticos presentes no discurso e no cotidiano de *todas* as frações da classe trabalhadora, com vistas à construção de uma nova correlação de forças que reverta a deterioração das condições de vida e trabalho de pequenos citricultores familiares, assalariados rurais e assalariados industriais. Por um lado, esta perspectiva é refreada pelas antinomias que recortam econômica, política e ideologicamente estas diferentes frações da classe trabalhadora entre *pequenos produtores* e *assalariados*, entre aqueles que *lutam por terra* e aqueles que *lutam por salário e por direitos sociais e trabalhistas*, entre aqueles que realizam trabalhos *manuais* e aqueles que *operam máquinas*, entre aqueles que trabalham na *indústria* e aqueles que trabalham na *lavoura*, etc. Buscamos destacar ao longo do texto que determinadas organizações sindicais e políticas atuantes no complexo citrícola cristalizam e reproduzem tais antinomias, seja em suas interpretações a respeito do campo brasileiro, seja em sua estrutura burocrática corporativa, enfraquecendo seu potencial de mobilização

e enfrentamento contra o capital agroindustrial. Por outro lado, a perspectiva de construção de um projeto que unifique minimamente os interesses de distintas frações da classe trabalhadora neste complexo é fortalecida por determinados conflitos que exigem de associações, sindicatos e movimentos a elaboração de reivindicações e horizontes comuns em contraposição às principais agroindústrias citrícolas. Buscamos destacar ao longo do texto que duas frentes de luta em especial (a reivindicação de que os colhedores de laranjas voltem a ser contratados diretamente pelas agroindústrias e a denúncia contra a atuação cartelizada das indústrias processadoras de suco) possibilitaram relativas aproximações entre associações e sindicatos de trabalhadores do setor. Reconhecemos, contudo, apesar destes esforços, que nossa exposição a respeito da estrutura e da dinâmica das principais organizações atuantes no complexo citrícola segue sendo provavelmente o ponto mais frágil de nossa pesquisa a demandar maiores aprofundamentos.

Tendo recuperado estas determinações, podemos enfim concluir nossa dissertação. Esperamos sinceramente que ela possa contribuir não apenas com a crítica da ordem do capital e do "agronegócio" vigente no campo brasileiro, mas também com os esforços das classes trabalhadoras e subalternas brasileiras de reflexão acerca de seus desafios e horizontes presentes e futuros.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios* in ALMEIDA, Alfredo Wagner (org.), *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. *"Novas" formas de contratação de mão-de-obra no complexo agroindustrial citrícola paulista*, Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de São Carlos, 2002.

_____; BERGAMASCO, Sônia; BOTTA FERRANTE, Vera Lúcia; PAULILLO; Luiz Fernando. *Consórcios diferenciados de citricultores no estado de São Paulo: formas "espúrias" ou redes de inclusão social?*, Informações econômicas, SP, v.37, n.3, mar. 2007.

ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da agricultura e sindicalismo: Lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*, Tese de doutorado, Instituto de Economia da Unicamp, 1991.

_____; PAULILLO, Luiz Fernando; SILVA, Edson. *A flexibilização dos direitos trabalhistas chega ao campo: o caso do setor citrícola – o ouro que virou suco*, Revista LTr, São Paulo, v. 60, n. 2, 1996.

_____; PAULILLO, Luiz Fernando. *Crise agrícola e redução dos direitos trabalhistas: a citricultura sai na frente*, informações econômicas, SP, v. 27, n.1, jan. 1997.

_____; VIEIRA, Ana. *A quebra do contrato-padrão e o acirramento dos conflitos no setor citrícola*, Informações Econômicas, SP, v.27, n.8, ago, 1997

_____; ALMEIDA, Luiz Manuel. *Ascensão e queda das "gatoperativas" de mão-de-obra rural no complexo agroindustrial paulista,* In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE 'PRODUÇÃO – ENEGEP, nov. 1999, Rio de Janeiro. **Anais.** Rio de Janeiro: ADREPO, 1999.

_____; ALMEIDA, Luiz Manuel. *Novas formas de contratação de mão de obra rural na nova configuração do complexo agroindustrial citrícola paulista*, informações econômicas, SP, v. 30, n. 12, dez. 2000.

_____, *Por que morrem os cortadores de cana?*, Saúde e Sociedade, n. 3, v. 15, set/dez 2006.

_____; NOVAES, José Roberto (orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*, São Carlos: Edufscar, 2007.

ALY JÚNIOR, Osvaldo et alli. *Questão agrária e agricultura em São Paulo: elementos de diretrizes do Incra-SP* in FERNANDES, Bernardo Mançano (org.) *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

AMARO, Antônio. *Fusões e aquisições na indústria de sucos cítricos*, São Paulo: IEA, 2004.

ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, São Paulo: Boitempo, 2006.

AZEVEDO, Paulo Furquim. *Integração vertical e barganha*, Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1996.

BAPTISTELLA, Celma; NOGUEIRA, Elizabeth; VICENTE, Maria Carlota; FRANCA, Terezinha. *Vida melhor ao trabalhador rural, será?*, Informações econômicas, SP, v. 22, n. 3, mar. 1992.

_____; VICENTE, Maria; NOGUEIRA, Elizabeth; GATTI, Elcio. *Tecnificação e emprego na citricultura paulista, 1974/75 a 1991/92*, Agricultura em São Paulo, SP, 41 (3), 1994.

_____; *Colhedores de laranja na indústria paulista*, Dissertação de mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1998.

_____; PINO, Francisco; FRANCISCO, Vera Lúcia. *O empreiteiro na indústria citrícola paulista*, informações econômicas, SP, vol. 29, n. 3, mar. 1999.

_____; AMARO, Antônio; VICENTE, Maria. *Citricultura Paulista: tecnologia e mão de obra*, Informações Econômicas, SP, vol. 31, n. 5, maio 2001.

_____; FREDO, Carlos; OLIVETTE, Mario Pires; VICENTE, Maria; FRANCISCO, Vera Lúcia. *Técnicas e ocupação de mão de obra na cultura da laranja no estado de São Paulo*, Informações econômicas, SP, vol. 38, n. 12, dez. 2008.

_____; VICENTE, Maria, FAGUNDES, Priscilla; FRANCISCO, Vera Lúcia. *Ocupação da mão de obra na cultura da laranja, estado de São Paulo, 2011*, Análises e indicadores do agronegócio, vol. 6, n. 9, set. 2011.

BARBOSA, Gabriela da Rocha. *Os consórcios de produtores rurais no complexo agroindustrial citrícola paulista: das gatoperativas aos gatosórcios – a velha forma de contratação de mão de obra rural*, Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de São Carlos, 2007.

BASTOS, Élide Rugai. *As Ligas Camponesas*, Petrópolis: Vozes, 1984.

BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: Ainda há lugar para os sindicatos?*, São Paulo: Boitempo, 2000.

_____, *Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana*, São Paulo: Cortez, 2004.

_____, *MST e agroecologia: 1984 – 1995* in http://passapalavra.info/?p=53997, 20/03/2012.

_____, *MST e agroecologia: 1995 – 2012* in http://passapalavra.info/?p=54051, 27/03/2012.

_____, *MST e agroecologia: hoje* in http://passapalavra.info/?p=54095, 03/04/2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOCAIÚVA, José Roberto, RODRIGUES, Iberê Fernando, DELLA NINA, Luciano. *Comecialização e custos x estratégia do citricultor para a negociação com as indústrias*, Revista Laranja, v. 12, n. 1, 1991.

BRAY, Sílvio Carlos. *A utilização da terra em Bebedouro e o papel atual da cultura da laranja*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1974.

CAMARGO, José Marangoni. *Relações de trabalho na agricultura paulista no período recente*, Tese de Doutorado, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

CASTILHO, Alceu Luís. *Partido da terra*, São Paulo: Contexto, 2012.

CHALITA, Marie Anne Najm. *Cultura, política e agricultura familiar: a identidade sócio-profissional de empresário rural como referencial das estratégias de desenvolvimento da citricultura paulista*, Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

_____, *Produção do habitus empresarial na citricultura paulista*, Revista de Economia Agrícola, SP v. 55, n. 1, jan/jun. 2008.

_____, *Pools e condomínios de produtores rurais: novas formas de organização do mercado e de mediação social na citricultura*, Informações econômicas, SP v. 35, n. 12, dez. 2005.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1985.

CHESNAIS, François. *Prefácio* in MARQUES, Rosa Maria, *O Brasil sob nova ordem*, São Paulo: Saraiva, 2010.

CHIOVETTI, Simão Pedro. *Reestruturação Produtiva na agroindústria canavieira e luta dos trabalhadores assalariados,* Lutas Sociais, São Paulo, n. 06, 2000.

COLETI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo*, Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

CONAB/CATI/IEA. *Acompanhamento da safra da laranja 2011/12, segundo levantamento*, in http://www.agricultura.gov.br., maio de 2011.

CONAB/CATI/IEA. *Acompanhamento da safra da laranja 2011/12, terceiro levantamento*, in http://www.conab.gov.br., dezembro de 2011.

CONTAG. *As Lutas Camponesas no Brasil – 1980*, Rio de Janeiro: Marco zero, 1981.

CORADINI, Odacir; FREDERICQ, Antoinette. *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais*, Rio de janeiro: Zahar, 1982.

COSTA, Simone; CAMAROTTO, João Alberto. *Análise ergonômica da colheita manual de citros: considerações sobre estudo de caso*, XVIII simpósio de engenharia de produção, Bauru-SP, Nov. de 2010 a.

_____; CAMAROTTO, João Alberto. *Pesquisa ergonômica sobre colheita une saúde do colhedor e rendimento*, Revista Ciência e Prática, ano 10, n. 39, out/nov/dez 2010 b.

DARROS-BARBOSA, Roger. *Processamento industrial da laranja* In KOLLER, Otto Carlos (Org.), *Citricultura: 1. Laranja: Tecnologia de produção, Pós-colheita, Industrialização e Comercialização*, Porto Alegre: Cinco Continentes, 2006.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*, Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

DIAS, Edmundo. *Revolução Passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*, São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

ETGES, Virgínia. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*, Dissertação de mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1989.

FERNANDES, Bernardo. *MST: Formação e territorialização em São Paulo*, São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, *A Formação do MST no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

_____; WELCH, Clifford. *Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e no Brasil* in FERNANDES, Bernardo (org.) *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERRARI, Terezinha. *Fabricalização da cidade e ideologia da circulação*, São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GOMES da SILVA, José. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*, Campinas: ABRA, 1996.

_____, *A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?,* Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAZIANO da SILVA. José, *A Modernização Dolorosa*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____*, Progresso técnico e relações de produção na agricultura*, São Paulo: Hucitec, 1981.

_____, *Brasil: Cambios estructurales e movimientos sociales en el campo* in ZAMOSC, Leon; MARTÍNEZ, Estela; CHIRIBOGA, Manuel (coords.), *Estructuras agrárias y movimientos campesinos en America Latina*, Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1996.

_____, *De bóias frias a empregados rurais*, Maceió: EDUFAL, 1997.

_____, *Agroindústria e globalização: o caso da laranja no estado de São Paulo* In CAVALCANTI, J. (Org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife: Ufpe, 1999a.

_____, *O Novo Rural Brasileiro*, Campinas: Editora da Unicamp, 1999b.

_____ (coord.), *A crise do complexo citrícola paulista: uma proposta não excludente*, São Paulo: Diretório Regional do PT, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*, Rio de Janeiro: FASE, 1987.

GUILHOTO, Joaquim; SILVEIRA, Fernando; AZZONI, Carlos. *PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar*, Brasília: NEAD/MDA/ FIPE, dezembro de 2004.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. *Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 25, n. 74, outubro de 2010.

IANNI, Octávio. *Ditadura e Agricultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____, *As origens agrárias do Estado brasileiro*, São Paulo: Brasiliense, 1984.

KAGEYAMA, Ângela. *Modernização, produtividade e emprego na agricultura – uma análise regional*, tese de doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, 1986.

_____ et alli. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais* in *Agricultura e políticas públicas*, Brasília: IPEA, 1987.

KALATZIS, Aquiles Guimarães. *Os novos rumos do complexo agroindustrial citrícola: a exploração de novos segmentos de mercado*, Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de São Carlos, 1998.

KINOUCHI, Sérgio. *Qualidade e produtividade: administração participativa aplicada a uma indústria de processo tipo fluxo contínuo – o caso Citrosuco*. Monografia de

Conclusão de Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 1993.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LOPES, Andrea; EMÍDIO, Ângela; MAFRA, Simone; SALOMÃO, Luiz Carlos; SOUZA, Neuza; SILVA, Regina. *Aplicação da análise ergonômica do trabalho (AET) no processo de colheita de citros – o caso da sacola coletora* in www.ichs.ufop.br, 2000.

MAIA, Maria Lúcia. *Citricultura paulista: evolução, estrutura e acordos de preços*, São Paulo: IEA, 1996.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

_____, *A militarização da questão agrária no Brasil*, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MARX, Karl. *Capítulo VI (inédito) d'O Capital*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina, 1971.

MAZZALI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo agroindustrial à organização em rede*, São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MEDEIROS, Leonilde. *História dos movimentos sociais no campo*, Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MORAES SILVA, Maria Aparecida. *Errantes do Fim de Século*, São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

_____, *Agrocombustíveis. Solução? A vida por um fio no eito dos canaviais,* São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, 2008.

_____, RIBEIRO, Jadir Damião, *Violação dos direitos e formas de resistência nos canaviais paulistas*, Texto apresentado no VIII Congresso da ALASRU, Porto de Galinhas, 2010.

MUNHOZ, José Renato; MORABITO, Reinaldo. *Otimização no planejamento agregado de produção em indústrias de processamento de suco concentrado de laranja*, Gestão e Produção, volume 17, número 3, São Carlos, 2010.

NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NEVES, Marcos Fava; LOPES, Frederico Fonseca (orgs.). *Estratégias para a laranja no Brasil*, São Paulo: Editora Atlas S. A./PENSA, 2005.

_____; LOPES, Frederico Fonseca. *Caminhos para a citricultura: uma agenda para manter a liderança mundial*, São Paulo: Editora Atlas S. A./PENSA, 2007.

_____ (coord.) *O retrato da citricultura brasileira*, Ribeirão Preto: Centro de pesquisa e projetos em marketing e estratégia, 2010.

PAULILLO, Luiz Fernando. *O progresso tecnológico no setor agroindustrial da laranja*, in Cadernos DEP/Ufscar, n. 17, 1992.

_____, *O processo de constituição do complexo agroindustrial citrícola na região de Ribeirão Preto do Estado de São Paulo*, Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de São Carlos, 1994.

_____*, Redes de poder e territórios produtivos*, São Carlos: Editora da Ufscar, 2000.

_____; ALMEIDA, Luiz Manoel; SALOMÃO, Susana. *Contradições do desenvolvimento agroindustrial citrícola brasileiro: modernização e insegurança alimentar nas regiões produtivas* in ALVES, Francisco; PAULILLO, Luiz Fernando (orgs.), *Reestruturação agroindustrial: Políticas públicas e segurança alimentar regional*, São Carlos: Editora da Ufscar, 2002.

_____*;* ALMEIDA, Luiz Manoel, VIEIRA, Ana Cláudia. *A organização agroindustrial citrícola brasileira* in PAULILLO, Luiz Fernando (org.) *Agroindústria e citricultura no Brasil*, Rio de Janeiro: E-papers, 2006a.

_____*;* ALMEIDA, Luiz Manoel, VIEIRA, Ana Cláudia. *Filtros institucionais e entraves organizacionais na citricultura paulista* in PAULILLO, Luiz Fernando (org.) *Agroindústria e citricultura no Brasil*, Rio de Janeiro: E-papers, 2006b.

_____; ALMEIDA, Luiz Manoel. *O avanço do setor de serviços na agroindústria citrícola brasileira: ganha-ganha ou perde-ganha?* in PAULILLO, Luiz Fernando (org.) *Agroindústria e citricultura no Brasil*, Rio de Janeiro: E-papers, 2006a.

_____; ALMEIDA, Luiz Manoel. *Mercado de trabalho rural na citricultura paulista: precarização e exclusão* in PAULILLO, Luiz Fernando (org.) *Agroindústria e citricultura no Brasil*, Rio de Janeiro: E-papers, 2006b.

_____; ALMEIDA, Luiz Manoel. *Formas de organização dos produtores rurais no território citrícola paulista* in PAULILLO, Luiz Fernando (org.) *Agroindústria e citricultura no Brasil*, Rio de Janeiro: E-papers, 2006c.

_____*;* ALMEIDA, Luiz Manoel. *A coordenação agroindustrial citrícola brasileira e os novos recursos de poder: dos políticos aos jurídicos, organizações rurais e agroindustriais*, v. 11, n. 1, 2009.

PRADO JR., Caio. *Contribuição à análise da questão agrária no Brasil*, Revista Brasiliense, São Paulo, mar-abr. 1960.

_____, *Nova contribuição à análise da questão agrária no Brasil*. Revista Brasiliense, São Paulo, set-out. 1962.

_____, *A revolução brasileira*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

RIBEIRO, Marco Valério. *A citricultura caminha para a necessidade de mecanizar o sistema de colheita*, Revista Ciência e Prática, ano 11, n. 40, jan/fev/mar 2011.

RODRIGUES, Vera Lúcia. *Organizações empresariais por produto: os casos da cana de açúcar e da laranja em São Paulo*, Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1995.

ROMEIRO, Vanda Marques. *Gestão da pequena unidade de produção familiar de citros: uma análise dos fatores influentes no sucesso do empreendimento do ponto de vista do produtor de Bebedouro (SP)*, Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de São Carlos, 2002.

ROSSINI, Rosa Ester. *Geografia e Gênero: a mulher como força de trabalho no campo*, Informações Econômicas, São Paulo, v. 23 (supl.1), 1993.

RÜDIGER, Dorothêe. *Da Gambiarra à conexão em rede: problemas teóricos jurídicos do consórcio de empregadores rurais como empregador único* in GIORDANI, Francisco, MARTINS, Melchíades e VIDOTTI, Tárcio (coords.) *Direito do trabalho rural*, São Paulo: Editora LTr, 2005.

SAMPAIO, Plínio. *Capital estrangeiro e agricultura no Brasil*, Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SANT'ANNA, Renato Henry. *Flexibilização no direito de trabalho rural* in GIORDANI, Francisco, MARTINS, Melchíades e VIDOTTI, Tárcio (coords.) *Direito do trabalho rural*, São Paulo: Editora LTr, 2005.

SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os direitos: Estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco*, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

SCARABELIM, Larissa; SCARABELIM, Hamilton. *Cooperativa de trabalho no meio rural* in GIORDANI, Francisco, MARTINS, Melchíades e VIDOTTI, Tárcio (coords) *Direito do trabalho rural*, São Paulo: Editora LTr, 2005.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Fundamentos da proteção ao trabalhador rural* in GIORDANI, Francisco, MARTINS, Melchíades e VIDOTTI, Tárcio (coords) *Direito do trabalho rural*, São Paulo: Editora LTr, 2005.

SORJ, Bernardo. *Estado, agricultura e classes sociais*, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____; POMPERMAYER, Malori; CORADINI, Odacir. *Camponeses e agroindústria*, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária e o socialismo* in STÉDILE, João Pedro (org), *A Questão agrária na década de 90*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

STOLKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TAVARES dos SANTOS, José Vicente. *Colonos do Vinho – Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*, São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

THOMAZ JR., Antônio. *Por trás dos "nós" da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical na agroindústria canavieira paulista*, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

_____, *A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado?* in FERNANDES, Bernardo Mançano (org.) *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TORRES, Antônio et alli. *Segunda estimativa preliminar para a safra da laranja no estado de São Paulo, ano safra 2011/2012*, Análise e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, vol. 6, n. 9, set 2011.

_____ et alli. *Estimativa final da safra de laranja no estado de São Paulo, ano safra 2011/12*, Análise e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, vol. 7, n. 2, fev 2012.

VIEIRA, Ana. *Desafios para os pequenos produtores de laranja do Estado de São Paulo diante dos novos fatores na relação agricultura/indústria nos anos 1990*. Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de São Carlos, 1998

_____, *Integração vertical, concentração e exclusão na citricultura paulista*, Tese de doutorado, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de São Carlos, 2003

_____, *Aspectos técnicos da produção citrícola no Brasil* in PAULILLO, Luiz Fernando (org.) *Agroindústria e citricultura no Brasil*, Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

AGÊNCIA SENADO. *Estudo mostra a utilização de terras desmatadas na Amazônia*, 06/09/2011.

FOLHA de SÃO PAULO. *Empregados da Royal Citrus fazem greve em Taquaritinga*, 02/09/1991.

FOLHA de SÃO PAULO. *Apanhadores de laranja de Araraquara iniciam greve*, 19/10/1993.

FOLHA de SÃO PAULO. *Termina a greve dos laranjeiros na região*, 29/10/1993.

FOLHA de SÃO PAULO. *Greve pára 600 motoristas*, 04/08/1994.

FOLHA de SÃO PAULO. *Carregadores de laranja retornam ao trabalho*, 05/08/1994.

FOLHA de SÃO PAULO. *Funcionários da Cutrale fazem greve em Araraquara*, 09/08/1994.

FOLHA de SÃO PAULO. *Colhedores de laranja fazem greve por aumento de 114% em Matão*, 30/08/1994.

FOLHA de SÃO PAULO. *Greve atinge 8.000 colhedores de laranja na região de Ribeirão Preto*, 31/08/1994

FOLHA de SÃO PAULO. *Sindicato discute greve com fábricas de suco*, 03/09/1994

FOLHA de SÃO PAULO. *Greve em laranjais traz prejuízo de R$9 mi*, 14/09/1994.

FOLHA de SÃO PAULO. *Colhedores de laranja encerram paralisação*, 17/09/1994.

FOLHA de SÃO PAULO. *Funcionários param na Cutrale*, 29/09/1994.

FOLHA de SÃO PAULO. *Polícia de Araraquara entra em choque com trabalhadores em greve*, 01/10/1994.

FOLHA de SÃO PAULO. *Cutrale demite 73 por paralisação há 3 meses*, 21/12/1994.

FOLHA de SÃO PAULO. *Cortadores de cana têm vida útil de escravo em São Paulo*, 29/04/2007

FOLHA de SÃO PAULO. *Setor de laranja paga menos que 1 mínimo*, 21/09/ 2007.

FOLHA de SÃO PAULO. *Promotoria investiga cartel na laranja*, 26/04/2009.

FOLHA de SÃO PAULO. *Produção de laranja pode cair 20% com cartel*, 29/04/2009.

FOLHA de SÃO PAULO. *Indústria paga "quanto quer ao produtor",* 26/04/2009.

FOLHA de SÃO PAULO. *Ex-fabricante de suco de laranja revela ação de cartel*, 15/03/2010.

FOLHA de SÃO PAULO. *Empresas doam R$12,1 mi a candidatos a deputado*, 28/11/2010.

FOLHA de SÃO PAULO. *Fronteira agrícola recebe R$50 bilhões,* 30/10/2011

GAZETA de BEBEDOURO. *Associtrus e sindicalista criticam terceirização de colheita da laranja*, 17/04/2008.

GAZETA MERCANTIL. *Combate ao Cancro cítrico dará emprego a quatro mil pessoas*, 24/05/1999.

JORNAL COMARCA de MATÃO. *Greve na Frutropic*, 14/07/1990.

JORNAL COMARCA de MATÃO. *Greve paralisa parcialmente a Citrosuco*, 29/09/1990.

JORNAL FOLHA DA CIDADE DE BEBEDOURO. *Citrosuco fecha parcialmente em Bebedouro*, 11/02/2009.

JORNAL FOLHA DA CIDADE DE BEBEDOURO. *Manifesto reúne diferentes entidades em prol da reabertura da Citrosuco*, 21/02/2009.

JORNAL IMPACTO BEBEDOURO. *Sem esperanças: aos poucos fábrica de suco pode estar deixando Bebedouro*, 09/04/2011.

JORNAL IMPACTO BEBEDOURO. *Motoristas chegam a ficar 72 horas para descarregar laranja na indústria e produtores têm mais prejuízo,* 24/09/2011.

JORNAL UNESP. *Os problemas da expansão da cana em São Paulo*, n. 228, Nov/2007 in http://www.unesp.br/aci/jornal/228/cana.php

O ESTADO de SÃO PAULO. *Corrida por produção cria legião de excluídos*, 01/04/2007.

O ESTADO de SÃO PAULO. *Área usada por Cutrale é da União desde 1909, diz Incra* in http://www.estadao.com.br/noticias, 09/10/2009

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Brasil supera Canadá e se torna o terceiro maior exportador agrícola*, 7/3/2010

O ESTADO de SÃO PAULO. *Preço da terra bate recorde no país*, 06/02/2011.

O ESTADO de SÃO PAULO. *Pequenos desistem e saem da citricultura*, 16/11/2011

O ESTADO de SÃO PAULO. *Citrovita fecha unidade de matão no interior de São Paulo*, 29/02/2012.

O ESTADO de SÃO PAULO. *Alimentos ocupam a liderança no setor industrial*, 29/07/2012.

O ESTADO de SÃO PAULO. *Preços das terras agrícolas disparam*, 01/07/2012.

O ESTADO de SÃO PAULO. *Produtividade aumentou no setor de serviços*, 01/07/2012.

REVISTA CAROS AMIGOS. *O veneno no pão nosso de cada dia*, dezembro 2009.

REVISTA FÓRUM. *Deputados favoráveis à CPI do MST receberam doações da Cutrale*, 27/10/2009.

REVISTA CITRICULTURA ATUAL. *A citricultura ainda é um bom negócio*, dezembro de 2011.

REVISTA HORTIFRUTI. ano 10, número 101, maio de 2011.

TRIBUNA IMPRESSA. *Coletores de laranja são vítimas de aliciamento em Nova Europa*, 05/08/2011.

TV TEM. *Ministério do Trabalho encontra irregularidades em alojamentos de trabalhadores rurais*, 13/09/2011

Governo de SP analisa proposta de arrendamento de fábrica de suco in www.associtrus.com.br/noticia, 10/06/2009.

Laranja perde 350 mil hectares de área para a cana in http://www.associtrus.com.br/noticias, 29/11/2011.

Produtores de laranja recebem 50% menos que em 2010 in http://www.associtrus.com.br/noticias, 23/11/2011.

Agricultores reclamam da queda do preço da laranja pago pela indústria in www.associtrus.com.br/noticias, 14/09/2011

Estoques de suco do Brasil são os menores em 20 anos in http://www.associtrus.com.br/noticias, 19/07/2011

Preço mínimo, ainda ele in www.associtrus.com.br/noticias**,** 27/06/2011

Não se produz laranja a R$10,00 por caixa! in www.associtrus.com.br/noticias, 4/05/2011.

MPT pede condenação da Cutrale por demitir funcionários sem negociar com sindicatos in www.associtrus.com.br/notícias, 25/10/2012.

Fábrica de suco de laranja demite 111 e anuncia fechamento em Matão in www.g1.globo.com/sp/araraquara-regiao/noticia, 29/02/2012.

Passeata contra fechamento da Citrovita toma ruas de Matão in www.sinalcatanduva.org.br/noticia, 05/03/2012.

Indústria e SRB assinam Consecitrus com João Sampaio e sem Faesp, in http://agricultura.ruralbr.com.br, 19/04/2012.

Faesp e CitrusBR trocam críticas sobre Consecitrus, in http://agricultura.ruralbr.com.br, 20/04/2012.

Produtores de laranjas distribuem 12 toneladas de laranjas em protesto in www.ecofinancas.com.br, 27/07/2012.

Metade do financiamento da campanha de Dilma vem de apenas 27 empresas in http://blogs.estadao.com.br/vox-publica, 01/12/2010

Trabalhadoras ocupam área do grupo Cosan em SP in www.mst.org.br, 09/03/2009

Citado como mentor de cartel, Cutrale doou R$1,9 mi em 2006 in www.mst.org.br, 17/03/2010.

Jornada do MST ocupa seis latifúndios em São Paulo in www.mst.org.br, 21/04/2011.

Setor bancário deu maior doação à campanha de Lula in http://www1.folha.uol.com.br, 29/11/2006.

Sindicatos e associações vão ao CADE contra o Consecitrus in http://www.dci.com.br 18/10/2012.